

Eduardo R. Jordão Knack | Maria Leticia M. Ferreira | Rita Juliana S. Poloni (Orgs.)

Memória & Patrimônio

Temas e debates



O presente livro resulta dos temas, debates e discussões desenvolvidas durante o Colóquio Internacional Memória e Patrimônio, realizado entre os dias 09, 10 e 11 de outubro de 2017 nas dependências do Museu do Doce-UFPEL, em Pelotas, Rio Grande do Sul. Além das comunicações apresentadas pelos participantes, também constam palestras conferidas durante as mesas redondas, trabalhos que possuem íntima relação com a temática do livro. Antes de tecer uma breve apresentação sobre os artigos que compõem essa obra, é importante contextualizar o colóquio que reuniu pesquisadores de diferentes instituições, estados e países. Foi sua execução que permitiu a construção desse livro, e é aos autores que o compõe, aos participantes que contribuíram para realização desse evento, ao público que se fez presente durante aqueles dias que destinamos nossos sinceros agradecimentos. O Colóquio Internacional Memória e Patrimônio, organizado por docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas teve como principal objetivo promover um momento de debate com pesquisadores de diferentes áreas sobre dois temas fundamentais na nossa sociedade: a memória e o patrimônio. Além de conferências com nomes qualificados e reconhecidos nacional e internacionalmente, também foi reservado um espaço para mesas redondas, abordando diferentes temas, como os impactos da pós-graduação em memória e patrimônio na vida profissional de egressos do PPGMP; cidades, patrimônio e urbanização; patrimônio imaterial. Entendendo a importância da divulgação e debate para pesquisas em andamento, o Colóquio contou com três propostas de Simpósios Temáticos para apresentação de trabalhos: ST 01 - Patrimônio, memória e literatura; ST 02 - Patrimônio, cidades e memória; ST 03 - Patrimônio imaterial e memória. As cidades, em sua relação com o patrimônio e a memória, foram exploradas nos primeiros dias de comunicação do Colóquio. Inicialmente previsto para o segundo dia, o número de trabalhos submetidos nesse simpósio temático exigiu uma alteração na programação do evento, pois foi necessário ampliar em dois dias o ST para dar conta da apresentação de todos os trabalhos inscritos. Os artigos que compõem a primeira parte da presente obra, intitulada patrimônio, cidades e memória, envolvem diferentes visões teóricas, metodológicas e temáticas sobre um mesmo objeto, o mundo urbano.



Memória e Patrimônio



Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

Memória & Patrimônio

Temas e debates

Organizadores:

Eduardo Roberto Jordão Knack

Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Rita Juliana Soares Poloni

φ editora fi

Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Fontella Margoni

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Historicus – 8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

KNACK, Eduardo Roberto Jordão; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; POLONI, Rita Juliana Soares

Memória e patrimônio: temas e debates [recurso eletrônico] / Eduardo Roberto Jordão Knack; Maria Letícia Mazzucchi Ferreira; Rita Juliana Soares Poloni (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

481 p.

ISBN - 978-85-5696-331-4

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História, 2. Memória, 3. Historiografia 4. Patrimônio I. Título. II. Série

CDD-900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Sumário

Apresentação	11
Os organizadores	

Prefácio	21
Cidades, patrimônio imaterial e museus: debates sobre o tempo	
Francisca Ferreira Michelin	

Patrimônio, cidades e memória

1	27
Cidade, Memória e Hipermodernidade: apontamento para entender a cidade contemporânea	
Sidney Gonçalves Vieira	

2	47
Camadas da memória patrimonial de uma cidade	
Eduardo Roberto Jordão Knack	

3	61
“Patrimônio em Pedacos”: o Programa Praia Grande e a produção de políticas públicas de memória sobre o Centro Histórico de São Luís, Maranhão	
Ariadne Ketini Costa de Alcântara	

4	81
La città di Pelotas: outros olhares a partir dos Relatórios dos Cônsules Italianos (fins do século XIX e início do XX)	
Renata Brião de Castro; Patrícia Weiduschadt	

5	97
Clube Caixeiral de Rio Grande/RS: o silêncio de uma memória	
Gianne Zanella Atallah; João Fernando Igansi Nunes	
6	111
Clube Social como suporte de memória, documento e monumento: Associação Cruzeiro Jaguareense em Jaguarão/RS	
Alan Dutra de Melo; Ronaldo Bernardino Colvero	
7	123
O patrimônio e a festa: vozes do carnaval no centro tradicional de Laguna - SC	
Renata Rogowski Pozzo; Raiane Burato Cardoso; Danilo Oliveira Adriano	
8	139
Avenida Espanha: história, memória e patrimônio cultural em conflito no centro histórico do município de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul	
Alexsandro Witkowski	
9	157
O cemitério civil de Santa Vitória do Palmar - RS, Brasil: uma proposta de pesquisa	
Cláudia Schwab	
10	175
Monumento Editado: entre fotografia e arte, cidade e nação	
Eduardo Roberto Jordão Knack; Luísa Kuhl Brasil	

Patrimônio imaterial e memória

11	199
Patrimônio cultural imaterial em lugar patrimonial consagrado: o registro da Tava em São Miguel das Missões	
Darlan de Mamann Marchi	
12	221
O princípio da cooperação internacional na preservação do patrimônio cultural transnacional	
Ivana Morales Peres dos Santos; Renata Ovenhausen Albernaz	

13..... 247

A Payada e o Payador: perspectivas da memória.

Rossana Marina Duro Sparvoli

14 265

Imaterialidade do patrimônio de imigração: o caso da Serra dos Tapes/RS

Cristiano Gehrke

15.....281

Percepções do patrimônio histórico e cultural por estudantes de uma escola pública da cidade de Santo Ângelo-RS

Juliani Borchartt da Silva

16..... 305

Memórias afundadas e os balseiros das barrancas do Rio Ivaí - Paraná

Bruna Morante Lacerda Martins; Henrique Manoel da Silva

17..... 319

A presença feminina na produção de artefatos no Rio Grande do Sul

Letícia de Cássia Costa de Oliveira; Ana Maria Dalla Zen

18 335

A atuação de José Rodeghiero na Escola Garibaldi durante os anos de 1929 a 1950

Renata Brião de Castro; Patrícia Weiduschadt

19..... 351

Ariano Suassuna: uma obra para além dos livros

Roberta Fernandes Fajer

Patrimônio, memória e museus

20 371

Museus de consciência: o traumatismo posto em valor

Daniele Borges Bezerra; Juliane Conceição Primon Serres

21..... 389

Memorial HCI: o imaterial na materialidade

Helena Thomassim Medeiros; Juliane Conceição Primon Serres

22	403
A alma dos objetos por intermédio da memória, da identidade e da biografia do acervo do Museu Cláudio Oscar Becker (Ivoti-RS)	
Helen Kaufmann Lambrecht; Daniel Maurício Viana de Souza	
23	419
Memória e literatura: sobre um livro de arte usado	
José Paulo Siefert Brahm; Diego Lemos Ribeiro; Davi Kiermes Tavares	
24	437
"Além mar": a casa como intensificador cultural do museu	
Tania Rajczuk Dombi	
25	453
Construindo um patrimônio afetivo	
Milena Behling; Diego Lemos Ribeiro	
26	469
Esculturas em faiança do Museu Municipal Parque da Baronesa, Pelotas, RS	
Keli Cristina Scolari; Margarete R. F. Gonçalves	

Apresentação

Os organizadores

O presente livro resulta dos temas, debates e discussões desenvolvidas durante o *Colóquio Internacional Memória e Patrimônio*, realizado entre os dias 09, 10 e 11 de outubro de 2017 nas dependências do Museu do Doce-UFPEL, em Pelotas, Rio Grande do Sul. Além das comunicações apresentadas pelos participantes, também constam palestras conferidas durante as mesas redondas, trabalhos que possuem íntima relação com a temática do livro. Antes de tecer uma breve apresentação sobre os artigos que compõem essa obra, é importante contextualizar o colóquio que reuniu pesquisadores de diferentes instituições, estados e países. Foi sua execução que permitiu a construção desse livro, e é aos autores que o compõe, aos participantes que contribuíram para realização desse evento, ao público que se fez presente durante aqueles dias que destinamos nossos sinceros agradecimentos.

O *Colóquio Internacional Memória e Patrimônio*, organizado por docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas teve como principal objetivo promover um momento de debate com pesquisadores de diferentes áreas sobre dois temas fundamentais na nossa sociedade: a memória e o patrimônio. Além de conferências com nomes qualificados e reconhecidos nacional e internacionalmente¹, também foi reservado um espaço para mesas

¹ A programação detalhada do encontro pode ser encontrada no endereço eletrônico: <http://coloquiomp.weebly.com/>

redondas, abordando diferentes temas, como os impactos da pós-graduação em memória e patrimônio na vida profissional de egressos do PPGMP; cidades, patrimônio e urbanização; patrimônio imaterial. Entendendo a importância da divulgação e debate para pesquisas em andamento, o Colóquio contou com três propostas de Simpósios Temáticos para apresentação de trabalhos: ST 01 - Patrimônio, memória e literatura; ST 02 - Patrimônio, cidades e memória; ST 03 - Patrimônio imaterial e memória.

As cidades, em sua relação com o patrimônio e a memória, foram exploradas nos primeiros dias de comunicação do Colóquio. Inicialmente previsto para o segundo dia, o número de trabalhos submetidos nesse simpósio temático exigiu uma alteração na programação do evento, pois foi necessário ampliar em dois dias o ST para dar conta da apresentação de todos os trabalhos inscritos. Os artigos que compõem a primeira parte da presente obra, intitulada patrimônio, cidades e memória, envolvem diferentes visões teóricas, metodológicas e temáticas sobre um mesmo objeto, o mundo urbano.

Dessa forma, o artigo de Sidney Gonçalves Vieira, "Cidade, Memória e Hipernmodernidade: apontamento para entender a cidade contemporânea", abre as considerações sobre cidade e memória apresentando as modificações que ocorreram entre a cidade industrial e a cidade pós-industrial. A cidade pós-industrial apresenta uma configuração diferente, que afeta não apenas a conformação urbana, introduzindo novas formas de segregação espacial, alterando relações sociais e, portanto, afetando a memória dos sujeitos sobre o espaço. A fragmentação da espacialidade na cidade pós-moderna contribuiu para emergência de indivíduos que frequentam lugares distintos, exercendo papéis distintos em cada um desses locais. A hipernmodernidade e o hiperconsumo produzem uma cidade metamorfoseante, racional e individualista, marcada pela "amnésia urbana".

O artigo "Camadas da memória patrimonial de uma cidade", de Eduardo Roberto Jordão Knack, constitui uma exercício de

reflexão sobre a trajetória profissional de um pesquisador dedicado ao estudo das cidades e do patrimônio. Comentando sobre três projetos de pesquisa em que se engajou, é possível observar um caminho metodológico, partindo de questões iniciais sobre informações e história de edificações tombadas como patrimônio, passando por problemas envolvendo operações de ativação, seleção e preservação da memória patrimonial de uma cidade, no caso, Passo Fundo, localizada no norte do Rio Grande do Sul.

“Patrimônio em Pedacos”: o Programa Praia Grande e a produção de políticas públicas de memória sobre o Centro Histórico de São Luís, Maranhão”, artigo de Ariadne Ketini Costa de Alcântara, apresenta uma análise das políticas públicas voltadas para preservação do patrimônio arquitetônico de São Luís no Maranhão. Com o foco no Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico, a autora empreende uma pesquisa em diferentes fontes documentais (imprensa, periódicos, diagnósticos e proposições de arquitetos) para investigar a construção de uma memória pública oficial da cidade a partir do seu patrimônio.

Renata Brião de Castro e Patrícia Weiduschadt apresentam o artigo "La città di Pelotas: outros olhares a partir dos Relatórios dos Cônsules Italianos (fins do século XIX e início do XX)". Partindo de uma perspectiva de pesquisa vinculada à história cultural, as autoras abordam os relatórios dos Cônsules italianos, que procuravam reportar como estava procedendo a instalação dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Com foco no município de Pelotas, especificamente no relatório do Cônsule Enrico Acton, são apresentadas considerações sobre o mundo urbano e colonial pelotense entre os séculos XIX e XX.

O artigo "Clube Caixeiral de Rio Grande/RS: o silêncio de uma memória", de Gianne Zanella Atallah e João Fernando Igansi Nunes, procura debater relações entre memória e esquecimento a partir do Clube Caixeiral. O trabalho apresenta o abandono do clube, partindo do desabamento do telhado do prédio em 2014. A partir desse acontecimento os autores procuram esclarecer a

dualidade entre materialidade e imaterialidade, silêncio e memória a partir não apenas de uma edificação, entendida como um lugar de memória, mas em torno das disputas que envolvem a construção memorial e processos de patrimonialização dentro de uma cidade.

Alan Dutra de Melo e Ronaldo Bernardino Colvero apresentam o artigo "Clube Social como suporte de memória, documento e monumento: Associação Cruzeiro Jaguareense em Jaguarão: RS". Artigo em que os autores também se debruçam sobre questões envolvendo a construção da memória e do patrimônio de uma cidade a partir de um clube, o "Club Jaguareense", problematizando questões relativas ao abandono e declínio das atividades da associação, em contraposição com sua história, marcada pela presença e articulação das elites locais.

"O patrimônio e a festa: vozes do carnaval no centro tradicional de Laguna - SC", de Renata Rogowski Pozzo, Raiane Burato Cardoso e Danilo Oliveira Adriano, debate a relação entre o centro histórico de Laguna (tombado a nível federal) com o carnaval que ocorre nesse espaço. Festa tradicional da cidade, não foi incorporada como patrimônio ao conjunto que compõem o centro histórico, não passou a constituir um elemento do imaginário que caracteriza o lugar, acarretando na transferência dos desfiles para uma estrutura específica, afastada da cidade, o que levou ao enfraquecimento dos festejos. São debatidos no trabalho o sentido e o conteúdo do patrimônio para a comunidade em questão.

"Avenida Espanha: história, memória e patrimônio cultural em conflito no centro histórico do município de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul", artigo de Alexandro Witkowski, oferece uma reflexão sobre o "progresso", o "desenvolvimento" e suas consequências para a memória e o patrimônio no mundo urbano. Esse trabalho permite refletirmos sobre a importância dos caminhos, ruas e avenidas de uma cidade, bem como nos impactos que certas transformações causam para as comunidades que

utilizam as vias públicas. O asfalto, como sinônimo de progresso urbano, por vezes contribui para descaracterizar conjuntos históricos, interferindo na vida cotidiana de diversos municípios.

O artigo "O cemitério civil de Santa Vitória do Palmar - RS, Brasil: uma proposta de pesquisa", de Cláudia Schwab, parte do princípio do turismo cidadão, demonstrando que um determinado espaço da cidade, no caso o cemitério, pode contribuir para despertar memórias dos visitantes relacionadas não apenas com lembranças da perda de familiares e conhecidos, mas também de outras experiências. Assim, a preservação do espaço cemiterial não reside apenas na estatuária e na sua importância histórica, mas na diversidade de experiências que proporcionou para a comunidade, e nas mais variadas lembranças que os visitantes relataram.

Eduardo Roberto Jordão Knack e Luísa Kuhl Brasil, com o artigo "*Monumento Editado*: entre fotografia e arte, cidade e nação", encerram a primeira parte do livro. Nesse artigo, os autores analisam uma série fotográfica em que monumentos construídos em homenagem aos próceres das independências da América Latina são "encaixotados" (digitalmente alterados). Essa produção fotográfica permite uma reflexão sobre o imaginário das nações (no sentido de comunidades imaginadas), sua relação com a construção de uma memória social e o papel dos monumentos na manutenção das identidades nacionais. A série "Monumento Editado" de Andrés Durán instiga uma reflexão dos historiadores sobre nação, imaginário, memória e monumentos.

A segunda parte da presente obra, intitulada patrimônio imaterial e memória, buscou reunir o resultado das comunicações proferidas no último dia do evento, no Simpósio Temático de mesmo nome, cuja proposição se coadunou com a necessidade de se abordar a temática do patrimônio para além do edificado ou do tangível, e da memória em seus aspectos mais amplos, abarcando temas tais como a música, a poesia, a literatura, a imigração, as relações com a paisagem e questões de gênero.

Assim, em “Patrimônio cultural imaterial em lugar patrimonial consagrado: o registro da *Tava* em São Miguel das Missões”, Darlan de Mamann Marchi analisa o processo a partir do qual a valorização da história e do patrimônio de São Miguel sob um ponto de vista eurocêntrico é desafiada, com a anuência dos próprios órgãos públicos, a partir da valorização de elementos culturais imateriais indígenas que se relacionam ao sítio, patrimônio nacional e mundial.

Já em “O princípio da cooperação internacional na preservação do patrimônio cultural transnacional”, Ivana Morales Peres dos Santos e Renata Ovenhausen Albernaz fazem uma apreciação comparativa entre bens patrimoniais de natureza transnacional ou fronteira, ressaltando a dificuldade na aplicação do regime jurídico internacional, relativo à Convenção de 1972, da UNESCO,

No capítulo “A *Payada* e o *Payador*: perspectivas da memória”, Rossana Marina Duro Sparvoli desenvolve uma discussão de cunho teórico acerca da natureza da *Payada* e do *payador*, à luz de importantes pensadores do campo da memória e da identidade. Ao discutir se o *payador* seria a versão arquetípica do aedo ou o homem memória, Sparvoli, põe em diálogo importantes autores, construindo um texto rico em referenciais para o tema.

A seguir, Cristiano Gehrke, através do texto “Imaterialidade do patrimônio de imigração: o caso da Serra dos Tapes/RS” ilustra com importantes exemplos, o ressurgimento de práticas outrora postas em esquecimento, a partir do desenvolvimento de ações de cunho museológico na referida região, levantando questões étnicas e identitárias.

Ainda na sequência, Juliani Borchardt da Silva discute em “Percepções do patrimônio histórico e cultural por estudantes de uma escola pública da cidade de Santo Ângelo-RS”, de que forma os valores sobre o patrimônio local podem variar conforme os usos que diferentes parcelas da população fazem desses espaços,

levantando a necessidade de se ultrapassar as concepções ditas tradicionais sobre o patrimônio, e de se ampliar as discussões sobre o tema.

Em “Memórias afundadas e os balseiros das barrancas do Rio Ivaí – Paraná” Bruna Morante Lacerda Martins e Henrique Manoel da Silva traçam um panorama das relações entre memória e ambiente, relacionando modos de ser e de fazer ao extinto ofício de balseiro na região.

Já no capítulo “A presença feminina na produção de artefatos no Rio Grande do Sul”, de Leticia de Cássia Costa de Oliveira e Ana Maria Dalla Zen, são as questões relacionadas ao artesanato e a sua contribuição na identidade da mulher gaúcha que são postas em discussão, ressaltando suas características como patrimônio imaterial da região.

Como penúltima contribuição desta parte temos o texto “A atuação de José Rodeghiero na Escola Garibaldi durante os anos de 1929 a 1950”, de Renata Brião de Castro e Patrícia Weiduschadt. Neste texto, aspectos relacionados à vida do citado personagem como professor e como empresário local, apresentam-se como uma oportunidade ímpar para a análise de vários aspectos sociais, culturais e econômicos da região, com destaque para questões de cunho étnico.

Finalmente, o texto “Ariano Suassuna: uma obra para além dos livros” de Roberta Fernandes Fajer, procura discutir, a partir das categorias de memória e cultura, as relações estabelecidas por Suassuna com a indústria cultural e as concepções do autor acerca da cultura nacional e do papel de suas obras nesse contexto.

A terceira parte, intitulada patrimônio, memória e museus, que encerra a presente obra, apresenta um conjunto de trabalhos que possibilita uma leitura ampla sobre os museus a partir de diferentes olhares, sem perder de vista o foco do Colóquio: a memória e o patrimônio. Assim, essa parte do livro é constituída por trabalhos sobre tipos de museus, suas atividades, seus acervos e a materialidade de suas edificações.

Dessa forma, a terceira e última parte do presente livro começa com o artigo de Daniele Borges Bezerra e Juliane Conceição Primon Serres, "Museus de Consciência: o traumatismo posto em valor". Nesse trabalho, as autoras abordam o reconhecimento de lugares de sofrimento conhecidos como "museus de memória" ou "museus de consciência" como um dever de memória. Suas reflexões envolvem uma análise as escolhas narrativas desses lugares, os seus dispositivos memoriais e suas tipologias.

Em "Memorial HCI: o imaterial na materialidade", Helena Thomassim Medeiros e Juliane Conceição Primon Serres apresentam uma pesquisa sobre o Memorial do Hospital Colônia Itapuã, inaugurado em 2014. Inicialmente criado com o propósito de se tornar um arquivo da comunidade e da história do hospital, acabou se tornando uma exposição sobre o local. A partir desse objeto estudo as autoras procuram refletir sobre relações entre o patrimônio material (envolvendo os objetos presentes na exposição, as edificações) e o imaterial presente na materialidade.

Helen Kaufmann Lambrecht e Daniel Maurício Viana de Souza apresentam o artigo "A alma dos objetos por intermédio da memória, da identidade e da biografia do acervo do Museu Cláudio Oscar Becker (Ivoti-RS)". Os autores procuram esclarecer o conceito de "alma" dos objetos a partir do contato com sujeitos que possuem vínculos estreitos com o museu em questão, versando sobre a construção de lembranças por meio de entrevistas e rodas de conversas.

O artigo "Memória e literatura: sobre um livro de arte usado", de José Paulo Siefert Brahm, Diego Lemos Ribeiro e Davi Kiermes Tavares, proporciona uma reflexão sobre a relação entre os livros (objetos) e os sujeitos, entendendo ambos como atores sociais. O trabalho dos autores incide sobre a reconstrução da biografia do livro "Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros", de Clarival do Prado Valladares, remontando todo o itinerário de circulação da obra, desde o sebo onde estava localizada até chegar nas mãos dos sujeitos que o adquiriram.

Tania Rajczuk Dombi apresenta o artigo "Além mar: a casa como intensificador cultural do museu". A autora procura analisar a "casa-museu", partindo das particularidades que cada um desses termos encerram, bem como indicando os benefícios e as trocas que ocorrem nessa categoria específica de instituição memorial, especialmente em um determinado tipo de casa-museu, as casas de personalidades, como escritores, artistas, políticos, entre outros. Assim, a autora traz exemplos, como a Casa de Anne Frank, a Casa de Mário de Andrade, a Casa Azul, a Casa de Vidro e a Casa de Claude Monet.

O artigo "Construindo um patrimônio afetivo", de Milena Behling e Diego Lemos Ribeiro constitui uma busca pela fundamentação do conceito "patrimônio afetivo", tendo como objeto de estudos atividades realizadas no "Museu Histórico de Morro Redondo", localizado no município de Morro Redondo - Rio Grande do Sul. A partir das atividades "Café com Memórias" e "Caminhada da Percepção", que envolvem lembranças de idosos sobre lugares da cidade. Partindo desse objeto, os autores identificam a necessidade de uma fundamentação conceitual e teórica sobre os lugares que emergem a partir do relato dos idosos, entendidos como patrimônios, não em um sentido institucional, mas afetivo.

O último artigo da terceira parte, "Esculturas em faiança do Museu Municipal Parque da Baronesa, Pelotas, RS", de Keli Cristina Scolari e Margarete R.F. Gonçalves, constitui em um levantamento histórico das referidas esculturas, abordando seu estado de conservação e localização. São identificadas quinze esculturas, acompanhadas de uma descrição de sua trajetória, envolvendo sua produção, suas intervenções e manifestações patológicas, contribuindo para um conhecimento sobre esse acervo.

Prefácio

Cidades, patrimônio imaterial e museus: debates sobre o tempo

Francisca Ferreira Michelin¹

É de São Tomás de Aquino a mais antiga observação de que se tem notícia de que o tempo é uma propriedade do universo, inexistente antes dele. Desde então podemos optar por entender que o universo sempre existiu ou que passou a existir e, assim, crer que igualmente ao tempo se aplica ou não a ideia de início. Também a partir dos anos de 1930, a ciência confrontou-se com a ideia do universo em expansão, decorrência da teoria de que em algum momento esse montante, maior do que qualquer outra coisa, surgiu.

Sendo essa teoria científica, como qualquer outra, apenas um modelo voltado a descrever observações e auxiliar na previsão de resultados de observações futuras, ela não expressa uma verdade que possa embasar a nossa impressão de que a memória, o tempo e os valores que atribuímos às coisas, para que permaneçam ou se desfaçam, estão intrinsecamente relacionados, mas é inspiradora para o que diz respeito ao pensamento sobre o tempo, individual e social, que nos importa à medida que nos descreve no mundo, como pensamos ou desejamos ser.

Os debates sobre patrimônio cultural e memória social sugerem que se fale de relações tão internas que não se tratariam

¹ Professora e Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas.

de dois assuntos, senão aspectos do mesmo tema. Não do mesmo modo, mas no mesmo campo, cidades, patrimônio imaterial e museus parecem lados de um fenômeno que se constrói na sua dimensão temporal, de essência e de origem para constituírem um tema. Não são essas relações arbitrárias, ainda que apresentem paradoxos com os quais nos deparamos cada vez que as tentamos observar sobre os nossos objetos de estudo. Somos livres para observá-los, mas estamos, com frequência, cotejando as nossas temporalidades individuais com aquelas que marcam a trajetória desses objetos. Isso pode atrapalhar a observação, mas naturalmente corresponde à tendência que temos de achar que os fenômenos se conectam e se explicam ou podem convergir na mesma explicação.

A despeito de que a ciência, assim como a maior parte de todos nós, já superou a crença no tempo absoluto, somos tentados a empregar o conceito do tempo em dimensões imprecisas e moventes, como passado, presente e futuro. Sabemos bem o quanto o exercício da memória individual as invalida; verificamos, repetidamente, o quanto esse exercício recria aquilo que nomeamos de passado e quantifica extensões que não cabem em calendários conhecidos. Pela memória, tornamo-nos autores de medições temporais que fazem os eventos adquirirem determinadas importâncias, ou mesmo, perdê-las se já as tinham. Assim, o próprio evento, sob o efeito da lembrança, passa a ser algo que já não é um absoluto ocorrido em determinado ponto e momento.

Então, mesmo um fato concreto, como a cidade ou como os museus, pode ser cenários de tempos relativos que se combinam em camadas de sentidos adquiridos. Nesses ambientes, que se apresentam como pátinas de tintas reagentes à luz das interpretações, mudanças graduais constituem a base pela qual os valores irão ser atribuídos às coisas e aos fatos, tornando-os aquilo que nossas memórias buscam que sejam: patrimônios.

Desse modo, aqui se reúnem dez textos nos quais a cidade com suas instituições, físicas ou não, é o cenário ou o objeto da memória: clubes, eventos, ruas, documentos, lugares para a morte e a própria cidade, na sua completude conceitual, exemplificam a variedade de situações pelas quais a memória e o patrimônio se instituem.

Outros nove textos se debruçam sobre o patrimônio imaterial, cotejando, na amplitude do conceito, questões das políticas patrimoniais e das expressões que atravessam os tempos pela conquista do presente e da atenção do pesquisador. Na imaterialidade, os exemplos adquirem vitalidade e transcendência: ultrapassam fronteiras e limites geográficos, densificam a intersecção de valores e flexibilizam a duração dos fatos.

Por fim, os sete últimos textos voltam sua atenção aos locais para a memória e aos objetos que neles podem encontrar lugar. Em algum momento, pensam no ânimo do inanimado, que não se encontra na superfície nem nos níveis moleculares das matérias que compõem esses lugares, mas na força do valor simbólico que lhes vai sendo atribuído, muitas vezes pelo afeto em curso, decorrente do conhecimento e da emergência de novas percepções que as mudanças de contexto propiciam. Nesse ponto, todos os textos convergem para elencar, das pesquisas que os originaram, o sentido que as assemelha: por mais técnica que seja a análise, por mais estrito que seja o método, por mais exato que seja o conceito, há, inalienável, o sentimento. São esses lugares, espaços e objetos, os elos entre o tangível e o sensível.

Volta-se ao tempo do universo, da extensão que não se pode vencer, da dimensão que o humano não abarca e que, para ser aceitável, foi categorizada, de modo sintético, em três instâncias virtuais: passado, presente e futuro. O que a memória nos concede é a redenção do fluxo que consome a existência, porque ao tornar possível desordenar a linearidade dessas instâncias e destemporalizar o vivido, permite-se que o sentimento de quem memora sincronize a vivência anterior e, pela atividade

determinante da vontade, encontre outros sentidos para o que julga ter sido. Com esses sentidos, habilita-se o que deve permanecer e institui-se o patrimônio.

Patrimônio, cidades e memória

Cidade, Memória e Hipermodernidade: apontamento para entender a cidade contemporânea

Sidney Gonçalves Vieira¹

Considerações iniciais

A grande indagação proposta por este ensaio é: por que estudar cidade, memória e hipermodernidade em uma única proposição. Em princípio, esses termos parecem díspares e apontar para reflexões completamente desarticuladas entre si, com grande probabilidade de uma desconexão entre as argumentações propostas. Mas é possível seguir em outra direção e observar que a justificativa para juntar temas aparentemente tão desencontrados esteja no fato de que a realidade sobre a qual atuamos mudou. Assim, a cidade, pela qual nos interessamos, também mudou. Portanto, temos que admitir que a maneira como compreendemos essa realidade, necessariamente, deve ser mudada. Fundamentalmente, o mundo já não é o mesmo e é fundamental mudar a maneira de ler o mundo, adotando novos paradigmas, seguindo novos princípios.

¹ Professor Associado do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. E-mail: sid.geo@gmail.com

Assim, se vamos pensar a cidade contemporânea e sua relação com a memória, não podemos ignorar que estamos diante de uma cidade hipermoderna. E qual o lugar da memória diante dos paradigmas atuais de análise da cidade hipermoderna? É o que precisamos pensar.

Reconhecendo Modelos

Salgueiro (1998) analisa a cidade pós-moderna e seu espaço fragmentado em artigo que trata da passagem da cidade industrial para a pós-industrial com um estudo de caso sobre Lisboa. Inicia justamente se propondo a uma discussão sobre as modificações da organização urbana neste momento de transição e considera a principal característica da cidade contemporânea a fragmentação. A autora define a periodização do seu estudo com o entendimento de que a diferenciação pós-industrial x industrial marca a importância dos serviços e não mais da indústria, sobretudo no emprego, no produto e na paisagem das áreas urbanas. “Em termos mais latos associamos a cidade industrial à época moderna (em sentido restrito à época que teve o clímax entre meados do século XIX e os anos 20 do século XX) e a pós-industrial à cultura pós-moderna que se instala desde os anos 60.” (SALGUEIRO, 1998, p. 39). A autora também trata de definir a segregação entendendo-a como uma forma de organização territorial em que aparecem enclaves territoriais distintos e sem continuidade com o restante da estrutura socioespacial circundante. Com isso, se torna cada vez mais evidente na cidade a diferenciação e a ruptura entre os diversos grupos sociais, organizações e territórios.

Ao falar sobre a segregação existente na cidade, Salgueiro (1998) reconhece que não se trata de um fenômeno exclusivo da cidade pós-industrial. Entretanto, destaca a diferença entre a segregação existente na cidade industrial e na contemporânea. A cidade industrial apresentava uma segregação do tipo que também descreveu Lipietz (1974) cuja característica era funcional e social,

ou seja, reproduzia a hierarquia social existente. Este tipo de fragmentação pode ser melhor definido como um padrão de segregação. É interessante notar, como bem destaca a autora, que esse paradigma da cidade industrial e moderna acabou sendo assumido como um modelo pelo urbanismo, em que o zoneamento, prática segregacionista, se constitui em um marco fundamental. A cidade industrial moderna se constrói produzindo uma grande dicotomia entre o centro, diversificado e rico, e sua periferia, monótona e pobre, como também se opõe ao mundo rural, apesar das estreitas relações existentes.

Por sua vez, a partir dos anos 70 do século XX o processo iniciado no pós-guerra se acentua, graças ao desenvolvimento nas tecnologias de transporte e comunicação e no aumento dos processos de internacionalização. Com isso, passamos a observar alterações relevantes na estrutura das cidades e nas relações estabelecidas entre as diferentes partes do produto urbano. Salgueiro (1998) reconhece na fragmentação desta cidade pós-industrial características bastante marcantes, que a diferenciam da fragmentação da cidade industrial. A primeira característica apontada pela autora é a existência de enclaves, com implantações de caráter pontual que estabelecem uma nítida ruptura com o tecido circundante. Tanto pode se verificar este tipo de ocorrência em um *shopping center* em uma periferia rural como em um condomínio de luxo em uma área popular. O enclave é definido principalmente em função da sua não relação com o tecido circundante, mais do que pelo tamanho do empreendimento. A fragmentação, nesse sentido, representa uma estrutura de ruptura, de lugares justapostos, mas sem relacionamentos, um mosaico de estranhamentos vizinhos.

A segunda característica segue na esteira da falta de relacionamentos com o espaço circundante, aqui representada pela ruptura de continuidade centro-periferia, pelo rompimento da complementariedade entre a cidade e sua hinterlândia. O centro passa a ser local de relacionamentos com realidades distantes,

baseado em processos de internacionalização globalizados, deixando de lado a especificidade regional. Aparecem novas centralidades nesse processo com áreas funcionalmente equivalentes disputando a atração social, política e econômica, apontando para uma estrutura polinucleada.

Salgueiro (1998, p. 41), aponta que esse processo é particularmente visível no setor terciário quando se observa

(...) o declínio do centro tradicional e a emergência de novas centralidades, pólos de comércio e serviços com grande capacidade de atração que disputam clientelas, uma vez que os novos padrões de mobilidade acabaram com a exclusividade das áreas de mercado dos pontos de venda definidas pela distância aos consumidores.

Identifica outra característica importante na tendência observada, a mistura de usos em alguns novos empreendimentos. Apesar do crescimento da especialização em determinados pontos, o que é mais notável na cidade pós-industrial é a contrariedade à homogeneidade de usos, antes verificada no padrão de zoneamento moderno. Os espaços mistos, com usos variados são mais facilmente identificados aumentando a heterogeneidade dos lugares.

Por fim, a autora distingue o padrão aleatório na ocorrência destes novos acontecimentos urbanos, ou seja, o local de ocorrência destes fenômenos pode ser verificado ora no centro, ora na periferia, sendo fruto de distintos processos de usos da área. Tais processos por vezes aparecem como reabilitação de imóveis degradados, outras vezes como renovação de áreas obsoletas, ou também podem surgir como empreendimentos completamente novos em áreas de atração recente. Atribui esse padrão ao fato de que o mercado imobiliário apresenta fraca regulação, muito mais do que pelas condições específicas referidas à distância do centro ou de zonas de emprego entre outros fatores.

Salgueiro (1998) chama a atenção para os processos responsáveis pela produção desta nova forma de organização do espaço urbano. Aponta a nobilitação (*gentrification*) e a regeneração como responsáveis pelo fomento da mistura de usos que irá ignorar o padrão de zoneamento funcionalista, criando novas centralidades, aprofundando as relações em rede e, fundamentalmente, contribuindo para o rompimento com a estrutura urbana monocêntrica de base hierárquica. Ao mesmo tempo, esses processos podem ser responsáveis pelo surgimento de implantações do tipo pontual, isoladas ou inseridas entre usos diferentes, que adquirem grande visibilidade e contrariam a organização espacial marcada por manchas de homogeneidade. Na verdade, as alterações apontadas podem ser referidas aos diferentes processos de apropriação do espaço ligados agora a uma tendência intensiva, ao contrário daquela tendência extensiva, em manchas, observada no passado.

Essa apropriação ocorre muitas vezes por grupos, evidenciando o caráter intensivo e exclusivo da fragmentação produzida. Não se verifica, necessariamente, continuidade entre os usos, apesar da contiguidade dos processos.

O aumento da segmentação que se identifica na organização econômica estende-se ao espaço social que tende a pulverizar-se em grande número de grupos diferentes fruto do aumento muito pronunciado da diversificação relacionada com a multiplicação das escolhas e das dimensões consideradas na sua definição. (SALGUEIRO, 1998, p. 43)

Os indivíduos contemporâneos possuem uma capacidade extraordinária de papéis e identidades, o que lhes permite também pertencer a distintas redes de relacionamentos, muitas, inclusive, apenas virtuais, mas que, em sua grande maioria, apontam para uma territorialidade fragmentada, ou seja, “partilhada por diversos lugares afastados” (SALGUEIRO, 1998, p. 44). Os indivíduos frequentam uma série de lugares cuja territorialidade não se

justifica pela continuidade, mas sim pelas diferentes práticas sociais às quais estão envolvidos, são pontos unificados apenas pela lógica dos relacionamentos individuais. Os próprios indivíduos, assim, experimentam o exercício de distintos papéis cuja espacialização é fragmentada, exercida em distintos pontos do espaço, organizados pelos processos sociais e pelos padrões da vida social que passa a ser organizada em locais específicos. Cada local apresenta uma característica própria, relacionada com o papel desempenhado na estrutura social e espacial, adquirindo assim uma força de separação e estranhamento com o entorno que o torna facilmente identificável.

Buscando uma fundamentação na teoria social a autora aponta a perda da solidariedade orgânica, característica da sociedade industrial, em função da divisão social do trabalho e da interdependência entre os indivíduos, como uma das explicações para o novo padrão de fragmentação. A cidade passa a refletir as condições sociais cada vez mais fragmentadas ignorando qualquer princípio de disposição.

Já do ponto de vista das empresas, a autora salienta o aumento daquilo a que chama de liberdade locativa, ou seja, novas condições de localização. Assim, de maneira similar, no comércio também se observa uma mudança no padrão de localização espacial, observando a emergência de grandes superfícies comerciais nas periferias urbanas e nas áreas centrais renovadas, subvertendo a lógica funcional positivista observada pelas teorias tradicionais.

Em conclusão, Salgueiro (1998, p. 48) aponta para o fato de que as mudanças observadas na estrutura urbana apontam para um novo padrão de organização do espaço,

(...) novas formas de produção e de apropriação do espaço levam à substituição da cidade segregada e hierarquizada característica da cidade industrial e à sua substituição por áreas urbanas fragmentadas constituídas por justaposição de entidades diferentes, pelo aumento de oferta de alternativas (no centro e na

periferia, comércio de rua ou no centro comercial, apartamento ou moradia).

Portanto, a autora reconhece, neste novo padrão, o profundo estranhamento existente entre os lugares, sua desvinculação com o entorno circundante e a íntima ligação que existe entre esse processo, de características fortemente espaciais, e os padrões de comportamento observados nos indivíduos na contemporaneidade.

Ressalta-se a grande proximidade do estudo apontado (SALGUEIRO, 1998) e o pensamento ora desenvolvido neste trabalho, haja vista o grande interesse que existe em demonstrar que o padrão de comportamento de organização espacial, que promove a atual estrutura interna das cidades é capaz de promover a existência de lugares com uma espécie de personalidade distinta daquela observada no seu contexto, apontando para uma diferenciação muito grande nos padrões de uso e comportamentos referidos a este lugar.

A nova organização interna das cidades na era pós-moderna está orientada para a periferia e não para o centro como nas cidades modernas. Verdadeiras réplicas das cidades são criadas nas periferias, misturando o entretenimento com o consumo em ambientes profundamente artificiais que são o simulacro nostálgico construído para atrair os indivíduos-consumidores que se afastam da cidade real. Salgueiro e Cachinho (2005) salientam que para compreender a evolução destas relações entre a cidade e o comércio será necessário fazer uma dupla leitura: “por um lado, a que se refere à cidade visível, das paisagens físicas, materiais (*cityscape*) e dos estabelecimentos enquanto lugares de troca e abastecimento” (SALGUEIRO E CACHINHO, 2005, p. 11). É a cidade cuja organização depende de valores de troca, da localização, da centralidade e da acessibilidade.

Mas por outro lado, precisamos também de aprender a cidade invisível, das paisagens imaginárias, da topologia do hiperespaço (*mindspace*), fruto das representações dos indivíduos, alicerçada

na capacidade de comunicação, na teatralidade e no simbolismo dos empreendimentos comerciais, desenhados e geridos enquanto lugares de experiências. (SALGUEIRO E CACHINHO, 2005, p. 11)

Neste sentido, são construídos modelos, ou pelo menos paradigmas, que orientaram teorias que buscaram dar conta do movimento destas relações que levam em conta o comércio e o consumo como processos fundantes na organização da estrutura intra-urbana. Primeiramente a industrialização, alicerçada no grande aumento da capacidade de produção e na necessidade de expandir os mercados de produção adequando a forma urbana às necessidades da acumulação. Depois da Segunda Guerra Mundial surge a sociedade de consumo de massas, onde a lógica da mercadoria e das leis de mercado orientadas pela oferta e procura dos produtos no mercado orienta o consumo. Já se apontava um terceiro momento, em que a troca simbólica dinamiza a mudança. Aqui se aponta um sentido importante deste ensaio, que se propõe justamente a investigar este último modelo, em que a cidade invisível, alimentada pelos desejos, pelas práticas e experiências dos indivíduos-consumidores, orienta a estruturação do espaço intra-urbano. Aqui não se pode negligenciar a importância do simbolismo, do imaginário e o papel que exercem nas práticas de consumo e, ao final, na organização espacial dos sistemas comerciais e urbanos. Esta situação foi que levou a passagem dos “espaços de comércio” aos “lugares de consumo”, sobejamente orientados pelo simbolismo das lojas e das mercadorias. Novamente Salgueiro e Cachinho (2005, p. 19) apontam que esta situação justifica todas estas metamorfoses que notamos nos estabelecimentos comerciais, efetivados por sofisticadas técnicas de marketing e design, “de ilusão e alusão com as quais se induzem os indivíduos-consumidores e se transformam os pontos de venda em mercadorias, destinadas a serem consumidas, à semelhança dos objectos, das marcas e dos produtos transaccionados no seu

interior”. Em estudo recente, também Cachinho (2002) demonstrou como os estabelecimentos comerciais têm se transformado para além da materialidade e se transportado para o mundo dos intangíveis, dos símbolos e signos que alimentam as experiências do consumo.

Neste sentido é fundamental para o estudioso urbano analisar a lógica que preside estas práticas e que relações se estabelecem entre este padrão e a maneira como a cidade se estrutura para o atendimento deste paradigma. A organização do espaço intra-urbano se altera profundamente, e já não podemos mais pensar, planejar e orientar as práticas urbanas voltadas para um modelo de cidade que se metamorfoseia à nossa frente. É preciso entender que movimentos físicos serão decorrentes da busca por estas novas formas comerciais que surgem para dar atendimento a esta magia do consumo pós-moderno. Aqui a cidade se orienta para uma estrutura que foge a lógica racional da centralidade, se orienta muito mais pelo deslocamento e acessibilidade. Assim se justifica a produção de um espaço urbano orientado mais pelo deslocamento do que pela permanência, mais pelo efêmero e transitório do que pelo durável e estável, enfim, mais pela metamorfose do que pela cristalização.

Nesse sentido, falar em fragmentação social ou espacial exige agora um aprofundamento do próprio termo, pois não se trata mais e apenas de rupturas simples no contexto da cidade, mas de verdadeiras interrupções entre os padrões vigentes. Existem cidades dentro de nossas cidades contemporâneas, cada qual seguindo a lógicas tão específicas que fazem parecer uma realidade própria, sem nenhuma relação com o entorno circundante.

As Múltiplas Personalidades da Metrópole Contemporânea: a ideia de esquizofrenia aplicada aos estudos urbanos

A esquizofrenia é entendida pela medicina hoje, não exatamente como uma doença, apenas, mas como um conjunto de

sintomas que atingem as pessoas. Ainda assim, compõe o grupo das psicoses e é um transtorno psíquico severo caracterizado por uma série de transtornos dissociativos que se caracterizam basicamente por uma fragmentação das estruturas básicas dos processos de pensamento acabando por dificultar o entendimento entre experiências internas e externas. Afeta o cérebro e interfere no pensamento, nas emoções, nas percepções e no comportamento (NIMH, 2009). O que aqui de fato chama a atenção na definição da doença e sua possível analogia com a organização geral da sociedade atual são as manifestações típicas da esquizofrenia entendidas como delírio de identidade, alteração da sensação do “eu” e alucinações. Estas características estão presentes na cidade produzida na atualidade, em que os lugares podem ser identificados pela sua exclusividade e se tornam unidades autônomas completamente dissociadas do resto do espaço; ou em lugares em que o uso por uma parcela da sociedade é tão específico que o torna território de uma tribo ou facção; ou ainda em lugares produzidos para expressar padrões anacrônicos e sem identidade com o contexto histórico. Ou seja, se aponta para uma cidade cuja produção se assemelha a de uma personalidade esquizofrênica: múltipla, descontextualizada e sem identidade.

Mas não é exatamente e apenas o significado clínico do termo que nos leva a sugerir a existência de uma cidade com características esquizofrênicas. Na verdade, tomamos emprestada a expressão de Deleuze e Guattari (1976 e 1997) que demonstram como significados fixos e crenças são subvertidos pela lógica do dinheiro no capitalismo. Em o *Anti-Édipo* (DELEUZE e GUATTARI, 1976), os autores transitam entre os conceitos e as metáforas que constroem na interpretação pós-moderna de Freud, Marx e Nietzsche. O capitalismo produz esquizofrenia, e esta construção se constitui em uma tendência e um objetivo da sociedade capitalista no seu desenvolvimento histórico (HOLLAND, 1999). Em contrapartida a esta tendência de subverter tudo à lógica capitalista, os autores chamam de paranoia o oposto, qual seja, um

sistema de crenças onde todos os sentidos restam permanentemente fixados e exaustivamente definidos por uma autoridade suprema. Aqui a paranoia representa aquilo que é arcaico no capitalismo, o ressuscitar do obsoleto ou tradicional, enquanto a esquizofrenia designa os aspectos potencialmente positivos do capitalismo: liberdade, ingenuidade, revolução permanente. Mais adiante, em *Mil Platôs* (DELEUZE e GUATTARI, 1997), aprofundam estas ideias (ABREU FILHO, 1998).

Deleuze e Guattari merecem uma leitura aprofundada também por parte dos urbanistas, tanto pela sua complexidade quanto pela possibilidade de uma interpretação que ultrapasse os axiomas da modernidade. Oferecem assim, uma possibilidade de apontar para estruturas da semiótica na explicação da estrutura social e desenvolvimento. Este estudo se propõe a realizar a análise de como estes conceitos e esta postura paradigmática podem ser aplicados à leitura e interpretação da realidade urbana.

As metamorfoses do comércio e a permanência do capitalismo

Ao longo do tempo as transformações verificadas no modo de produção capitalista ensejam mudanças também no comportamento do comércio e do consumo. Os consumidores mudam, o comércio muda, tudo ao mesmo tempo e de maneira quase imperceptível, às vezes, ou de modo abrupto, outras. A cultura moderna foi capaz de introduzir o consumo em massa e a industrialização propiciou a produção de bens de consumo de uma maneira tão veloz que introduziu também novas necessidades. Se a produção industrial se orientou pelas necessidades, em um primeiro momento, foi capaz de produzir necessidades, logo em seguida, se antecipando às demandas dos consumidores e mesmo induzindo-as. Também as formas do espaço comercial se alteraram, atendendo as mudanças da tecnologia e se adequando às novas exigências do capitalismo em mutação permanente. Desse modo, o espaço do terciário também sofre mutações: o grande

magazine do início da modernidade se transforma na loja de departamentos que evoluiu para o *Shopping center* e continua em mudança. O espaço urbano onde ocorre o comércio também se transforma, procurando atender às exigências colocadas pelas metamorfoses do modo de produção: o comércio urbano centralizado se pulveriza, os centros se adaptam aos pedestres, as formas antigas cedem lugar aos novos usos e funções e se adaptam continuamente seguindo o movimento do tempo. Quando não acompanha esse movimento, o comércio se desloca, produz novas centralidades, abandona os sítios originais e provoca mais transformações no velho e no novo lugar. Todas essas transformações ocorrem pelas adaptações do modo de produção capitalista ao movimento da história, no sentido de manter sempre sua hegemonia, sobrevive (LEFEBVRE, 1973). Ao sobreviver, pela metamorfose, provoca movimentos similares em outros setores, como no comércio, provocando, do mesmo modo, metamorfoses. A este respeito estudo anterior (VIEIRA, 2002), aprofunda esta discussão.

Cultura: Modernidade, Pós-Modernidade e Hipermodernidade

Mesmo ciente de todos os riscos que acarretam os reducionismos na análise de grandes períodos, se tem como lícita a consideração de que alguns elementos são fortemente condutores do pensamento e da interpretação da realidade em determinadas épocas e lugares. Assim, se admite que o paradigma da ciência e da cultura medieval foi fortemente impregnado pelas ideias teológicas, sendo a explicação divina a preponderante na análise da realidade. A razão humana só ganhou força com o Iluminismo e, seu desenvolvimento, implicou na adoção de princípios racionais que alimentaram toda a modernidade. Justamente estes fatos permitem apontar para a ultrapassagem destes períodos, pois já vivenciamos uma época em que o racional não dá conta de analisar, interpretar e explicar a realidade que vivenciamos. Assim,

se aponta uma época em que a regência do pós-racional se torna cada vez mais evidente, indicando o surgimento de um paradigma baseado na subjetividade, no imaginário, no simbólico ou, para resumir em uma única palavra, no virtual, entendido como possibilidade e como características associadas ao indivíduo. Portanto, se trata de um tempo pós-moderno, de uma lógica pós-racional, de uma hipermodernidade.

O estudo propõe uma revisão teórica acerca do tema em busca de uma conceituação que indique a prevalência da hipermodernidade. Neste sentido, a obra de Gilles Lipovetsky marcou profundamente a interpretação da modernidade, desde *L'Ère du vide* (LIPOVETSKY, 1983), quando começa a apresentar o que será considerado como o paradigma individualista. E continuou explorando todas as características deste indivíduo contemporâneo: o reino da moda, as metamorfoses da ética, a exploração do luxo e as mutações da sociedade de consumo, de modo geral. A segunda revolução moderna, a hipermodernidade, se caracteriza pelo hiperconsumo, e pelo hipernarcisismo. Um consumo que se realiza em função de fins e critérios individuais e de acordo com uma lógica emotiva e hedonista (LIPOVETSKY, 2004). Fala-se, portanto de uma cidade liberal, caracterizada pelo movimento, pela fluidez, pela flexibilidade. Aponta-se para um tempo líquido, no sentido que também é usado por Bauman (2007). Aqui também se propões uma revisão das obras destes autores, e de outros, visando o estabelecimento de um contexto histórico-filosófico cultural que dê sustentação à análise da produção do espaço urbano comercial sob a lógica deste paradigma.

A cidade metamorfoseante da hipermodernidade, orientada pelas práticas simbólicas e imaginárias produz uma estrutura interna que se aproxima muito do modelo de um rizoma. Novamente aqui se recorre a Deleuze e Guattari (1997) para utilizar a analogia ao conceito botânico que nos indica a extensão do caule ligado a sucessivos brotos. Há muita semelhança com o

padrão geométrico fractal, quando se observa que uma estrutura se reaplica infinitas vezes e, ainda que mantenha o padrão original forma uma estrutura nova a partir dali. A cidade hipermoderna é assim, produzida em cada novo lugar criado sob a ordem simbólica do consumo, reconstruída a partir de um novo ponto, que a reproduz, mas não a repete, em um processo que se multiplica e que cria um emaranhado de vias que conectam nós, que percorrem espaços amorfos (efeito túnel) e que estrutura à custa da atração do imaginário.

O que orienta estas práticas, mais do que a hierarquia estruturante do modelo da cidade do consumo de massas da modernidade, é uma sociedade dirigida pelo espetáculo (DEBORD, 1992). A cidade se transforma em uma mercadoria e as formas produzidas acompanham esta lógica, se transformam em produtos. Os consumidores, da lógica de satisfação individual, buscam não apenas bens para saciar suas necessidades básicas, mas sim a satisfação de desejos, sonhos, fantasias e toda uma gama de simbolismo e imaginário que orienta o consumo.

O Lugar da Memória na Cidade Contemporânea

Resumidamente, a cidade pode ser entendida como um agrupamento de população que não produz por si mesmo os meios de sua subsistência. Trata-se de uma realidade física, resultante de um complexo processo social e de divisão social do trabalho. Seja como for, concordamos com Ascher (2001) quando afirma que todo o processo de crescimento das cidades ao longo da história está diretamente associado às técnicas que possibilitam o transporte e também a armazenagem de bens, pessoas e informações. Os bens são absolutamente necessários para abastecer a população cada vez mais numerosa e garantir a sobrevivência em qualquer época do ano. Para isso foram necessárias mudanças nas técnicas de produção e armazenagem de produtos, garantindo sempre e cada vez mais a sobrevivência das

peças. Por outro lado, a organização e a divisão do trabalho são extremamente dependentes das informações de registro e de contabilidade em todas as sociedades. Por fim, sobretudo o tamanho das cidades, associado ao seu contingente de pessoas, tem estado muito relacionado com as técnicas de transporte (fluxos) e de armazenagem das pessoas (habitação). Assim, as técnicas que permitem a construção em altura, a gestão urbano dos fluxos, do abastecimento, da água, da energia e de todas as necessidades de controle e proteção garantem o permanente crescimento das cidades até então.

A partir daí, pudemos organizar alguns modelos ou paradigmas de crescimento urbano, já apresentados, que estão em acordo com as ideias de urbanização e modernização cujos componentes principais podem ser identificados na individualização, na racionalização e na diferenciação social. Como se trata de um processo que ocorre em distintos contextos, obviamente não é possível generalizar e tratar o fenômeno como sendo único. Em primeiro lugar, pode-se observar que ao longo desse processo a representação do mundo migra para um lugar cada vez mais centrado na própria pessoa. O uso da linguagem na primeira pessoa, o eu ao invés do nós, implica em uma mudança de perspectiva que surge no final da Idade Média. Ao longo do tempo, cada vez mais se torna clara a apropriação individual dos lugares e das lógicas antes coletivas. Caminha-se em direção a uma exacerbação sem precedentes das concepções individuais, que se torna cada vez mais crescente. Do mesmo modo, a substituição progressiva da tradição pela razão se torna cada vez mais evidente nas relações sociais. A sociedade, no processo de modernização constante, se torna cada vez mais racional. Por fim, a diferenciação social é cada vez mais gritante, fazendo aparecer uma diversidade de funções para grupos e indivíduos. Certamente esse processo está associado à divisão técnica e social do trabalho, que resulta da dinâmica da economia e do mercado. A diferenciação produz a

diversidade e a desigualdade, produzindo uma sociedade cada vez mais complexa.

Associado a esse processo de modernização podemos relacionar os paradigmas urbanos gerados. Na Antiguidade a cidade política foi a evidência mais concreta da realidade. Expressava os preceitos religiosos e militares que constituíam as principais justificativas da cidade e dos grupos sociais que as habitavam. Já na Idade Média, as cidades se protegeram atrás das muralhas, diante de um mundo hostil e pouco seguro que se organizava em corporações e ao redor do mercado, das igrejas e da dependência do senhor feudal. A cidade industrial, resultante da modernidade, foi a que melhor incrementou o processo de fragmentação espacial associado ao complexo emaranhado social resultante do desenvolvimento do capitalismo.

Com isso, seguimos um processo de modernização que nos aponta para três revoluções urbanas. A primeira revolução urbana, fruto da primeira fase da modernidade, vem junto com a transformação do pensamento e a mudança do lugar da religião na sociedade. Trata-se de um momento de emancipação política, do nascimento do Estado-Nação e do desenvolvimento das ciências. Fruto do capitalismo mercantil e depois industrial se desenvolve a Cidade do Renascimento e da Idade Média, que se caracteriza pela racionalidade, feita para indivíduos diferenciados. Há aqui a nítida ambição de poder controlar o futuro e a cidade se torna também projeto, marco espacial de uma nova sociedade.

A segunda modernidade nos trás também a segunda revolução urbana, agora já com a produção de bens e de serviços subordinados ao capitalismo e ao pensamento técnico. Trata-se de um Estado que busca o bem estar social. O crescimento demográfico das cidades é um processo cada vez mais evidente no mundo todo, o desenvolvimento do capitalismo industrial mostra uma faceta cada vez mais desumanizada dessa lógica no empobrecimento da população. A própria cidade se organiza de acordo com a lógica industrial da especialização (separação e

simplificação), gerando um zoneamento urbano plenamente visível no espaço.

Logo se chega a terceira modernidade e com ela à terceira revolução urbana. Observa-se uma crítica ao funcionalismo, há um processo cada vez mais real de aceleração do tempo com a diminuição dos tempos de deslocamentos. A cidade é cada vez mais racional, individualista e diferenciada. A terceira modernidade nos apresenta uma sociedade que se organiza analogamente como os hipertextos que circulam no mundo virtual, mostrando cada indivíduo como integrante de uma rede complexa de pertencimentos e relações. Por outro lado, os vínculos sociais se tornam cada vez mais fracos. A estrutura de redes torna os indivíduos interdependentes. A produção, apropriação, venda e uso do conhecimento, das informações e dos processos apontam para um capitalismo cognitivo. As incertezas geram o fim do futuro previsível e planificável.

Tudo isso aponta para a necessidade de revisão de nossos fundamentos teóricos e metodológicos na análise da realidade urbana. Nossas cidades, e a urbanidade que delas decorre, sempre se definiram por valores claros de permanência, diversidade, memória e consistência. Entretanto, a contemporaneidade aponta para organizações do espaço urbano que tendem a repudiar todos esses valores. Vásquez (2011) ao analisar as cidades estadunidenses do “Cinturão do Sol” (*Sunbelt*) chamou aquelas cidades, à semelhança dos processos contemporâneos, de antípolis. Pois, a permanência, que deveria ser garantida pela estabilidade temporal das formas e dos processos, foi substituída pelo primado da obsolescência, pela destruição criativa e por uma “arquitetura efêmera”, cuja lógica é a substituição constante. A diversidade, que deveria estar presente pela diferenciação múltipla, passa a ser substituída por uma homogeneidade indiferenciada, por “cidades genéricas” que vão se multiplicando e crescendo nas periferias. A consistência, antes garantida pela matéria construída, por um patrimônio arquitetônico rico e sólido, passa a ser representada

por uma cidade de baixa densidade, por casas unifamiliares, onde o uso do automóvel faculta o “salto por cima” ou o “efeito túnel”, que transporta as pessoas entre os pontos de interesse, produzindo uma cidade mais e mais inconsistente, pois sempre pautada na lógica do indivíduo.

Por fim, a memória nas cidades contemporâneas, que deveria ser garantida por uma substância histórica, que nossas cidades sempre herdaram de suas relações antigas com a produção do espaço urbano por sociedades com valores diferentes, passa a ser a cidade da “amnésia urbana”, onde o esquecimento e a destruição do passado são quase uma tônica. Os indivíduos não se encontram nos vestígios que os unem às histórias de outros que construíram o que já não existe. Não há repositórios para a memória.

Considerações finais

É sobre esse processo que se propõe uma importante reflexão que aponte em outro sentido. É necessário garantir que nosso futuro seja construído com base em valores que expressem a nossa identidade. Valores que garantam a possibilidade de permanência e de conexão com o passado. Que seja capaz de propiciar a construção de um sistema de valores, que garantam a existência da diversidade, da consistência e, sobretudo, da memória. Nossas cidades não podem ser fruto da instantaneidade, precisam de um tempo longo de construção, para que se criem os laços e os desejos que garantam esses valores.

Referências

ABREU FILHO, Ovídio. *Resenha*. Mil platôs. Revista Mana. Vol. 4, n. 2. Oct, 1998. Rio de Janeiro: UFF.

ASCHER, François. *Los nuevos principios del urbanismo*. Madri: Alianza, 2001.

- BAUMAN, Zygmunt. *Liquid times. Living in an age of uncertainty*. Cambridge: Polity, 2007.
- CACHINHO, Herculano. *O comércio retalhista português*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica, 2002.
- DEBORD, Guy. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- HOLLAND, Eugene. *Deleuze and Guattari. Anti O edipus: Introduction to schizo analysis*. London: Rotledge, 1999.
- LEFÈBVRE, Henri. *La survie du capitalisme. La re-production des rapports de production*. 2 ed., Paris: Anthropos, 1973.
- LIPIETZ, Alain. *Le tribut foncier urbain*. Paris: Maspero, 1974.
- LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. *Les temps hypermodernes*. Paris: Grasset, 2004.
- LIPOVETSKY, Gilles. *L'Empire de l'éphémère. La mode et son destin dans les sociétés modernes*. Paris: Gallimard, 1987.
- LIPOVETSKY, Gilles. *L'Ère du vide. Essais sur l'individualisme contemporaine*. Paris: Gallimard, 1983.
- NIMH (The National Institute of Mental Health). *Schizophrenia*. Bethesda, USA: NIMH, 2009.
Disponível <<http://www.nimh.nih.gov/health/publications/schizophrenia/schizophrenia-booklet-2009.pdf>>. Acessado em 24 fev 2010.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. *Cidade pós-moderna: espaço fragmentado*. Revista Território, Lisboa, n. 4, p. 39 - 53, 1998.
- VÁSQUEZ, Carlos García. *Antípolis*. Barcelona: Gustavo Gili, 2011.

Camadas da memória patrimonial de uma cidade

Eduardo Roberto Jordão Knack¹

Considerações iniciais

A presente proposta de trabalho para a mesa redonda sobre patrimônio e cidades inicialmente previa a apresentação de uma pesquisa desenvolvida entre 2012-2016 que resultou na minha tese de doutorado, sobre as operações de construção/seleção da memória histórica de Passo Fundo em função das comemorações do seu centenário em 1957. No entanto, acabei preparando uma fala que vai por um outro caminho. Achei que seria importante, mais que apresentar uma pesquisa já concluída sobre uma cidade, rever os caminhos que eu trilhei até chegar no projeto de pesquisa e na tese. Claro que o objetivo não é traçar uma biografia pessoal ou mesmo profissional, o que seria enfadonho e sem sentido.

Dessa forma, a presente apresentação está organizada em torno de três projetos em que me engajei ao longo da minha trajetória profissional, que, para essa apresentação, foram caracterizados como "camadas da memória patrimonial de uma cidade". O primeiro foi um projeto em que trabalhei como

¹ Graduado e Mestre em História pela UPF, Doutor em História pela PUCRS, Pós-Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPel. E-mail: eduardorjk@yahoo.com.br

estagiário no Museu Histórico Regional de Passo Fundo, ainda na época da minha graduação - que seria a primeira camada, ou a superfície dessa memória; os estudos que resultaram desse projeto contribuíram para meu ingresso no mestrado em história (KNACK, 2007), pois me impulsionaram a pesquisar algumas questões envolvendo o patrimônio histórico de Passo Fundo/RS - a segunda camada, momento de transposição da superfície; e posteriormente minha tese de doutorado (KNACK, 2016a), que, embora com um recorte diferente da dissertação, não deixou de ser um trabalho onde aprofundi algumas questões que apareceram durante a pesquisa no mestrado - a terceira camada, momento em que procurei entender o centro de alguns problemas em torno da constituição da memória patrimonial dessa cidade.

Ao comentar sobre essa trajetória de pesquisa, vou buscar evidenciar alguns pontos que entendo como importantes para o trabalho dos pesquisadores que buscam se debruçar sobre o patrimônio e a memória de uma cidade. Além de apresentar um trabalho, o objetivo também é proporcionar um momento para refletir sobre possíveis caminhos que os interessados em estudar esse aspecto de uma cidade podem percorrer. Uma espécie de esforço metodológico para descobrir camadas da memória patrimonial de uma urbe.

A primeira camada: projeto do passeio histórico e cultural

O projeto que despertou meu interesse sobre o patrimônio durante meu estágio no museu foi a elaboração de um roteiro para um passeio histórico e cultural pela área urbana da cidade. Todos os estagiários do museu se envolviam em atividades de pesquisa para elaboração de exposições temáticas, sob a coordenação de uma professora responsável pelas atividades pedagógicas do museu. O trabalho que impulsionou minhas atividades enquanto pesquisador foi o estudo da história de Passo Fundo, localizada no planalto médio do Rio Grande do Sul, para elaboração de uma

exposição sobre o patrimônio arquitetônico da cidade. A partir dessa pesquisa elaboramos um roteiro com alguns pontos (edificações) que remetiam a diferentes fases do desenvolvimento urbano para oferecer um passeio histórico cultural aos munícipes que acompanhava o crescimento do centro da cidade.

Assim, para comentar sobre a fundação do povoado na década de 1820 até fins do século XIX (período em que a cidade mantém praticamente a mesma configuração urbana), foram selecionados alguns espaços que remetiam ao período em questão - a Praça Tamandaré (local onde foi construída a primeira capela do lugar), o Chafariz da Mãe Preta, um trecho da Avenida Brasil (antiga estrada das tropas) e a Casa Barão (um armazém). A segunda etapa do passeio era a Estação Férrea da Gare, concluída em 1898. A instalação da estação e a passagem da estrada de ferro assinalaram uma transformação na configuração da cidade, mudando os rumos do crescimento urbano e influenciando decisivamente na economia local. A partir da estação também percorríamos o entorno do prédio, onde ainda existiam algumas casas de trabalhadores da estação, embora descaracterizadas. Além desse ponto, também faziam parte do trajeto os hotéis Glória e Roma, pois estavam vinculados diretamente ao crescimento que a estação proporcionou.²

Posteriormente, retornávamos ao museu, que faz parte de um complexo cultural que também abriga os prédios do teatro e da academia de letras (que abrigaram no passado, respectivamente, a Intendência/Prefeitura Municipal; o legislativo municipal; e um clube político de tendência republicana). Esses prédios também eram associados com o desenvolvimento da cidade e sua consolidação política e econômica no início do século XX,

² É possível encontrar mais detalhes sobre o desenvolvimento urbano de Passo Fundo e sobre o roteiro desse passeio em: KNACK; AIMI, 2012.

especialmente o prédio da Intendência (onde é localizado o museu).³

Basicamente esse era o percurso do passeio, que girava em torno de três momentos da história da cidade e de sua configuração urbana. Ao longo do passeio haviam mais lugares incluídos, no entanto o núcleo do trajeto foi definido a partir desses espaços. O trabalho nesse projeto me proporcionou o conhecimento sobre a superfície da memória patrimonial de Passo Fundo e revelou algumas das questões que conduziram a pesquisa que resultou na minha dissertação de mestrado. Quando falo que esse estudo levou ao conhecimento da superfície, não significa que o trabalho no projeto tenha sido superficial, e sim que naquele momento foi importante reunir informações históricas e biográficas dos lugares e edificações que passariam a compor o trajeto. Mesmo assim, algumas questões mais profundas já se tornavam evidentes.

Questões como: a falta de representatividade (naquele momento) na memória patrimonial de grupos como indígenas, caboclos, escravos e operários. Ao comentar sobre o período inicial da formação do povoado, o único lugar que possibilitava uma referência aos índios e escravos era o Chafariz da Mãe Preta (que também é conhecido por Chafariz da Mãe Índia), que remetia a uma lenda local, ou seja, faz parte do folclore da região. Diz respeito a uma escrava do Cabo Neves (militar que construiu uma estância que daria origem ao município), que perdeu um filho e começou a chorar naquele local, dando origem à fonte, que seriam suas lágrimas. De acordo com a lenda, quem beber daquela água sempre retornaria para a cidade. No entanto, percebíamos a falta de um espaço que remetesse aos escravos enquanto sujeitos históricos, e não parte do universo de lendas regionais.

³ Maiores informações sobre o Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto e a Estação Férrea da Gare podem ser encontrados em: KNACK, 2013.

Outro questionamento inicial que impulsionou minhas pesquisas posteriores foi a relação das edificações com o processo de transformação e modernização urbana. A maioria desses exemplares da primeira metade do século XX estavam associados ao desenvolvimento econômico da cidade e/ou com a afirmação de uma memória política da região. Os prédios como a estação férrea, os hotéis, a intendência municipal apareceram, durante essa pesquisa, como um exemplo dessa face do patrimônio de Passo Fundo.

A segunda camada: modernização do espaço urbano e patrimônio histórico

Esses dois questionamentos motivaram minha pesquisa desenvolvida no mestrado, pois despertaram meu interesse em investigar qual era o valor histórico atribuído aos bens patrimoniais tombados pelo município, ou o que justificou sua preservação frente à outras edificações e lugares que poderiam ter sido alvo das políticas públicas. Basicamente o que eu procurei esclarecer foi a operação de seleção e construção social de uma memória patrimonial por parte do poder político, bem como quais foram os elementos que fundamentaram sua preservação.

Ou seja, tratava-se de uma pesquisa que incidia sobre as opções adotadas pelo poder público e o contexto de ativação patrimonial (PRATS, 1998) dessas edificações/lugares, envolvendo os valores, os discursos que embasaram a patrimonialização de um conjunto de edificações da cidade. Esse conjunto de prédios e lugares foram tombados entre 1990 e 2002, então esse foi o recorte temporal do trabalho, mas era necessário empreender uma pesquisa sobre períodos anteriores a esse momento, visto que era importante identificar o gatilho que despertou o interesse dos poderes locais no patrimônio. As fontes primárias de pesquisa eram, fundamentalmente, os processos de patrimonialização

movidos pela Câmara de Vereadores no período identificado como essa primeira fase dos tombamentos municipais.⁴

Entre os processos analisados estavam o projeto para tombamento do prédio banco da Província; da cervejaria Serrana; da Estação Férrea; a Igreja Metodista; prédio do Instituto Educacional Metodista; o conjunto arquitetônico que compreendia os prédios da intendência, da câmara de vereadores e do clube político Pinheiro Machado. Mas só foi possível compreender o contexto que impulsionou o tombamento dessas edificações a partir de uma pesquisa em décadas anteriores, especialmente entre 1970 e 1980.

A partir da imprensa local, foi possível perceber que existiu uma ênfase por parte de forças políticas e econômicas na modernização da cidade. Não constituía apenas um apelo ao desenvolvimento da economia, mas uma defesa de um imaginário progressista. Passo Fundo era entendida por muitos dos políticos e jornalistas analisados nesse período como um capital da região norte do estado, e sua fisionomia urbana que ainda lembrava o século XIX deveria ser reconfigurada. A verticalização do espaço urbano, ao lado de outras bandeiras levantadas pela imprensa (como industrialização), figurava como uma representação do progresso que deveria ser a marca de um centro regional. Esse apelo ao progresso desencadeia os primeiros projetos de preservação patrimonial em Passo Fundo no início de 1990, muitos dos quais apresentam claramente, como justificativa, a perda de outras edificações históricas.

Esse processo de transformações é agravado, especialmente a partir de 1970 quando o crescimento populacional aumenta vertiginosamente no município em função de transformações que

⁴ Essa primeira fase de tombamentos esteve restrita aos grupos políticos, com pouca participação da sociedade civil. A partir do início da década de 2000 discussões e debates sobre o patrimônio começam a aparecer com maior ênfase no município, tanto em discussões na mídia como em atividades de ensino e pesquisa em diferentes instituições educacionais. Para maiores informações sobre essas diferentes fases de patrimonialização em Passo Fundo consultar: KNACK, 2016b e KNACK, 2017.

ocorriam no interior do planalto médio rio-grandense, que levaram grandes contingentes populacionais a buscarem alternativas de vida no mundo urbano. A preocupação com reforma urbanas, com valorização dos espaços centrais (especulação imobiliária), com as necessidades de industrialização como principal força geradora de empregos desconfigurou a paisagem arquitetônica da cidade.

Dois casos particulares foram exemplares para esclarecer as questões relativas a modernização urbana e as operações de seleção/construção da memória. A Casa Gabriel Bastos, uma edificação que, embora não fosse tombada, era protegida por uma lei de 2002 que indicava seu tombamento, acabou sendo derrubada em função da crescente valorização da área (localizada no centro da cidade). Gabriel Bastos foi uma das lideranças do Partido Republicano Rio-Grandense na região no início do século XX, fundador do Banco Popular (que funcionou no mesmo prédio de sua casa) e, mesmo com suporte de uma indicação para tombamento, sua memória não resistiu ao processo de verticalização que invadiu a cidade com maior intensidade a partir do início da década de 1990.

Outro destaque foram as discussões contidas no projeto de lei que tombava os prédios do poder público, com ênfase no problema que gerou o tombamento do prédio do Clube Pinheiro Machado (hoje Academia Passo-Fundense de Letras). Esse prédio estava completamente comprometido, a discussão na Câmara de Vereadores girou em torno da preservação apenas da fachada ou da preservação de todo o prédio, implicando em uma reconstrução mais aproximada possível da construção original. Esse foi o único processo em que uma instituição externa, o IPHAE, foi consultado, indicando que seria importante a preservação de todo o edifício, o que acabou não ocorrendo. A partir da fachada, o interior do prédio foi completamente reformulado.

Durante essa pesquisa, busquei edificações que poderiam ser importantes para outros grupos, além dessa memória política e

econômica que o patrimônio tombado representava. Chegou ao meu conhecimento o projeto de restauração do Clube Visconde do Rio Branco, um projeto elaborado por Maria de Lourdes Isaias, representante dos movimentos de cultura afro-brasileira na cidade. Esse prédio, de propriedade de sua família, foi uma associação beneficente fundada na primeira década do século XX por escravos para ajuda mútua desse grupo. Ao longo dos anos teve vários usos, se transformando em um clube/centro cultural administrado pela sua família.

Esse prédio encontrava-se abandonado, em uma situação muito similar ao da Academia Passo-Fundense de Letras, e no projeto elaborado por Maria de Lourdes, estava previsto a doação do prédio e do terreno para prefeitura, desde que a edificação fosse reconstruída com a finalidade de abrigar um centro de cultura afro-brasileira. Esse projeto não encontrou respaldo junto ao poder público. Na análise do projeto dessa senhora era perceptível a necessidade de inclusão da memória de sua família e do Clube Visconde como patrimônio municipal devido a exclusão e omissão da historiografia regional sobre o papel dos africanos e afro-descendentes na história passo-fundense e rio-grandense.

A terceira camada: história e memória nas comemorações do centenário

A dissertação de mestrado possibilitou uma investigação mais profunda sobre o patrimônio da cidade. A partir dessa pesquisa foi ressaltada a relação entre transformações urbanas que levaram a um processo de verticalização e de especulação imobiliária com a memória patrimonial, especialmente na área central, bem como levou à conclusão de que esse patrimônio, em suas justificativas legais, cristalizava uma memória política e do desenvolvimento econômico da região, própria de grupos pertencentes a elites da cidade, deixando de lado outros grupos, tais como os descendentes de escravos e operários. Embora

houvesse vestígios desses sujeitos no cenário urbano, não foram alvo das políticas de preservação dos anos 1990. Também foi percebido que embora o conjunto desses bens tombados naquela década fizesse referência ao desenvolvimento econômico e urbano (bancos, indústrias, estação ferroviária), foi justamente a aceleração desse processo que estava ameaçando seu desaparecimento, o que conduziu a iniciativa dos vereadores em apresentarem projetos de preservação. Essas edificações remetiam uma primeira modernidade.

Essa modernidade pode ser entendida como um turbilhão de acontecimentos, desde avanços científicos, tecnológicos, até a explosão demográfica, o rápido crescimento urbano e o impressionante desenvolvimento dos sistemas de comunicação. Essas são as características da modernidade, e, durante o século XX, "os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm chamar-se de modernização." (BERMAN, 1986, p.16). Essas edificações que foram preservadas fazem parte do que Bauman (2001, p.21) chamou de "estágio sólido da modernidade". Não bastava ser um centro regional, era necessário parecer com uma capital, e para isso a modernização urbana era essencial. No entanto, quando foram construídas eram representação do progresso, e quando seu tombamento se tornou necessário se encontravam ameaçadas pela verticalização e especulação imobiliária, ou seja, se tornaram "obsoletas" e um entrave para um novo estágio do progresso municipal.

Essa necessidade de se afirmar como um centro regional conduziu as primeiras transformações urbanas após a instalação da estrada de ferro (embelezamento das praças, calçamento das ruas, a construção de uma nova sede para a Intendência, novos hotéis, bancos). Mas a partir de um determinado momento, as mesmas construções que era admiradas como representação do progresso e da modernidade passaram a ser demolidas por uma nova fase do mesmo turbilhão que as impulsionou inicialmente -

tudo o que é sólido se desmancha no ar - ocorre uma mudança no "regime de historicidade" (HARTOG, 2013), que orienta o valor atribuído aos espaços urbanos. De um progresso futurista (a cidade deveria ser um centro regional em um futuro próximo) para um presentismo, um progresso no "agora" pautado pelas possibilidades de lucro gerados pelo crescimento populacional e pelo aquecimento do mercado imobiliário.

As comemorações do centenário de Passo Fundo em 1957 constituem uma espécie de ápice dessa necessidade de modernização e crescimento urbano. E foi a busca pela construção, ou legitimação desse imaginário progressista que mobilizou minha pesquisa durante o doutorado em história. Essa era uma oportunidade em que a cidade estaria em foco nacional. Foram planejadas uma série de atividades com essa finalidade, especialmente a VII Festa Nacional do Trigo (a agroindústria era a principal aposta da economia local naquele contexto), que contou com a presença do governador e do vice-presidente. Foi um momento de afirmação de Passo Fundo como capital do planalto, cidade apta para receber investimentos, capaz de suportar crescimento populacional e econômico.

Para garantir a organização urbana e apresentar, nessa data, um planejamento para o futuro, a prefeitura encomendou, no início de 1950, o I Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para cidade, que foi aprovado pelo legislativo em 1957. Esse plano foi elaborado pelo escritório do arquiteto e urbanista Edvaldo Pereira Paiva, e apontava como uma das necessidades uma reconfiguração estética da área central. Embora esse plano não tenha causado um impacto muito profundo (boa parte de suas propostas não foram concretizadas), ele se adequava ao interesse de grupos políticos e econômicos que estavam envolvidos na organização dos festejos do centenário. Ele possibilitava apresentar uma cidade futura, adequada para receber investimentos e com capacidade para suportar um crescimento populacional de forma ordenada.

Os grupos responsáveis pela organização das comemorações do centenário começaram a se reunir, de acordo com pesquisa na imprensa e nas atas do Instituto Histórico de Passo Fundo, ainda no início da década de 1950. Os integrantes dessa comissão pró-centenário eram membros do poder político (de diferentes partidos, mas com destaque ao PTB, agremiação que governava o município naquele período), de uma elite letrada (jornalistas, professores, advogados, fotógrafos) e empreendedores (industriais, comerciantes). A imprensa foi uma peça chave para mobilização desses setores e para divulgação dessa comemoração.

Foi nas páginas de um dos principais jornais da cidade que eram divulgados os encontros desse grupo, bem como foi pelos jornais que a prefeitura sentiu maior pressão para agir em prol dos festejos. Praticamente até 1957, toda semana era publicado algum editorial chamando atenção sobre algum aspecto do centenário (desde da construção dos pavilhões da festa, até concurso para escolher a rainha do centenário). Além dessas questões práticas, o grupo pró-centenário (que depois daria origem ao Instituto Histórico de Passo Fundo), também promoveu pesquisas e divulgação sobre a história local. Ficou ao seu encargo selecionar os personagens, os acontecimentos e os lugares considerados fundamentais para a memória social de Passo Fundo. Entre seus membros também haviam personagens ligados aos empreendimentos imobiliários, e houve uma intensa propaganda em relação à necessidade de melhoramentos urbanos e pela verticalização do centro, considerado provinciano para uma cidade que almejava se tornar a capital do planalto médio.

Considerações finais

Para encontrar o cerne das questões que envolviam a constituição (e destruição) da memória patrimonial de Passo Fundo, foi necessário uma longa trajetória, e durante a pesquisa para elaboração da tese foi necessário mergulhar em diferentes

fontes, como imprensa, atas de instituições criadas para pensar a história local, plano diretor de desenvolvimento urbano, álbuns comemorativos e séries fotográficas que circularam naquele ano, obras históricas e literárias publicadas em homenagem a cidade, entre outras. Essa diversidade de fontes permitiu conhecer detalhes do processo de construção de representações memoriais que formam a base do valor dos bens patrimoniais tombados na década de 1990.

A presente comunicação objetivou apresentar uma trajetória de pesquisa, passando por diferentes projetos localizados em diferentes momentos de uma formação em história (graduação, mestrado e doutorado). Além de uma apresentação dos resultados desses projetos, é possível estabelecer uma reflexão teórica e metodológica importante para os pesquisadores (sejam eles de cursos de graduação ou pós-graduação). Reunir informações sobre o patrimônio (material ou imaterial), como suas características principais, seu histórico, os sujeitos envolvidos em sua vida e na manutenção de sua memória é apenas o primeiro passo de uma pesquisa com esse tema, ou a primeira camada de uma memória patrimonial.

É preciso ir além dessas informações iniciais, questionar seu valor, as forças e sujeitos envolvidos no seu processo de tombamento e/ou registro, o que significa adentrar em uma segunda camada memorial. A terceira camada remete ao cerne da constituição do patrimônio de uma localidade, que é entender quais foram e como atuaram diferentes forças que incidem sobre o patrimônio. No caso do patrimônio edificado de uma cidade, é importante observar como a história e a memória são manipuladas pelos grupos que se outorgam como guardiões do patrimônio da comunidade e como as ações desses guardiões estão entrelaçadas com outros interesses (econômicos, políticos). Como Le Goff (2003) adverte, o conjunto dos documentos/monumentos do passado que sobrevive ao bater das asas do anjo da história (BENJAMIN, 1987) só chega até nós, no presente, por causa das

forças que atuam na sua preservação. É função do historiador do patrimônio descrever e explicar essas forças, suas contradições, objetivos e interesses.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3.ed. v.1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico: Passo Fundo/RS*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: UPF, 2007.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão; AIMI, Tânia. Na trilha do patrimônio. In: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita P. (orgs.). *Momento patrimônio*. Passo Fundo: Berthier, 2012.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Patrimônio histórico e modernização: Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto e Estação Férrea da Gare. In: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita P. (orgs.). *Momento patrimônio: volume II*. Passo Fundo: Aldeia Sul; Berthier, 2013.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2016a.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Patrimônio histórico e regimes de historicidade: pensando Passo Fundo. In: RÖSING, Tania Mariza Kuchenbecker; RETTENMAIER, Miguel. (orgs.). *Anais Comunicações do 13º Seminário Internacional de Pesquisa em Leitura e Patrimônio*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016b.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Cidade e patrimônio histórico: Passo Fundo/RS. In: MONTEIRO, Charles; HILBERT, Klaus; GODINHO, Paula. (orgs.). *Memória e patrimônio: diálogos entre Brasil e Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. In: *Política y sociedad*, Madrid, n.27, 1998.

**“Patrimônio em Pedacos”:
o Programa Praia Grande e a produção de
políticas públicas de memória sobre o
Centro Histórico de São Luís, Maranhão**

Ariadne Ketini Costa de Alcântara¹

Considerações iniciais

Este artigo concentra sua análise na identificação das políticas públicas de memória produzidas em torno do patrimônio arquitetônico da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, no período da implantação do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/ Programa Praia Grande, desenvolvido em seis etapas, entre os anos de 1979 e 2006. O recorte escolhido para essa abordagem, no entanto, considerou apenas as três primeiras etapas, incluindo o Projeto Reviver (1987-1991), fase de maior envolvimento e financiamento das ações do Projeto Praia Grande pelo poder público. No que tange ao aporte documental nos embasamos primeiramente em reportagens, crônicas, colunas de opinião e outras tipologias jornalísticas publicadas nos periódicos locais, entre os anos de 1979 e 1986. Dialogando com esse cenário da narrativa midiática,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: ariadne.ketini@gmail.com

apreciamos os documentos produzidos por dois arquitetos institucionais: Alfredo Viana de Lima, indicado pela Unesco em 1973 para elaborar um diagnóstico e um plano de proposições para recuperação do Centro Histórico; e a proposta do francês John Gisiger, contratado em 1978 pela Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão para efetuar estudos diagnósticos sobre a área da Praia Grande (ANDRÈS, 2012, p. 68-69).

Ajustando as lentes da teoria, consideramos que o estudo em questão se enquadra nos referenciais do conceito de políticas públicas de memória, cujo debate para este estudo é direcionado à formatação do patrimônio histórico de acordo com a intenção de produzir uma memória pública oficial pautada em representações e padrões reportados por agentes públicos. A atuação do IPHAN juntamente com os órgãos de competências municipal e estadual no âmbito do Projeto Praia Grande, revela o alcance do poder público na criação de representações sobre a própria memória coletiva acerca do patrimônio. Por outro lado, as críticas ao Projeto associavam a imagem do patrimônio arquitetônico de São Luís a evocações estigmatizantes como “irreparável destruição”, “vocações para ruínas”, “um passado sem volta”, “patrimônio pede socorro”, entre outras chamadas jornalísticas que denunciavam o descaso com o patrimônio histórico da cidade. Neste sentido, a proposta deste texto é confrontar estes posicionamentos para compreender até que ponto o processo de revitalização do Centro Histórico de São Luís foi integrado a uma política que produziu regimes memoriais, e qual o impacto dessa produção. Cabe ainda mencionar que no momento da implantação do Projeto Praia Grande veio à superfície uma série de conflitos que envolveram diversas instâncias da sociedade em um ciclo de debate denominado Convenção da Praia Grande, que compeliu o IPHAN a aceitar a inclusão da população nas escolhas de atuação do Projeto.

São Luís: a patrimonialização de uma “Cidade Colonial”.

O Conjunto Histórico e Artístico da cidade de São Luís foi tombado em 1974 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tendo em conta a homogeneidade e autenticidade do seu acervo arquitetônico, considerado testemunho das dinâmicas coloniais incorporadas ao desenvolvimento do seu traço urbano. Seu “valor universal excepcional” foi justificado no Dossiê de Candidatura a Patrimônio Mundial, de 1997, pela “[...] caracterização da arquitetura (colonial e pós-colonial) que utilizou dois modelos europeus (arquitetura “tradicional” portuguesa e neoclássica) e os adaptou ao clima equatorial e um exemplo excepcional de um momento chave da criação do Brasil (arquitetura e urbanismo da primeira metade do século XIX)” (UNESCO, 1997, p.8). A delimitação da área de preservação desse espaço urbano foi apresentada ao governo do Estado, em 1973, pelo arquiteto Alfredo Oliveira Viana de Lima, que definiu uma proposta de poligonal de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís. “Esta delimitação serviria de base para a definição da área que foi inscrita nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro de Belas Artes, em 1974, pelo IPHAN” (PACHECO, 2014, p. 65).

Definido como objeto patrimonializado, o conjunto arquitetônico de São Luís adentrou na perspectiva da “razão patrimonial” conceituada por Dominique Poulot como o exercício de percepção histórica que identifica diferentes representações da categoria patrimônio, ressaltando tanto seu caráter institucional como imaginário. Para Poulot a razão patrimonial está inscrita como uma forma de apreensão do passado constante nos discursos de preservação, e por isso

A evidência do patrimônio encontra-se declinada em discursos contemporâneos na forma de uma “razão” específica, mas se

inscreve no horizonte de expectativa de diferentes invenções do passado, e engaja práticas de admiração e de memória, de militarismo e de adesão. Tomando a seu encargo as grandes narrativas do saber antiquário e histórico, as perspectivas da emoção (o encantamento, a ressonância) e da vontade política e social, trata-se de passar de uma genealogia da estética ou das disciplinas acadêmicas à inteligência das convenções patrimoniais relativas ao regime material e à grandeza do passado (POULOT, 2006, p. 45).

Figura 1: Detalhe do núcleo de fundação da cidade de São Luís, e corresponde ao bairro da Praia Grande.



Fonte: SÃO LUÍS-SEVILLA, 2008, p. 19.

Partindo do princípio da apropriação do patrimônio pelo Estado, a leitura desse conjunto tombado foi feita a partir dos seus valores históricos e artísticos, como demonstra as primeiras tentativas de reconhecimento do seu sentido patrimonial com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925). Os atos pontuais de preservação gerenciados pela municipalidade foram delineando o perfil do patrimônio histórico da cidade de São Luís até que, em 1943,“ foi organizada a primeira instituição local

de defesa do patrimônio cultural, a Comissão de Patrimônio Artístico Tradicional de São Luís, e criado o Decreto n. 476 (1943), que proibia a demolição de sobrados e casas com mirantes ou azulejos nas fachadas” (SÃO LUÍS - SEVILLA, 2008, p. 45). Já em 1955, o deputado Cunha Machado apresentou o projeto de lei nº 88/1955, que visava a “[...] preservar os logradouros tradicionais e os conjuntos arquitetônicos característicos que subsistem da antiga cidade de São Luís do Maranhão” (BRASIL, 1974, p. 13).

No âmbito da avaliação do processo de tombamento federal do conjunto feito pelo IPHAN nas décadas de 1960 e 1970, São Luís foi adquirindo gradualmente o epíteto de “Cidade Colonial”, o que direcionou as intervenções do Estado para o tombamento de um espaço que representasse a originalidade da herança portuguesa. A leitura especializada iniciada pelo arquiteto Viana de Lima, em 1973, em sua missão para preparar um diagnóstico e um plano de propostas para recuperação do Centro Histórico, foi o primeiro passo para a adoção de instrumentos de categorização e critérios de prioridade para futuras intervenções. Apesar da qualidade técnica da aplicação da mais recente teoria de Conservação Integrada recomendada pela UNESCO, instituição a qual o arquiteto estava a serviço, o trabalho de Viana de Lima é criticado por reproduzir as práticas institucionais que insistiam na falta de controle e monitoramento das ações dos atores e da participação da comunidade (ANDRÈS, Op., cit., p. 68).

Reafirmando o seu “potencial de cidade histórica”, destacamos a participação do arquiteto americano John Gisiger contratado pela Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão, em 1978, para elaborar estudos de contextualização e diagnósticos da área delimitada pela poligonal de tombamento. Seguindo uma tendência tecnicista, Gisiger apresenta inicialmente uma justificativa para identificar em São Luís características autênticas de uma cidade colonial portuguesa; ressaltando o potencial do bairro da Praia Grande para receber um projeto de recuperação e revitalização urbana nos moldes da Conservação

Integrada, o que resultou na escrita do livro *Renovação Urbana da Praia Grande* (GISIGER, 1979). Com o intuito de verificar a síntese do plano de “Renovação” do Centro Histórico de São Luís, o então presidente do IPHAN Aloísio de Magalhães visitou, em 1978, a cidade para analisar a viabilidade das propostas do arquiteto americano. Entusiasmado com a linha mestra e a possibilidade de desenvolver um projeto modelo de revitalização e conservação de cidades históricas, Magalhães propõe a organização da 1ª Convenção da Praia Grande, realizada em outubro de 1979; e que daria origem ao Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/ Programa Praia Grande (ANDRÈS, Op., cit., p. 71).

“Vocação para Ruínas”: o estado de abandono do Centro Histórico de São Luís.

A chamada do jornal *O Estado do Maranhão* do ano de 1985, anuncia a ambiguidade dos discursos que circulavam pela cidade de São Luís no final da década de 1970, e durante toda a execução do Projeto Praia Grande. Reconhecido como o núcleo da área de tombamento federal do conjunto histórico e artístico de São Luís, o Bairro da Praia Grande concentrou desde sua criação as funções administrativas, comerciais, econômicas e sociais da cidade, até a sua decadência no final, na década de 1920. Sua efetiva ocupação teve início em meados do século XVIII com a implantação da Companhia de Comércio Geral do Grão-Pará e Maranhão, que incentivou o crescimento econômico da capitania. Já em 1784, foi autorizada pela coroa portuguesa a construção de um cais e um forte no local (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1784, doc. 5648) e em 1794 o coronel Aires Carneiro Homem Souto Maior solicita autorização para poder edificar um armazém em um terreno da Praia Grande, o que confirma sua incipiente formatação portuária e comercial (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1794, doc. 7102).

Durante todo o século XIX a Praia Grande foi palco de uma intensa ocupação, tendo seu espaço direcionado para o uso residencial, comercial, administrativo e portuário, propiciando a instalação de “armazéns, lojas de fazenda, tipografias, quitandas, boticas, lojas de ferragens, lojas de livros, botequins e bilhares, açougues, casa de pasto, padarias, alfaiates, chapeleiros, sapateiros, ourives, relojoeiros, marceneiros, funileiros, armeiros, caldeiros, charuteiros e picheiros” (SÃO LUÍS - SEVILLA, 2008, p. 21). Porém, no limiar desse século XIX ocorre uma mudança no eixo de ocupação da cidade, com a instalação do parque fabril têxtil, o que ocasiona a gradual transferência da economia para a área do Monte Castelo, bairro que irá se identificar com condições de modernidade para moradia e com novos estilos arquitetônicos em evidência nos grandes centros urbanos, como o ecletismo, o art nouveau e o art déco. Os novos espaços ocupados na cidade romperam com os padrões das edificações coloniais, o que foi reforçado pela divulgação da lei municipal nº 345 de 1923, que passou a exigir a construção de platibandas nas edificações existentes, a fim de adequar os prédios de arquiteturas remanescentes às novas posturas de saneamento exigidas nas cidades modernas e aos estilos arquitetônicos que estavam surgindo, resultando em modificações no ambiente colonial.

No final da década de 1920 se iniciou o gradual esvaziamento da Praia Grande, ocasionado por múltiplos fatores que refletiram na reordenação do espaço. Segundo Frederico Burnett, existiram três etapas de decadência da área central de São Luís, que podem ser assim resumidas: a primeira, no final da década de 1920, provocada pela excessiva mistura de usos da região da Praia Grande que, em razão das atividades portuárias, passou a comprometer a qualidade ambiental das residências da elite comercial; a segunda, provocada pela chegada dos automóveis e dos novos padrões urbanos e residenciais na cidade, e a terceira – e que ocasionou as mais profundas transformações na área central – esboçada no final da década de 1950, a partir dos planos do

engenheiro Ruy Mesquita (1958), que projetou um novo vetor de expansão norte-sul, reforçando a ideia da modernização urbana (BURNETT, 2007, p. 3).

O auge da transferência da população do centro para novas áreas da cidade de São Luís foi efetivado entre 1965 e 1970, período em que se deu a construção de várias vias e pontes² que conectavam regiões distintas, proporcionando a ocupação da outra porção da cidade, como cita José Marcelo Espírito Santos,

A década de 60 representou um marco decisivo na expansão física-territorial da mancha urbana, caracterizando-se por um processo relativamente rápido e desordenado de crescimento sem um planejamento físico-territorial. Apenas em meados da década seguinte foram estabelecidas normas de parcelamento e uso do solo urbano, na tentativa de ordenar a ocupação do espaço através do Plano Diretor de 1975, proposto pelo prefeito Haroldo Tavares (SANTOS, 2006, p. 66).

O abandono das edificações coloniais foi reforçado pela transferência das sedes Executivo, Legislativo e Judiciário estadual para a região do Calhau, a partir de 1975, propiciando o surgimento de uma nova área de interesse residencial por parte dos remanescentes da antiga elite colonial, agora definida pela supremacia nas atividades comerciais e na ocupação de cargos públicos. Segundo Olavo Pereira Silva:

A exaustão funcional de acervos do passado, antes de ser um problema afeto à natureza orgânica dos materiais, dos sistemas construtivos ou dos atributos formais e funcionais, é sabidamente uma questão de degradação das estruturas socioeconômicas, que leva à ruptura de valores e comportamentos. Mais grave que as carências financeiras e as agressões dos microrganismos, que todo imóvel novo ou velho está sujeito, são os danos promovidos

² A primeira ponte construída para interligar o centro da cidade ao interior da ilha foi a Ponte Caratatiua (1968), seguida da construção da Ponte José Sarney (1970) e finalmente a construção da Ponte Bandeira Tribuzi, em 1979 (IPLAM, 2003).

pelo homem pela falta de conhecimento. Sem conscientização não há possibilidade para se reconstruir vínculos, nem como estabelecer a necessária relação entre população e ambiente (SILVA, 1998, p. 237).

Entre as décadas de 1980 e 1990 a situação de degradação dos prédios incluídos no tombamento federal de 1974, chega ao seu ápice. As cenas de ruína e abandono são constantemente narradas nos periódicos locais, o que indica uma maior complexidade de leitura da realidade política, social e econômica do Centro Histórico às vésperas da implantação do Projeto Praia Grande. A interpretação dessa narrativa midiática deve, no entanto, ser feita com um parêntese inicial. A centralidade que os jornais da época ocupam está diretamente relacionada com suas filiações políticas e partidárias, e por essa razão todos os artigos de periódicos aqui mencionados serão tomados como uma versão do cenário estudado, o que pode ou não corresponder à realidade dos fatos. Considerando a relevância da mídia jornalística para a formatação da memória coletiva, concordamos com Maurício Duarte que o viés sensacionalista das informações dos jornais fomenta um processo de esquecimento que surge de uma narrativa que evidencia determinados fatos sociais e obscurece outros, tentando fazer com que eles não existam (DUARTE, 2004).

Elegemos, portanto, os jornais de maior circulação na cidade de São Luís entre os anos de 1976 e 1989 para compreender o impacto das categorias relacionadas ao abandono, degradação, ruína, descaso e tantas outras evocações que fizeram parte do compartilhamento de memórias sobre a Praia Grande. A primeira observação a ser feita revela o caráter extremamente sensacionalista das chamadas das matérias e artigos publicados nos jornais. Compreendemos que para além da prestação de serviço através da informação, os periódicos possuíam um apelo midiático de cunho parcial, que apontava para um processo de causa e efeito do descaso do poder público com o Centro Histórico.

Com o título “*Sob a permanente ameaça de uma irreparável destruição*”, o *Jornal de Hoje* do dia 12 de dezembro de 1984, sinaliza a possível gênese da situação de descaso com a Praia Grande afirmando que “[...] as intervenções dos últimos 50 anos têm reduzido sensivelmente esta vocação do bairro, gerando uma deterioração progressiva que hoje já se manifesta pelo comércio marginalizado, habitação subnormal, edificações subutilizadas e mal conservadas” (*Jornal de Hoje*, p. 14, 12 de dez. 1984). Por outro lado, o artigo cita que, ao longo dos últimos anos, poucas têm sido as tentativas de restauração dos diversos prédios do Centro Histórico, só amenizadas em função do decantado Projeto Praia Grande, concebido no governo do atual senador João Castelo, o que atrelava as ações de conservação, tanto as bem-sucedidas como as fracassadas, a personalidade do poder público.

A trajetória social do bairro da Praia Grande é reveladora da evolução de quadros de degradação e abandono, ocasionados também pela falta de recursos de seus moradores para custear serviços de estabilização e restauração. Historicamente, após a abolição da escravidão em 1888, grande parte da população escrava que trabalhava na produção de arroz e algodão nos campos do interior da província migraram para o centro urbano em busca de ocupações provisórias. Rossini Corrêa, afirma que as massas alforriadas tiveram que se engajar à dinâmica proletária de São Luís, incorporando-se aos quadros das fábricas, dos serviços domésticos, das empreitadas, dos trabalhos de ocasião, e todas as formas provisórias de trabalho que movimentavam a então diversificada economia da capital (CORRÊA, 1993). Com a evasão da elite econômica para outras áreas da cidade, as antigas moradas coloniais foram ocupadas por grupos sociais normalmente ligados ao passado escravista ou a falência da Praia Grande como polo comercial e portuário.

Esses atores sociais estão de alguma forma frequentemente ligados aos quadros de abandono e decadência da Praia Grande, como ficou registrado na matéria publicada em abril de 1985 no

jornal o *Estado do Maranhão*. Na cobertura do fato do desabamento de vários sobrados localizados nas principais ruas do bairro, o jornal cita que os “sobradões estão abandonados e servindo de refúgio para desocupados e mendigos”, bem como refere-se “a ocupação ilegal por muitos anos de prédios que serviram de casa de cômodo, como eram conhecidos os prostibulos da região” (*O Estado do Maranhão*, São Luís, p. 7, 9 de mar. de 1985).



Figura 2 e 3: Registros de trabalhadores a espera de ocupação na Rua Portugal, São Luís-MA.
Fonte: CUNHA, Gaudêncio. *Álbum do Maranhão 1908*. São Luís: Edição da AML, 2012.

Mais dramática ainda é a chamada do artigo “*Vocação para Ruínas*” publicado pelo historiador José Chagas na edição de 3 de março de 1986 do *Jornal de São Luís*, que anuncia o teor crítico sobre a falta de ações e o “desleixo com as coisas que ainda valem conservar”, referindo-se à possibilidade de São Luís ser lembrada como uma cidade que guarda apenas ruínas de um passado colonial. O historiador explica que a “febre por construir o novo, sem a preocupação de preservar o antigo, está apagando o potencial monumental de cidades singulares para a história do Brasil” (*Jornal de São Luís*, 3 de mar. de 1986). Sua análise faz eco

com as palavras do jornalista e crítico literário Viegas Netto, em uma crônica jornalística publicada em 1985 sobre a degradação do acervo arquitetônico da Praia Grande, e a falta de identificação da população com aquele passado histórico. Embora tenha um conteúdo visivelmente partidário – que abordaremos no tópico a seguir – o artigo faz um balanço sensato da trajetória da decadência do Centro Histórico de São Luís, a começar pelo abandono do poder público, sobretudo a partir da década de 1970 com a inauguração do que o jornalista chama de cidade nova.

O Projeto Praia Grande: revitalização do patrimônio histórico através de Políticas Públicas.

As memórias do bairro da Praia Grande estão intrinsecamente ligadas à herança colonial da cidade de São Luís, e ao legado de uma sociedade organizada em torno de relações econômicas pautadas na agro-exportação e na escravidão. Assim, a evocação da função social da Praia Grande, além retomar o discurso histórico do núcleo fundador da cidade, também evoca o passado de pungência econômica, o que sugere a confluência de pessoas, mercadorias e capital. A tentativa de reconstrução de um passado histórico do bairro deve considerar suas várias temporalidades desde a fundação da cidadela francesa, a constituição de um espaço de dinâmicas da economia colonial, a de centro comercial e financeiro, a zona degradada e abandonada da cidade. O hiato entre a imagem de decadência e sua elevação a modelo de práticas de restauração e preservação, revela como uma política pública de memória instaurou um regime memorial pautado na busca de uma autenticidade do seu acervo arquitetônico colonial, ao mesmo tempo em que emergia o sombreamento do estado de degradação em favor de um estado constante de revitalização.

Patrick Le Gales e Pierre Lascoumes definem política pública como “um dispositivo social que organiza relações sociais

específicas entre o poder público e os seus destinatários, representações e significados (LASCOURMES, P.; LE GALÈS, 2004). A interlocução entre o Estado e os atores políticos e sociais parece, portanto, condição imprescindível para a aproximação da sociedade com o projeto de uma memória oficial, ou mesmo nacional, construída a partir das políticas públicas de memória. Uma ação governamental pode se tornar uma política de memória “[...] quando uma instituição (Estado, família, liderança...) exerce o poder de regulamentar e impor memórias comuns aos seus membros” (MICHEL, 2010, p. 6). Contextualizando a discussão proposta por esse texto, passaremos a analisar a instauração de um regime memória através das políticas de memória desenvolvidas no âmbito do Projeto Praia Grande, entre 1979 e 1991.

A primeira fase do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/ Programa Praia Grande, foi realizada entre os anos de 1979 e 1983, e teve como área de intervenção a Praia Grande, “que fora tomada como piloto em virtude deste bairro sofrer a mais grave situação de degradação, não obstante ser aquele que concentra os mais importantes conjuntos da arquitetura urbana” (ANDRÈS, Op., cit., p. 81). O Projeto teve suas linhas de atuação e estratégias baseadas relatório de trabalho do arquiteto americano John Gisiger, como resultado dos estudos e diagnósticos elaborados a UNESCO. Como orientação foram adotadas 11 políticas estabelecidas durante a 1ª Convenção da Praia Grande (1979), que estão pautadas em critérios de fomento de programas de moradia, promoção social, apoio a diversidade cultural, restauração e conservação do patrimônio arquitetônico, revitalização econômica, condições básicas de vida, dinamização econômica, associativismo, avaliação crítica do Projeto Praia Grande e inclusão dos temas de revitalização nos programas de governo estadual e municipal. Promovido pelo IPHAN com o apoio das instâncias de poder político local o desenvolvimento do Projeto, embora englobasse os mais recentes

debates teóricos sobre revitalização, foi cenário de constantes disputas.

As obras da primeira etapa privilegiaram a antiga vocação econômica do bairro e viabilizaram a realização de obras na Praça do Comércio e no Mercado das Tulhas ou Mercado da Praia Grande. O objetivo central dessa etapa foi reativar o potencial comercial do bairro, gerando emprego e renda para os remanescentes que ainda permaneciam com atividades ligadas ao artesanato, pesca, extrativismo e serviços de alimentação. No entanto, o relato do arquiteto Luiz Phelipe Andrès, que coordenou o Projeto entre os anos de 1981 e 1988, revela os bastidores da negociação para a inclusão do Mercado na primeira etapa do Projeto, pois segundo este,

Durante o encontro realizado em 1979 foi decisiva a presença dos representantes do Sindicato de Comércio Varejista de São Luís, que participaram ativamente dos debates e apresentaram a reivindicação de que os trabalhos de reabilitação do Centro Histórico fossem iniciados precisamente com a recuperação daquele mercado popular.(ANDRÈS, Op., cit., p. 87).

Considerando a dinâmica da aplicação de políticas públicas de memória, percebemos que as ações de preservação do patrimônio de São Luís no âmbito do Projeto Praia Grande, mediadas pelo IPHAN, tiveram que conviver com a participação de atores sociais e políticos que solicitaram logo no princípio sua parcela de representação.

A segunda etapa do Projeto (1983-87) foi fundamentada previamente com uma pesquisa socioeconômica que possibilitou uma percepção mais detalhada da situação dos moradores e do uso do solo urbano em várias áreas de intervenção. Segundo Andrès (Op., cit., p. 93), “como decorrência desta ação, foi estimulada a formação da primeira associação de moradores do bairro que posteriormente tornou-se uma interlocutora por ocasião da elaboração do Plano de Reassentamento para o Programa

Monumenta/BID em 1998.” Ainda voltado para o reconhecimento da diversidade do patrimônio cultural maranhense, foi desenvolvido o Projeto Embarcações do Maranhão, uma proposta de convênio entre o governo do Estado e a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), fechado em 1985. O Projeto teve como objetivo registrar as técnicas tradicionais populares de construção naval do Maranhão, o que deu origem, em 2007, ao Estaleiro Escola do Sítio do Tamancão, primeiro centro de carpintaria naval do Estado.



Figura 4 e 5: Obras de revitalização do calçamento e vias públicas da Praia Grande, 1986-1987. **Fonte:** Museu da Memória Áudio Visual do Maranhão –MAVAM.

Em paralelo às ações do Projeto Praia Grande, a imprensa local relatava nas páginas dos periódicos a implacável ação do tempo e a aparente inércia do poder público para conter o agravamento do estado de degradação do acervo arquitetônico. A publicação de uma matéria em fevereiro de 1985 no jornal *O Estado do Maranhão* evidencia que a dinâmica dos atores políticos e sociais na construção de uma memória oficial sobre o patrimônio histórico de São Luís parecia correr ao largo dos avanços do Projeto. O artigo traz como argumento a constatação da ineficiência dos mecanismos de proteção do patrimônio estabelecidos pelo IPHAN que, mesmo tendo um escritório instalado em São Luís desde 1979, deixou desabar mais de seis prédios somente nos dois primeiros meses do ano da citada

reportagem. Em sua defesa, o superintendente Ivan Sarney explicava que “[...] a maioria desses prédios apesar de situados em área tombada pelo Patrimônio, são de propriedade privada e estão fora da abrangência dos programas de preservação de bens históricos, executados através da Fundação Pró-Memória” (*O Estado do Maranhão*, São Luís, p. 2, 2 de fev. de 1985). A tutela de bens culturais feita pelo Estado parece, considerando esse relato, estar vinculada à patrimonialização dos mesmos, o que limita a narrativa da memória apenas àqueles bens oficialmente considerados de patrimônio histórico e artístico.

Através da fala do superintendente é possível reconhecer o tom institucionalizado com que era tratado o patrimônio histórico da cidade, o que de certa forma respaldava o poder público de uma tutela amparada nos limites da lei que rege não apenas os assuntos culturais. Os mesmos conflitos entre as esferas do poder público acompanharam todo o período do desenvolvimento do Projeto Praia Grande e conseqüentemente a disputa por um espaço representativo dos discursos de revitalização, recuperação e reativação do Centro Histórico. Em 21 de novembro de 1985, o jornal *O Estado do Maranhão* denunciava a ineficiência do Projeto que, “nada fez de concreto” durante aquele ano, e devia respostas à sociedade civil sobre o cumprimento de suas metas. Em resposta, o secretário da SEPLAN, Secretaria de Planejamento, apontava novos investimentos externos para a recuperação do patrimônio histórico, e anunciava a inclusão da iniciativa privada no financiamento de algumas obras. Como complementação, a equipe técnica do Projeto fomentou o debate esclarecendo que a demora para a realização das obras estava pautada na filosofia que inspirou o programa, qual seja, fundamentar as intervenções em um cuidadoso levantamento histórico, cultural, artístico, sociológico, econômico, social e legal (*Estado do Maranhão*, São Luís, p. 3, 21 de nov. de 1985).

A terceira etapa do Programa de Revitalização suscita para nossa análise a possibilidade de observação da interlocução entre

os vários atores políticos envolvidos na gestão de memórias públicas, que passaram para a posterioridade da memória coletiva da cidade de São Luís como a imagem real do Projeto Praia Grande. Desenvolvido entre os anos de 1987 e 1991, o Projeto Reviver, como ficou conhecida essa fase do Programa, ficou marcado pela negociação entre o Grupo de Trabalho e as instâncias de governo local. Com estratégias de sensibilização do poder público foram apresentados no Seminário de Plano de Governo uma simulação de um quadro de abandono completo da Praia Grande que seria ocasionado pela falta de investimento. Como resultado da argumentação o Projeto recebeu, em quatro anos, seis milhões de cruzeiros, o que proporcionou a recuperação quase que integral da infraestrutura urbana com a renovação das redes de água, esgoto e drenagem, contemplando ainda “a construção de praças, jardins e o alargamento das calçadas de cantaria, voltando às dimensões originais conforme documentação fotográfica do final do século XIX” (ANDRÈS, Op., cit. p. 100).

Figura 6: Etapa de recuperação das redes de água, Projeto Reviver, 1987.



Fonte: Museu da Memória Áudio Visual do Maranhão – MAVAM.

Finalmente, é necessário mencionar que o Projeto Praia Grande caracterizou uma política pública de memória aplicada pelo Estado a partir de um regime memorial pautado na legitimação do

Centro Histórico de São Luís como um núcleo original remanescente da colonização portuguesa; além de imprimir no seu discurso o empenho do governo em revitalizar o acervo arquitetônico como forma de preservar a memória histórica da cidade. Apesar de conviver com as narrativas midiáticas que traziam à cena o estado de degradação e abandono desse acervo, o que por vezes sombreou as ações pontuais do Projeto, é possível identificar que os mecanismos de revitalização patrimonial também recuperaram parte da memória histórica da cidade ao desenvolver, por exemplo, o Projeto de Microfilmagem e a transcrição paleográfica dos Livros da Câmara de São Luís dos séculos XVIII e XIX. No entanto, tentar compreender a dimensão dos compartilhamentos de memórias através de políticas memoriais é quase, via de regra, tentar apreender o maior número de narrativas, sobretudo aquelas que se contrapõem para fomentar uma versão mais completa.

Referências

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. Reabilitação do Centro Histórico. Patrimônio Histórico da Humanidade. São Luís: 2012.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Requerimento do capitão José Vieira da Silva à rainha D. Maria I, a oferecer-se para custear, por conta própria, a construção de um cais e de um forte na Praia Grande, na cidade de São Luís do Maranhão, Cx. 63, D. 5648, 29 de julho de 1784.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Requerimento do coronel Aires Carneiro Homem Souto Maior ao príncipe regente D. João, solicitando confirmação da licença para poder edificar um armazém num terreno da Praia Grande, passando-lhe uma provisão como requerido, Cx. 84, D. 7102, 15 de julho de 1794.

BRASIL. Processo de tombamento nº 454-T-51. Conjunto: Acervo Arquitetônico e Paisagístico dos Bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, inclusive as Praças Benedito Leite, João Francisco Lisboa e do Largo fronteiro à Igreja de São José do Desterro. IPHAN: Arquivo Central, 1974.

- BURNETT, F. L. O Estado e o patrimônio cultural: políticas de elitização e popularização na área central de São Luís. São Luís: UFMA, Programa de Pós-graduação, 2007.
- CORRÊA, Rossini. Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.
- DUARTE, Maurício da S. Cidadania Obstruída: jornais cariocas e a construção discursiva da violência pelos jornais do Rio. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Comunicação, ECO/UFRJ, 2004.
- GISIGER, John. Renovação Urbana da Praia Grande-São Luís, Maranhão. São Luís: Secretaria de Coordenação e Planejamento/SIOGE, 1979.
- IPLAM. Normas e diretrizes para intervenções nas áreas de interesse cultural de São Luís do Maranhão. São Luís: OPLAM/PMSL, 2003.
- LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. (org.). Gouverner par les instruments. Paris, Presses de Sciences-Po., 2004.
- MICHEL, Johann. Du centralisme à la gouvernance des mémoires publiques. Sens-public, 2010.
- PACHECO, Ellis Monteiro dos Santos. O papel das normativas na preservação e ocupação do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís – MA. Dissertação de Mestrado Profissional do IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.
- POULOT, Dominique. Une histoire du patrimoine em Occident. Paris: PUF, 2006.
- SÃO LUÍS – SEVILLA. Prefeitura Municipal. São Luís: Ilha do Maranhão e Alcântara. Guia de Arquitetura e Paisagem. São Luís – Sevilla: PMSL, IPHAN, Junta de Andalucia, 2008.
- SANTOS, José Marcelo Espírito. São Luís: uma leitura da cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.
- SILVA, Olavo Pereira da. Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão. 2. ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

UNESCO. Dossiê UNESCO. Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, 1997, p. 8. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20SAO%20LUI5_pt.pdf. Acessado em 12 de Out. 2017.

Periódicos:

“Sob a permanente ameaça de uma irreparável destruição”. (*Jornal de Hoje*, São Luís, p. 14, 12 de dez. de 1984).

Prédios Coloniais podem ruir”. (*O Estado do Maranhão*, São Luís, p. 2, 2 de fev. de 1985.)

“Prédios secular sobre desabamento”. (*O Estado do Maranhão*, São Luís, p. 7, 9 de mar. de 1985.)

Projeto Praia Grande. (*Estado do Maranhão*, São Luís, p. 3, 21 de nov. de 1985).

“Vocação para Ruínas”, por José Chagas. (*Jornal de São Luís*, 3 de mar. de 1986).

**La città di Pelotas:
outros olhares a partir dos
Relatórios dos Cônsules Italianos
(fins do século XIX e início do XX)**

Renata Brião de Castro¹

Patrícia Weiduschadt²

Este texto tem como objetivo abordar o município de Pelotas por meio de Relatórios dos Cônsules Italianos no Rio Grande do Sul. Assim, a partir das fontes estuda-se como os imigrantes italianos instalaram-se no meio urbano do município. Esses documentos datam do final do século XIX e início do século XX. É importante ressaltar que este estudo está dentro de uma pesquisa maior, a qual busca investigar as escolas étnicas italianas no município de Pelotas³.

A partir dos Relatórios é possível identificar como os cônsules italianos enxergavam o município de Pelotas neste período. Os Relatórios foram produzidos pelos representantes

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Email: renatab.castro@gmail.com Agência de financiamento: CAPES

²Professora na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas, doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Email: prweidus@gmail.com

³ A pesquisa em nível de doutoramento está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas no grupo de Pesquisa: Centro de Estudos e Investigações em História da Educação.

diplomáticos italianos no Brasil com o objetivo de o governo italiano acompanhar o que acontecia em cada colônia.

No que tange à corrente histórica, apoia-se na vertente teórica da história cultural. Utiliza-se o conceito de documento/monumento de Le Goff (1990) a fim de compreender o que são os documentos. Para Pesavento (2004), foi por meio dos *Annales* que se impulsionou a renovação resultante na História Cultural ou Nova História Cultural. Ainda, conforme a autora, nos anos 1970, Jacques Le Goff designa os *Annales* de Nova História. Observa-se que não se tem por objetivo fazer um estudo da História Cultural, mas, sim, contextualizá-la, assim como explicitar o porquê da sua utilização. Neste contexto:

[...] Como seus colegas de história política ou econômica, os historiadores culturais têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação (BURKE, 2005, p. 34).

Neste momento, é pertinente para a discussão a definição do que se entende por documento e qual a concepção utilizada. Como se pontuou anteriormente, usa-se a noção de documento/monumento com base no historiador francês Jacques Le Goff (1990). Em seu texto “documento/monumento”, são registradas as definições desses dois termos. Para o autor, os monumentos são uma herança do passado, enquanto os documentos são uma escolha do historiador (LE GOFF, 1990 p. 485). Conforme o autor, é necessário ir à direção dos documentos/monumentos. “[...] Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (LE GOFF, 1990, p. 495).

Quanto à maneira de examinar as fontes, a pesquisa ampara-se metodologicamente na análise documental na perspectiva de Cellard (2008). Conforme o autor, para analisar

documentos, é necessário integrar uma série de elementos. É preciso avaliar o contexto no qual os documentos foram produzidos, os autores, o tipo de documento e o modo de produção deste, a fim de analisar de forma completa o estudo investigativo. Abordando especificamente a pesquisa histórica, corrobora-se as ideias de Certeau (1982, p. 81), afirma-se que “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho”. Assim, apreende-se que a pesquisa faz-se com a desmontagem dos dados para rearranjá-los de outro modo de acordo com a problemática da investigação.

Nesta conjuntura, ao estudar os referidos relatórios é necessário compreender o contexto de sua produção, qual o objetivo desses documentos e o que se pode problematizar a partir deles. Desta forma, para contemplar o objetivo do texto, divide-se este em três momentos. Primeiro aborda-se a imigração italiana em Pelotas; na sequência especifica-se os relatórios; e por fim, estuda-se o relatório referente a Pelotas.

A imigração italiana no município de Pelotas

A imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul foi intensa durante o final do século XIX e início do século XX. Emigraram da Europa milhares de italianos em busca de melhores condições de vida, dada a situação econômica da Península Itálica. Esses imigrantes instalaram-se em diversos Estados brasileiros, entre eles o RS. Para Kreutz (2010), entre os anos de 1819 a 1947, o Brasil recebeu aproximadamente 4.900.000 imigrantes de diversas etnias

Franco Cenni (2011) registra os Estados nos quais os italianos fixaram-se: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro entre outros. Cenni (2011) ressalta a diferença entre a imigração e a colonização. A primeira tinha como objetivo a ida de um grupo

para determinado local, enquanto a segunda, (colonização) refere-se aos imigrantes que foram colonizar um lote de terra, normalmente em regiões com baixa ou nenhuma densidade populacional. No Estado do Rio Grande do Sul a predominância foi a imigração na forma de colonização (CENNI, 2011).

Castro (2017) ressalta em sua dissertação de mestrado a diferença da imigração italiana na região nordeste do RS e na região sul, onde estão os municípios de Pelotas e Rio Grande. A diferença maior reside no fato de que, quando os imigrantes italianos chegaram a Pelotas, esse já era um município constituído. Diversamente do que ocorreu na Serra Gaúcha onde os italianos instalaram-se para colonizar aquela região e os municípios e núcleos urbanos surgiram a partir da colonização (CASTRO, 2017).

Desta forma, no município de Pelotas, os imigrantes italianos estabeleceram-se tanto no espaço urbano quanto no rural. Para o meio urbano, vieram profissionais de variadas profissões, entre eles dois arquitetos, José Izella Merote e Guilherme Marcucci, os quais participaram ativamente de algumas construções da cidade de Pelotas, como os prédios em estilo neorrenascentista no centro histórico urbano (ANJOS, 1999). Houve também os que se dedicaram à atividade hoteleira, fabril e ao artesanato (POMATTI, 2011). Dirigiam-se para a cidade arquitetos, engenheiros e técnicos, os quais atuavam na infraestrutura urbana. Além desses, outros profissionais, tais como médicos e fotógrafos também se estabeleceram na cidade. O movimento dos italianos na cidade possibilitou a criação da primeira sociedade italiana Pelotense, a *Unione e Philantropia*, criada no ano de 1883 (ANJOS, 1999). Atualmente, há na cidade a Associação Cultural Italiana Pelotense, sucessora da antiga Sociedade Italiana Pelotense, criada em 1883, sendo hoje uma das suas atividades ofertar cursos de língua italiana.

Na região colonial houve fluxo de imigrantes dessa etnia em várias colônias. Entre o final do século XIX e o início do XX, havia 61 colônias no município de Pelotas, as quais estavam povoadas

majoritariamente por alemães, italianos e franceses. Essas colônias estavam instaladas na chamada Serra dos Tapes. Das 61 colônias das quais se tem conhecimento, em nove delas havia imigrantes italianos, sendo que a Colônia Maciel é o lugar onde houve a maior concentração de italianos (ANJOS, 1999; POMATTI, 2011).

O quadro a seguir mostra as nove colônias com presença de imigrantes italianos:

Quadro 1 - Colônias com imigrantes de origem italiana no município de Pelotas, ano de criação e seus respectivos fundadores.

Colônia	Ano de criação	Fundador
São Domingos	1875	Herdeiros de Domingos de C. Antiqueira
Municipal	1882	Câmara Municipal
São Simão	1883	Simão da Rocha
Affonso Pena	1885	Governo Imperial
São Luiz	1885	Luiz Juvencio da Silva Leivas
Mariana	1885	Luiz Juvencio da Silva Leivas
Santo Amor	1885	Vicente Cypriano de Maia
Maciel	1885	Governo Imperial
São Zacharias	1885	Zacharias Delgado

Fonte: Quadro elaborada pelas autoras, com base nas informações de Anjos, 2000, p. 68.

Pode-se perceber que a criação das colônias que receberam imigrantes italianos ocorreu de forma mais acentuada após 1875, sendo essas criadas tanto pelos governos – imperial e municipal – quanto por particulares. Esse período vai ao encontro da imigração italiana em massa para o RS. O ano de 1875 é considerado o marco da imigração italiana no Estado do RS. Assim, após esta data, começaram a chegar no Estado inúmeros italianos.

Com relação aos imigrantes italianos vindos para o município de Pelotas, encontram-se alguns números nos relatórios

dos Presidentes de Província do RS⁴, nos quais percebe-se o cenário dos imigrantes no município. Esses relatórios não especificam quantos imigrantes teriam se dirigido para a zona rural de Pelotas com o propósito de colonização e quais ficaram na cidade. No ano de 1887, o relatório traz os números referentes a 1886, no qual 248 imigrantes ficaram na cidade de Pelotas, não especificando a sua nacionalidade. O relatório do ano seguinte – 1888 (referente a 1887) – especifica que 149 italianos tiveram como destino o município de Pelotas. Em 1889 (referente a 1888), o número é de 63 italianos (RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA, 1887, 1888, 1889).

A partir desse panorama geral acerca da imigração italiana em Pelotas, é possível perceber que houve movimento deste grupo étnico no município. E, assim como em outros municípios com fluxo de imigrantes italianos, Pelotas era descrita nos relatórios dos Cônsules.

Relatórios dos Cônsules Italianos no Brasil

Os Relatórios dos Cônsules e agentes consulares italianos eram enviados a Roma e publicados no *Bolletino Consulare*, órgão oficial vinculado ao *Ministero degli Affari Esteri*. A publicação tinha como objetivo divulgar dados comerciais e estatísticos de outros países. A partir de 1888, a publicação passou a chamar-se *Bolletino del Ministero degli Affari Esteri*. Essa mudança também impactou em alterações no conteúdo do documento, o qual passou a publicar todas as notícias referentes ao Ministério e não somente informações comerciais. Entre os anos de 1902 e 1927, os documentos passaram a ser publicados também no *Bolletino dell'Emigrazione*, o qual foi criado em 1901 (IOTTI, 2011). Esses

⁴ Os relatórios dos Presidentes de Província estão disponíveis digitalizados no link: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul.

boletins eram publicados semestralmente e descreviam as situações dos italianos no exterior. Nesse ínterim:

[...] sem regularidade na compilação e no envio dos mencionados relatórios não pode ser alcançado o objetivo a que se propõe o governo geral e que é o de possuir, para a orientação da política comercial e em proveito dos interesses nacionais, uma série ininterrupta de informações estatísticas, comerciais, industriais, agrícolas e marítimas sobre os diversos Estados nos quais os interesses italianos são representados e tutelados [...] (ROMA, 1888 apud IOTTI, 2011, p. 54).

Percebe-se, desta forma, que esses relatórios tinham como finalidade informar o governo italiano sobre a situação dos italianos no exterior e os respectivos municípios onde se localizam. Assim, através dessas publicações, encontram-se informações sobre as colônias de italianos no exterior, incluindo-se o município de Pelotas. Ainda conforme Iotti (2011), é nessa conjuntura que surgem associações italianas no exterior, tais como associações de mútuo socorro, beneficentes, culturais, bem como as escolas italianas, as quais passaram a contar, pela primeira vez, com uma organização e um orçamento específico do Ministério.

Como é possível identificar, os relatórios são documentos nos quais representantes do governo italiano escreviam sobre as comunidades italianas, sendo assim importantes fontes para a pesquisa histórica. Desta forma, foi necessário conhecer quem eram os cônsules italianos no município de Pelotas. Durante o período de 1875 a 1914, Pelotas teve três cônsules: Gerolamo Vitaloni, Giulio Iona e Enrico Acton). No que se refere à materialidade do *corpus* documental desses relatórios, utiliza-se a publicação realizada pela Universidade de Caxias do Sul em parceria com a *Università degli Studi di Padova* (Universidade de Pádua), na Itália. Esses estão organizados em cinco tomos. Após esse primeiro contato com os documentos, será necessária uma análise mais aprofundada desses materiais.

O município de Pelotas no Relatório de Enrico Acton

Como já mencionado, este texto busca analisar os relatórios dos cônsules italianos no Brasil no que se refere ao município de Pelotas (RS). O relatório analisado está no conjunto do tomo 1-2. Dentro dos diversos municípios abordados está Pelotas. Nesse relatório intitulado *La città di Pelotas*, o cônsul Enrico Acton descreve sobre a situação do município. Há vários itens abordados pelo cônsul, os quais serão explicados a seguir. O relatório data do ano de 1889 e tem como objetivo fornecer uma ideia geral, porém precisa do município, nas palavras de Acton. A seguir consta uma imagem do cabeçalho deste relatório, a partir do qual nota-se que quando este relatório foi escrito, Enrico Acton era vice-cônsul em Pelotas.

Figura 1 – Relatório da Cidade de Pelotas

La città di Pelotas — Rapporto dell'avv. ENRICO ACTON, r. vice console a S. Francisco di Pelotas, trasmesso dal nob. avv. cav. MARIO dei conti COMPAGNONI MAREFOSCHI, r. console a Porto Alegre.

(Pelotas, 10 novembre — Porto Alegre, 25 novembre 1889)

Fonte: Acton, 1889

No relatório da *Città di Pelotas* encontram-se diversificadas informações sobre o município, apesar do relatório ter no título a palavra cidade, ele se refere ao município. Nesta ocasião, Enrico Acton não visita a colônia italiana situada no espaço rural e, sim, somente o espaço urbano. Desta forma, poder-se-ia, de modo geral, dividir o relatório em dois momentos. O primeiro referente aos aspectos do município e da cidade de Pelotas e o segundo dedica-se a situação da denominada colônia italiana em Pelotas. É importante mencionar que, neste momento, Acton considera como

colônia italiana os imigrantes italianos e descendentes em Pelotas, tanto na área rural quanto na urbana.

No primeiro momento do relatório, o vice-cônsul inicia escrevendo informações sobre o nome do município e a origem, neste momento da pesquisa não se intenciona abordar em profundidade tal aspecto. Enrico Acton menciona sobre a qualificação dos habitantes a Pelotas, estes a chamam de Princesa do Sul, na concepção do autor do relatório, uma qualificação sem justificativa, dado ao fato de Pelotas ser uma cidade sem sofisticação. Neste momento, é oportuno mencionar que este Cônsul viajava para outras cidades com estrutura, talvez, melhor do que Pelotas, como, por exemplo, as cidades da Região Colonial Italiana e a Capital do Estado, Porto Alegre.

Porém, apesar da adjetivação pejorativa Acton ressalta que no último ano a cidade prosperou, tornando-se a mais importante da Província do Rio Grande do Sul depois da Capital do Estado.

No que se refere a população do município de Pelotas, esta está estimada em aproximadamente 39 mil habitantes, sendo que a Província do Rio Grande do Sul possui um milhão de habitantes. Pelotas é, nesta época, um dos 29 municípios da Província.

Na sequência descrevem-se aspectos geográficos do município e os afluentes.

Outrossim, a divisão eclesiástica é mencionada no relatório. Havia, nesta época três paróquias (freguesias) no município: São Francisco de Paula (sede no município), Santo Antônio da Boa Vista e Nossa Senhora da Consolação do Boqueirão.

O próximo tópico diz respeito à *popolazione e aspetto dela città*. Conforme o relato, a cidade possuía 4000 casas. Essas casas, no entanto, são pequenas, normalmente com apenas o andar térreo. O vice-cônsul faz uso de uma frase para adjetivar a cidade, frase essa que merece ser copiada do original: “*esteticamente la città é bruta*” (esteticamente a cidade é feia). Aqui reforça-se o já mencionado acima de que possivelmente Pelotas estava sendo comparada com outras cidades e espaços urbanos.

Os aspectos econômicos do município são descritos com algum grau de detalhe neste relatório. A importância comercial de Pelotas é ressaltada em consequência da indústria relativa aos produtos bovinos e o mercado de exportação. Neste ínterim, aborda-se, nos relatórios, as vias de transporte para escoamento desta produção. Logo após encontra-se um quadro com as cifras de exportação dos mais importantes municípios do Rio Grande do Sul, neste momento Pelotas aparece como o maior município exportador. Com isso, na sequência, Enrico Acton descreve as várias indústrias do município, dentre as quais se dá destaque para as charqueadas. É relevante mencionar que, nesta parte do relatório são realizadas algumas comparações quanto a criação bovina do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Após esse contexto geral do município de Pelotas, Acton passa a abordar os italianos estabelecidos em Pelotas.

Colônia Italiana em Pelotas

O segundo momento do relatório refere-se aos italianos em Pelotas e a situação destes. Relembra-se aqui o objetivo desses relatórios. Para Iotti (2011) a produção dos relatórios e o envio destes a Roma, foi a melhor maneira que o governo italiano encontrou para tornar mais efetivo o trabalho dos cônsules.

O vice-cônsul inicia escrevendo sobre o número da colônia italiana em Pelotas, de acordo com Acton, havia mil pessoas em Pelotas no ano de 1889.

Os italianos em Pelotas aprendiam o português, mas conservavam sentimentos patrióticos. Não deixando de comemorar o *risorgimento* e lembrar os encantos da terra na esperança de poder retornar (ACTON, 1889, tradução nossa). Neste ponto do relatório, assim como em outros, percebem-se presentes elementos da *italianità*. Para Iotti (2011, p. 53), “o sentimento de italianidade surgiu no Brasil e, também, foi incentivado pelo Estado italiano, preocupado em interligar

emigração, comércio e manutenção da identidade cultural [...]”. Nesse sentido, as escolas étnicas italianas tinham também a função de ligar os imigrantes à pátria mãe. Por isso, foram utilizadas como um meio de difusão da italianidade.

Conforme o vice-cônsul, os imigrantes no município fixaram-se longe do meio urbano. Neste momento é reforçada a qualidade dos colonos. Corteze (2002), em sua dissertação de mestrado, analisa os mitos sobre os imigrantes italianos no Estado do Rio Grande do Sul. Conforme a autora, consagrou-se na historiografia sobre o tema, que as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, tanto no transcurso da viagem quanto na chegada à colônia, foram superadas pelas qualidades excelentes dos imigrantes. O que é importante, nesse momento, é o discurso que envolve essas dificuldades e a força de trabalho do colono imigrante para vencer esse começo de vida. É oportuno mencionar que há o entendimento que ao chegar no Brasil e nos lotes coloniais, os imigrantes passaram sim por inúmeras dificuldades. O que está se problematizando aqui é a representação disso. Ainda neste íterim, Acton aborda que as melhores terras não são dos imigrantes e estes estão em lugares selvagens.

O município de Pelotas, no século XIX, tinha sua economia baseada na indústria saladeiril, a saber, produção de charque. As estâncias localizavam-se próximas ao Arroio Pelotas, ficando ociosas terras em outras regiões do município, por não serem, muitas vezes, apropriadas à pecuária (ULLRICH, 1999). E, dessa forma, a fim de darem um destino às terras, os proprietários demarcaram lotes para serem vendidos. Essas terras estavam situadas na chamada Serra dos Tapes (ANJOS, 2000).

A Serra dos Tapes, a qual abrange o interior dos municípios de Pelotas, Morro Redondo, Capão do Leão, Arroio do Padre, Turuçu, Canguçu e São Lourenço do Sul, caracteriza-se por ser uma região de serra, não apropriada para a prática da pecuária realizada nas estâncias e, dessa forma, foi o espaço destinado aos imigrantes que desembarcaram no município. Em conformidade

com Cerqueira (2010), foi, especialmente, na Serra dos Tapes, que ocorreu o processo de colonização, o que contribuiu para a formação de uma diversidade cultural no espaço. Anjos (1999) discorre sobre o espaço territorial das charqueadas e da região destinada à criação das diversas colônias que se formaram no município de Pelotas:

Na primeira, localizaram-se as grandes propriedades dos estancieiros e charqueadores, sustentadas economicamente pelo braço escravo, na segunda, multiplicaram-se as pequenas propriedades, destinadas ao assentamento de imigrantes europeus, que iriam praticar, num primeiro momento, a policultura e a pecuária de subsistência. (ANJOS, 1999, p.67).

Com a criação das colônias na região, foi então que o sistema de minifúndios e pequenas propriedades começa a se desenvolver no município. Conforme Peixoto (2003), com a criação destas colônias, diversificaram-se as atividades econômicas, pois esses lotes eram destinados para as famílias explorarem, dedicando-se primeiramente à agricultura e à suinocultura.

Voltando a descrição do vice-cônsul quanto aos italianos em Pelotas. Este escreve que *La Colonia Cittadina* (referente ao espaço urbano) era composta por indivíduos e famílias que chegaram em diferentes momentos e circunstâncias e essa colônia é trabalhadora e tranquila. Aqui novamente percebe-se a menção as virtudes dos italianos para o trabalho. De certa forma, essa atribuição de trabalho aos italianos, mais do que a representação que o trabalho é importante para esses grupos, lhes confere determinada identidade, ou seja, a construção identitária dos que se consideram “italianos” está alicerçada no ethos da laboriosidade, no comprometimento da manutenção da propriedade e, conseqüentemente, da manutenção da comunidade.

Outrossim, o relatório traz as Sociedades de Mútuo Socorro e as escolas italianas no município, as quais reforçam o sentimento de *italianità*.

A primeira sociedade italiana surgiu no ano de 1854 na cidade do Rio de Janeiro, reunindo, nesse momento, 34 sócios. Os imigrantes ocuparam-se em organizar outras instituições, tais como: hospitais, escolas e espaços de sociabilidade. Ainda referente à organização dos italianos, estes realizaram muitos congressos, por meio das sociedades. Esses congressos buscavam reunir todas as sociedades italianas do país, a fim de organizarem, em conjunto, suas demandas e ações (CENNI, 2011).

As escolas italianas do meio urbano estiveram ligadas às Sociedades de Mútuo Socorro. Rech (2015) defende, em sua tese de doutorado, que muitas escolas étnicas italianas na cidade de Porto Alegre (RS) estiveram vinculadas às Sociedades de Mútuo Socorro. Conforme Cenni (2011) o período de maior desenvolvimento das escolas italianas foi entre os anos de 1895 a 1919. Os estudos de Kreutz (2010) vão ao encontro dessa afirmação. O autor enfatiza que, no ano de 1930, o Brasil chegou a ter 2.500 escolas étnicas, das quais 396 eram italianas.

Os imigrantes italianos falavam diferentes dialetos e tinham hábitos de vida diferenciados. Porém, ao se estabelecerem num país diferente do seu, buscaram o apoio mútuo, criando, neste contexto, as sociedades de mútuo socorro, as quais tinham como função proteger os imigrantes (LUCHESE, 2007). Ainda, Luchese (2007) diz que os imigrantes italianos davam importância à educação, havendo iniciativas particulares, cobranças ao governo e a criação de associações a fim de garantir instrução na localidade. Conforme a autora, a partir de 1884, é evidente a preocupação com a escolarização e, neste sentido, atuavam de forma intensa as associações de mútuo socorro dedicando-se às questões escolares. Estas iniciativas, porém, duraram pouco tempo: conforme iam sendo implantadas as escolas públicas e confessionais, as étnico-comunitárias iam sendo fechadas.

Dentro deste contexto, as sociedades e as escolas italianas, também, serviram para a difusão e manutenção da *italianità*. Luchese e Kreutz (2010), escrevem que a escola para a difusão da

“italianidade” era pensada a bastante tempo, os cônsules, os agentes diplomáticos e algumas leis italianas se preocupavam em apoiar financeiramente os emigrados desde o fim do século XIX.

Considerações finais

Este texto teve como objetivo abordar, ainda que inicialmente, o município de Pelotas por meio dos Relatórios dos Cônsules Italianos no Brasil. Desta forma, abordou-se neste trabalho o relatório do ano de 1889 produzido por Enrico Acton. Neste relatório estudou-se a visão do vice-cônsul no que tange ao município de Pelotas. O relatório traz uma visão descritiva do município, através dele é possível levantar algumas problematizações acerca do município, da descrição da colônia italiana em Pelotas e da própria difusão de *italianità*.

Esses documentos configuram-se como importantes fontes para a pesquisa histórica, pois é possível perceber indícios na perspectiva de Ginzburg (1990) para investigar esse grupo imigrante e a forma como os cônsules descreviam as informações e, a partir disso, investigar quais eram as informações dos italianos no exterior que interessavam ao governo italiano.

Referências

- ACTON, Enrico. *La città di Pelotas*. Roma: Ministero Degli Affari Esteri, 1889.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 2000.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. Italianos e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. *História em revista: núcleo de documentação histórica da UFPel, Pelotas*, v. 05, 1999. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/hr/historia_em_revista_05.html> Acesso em: 13 ago. 2015.

- BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CASTRO, Renata Brião de. *A Escola Garibaldi e o professor José Rodeghiero na Colônia Maciel – Pelotas (RS) (1928 – 1950): grupo local e etnia*. 2017.220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2017.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (org.). Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295 - 316.
- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil: “Andiamo in’Merica”*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- CERQUEIRA, Fabio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. In: MICHELON, Francisca Ferreira; FERREIRA, Maria Letícia Mazzuchi (orgs.). SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E TRADIÇÃO, 4., 2010. *Anais*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2010.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in America: História, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF editora, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares*. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). *Poiésis*, v. 3, n. 5, p. 71-84, 2010.
- LE GOFF. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita.* 2007. 495f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Educação e etnia: as efêmeras escolas étnico-comunitárias italianas pelo olhar dos cônsules e agentes consulares. *História da Educação*, v. 14, n. 30, p. 227-258, 2010.

PEIXOTO, Luciana. *Memória da imigração italiana em Pelotas / RS - Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas.* 2003. Monografia (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Histórias História Cultural.* 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POMATTI, Angela Beatriz. *Italianos na cidade de Pelotas: doenças e práticas de cura – 1890 a 1930.* 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RECH, Gelson Leonardo. *Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938): a formação de uma rede escolar e o fascismo.* 2015. 451 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Anos de 1887 a 1889. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul> acesso em fev. 2016.

ULLRICH, Carl Otto. As colônias alemãs no sul do Rio Grande do Sul. In: *História em revista: núcleo de documentação histórica da UFPel, Pelotas*, vº 05, 1999. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/hr/historia_em_revista_05.html> Acesso em: 13 ago. 2015.

Clube Caixeiral de Rio Grande/RS: o silêncio de uma memória

Gianna Zanella Atallah¹
João Fernando Igansi Nunes²

Considerações iniciais

Este trabalho propõe-se a, a partir de alguns teóricos, como Michel Pollak, Maurice Halbwachs e Paul Ricoeur, discutir a intangível relação de "cumplicidade" entre a memória e o esquecimento, tendo como estudo o Clube Caixeiral de Rio Grande/RS. Parte-se da premissa de que a memória resiste à ausência de algo através de vestígios ainda existentes, tais como as narrativas, os bens culturais, o espaço físico, promovendo relações de intersecção entre os elementos envolvidos nessa esfera, e o processo de silenciamento, aquilo que não é pronunciado, mas também não é esquecido. Essa intangível relação entre a memória

¹Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/ICH-UFPEL/RS). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/ICH-UFPEL/RS - 2011). Especialista em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos (ILA-UFPEL/RS-1997). Graduada em História - Licenciatura Plena (FURG/RS-1993). Dirigente do Núcleo de Patrimônio Municipal (Fototeca Municipal Ricardo Giovannini e Pinacoteca Municipal Matteo Tonietti). Docente em História da Rede Municipal - SMED/Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS. E-mail: gizaatallah@gmail.com.

²Doutor em Comunicação e Semiótica, PUC/SP, com a Tese Design Computacional: comunicação do in-visível. Membro do Grupo de Pesquisa NetArt, perspectivas críticas e criativas (FAPESP) e do grupo de pesquisas Software Studies do Brasil (FILE Lab SP / UCSD - EuA). Professor Adjunto do Centro de Artes da UFPel. E-mail: fernandoigansi@gmail.com.

e o esquecimento configura representações que a cada período temporal se sobrepõem à anterior, delineando os usos e os abusos da memória, tornando-a fugaz, em relação ao processo inicial de sua formação. Mas o caminho entre a memória o esquecimento, e o “trauma” que se instala não deve ser entendido como o fim de um processo, e sim como possibilidades de novas releituras e a definição de representações que possam promover o entendimento da “cumplicidade” entre ambos, permitindo que o nosso objeto de estudo seja ressignificado dentro do seu contexto social. O não pronunciamento caracteriza-se pelo silenciamento da memória, desafio este ao presente e ao futuro, como forma de manter o passado eternizado pelos vestígios ainda existentes.

Vestígios Memoriais

No dia 29 de Março de 2014, já no fim da tarde, desabou o telhado do Prédio do Clube Caixeiral de Rio Grande, situado na Rua Marechal Floriano, na zona central da cidade de Rio Grande/RS. Esse acontecimento estabeleceu um divisor: de um lado, a realidade do Clube (espaço físico), como vestígios de uma materialidade e de outro uma memória imaterial caixeiral, dotada do aspecto intangível, entendendo que a representação anterior e posterior do acontecido citado acima recria representações simbólicas que, ao mesmo tempo em que simulam uma “cumplicidade” entre a memória e o esquecimento, desafiam a novas releituras a partir do que Ricoeur (2007) nos destaca como “fenomenologia da memória”, a partir de duas perguntas: *De que há lembrança? De quem é a memória?*

O Clube Caixeiral de Rio Grande foi fundado no ano de 1895, e o prédio da Rua Marechal Floriano construído entre os anos de 1911 e 1912, sendo inaugurado nesse último. A classe de Caixeiros ao fundar seus clubes desejava o fechamento das portas de comércio aos domingos e nos feriados no período vespertino (DUARTE, p.04, s/d), além disso, Duarte (s/d) ressalta que [...] os

clubes caixerais do Rio Grande do Sul fundados na última década do Império, foram incluídos entre as entidades de socorro mútuo. No entanto, é necessário salientar que afora a prestação de socorros, a instrução e a recreação constituíam os objetivos dos clubes (DUARTE, s/d, p.3). Para tanto, estavam alicerçados em uma forma de comunicação interna muito peculiar de cada clube, em cada cidade.

Enquanto Clube, espaço físico e um dos “lugares de memória” da categoria classista, tais entidades registraram na linha do tempo social sua funcionalidade, sua convivência e sua abrangência, que se associavam e dissociavam, ao mesmo tempo, dos processos a que estavam inseridos, através de uma linguagem simbólica que transcendia o espaço temporal.

A construção da memória não está na mesma linearidade que a vida útil de seu produtor. Enquanto a memória se auto produz através da lembrança daqueles que vivenciaram e daqueles que tomaram conhecimento dessa lembrança, a vida útil do seu produtor não consegue explicitar a extensão dessa memória, pois ela avança um campo de abstração muito acelerado, e está condicionada à memória daqueles que não o vivenciaram. E isso se reporta claramente ao nosso objeto, uma vez que o clube social atravessou o final do século XIX, todo o XX, mas não resistiu à reorganização conceitual e atuante de mudanças político-culturais e econômicas.

Tentar explicar a memória e como ela se cria e recria a partir de seus contextos sociais e seus meios produtores assemelham-se a tentar explicar um labirinto com muitas entradas e saídas. A memória que reivindicamos é a da *classe dos caixeiros* ou a do *clube dos caixeiros*? Como essa memória hoje se potencializa?

A formação da memória está nos referenciais que construímos, seja de modo individual ou coletivo, e os conflitos dessa memória são os contrapontos que se formam a partir de um conjunto de memórias externas, e com referenciais que imperam sobre as categorias de representação.

Dentro dessa percepção podemos apontar pessoas que vivenciaram o clube sob diversos papéis sociais, mas que configuraram suas percepções a partir de si e do que vivenciaram, e dos outros em situações muitas vezes não vivenciadas.

Esses círculos que se constroem dentro dos variados contextos sociais: família, trabalho, entretenimento, crenças religiosas entre outros, uniformizam círculos de ações que interseccionam-se e promovem uma formação codificada, seja através de objetos, imagens, documentos, oralidade, entre outros, de forma que as lembranças, a partir dessa produção, são muito mais do coletivo do que do individual. Essa insistência da individualidade manter as lembranças como forma de guarda pessoal recai sobre o aspecto intangível, ou seja, identificamos aspectos sobre as lembranças, mas os seus reais significados nunca nos chegam de fato, como desejaríamos conhecê-los e sim como devem ser conhecidos, porque há os que detêm essas lembranças, e as de cunho individual podem ocasionar uma fragmentação, que acaba ameaçando a coletividade.

O coletivo se fortalece não só com o rememorar, mas com a aproximação da materialidade que comprova a memória e a patrimonialização desse processo, ou seja, um conhecimento mais específico sobre os elementos ainda existentes, e a proposta de um processo de salvaguarda.

Essas rememorações são os próprios conflitos da memória, uma extensão do vazio, e ao mesmo tempo a presentificação de um passado que necessita manter comprovado pela sua existência e significação diante de um contexto social interno e externo. Assim, Halbwachs nos diz:

Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena em que havia outros espectadores ou atores para que, mais tarde, quando estes a evocarem à minha frente, quando reconstituírem cada pedaço de sua imagem em meu espírito, esta composição artificial subitamente se anime e assuma figura de coisa viva, e a imagem se transforme em lembranças. [...] o mesmo acontece

neste conjunto de testemunhas exteriores a nós, temos de trazer uma espécie de semente da rememoração a este conjunto de testemunhas exteriores a nós para que ele vire uma consistente massa de lembranças. Ao contrário. Quando uma cena parece não ter deixado nenhum traço em nossa memória, se na ausência dessas testemunhas nos sentimos completamente incapazes de reconstruir qualquer parte dela, os que um dia a descreverem poderão até nos apresentar um quadro muito vivo da cena – mas que não será uma lembrança (HALBWACHS, 2006, p. 32-33).

Esse estranhamento memorial transita entre a lembrança pessoal e o conhecimento do passado, ou seja, a lembrança de outro não pode ser rememorada por mim, mas de acordo com o nível de conexão que existe entre nós poderá recriar, através de contextos sociais, uma aproximação entre camadas do passado. No caso de não termos pertencido ao mesmo grupo de convivência, essa recriação de contextos sociais terá a tarefa de identificar elementos simbólicos que aproximavam a conexão em um mesmo lugar, sem rememoração.

Dentro de um contexto social específico, os grupos que se organizam, desfrutam de vários momentos em comum, mas ao mesmo tempo em que rememoram parcelas específicas do seu grupo, a transição entre os grupos não dá a certeza de continuidade de memórias desse contexto. Essa alternância de comportamento social de ser passivo e ativo, sendo o primeiro um receptor e o segundo um produtor de memórias, vale ao mesmo tempo para qualquer indivíduo promover momentos que, com o tempo, serão recortados. A continuidade vai dissociando-se porque aquele momento vivido não acontecerá novamente, aquele lugar não estará mais do modo que estava quando o fato ocorreu. Assim

Quando muitas correntes sociais se cruzam e se chocam em nossa consciência, surgem esses estados que chamamos de intuições sensíveis e que tomam a forma de estados individuais porque não estão ligados inteiramente a um e a outro ambiente, e então os relacionamos a nós mesmos. [...] no contraste entre sua

vivacidade e a banalidade de impressões ou pensamentos anteriores, na riqueza que eles subitamente desvendam em nosso eu, porque representam uma combinação original de elementos de origens variadas. Também não é menos verdade que esta combinação ou associação se explique pelo encontro, em nós, de correntes que têm uma realidade objetiva fora de nós – nem tanto por nossa espontaneidade interna (HALBWACHS, 2006, p.58-59).

As correntes sociais em nosso objeto estão associadas a um espaço temporal que recobre de construção do clube (1895) até o seu encerramento de atividades (2000), essas se permearam pela passagem de vários ciclos que se formaram por indivíduos que se qualificaram por sócios ou não sócios, diretoria e funcionários do clube de um modo geral. A proposição de ações e reações que se entrecruzaram ao longo desse período é extensa e complexa dentro do contexto da memória social dos caixerais. Se formos analisar, cada elemento que tenha dado a sua contribuição, e entenda-se, não financeira somente, mas social, entenderemos que a classe que assumiu uma identidade de clube, problematizou através de cada indivíduo uma forma de manifestação autobiográfica diante da realidade Caixeiral de Rio Grande.

Esquecimento e Silenciamento

O esquecimento como uma forma de memória, nos faz perceber o quanto o silêncio nos torna impotente diante do entendimento sobre nós mesmos. Segundo Pollak (1989),

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resisitência qu uma sociedade civil impotnte opõe ao excesso de dicrsos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamete às lembrnças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989:05).

Quanto às recordações, queremos salientar que existe um outro fio, tão importante quanto o fio condutor entre o corpo e o espírito, que é o esquecimento. O esquecimento em nosso entendimento só é uma ameaça à saúde quando ele degenera fisicamente as funções do corpo, e este não seria o nosso foco de estudo. O esquecimento é o resultado da seleção que o corpo faz, a partir da relação que ele comunga com o espírito; seria o que o ser vivenciou no momento da ação, mas refletindo de maneira inversa.

A busca não está em lembrar, mas sim em como lembrar, pois o esquecimento é uma representação das percepções sobre o corpo, que num primeiro momento são realistas, e com o passar do tempo tornam-se idealistas. O esquecimento é uma resposta de sobrevivência em relação ao passado. Essa ação de representação, não existe como algo premeditado, existe sim, como resposta da relação entre corpo e espírito. Tal afirmativa se compactua as palavras de Bergson quando ele nos diz “o que chamamos ordinariamente um fato não é a realidade tal como apareceria a uma intuição imediata, mas uma adaptação do real aos interesses da prática e às exigências da vida social” (BERGSON, 2006, p.214).

É evidente que a lembrança apresenta-se em nível de significação diferenciado para cada um dos indivíduos, com a sua própria representação, pois não podemos esquecer que, nós indivíduos, sem agirmos propositalmente, criamos representações interna e externamente. O nosso olhar sobre nós mesmos, e os padrões recorrentes sobre isso, são simultâneos aos padrões de representatividade que criamos para os outros. O fio condutor para estas intersecções parte da(s) categoria(s) nas quais estamos inseridos, e que são o nosso suporte social.

Essa memória, como construção da ação-reação estabelece dois pontos distintos: o tempo e o imaginário, que têm uma relação de encontro, sem definir limites entre si.

O tempo acerca-se da formação de um espaço construído em etapas, que não são de evolução, mas sim de interação com as mudanças, e de desafios aos conceitos pré-estabelecidos.

Enquanto o tempo busca o espaço, o imaginário se estrutura nas recordações vividas, pois enquanto fantasia, irá canalizar a relação direta de atividades ou emoções, que estão conscientes através do que foi vivido, diferentemente da imaginação como fantasia, que se tem como uma fantasia irrealizada, o desejo de ter vivido o momento.

Destacamos que para as recordações vividas, temos no esquecimento um desafio de não deixá-las sucumbir, pois as emoções, mais do que os fatos, serão fortalecidas na existência real de um grupo, mas quando este chegar ao último integrante, a memória não acabará junto com ele, pois as lembranças serão sustentadas pelos sentidos, estes que deverão ser registrados não só através da história oral, mas de outras fontes, pois enquanto uma delas ainda existir, as lembranças serão mantidas ‘vivas’, mesmo que com olhares diferentes sobre elas.

Quando Maurice Halbwachs nos fala em memória coletiva e o tempo, utiliza-se a si como exemplo:

Pode-se dizer que o que rompe a continuidade de minha vida consciente e individual, é a ação que sobre mim exerce, de fora, uma outra consciência, que me impõe uma representação em que está contida (HALBWACHS, 2006:121).

Isso nos reconfigura ao contexto vivido a partir da ação do grupo e sua posterior fragmentação, que ocorre pela troca de informações temporais, ou seja, a memória reconstitui os sentidos, mas estes não falam por si, falam pela formação e inserção do indivíduo no contexto. A memória condiciona-se e limita-se ao poder de se fazer lembrar, como lembrar, e o que deve ser lembrado, muitas vezes pela própria trajetória do indivíduo dentro do contexto em questão.

Aliás, compartilhar, não significa necessariamente interagir, pois o compartilhamento recria nossas representações, de acordo com o tempo presente, mas a memória e o imaginário, retêm o passado, pois fazem esse recorte temporal.

Memória e Patrimônio

O nosso objeto de estudo, o CC de Rio Grande, promove uma complexa estrutura a partir da relação entre Memória e Patrimônio. Para isso vamos nos debruçar em dois dos três princípios básicos destacados por Davallon:

1. O patrimônio como construção social; 2.O estudo do processo de patrimonialização em dois sentidos: como é usado por ele e sobre ele; 3. Entendido como processo social, deve considerar a linguagem de Marc Augé, quanto às práticas históricas e o processo simbólico (DAVALLON, 2012).

Partindo disso, destacamos que no primeiro ponto o patrimônio como construção social, só podemos entender o patrimônio e o seu processo, a partir do entendimento conceitual entre patrimônio e patrimônio histórico. Segundo Choay:

Patrimônio [...] ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos [...] que fizeram dela um conceito “nômade”. [...] Patrimônio histórico [...] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum [...] tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade (CHOAY, 2006, p.11).

Assim, essa relação linear entre o Patrimônio e o Patrimônio histórico estabelece a construção social da Classe enquanto Clube e

que foi possível a partir de interesses semi-coletivos (famílias) e o conjunto desses, ou seja, os valores trazidos do lar, e entendidos como herança cultural, que foram compartilhados através de ações e representatividades dentro do espaço social, que por sua vez oscilou em vários espaços.

Assim, quando os próprios elementos se estabelecem simbolicamente, o que os representa estabelecem também uma ambiguidade, pois existe o lar, o clube e a junção desses dois que reconfiguram-se como um único elemento. É preciso entender como recai o interesse sobre os meios produzidos pelos grupos, de modo material ou imaterial e como isso será simbolicamente retratado no coletivo.

No segundo ponto temos o estudo do processo de patrimonialização em dois sentidos: como é usado por ele e sobre ele, e assim, partindo de como nosso objeto de estudo se encontra atualmente, há uma grande distância entre a sociedade e esse conjunto de bens culturais ainda existentes e que carecem de uma codificação não institucional ou privada, ou seja, dependem de um processo de codificação social, o reconhecimento desses bens e o entendimento de pertencimento sobre eles. Há um grande equívoco social atualmente, a partir do qual a sociedade, de modo geral, não se reconhece no seu passado, e manifesta esse não-reconhecimento através da identificação do patrimônio como algo “falido e destruído”, descartando a sua responsabilidade como agente social.

Assim sendo, de acordo com Davallon (2012), o processo da patrimonialização está no modo como estudamos e codificamos os objetos produzidos, mas ao mesmo tempo em que se promove uma comprovação da materialidade existente, contrariamente também se promove um passado intangível, não de reconhecimento, mas de entendimento.

Assim, a história da classe e do clube, escrita e registrada ao longo de sua existência teve vários olhares depoentes, muito colaboraram para que essa memória se se perpetuasse. Essa escrita

estava para além da atuação do grupo: diante de um cenário econômico e político a intencionalidade era que as ações-reações fossem registradas e consolidadas pelo grupo caixeiral.

Isso nos faz perceber que a formação da memória coletiva, está interativamente ligada a um conjunto de memórias individuais, que transpõem comportamentos diferentes na medida em que formam outras coletividades.

Quanto a essas lembranças às quais nos referimos, são lembranças do indivíduo, são ações de dentro para fora. A passagem da classe ao clube foi uma transição do individual para o coletivo, e isso promoveu uma mudança de identidade, sem que fosse proposital. A herança simbólica do passado metamorfoseou-se e toda a simbologia percebida é parte do indivíduo, parte do que foi significativa para ele, é a relação que ele tem para com o contexto percebido.

A memória coletiva formada pela individual não segue o tempo cronológico como a história, ela cria uma cronologia quase invisível, pois só se lembra aquilo que se percebe para tal momento e para tal coletividade. Segundo Halbwachs “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (HALBWACHS, 2006, p.106).

Importante ressaltar que não podemos confundir memória coletiva e memória histórica. Com relação à memória histórica, Maurice Halbwachs nos diz que “guarda principalmente as diferenças - mas diferenças ou as mudanças marcam somente a passagem brusca e quase imediata de um estado que dura a um outro estado que dura” (HALBWACHS, 2006, p.132). E sobre a memória coletiva ele nos diz que “retrocede no passado até certo limite, mais ou menos longínquo conforme pertença a esse ou àquele grupo. Além disso, ela já não atinge diretamente os acontecimentos e as pessoas” (HALBWACHS, 2006, p.133).

Cabe em relação a isso dizer que a História, ou a ação da mesma, criou ao longo do tempo um abismo, quando se refere à Memória Coletiva, pois suas ações solidificaram-se muito mais no

campo material, nos fragmentos que ‘contaram’ algo, num silêncio factual, acabando por esquecer o que ainda está ‘vivo’, os sentidos da coletividade, pois a memória histórica tem dificuldade para aceitar a memória Coletiva, não como fonte somente, mas como resgate de lembranças de um tempo real vivido.

A coletividade, enquanto Memória que compõe um mesmo espaço, deve contar sua história através não só do material, mas do imaterial, e a fragmentação de ambos pode propiciar espaço para a monumentalização, fato preocupante, pois acaba por conceber ícones, no caso da materialidade, completamente distintos do contexto a ser resgatado, reforça-se assim a complexa trajetória entre presente e passado.

Considerações Finais

Aqui retomamos a citação utilizada no início deste artigo em Ricoeur (2007) que nos destaca a “fenomenologia da memória a partir de duas perguntas: *De que* há lembrança? *De quem* é a memória?”. Essas provocações nos levam a intermediar o que entendemos conceitualmente por “memória”, no que concerne à questão do dever, mas de maneira muito distante, o que não entendemos sobre nós mesmos e os outros, e conseqüentemente a relação entre o dever de memória e o devir. Assim, ainda buscamos compreender que antes de sinalizarmos a quem pertence todo um processo memória patrimonializada, precisamos delinear o que é de nossa responsabilidade para com o outro, o valor da lembrança e o seu silenciamento.

Referências

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. Tradução: Paulo Neves. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4ª edição. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. 3ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

DAVALLON, Jean. Comment se fabrique le patrimoine: deux régimes de patrimonialisation. In: KHAZNADAR, Chérifet alii (coord.) *Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?* Paris, Maison des Cultures du monde, 2012.

DUARTE, Paulo César Borges. *A Fundação e os objetivos dos Clubes Caixeiros no RS - 1879 a 1890*. Disponível: http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/Volume_06_Paulo_Cesar_Borges_Duarte.pdf Acesso em 22/12/2008.

GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coordenação Geral); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Diretores dos volumes). *República Velha (1889-1930)*. V.3 T.1. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5ª edição. 2ª reimpressão. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 2, n.3, 1989, p.3-15. Disponível: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em Abril de 2010.

_____. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.200-212. Disponível: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em Maio de 2012.

RICOUER, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Tradução: Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

**Clube Social como suporte
de memória, documento e monumento:
Associação Cruzeiro Jaguareense em Jaguarão/RS**

Alan Dutra de Melo¹

Ronaldo Bernardino Colvero²

Considerações iniciais

Nosso objeto de pesquisa parte do Club Jaguareense, fundado em 1881, cuja edificação central em estilo eclético foi concluída em 1897; trata-se, sobre a materialidade, de um imóvel destacado do centro urbano do município de Jaguarão RS, acerca da imaterialidade da entidade em questão, apontamos que os precedentes do Club Jaguareense remontam à 1852 quando foi fundada a Sociedade Recreação Familiar Jaguareense que originou o Club. Trata-se de tese em andamento junto ao programa de pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, conforme descrito em Melo (2016).

¹ Doutorando e Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural – Universidade Federal de Pelotas/Professor Assistente II Universidade Federal do Pampa – Câmpus Jaguarão. Contato: alanmelo@unipampa.edu.br

²Doutor em História – PUC RS. Professor do PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural – Universidade Federal de Pelotas/ Professor Adjunto Universidade Federal do Pampa – Câmpus São Borja. Contato: rbcolvero@gmail.com

A denominação do clube em estudo, jaguarense, como gentílico do município de Jaguarão, já anuncia a disposição da entidade para a oficialidade, ou seja, trata-se de um clube da elite local. O clube Jaguarense originou-se da Sociedade Recreação Familiar Jaguarense sob a presidência do Sr. Henrique Francisco d'Ávila, que foi presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul entre os anos de 1880 e 1881; era natural da freguesia de Herval do Sul/RS quando esta fazia parte de Jaguarão.

A respeito do fundador do Club Jaguarense, cabe mencionarmos que este já possuía riqueza familiar desde seu nascimento a partir de propriedades familiares (cf. BOTH, 2016). Nessa mesmo sentido, Soares (2007) comenta que ele era filho do estancieiro Francisco Antônio d'Ávila, revolucionário farroupilha falecido durante um conflito, e de Anna das Chagas d'Ávila, a quem coube sua educação, decidindo, com apoio de um familiar, Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, enviá-lo para o Rio de Janeiro/RJ onde cursou o colégio Dom Pedro II.

Both (2016), em trabalho recente, aborda a participação de d'Ávila como um dos nomes vinculados à elite imperial na segunda metade do século XIX, sendo um expoente da elite local que saiu da região da fronteira para estudar direito no centro do país e, mais tarde, entrou nas fileiras dos políticos liberais exercendo inúmeros cargos de natureza civil e militar ao longo de sua carreira, até o desfecho do regime monárquico em 1889.

Este conceito de elite proposto pela autora é apropriado para este estudo. Nas palavras da autora:

Desse modo, a definição que adotamos de elite é operacional e abarca os indivíduos que atingiram o topo da hierarquia social no município de Jaguarão, através da ocupação de “posições-chave”, que lhes conferiam “status, poder e riqueza” e privilégios nas relações sociais, uma vez que dispunham de recursos materiais e simbólicos que não estavam acessíveis a maioria da população [grifos da autora] (BOTH, 2016, p. 19).

Nesse entendimento de elite, reiteramos a trajetória de d'Ávila como proeminente em função dos cargos por ele ocupados, conforme salienta Both (2016), acrescentando ainda, outro nome importante no período imperial, também com relevância em Jaguarão, que foi o Conselheiro Diana³.

Ao longo de suas carreiras foram eleitos vereadores, deputados provinciais e gerais, foram nomeados Ministros do Império (Ávila na pasta de Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1883 e Diana na pasta de Estrangeiros, em 1889) e Henrique d'Ávila foi também Senador por um longo período, além de Presidente da Província do Rio Grande do Sul (1880) e do Ceará (1889) (BOTH, 2016, p. 52).

Observando o que foi relatado, sobre a circulação da elite, no século XIX, constatamos a relevância dos espaços de sociabilidade, e em especial os bailes, que é a principal atividade desenvolvida em nosso objeto de estudo, o Clube Jaguareense. Já Martins (2007), escreve que “além do convívio dos espaços formais da política, os membros da elite política imperial encontravam-se em bailes, cafés e hotéis que todos frequentavam, onde a ‘vida social misturava-se à política’” [grifo da autora] (MARTINS, 2007 apud. BOTH, 2016). E dentro do contexto brasileiro Pryore (2016) situa a relevância dos bailes como forma de sociabilidade da elite no século XIX.

³José Francisco Diana era advogado formado pela academia de direito de São Paulo, em 1868. Em 1869, foi presidente do partido liberal em Jaguarão por indicação de Henrique Francisco d'Ávila que foi seu vice (cf. APONTAMENTO PARA UMA MONOGRAFIA EM JAGUARÃO, 1912). Foi deputado provincial (1873/89) e deputado geral (1872/89). Também, foi o último Ministro dos Negócios Estrangeiros (1889) do regime monárquico equivalente hoje ao de Ministro de Relações Exteriores. Exerceu ainda a função de professor de Carlos Barbosa Gonçalves. E após o término da Monarquia, ficou estabelecido em Montevidéu. Atualmente, a rua da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), em Jaguarão, chama-se Conselheiro Diana. E antes da proclamação da república, Diana era onde atualmente é a Rua Júlio de Castilhos. Ele casou-se com Amélia Leopoldina Corrêa, filha de Faustino Corrêa e Maria Carolina Corrêa, irmã da Minervina Carolina Corrêa. Especificamente, no contexto deste trabalho, ele foi identificado como membro da diretoria da Sociedade Recreação Familiar Jaguareense, no ano de 1875. Fez parte dos fundadores do Club Jaguareense em 1881, compondo a Comissão Fiscal. Em 1884, aparece entre os fundadores do Club Harmonia (cf. Botelho, 2016). Em 1888, atuou como mediador durante a fusão efêmera entre o Club Jaguareense e a Sociedade Cassino Jaguareense.

Portanto, o Clube Jaguareense, foco deste estudo, pode ser considerado ao longo do tempo um espaço de sociabilidade importante para a elite. Em seus primórdios, temos, especificamente em 1852, a fundação da Sociedade Recreação Familiar Jaguareense, como sociedade bailante. Há indicações do início da entidade datada em 1857, mas a partir da descoberta de uma ata encontrada neste estudo, logo, foi possível lançarmos a fundação da associação em tempo anterior.

Portanto, o clube, a nosso ver, pela sua importância e longevidade, aqui brevemente apresentadas, como chega no século atual com atividades bastante reduzidas, incluindo o risco de fechamento ou interrupção? Este problema, que envolve o declínio e interdição das atividades do clube jaguareense, ou melhor da Associação Cruzeiro Jaguareense, aponta para a necessidade desta reflexão, considerando que o Clube é um bem cultural relevante, entrelaçado com a história e as memórias do município e dos moradores de Jaguarão. Acerca de história e memória é necessário mencionar como referência Le Goff (2003).

Sobre a sede central da Associação Cruzeiro Jaguareense, ressaltamos que o imóvel⁴ foi tombado pelo IPHAN, no ano de 2011. O exemplar é classificado como de preservação rigorosa no conjunto histórico e paisagístico do município de Jaguarão e está localizado no Largo das Bandeiras, esquina rua Carlos Barbosa, na zona central da cidade. Abaixo, apresentamos a fachada central do clube em estudo.

⁴ O clube possui além da sede central uma sede campestre com piscina e estádio de futebol, bens oriundos da fusão com o clube de futebol “Esporte Clube Cruzeiro”, no ano de 1975.

Figura 1 – Fachada da sede central da Associação Cruzeiro Jaguareense



Fonte: Disponível em: Arquivo do projeto (2016).

Sobre esta imagem, esclarecermos que, atualmente, o imóvel está interditado para uso, pois sofreu desabamento da sua cobertura no dia 01/11/2011. Naquele momento foi realizado primeiro um escoramento do imóvel pela municipalidade, e após um salvamento emergencial através do IPHAN⁵ para recompor a cobertura, visto tratar-se de bem protegido pelo tombamento federal. Tal fato culmina na questão que apontamos como relevante neste estudo, já que parece que a entidade está encontrando dificuldades em reergue-se e manter suas atividades de forma plena.

Esta proposição abarca-se na situação que encontramos quando foi realizado o trabalho de campo, no ano de 2016, em que o prédio estava completamente fechado, de tal modo, que a

⁵SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2011 UASG 343012.Nº Processo: 01512002265201104.DISPENSA Nº 13/2011 Contratante: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO-E ARTISTICO NACIONAL. CNPJ Contratado: 06939632000100. Contratado : ARQUIUM - CONSTRUÇOES E RESTAURO -LTDA.. Objeto: Contratação de serviços de pessoa jurídica para realização de estabilização emergencial em edificação tombada denominada Clube Jaguareense, localizada em Jaguarão/RS. Fundamento Legal: Lei 8666/93 . Vigência: 14/12/2011 a 14/05/2012. Valor Total: R\$447.704,24. Fonte: 100000000 - 2011NE800129. Data de Assinatura: 14/12/2011.(SICON - 14/12/2011) 343026-40401-2011NE800022(Cf. <http://www.buscaoficial.com/c/diario/cxoDdggKp/> acesso em 30/07/2017)

ausência de usos e de manutenção também estavam contribuindo para a sua deterioração.

Diante da situação, existe um projeto em andamento para restauração do imóvel⁶, com valor estimado em R\$ 3.500.000,00⁷ (três milhões e quinhentos mil reais). E ainda sobre o contexto do imóvel é necessário apontar que existem significativas dívidas com o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais, o ECAD, de tal modo que o mesmo foi encaminhado por esta entidade a leilão no ano de 2015, não sendo arrematado ainda naquele momento, pois o leilão não chegou a ser realizado, pois em tratando-se de imóvel tombado, antes foi alegado que deveria ser antes disso verificado o interesse do Estado para aquisição do imóvel.

⁶INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL PORTARIA N 383, DE 20 DE AGOSTO DE 2013 A PRESIDENTA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21, Inciso V, anexo I, do Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009, considerando o disposto na Portaria nº. 92, de 05 de julho de 2012, publicada no DOU de 09 de julho de 2012, Considerando o processo seletivo iniciado em 30/01/2013 (Proc. 01450.004028/2013-11), para apresentação de propostas de intervenções no âmbito do PAC Cidades Históricas, pelos Chefes dos Poderes Executivos Municipais e/ou Estaduais de 44 municípios brasileiros com patrimônio histórico tombado em nível federal, Considerando que o PAC Cidades Históricas é segmento do Eixo Comunidade Cidadã do PAC 2, resolve: Art. 1º Tornar públicas as intervenções selecionadas no âmbito do PAC Cidades Históricas, nos termos do Anexo I. Art. 2º O início da execução das intervenções relacionadas no Anexo I está condicionada à apresentação e aprovação pelo Iphan do material técnico correspondente. Art. 3º Os recursos disponibilizados serão oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), no âmbito da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. JUREMA MACHADO. Consta no anexo os seguintes projetos em Jaguarão: Finalização da restauração da Antiga Enfermaria Militar - Centro de Interpretação do Pampa - Unipampa; Finalização da restauração do Teatro Esperança; Restauração da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo; Restauração do Mercado Público Municipal; Restauração do Antigo Fórum - Casa de Cultura; Restauração da Antiga Inspeção Veterinária; Restauração do Casarão da Prefeitura Municipal; Jaguarão Requalificação da Praça Dr. Alcides Marquese Largo das Bandeiras; Restauração do Casarão do Clube Jaguarense; Restauração do Casarão Clube Social 24 de Agosto; Restauração do Cine Regente. Cf.(https://www.jusbrasil.com.br/diarios/58125488/dou-secao-1-22-08-2013-pg-5?ref=previous_button acesso em 30/07/2017).

⁷O clube é elencado como a nona prioridade entre onze bens listados. Cf.(Processo Prefeitura Municipal 2771/2014-21927) aberto em 22/04/2014 denominado PAC Cidades Históricas - Clube Jaguarense. Estão previstos R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para estudos e projeto e 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) para a obra. O tempo estimado para a conclusão da obra ao acessar os recursos foi estimado em 25 (vinte e cinco) meses.

Para dar continuidade na contextualização do objeto de estudo, no centro urbano do município de Jaguarão, apresentamos outra imagem, captada com equipamento denominado drone visto como foto aérea. Nela é possível identificarmos o clube do alto, ampliando a visualização da imagem anterior: à esquerda, salão principal, já com o telhado recuperado, por isso, tonalidade mais clara, e ao lado direito, no salão menor, com cobertura em tom mais escuro, está o local bastante deteriorado.

Figura 2 – Vista aérea da sede central da Associação Cruzeiro Jaguareense



Fonte: Disponível em: Jaguarão RGS By Fly Camara Pelotas.

<<https://www.youtube.com/watch?v=052-RZ7weIo>>. Acesso em: 17/07/2017.

Nesta imagem é possível identificarmos a extensão do imóvel e podemos visualizar ainda os arredores do prédio, na sua frente o largo das bandeiras, e ao seu lado, o Hotel Sinuelo que segue do Clube Harmonia Jaguarão, em frente à Praça Alcides Marques – existem proximidades e distanciamentos entre a Associação Cruzeiro Jaguareense com o Clube Harmonia Jaguarão, outro clube considerado da elite local, o qual é descrito em trabalho recente por Botelho (2016).

Também podemos identificar na imagem em questão, a ponte internacional Mauá, localizada à esquerda do Clube, ao fundo, sobre o Rio Jaguarão. Neste conjunto visual, ficam

evidenciados os valores que justificaram o tombamento do centro histórico da município através do IPHAN⁸, que é especialmente a homogeneidade da sua ambiência urbana, na maior parte assobradada com grande número de exemplares arquitetônicos que remetem ao final do século XIX e primeiras décadas do século XX. O tombamento do centro urbano do município foi realizado com base em dois valores principais: um que se refere ao paisagístico, conforme verificamos na imagem, e outro que se refere ao valor histórico, por sua importância no contexto das disputas e a formação territorial e histórica no século XIX. A ponte Internacional Mauá também tombada pelo IPHAN⁹ foi acrescido o valor artístico, de artes aplicadas.

Exemplificamos sobre atividades realizadas na entidade, conforme segue, quando ainda em funcionamento a sua sede central (Figuras 3 e 4).

⁸INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO.E ARTÍSTICO NACIONAL AVISOS DE TOMBAMENTO DEFINITIVO.O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN dirige-se a todos os interessados para lhes COMUNICAR que ocorreu o tombamento definitivo do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, Município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Processo n.º 1.569-T-08 (Processo n.º 01512.000089/2008-62), o qual foi inscrita no Livro do Tombo Histórico, volume III, fls. 53/57, número de inscrição: 615 e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, volume II, fl. 76/79, número de inscrição: 163. Amparo legal: Decreto-Lei n.º. 25, de 30 de novembro de 1937, Portaria n.º. 11, de 11 de setembro de 1986 e Decreto n.º. 6.844, de 07 de maio de 2009.(Cf.<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/51086831/dou-secao-3-21-02-2013-pg-11> acesso em 30/07/2017).

⁹INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. E ARTÍSTICO NACIONAL AVISO. O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN dirige-se a todos os interessados para lhes COMUNICAR que ocorreu o tombamento definitivo da Ponte Internacional Mauá, Município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Processo n.º 1.570-T-09 (Processo n.º 01512.000067/2008-01), a qual foi inscrita no Livro do Tombo Histórico, volume III, fls. 41 a 43, número de inscrição: 607; no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, volume II, fls. 72 e 73, número de inscrição: 157 e no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, volume I, fls. 02 a 05, número de inscrição: 05. Amparo legal: Decreto-Lei n.º. 25, de 30 de novembro de 1937, Portaria n.º. 11, de 11 de setembro de 1986 e Decreto n.º. 6.844, de 07 de maio de 2009,JUREMA MACHADO.Presidenta do Instituto. (Cf. <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/43660692/dou-secao-3-28-11-2012-pg-21> acesso em 30/07/2017).

Figura 3- Baile e jantar no clube



Fonte: Disponível em: Acervo do clube (s.d.). Acesso em: 2016.

Figura 4 - Baile e jantar no clube



Fonte: Disponível em: Acervo do clube (s.d.) Acesso em: 2016.

Portanto, o Clube Jaguarense cumpre uma função social comunitária importante, face aos seus usos e ao reconhecimento da própria sociedade como legitimadora da sua atuação enquanto um patrimônio comum a todos jaguarenses. Entendemos no mesmo sentido que Funari (2009), conforme segue.

A implantação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteada pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação. Mas a seleção dos bens a serem tombados precisa estar integrada aos marcos identitários reconhecidos pela própria comunidade na qual se inserem (FUNARI, 2006, p. 59).

Metodologia

Para atender às questões e aos objetivos que nos movem, compomos o arquivo do estudo com jornais, principalmente do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, dos séculos XIX e XX, com entrevistas por nós realizadas no ano de 2016 e com documentos do acervo da entidade¹⁰. É necessário esclarecermos que não foram encontradas as atas mais antigas do Clube, assim as entrevistas fizeram-se importantes, como também uma procura mais cuidadosa em documentos oficiais presentes em processos administrativos e judiciais, bem como em relatos de livros e meios eletrônicos, especialmente, na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.

A pesquisa é de caráter qualitativa tal como descreve Gray (2012, p.135), ou seja, “o papel do pesquisador é obter um panorama profundo, intenso e ‘holístico’ do contexto em estudo, muitas vezes envolvendo a interação dentro das vidas cotidianas de pessoas, grupos, comunidades e organizações” [grifo do autor]. Nesse sentido, diferentemente da pesquisa quantitativa, os dados coletados são abertos a múltiplas interpretações e, assim, as reflexões do próprio pesquisador sobre suas ações e suas observações tornam-se parte dos dados. Nessa abordagem, a preocupação está na observação e reflexão do nosso arquivo.

¹⁰ Para a consulta ao acervo da Associação Cruzeiro Jaguareense, o presidente atual, senhor Rogério Cruz, mostrou-se interessado e solicitou ao trabalho durante a nossa pesquisa de campo realizado em sua maior parte no ano de 2016 e desta forma disponibilizou o acesso aos documentos da entidade.

Considerações finais

Em virtude do exposto, acerca dos aspectos materiais e imateriais que envolvem a trajetória da Associação Cruzeiro Jaguareense, através da fusão com o Clube Jaguareense em 1975, este por sua vez, fundado em 1881 como Club Jaguareense, originado da Sociedade Recreação Familiar Jaguareense, inaugurada em 1852, consideramos a entidade estudada como um monumento, documento e suporte de memórias.

E convém, claro, esclarecer que a interdição da sede central em 2011 corroborou para a pesquisa, pois desde este período a entidade encontra-se com dificuldades para sanar este problema, que se somou a outros já existentes. Hoje a Associação Cruzeiro Jaguareense conta apenas com cerca de 60 pagantes de mensalidades. Além disso o prédio foi a leilão em 2015 para saldar dívidas com o Escritório dos Direitos Autorais, de tal modo que essas movimentações, mesmo que inconclusivas, demonstram a fragilidade da entidade e até mesmo a incerteza sobre a sua continuidade no momento da feitura do estudo. As crises são circunstanciais, então, por isso, o pesquisador entendeu que é um sinal para que se possa realizar o trabalho, mas não focado apenas nesta questão, pois as decisões sobre o tema cabem exclusivamente à entidade que é proprietária do imóvel, assim como ao poder público que fez a intervenção protetiva denominada como tombamento.

Referências

BOTELHO, I. S. *Entre danças e Tramas: os espaços de sociabilidade e os fundadores do Clube Social Harmonia Jaguarão (1882-1890)*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em História. Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Jaguarão, 2016.

BOTH, Amanda Chiamenti. *A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o Estado Imperial Brasileiro* (Jaguarão, segunda metade do século XIX). 2016. 120f. Dissertação, Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC).

FUNARI, Pedro Paulo *et al.* *Patrimônio Histórico e Cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

GRAY, David. *Pesquisa no mundo real*. 2. Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

JAGUARÃO. *APONTAMENTOS PARA UMA MONOGRAPHIA DE JAGUARÃO*: 2. Exposição AgroPecuária. Porto Alegre: Intendência Municipal de Jaguarão, 1912.

JAGUARÃO. *Processo Prefeitura Municipal 2771/2014-21927* aberto em 22/04/2014 denominado PAC Cidades Históricas – Clube Jaguarense.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MARTINS, Roberto Duarte. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão*. 2001. 271 f. Tese, Doutorado em Histórias Especializadas. Universidade Politécnica da Catalunha, Espanha, 2001. Fonte: Disponível em: <<http://upcommons.upc.edu/handle/2117/93390>>. Acesso em: 25/07/2017.

MELO, Alan Dutra de Patrimônio Cultural e Memória Social na Fronteira Sul: Estudo de Caso da Associação Cruzeiro Jaguarense (1881-2016) em Jaguarão RS. In. *Revista Missões de Ciências Humanas e Sociais*. V.2.N. 2. Set./Dez.2016. p.98-110. Disponível em :<<http://publicase.unipampa.edu.br/index.php/missoes/article/view/23114/8663>>

PRYORE, Mary del. *Bailes, bailados e soireés e saraus: regras de diversão*. In: *Histórias da Gente Brasileira: Império (vol.2)*”, Editora LeYa, 2016. Disponível em: <<http://historiahoje.com/bailes-bailados-soirees-e-saraus-regras-e-diversao/>>. Acesso em: 29/05/2017.

SOARES, Eduardo Álvares de Souza. *n’A FOLHA*. Pelotas: EDUCAT, 2007.

O patrimônio e a festa: vozes do carnaval no centro tradicional de Laguna – SC

Renata Rogowski Pozzo¹

Raiane Burato Cardoso²

Danilo Oliveira Adriano³

Considerações iniciais

O centro tradicional da cidade de Laguna, Santa Catarina, abrigou por mais de um século as diversas facetas da celebração do carnaval. Iniciando com o Zé-Pereira, passando pelas Sociedades Carnavalescas, os Blocos e chegando às Escolas de Samba, por pelo menos um mês antecedendo a semana carnavalesca as noites do centro eram animadas pelos foliões. Este centro integra uma poligonal tombada a nível federal em 1985, composta por 600 edificações. A partir de 1960, quando forma-se a figura da Escola de Samba na cidade, esta festa dá vida noturna ao centro tradicional durante os ensaios de bateria, e movimenta a cultura

¹Doutora em Geografia. Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de Santa Catarina.sul. reneate@gmail.com

²Graduanda em Arquitetura e Urbanismo. Universidade do Estado de Santa Catarina.raianebc@hotmail.com

³Graduando em Arquitetura e Urbanismo. Universidade do Estado de Santa Catarina.daniloadrianooliveira@hotmail.com

popular nas comunidades lagunenses ligadas à tradição da organização das Escolas (Figura 1).

Mesmo após esta relação de longa data, a celebração do carnaval não foi incorporada simbolicamente à noção de patrimônio atribuída ao conjunto histórico do centro. Não há sobreposição da noção de patrimônio arquitetônico do centro tradicional à ideia de patrimônio imaterial que poderia ser atribuída a esta festa. São preservados os paralelepípedos, mas a festa que os gasta há décadas, não é significada como patrimônio. Diante desta percepção, a questão colocada por este ensaio é a seguinte: "Por que o carnaval, enquanto festa popular e prática do espaço, não faz parte do imaginário do patrimônio tombado do centro tradicional de Laguna-SC?"

Figura 1 - Rua Raulino Horn, principal via comercial do centro, decorada para os festejos de carnaval (1956).



Fonte: Acervo pessoal Antônio Carlos Marega.

Em 2007, os desfiles das Escolas de Samba foram transferidos para a estrutura de um Sambódromo. Este movimento, ao mesmo tempo em que expressa o descolamento entre materialidade e práticas sociais no imaginário do

tombamento do centro tradicional de Laguna, acabou ocasionando grande enfraquecimento para a festa. Desde 2012, o carnaval das Escolas de Samba não é realizado na cidade. Neste meio-tempo, a festa foi apropriada pelo capital turístico-imobiliário, sendo transferida para as avenidas do Mar Grosso, um bairro de veraneio.

Neste ensaio, defendemos a ideia de que não é efetivo pensar o espaço tombado alheio às práticas sociais envolvidas nele. Interpretamos que a realização da celebração do carnaval no espaço do centro, atribui a este a simbologia do *lugar*, segundo Leite (2007), o *espaço praticado*. São as determinações simbólicas que fazem de um espaço, um *lugar*, dentre elas, a sociabilidade, ou seja, as práticas interativas. As festas, como o carnaval, entendidas como ativadoras de relações humanas (CRUZ; MENEZES; PINTO, 2008), evidenciam o conteúdo humano do patrimônio. Carvalho (2007, p. 64 apud CRUZ; MENEZES; PINTO, 2008, P. 4), afirma que as manifestações culturais representam “uma forma subjetiva que o grupo de pessoas encontra para expor seu interior, expressar o que pensam, o que desejam realizar ou modificar”. Festejar o carnaval é uma forma de cidadania no espaço, e, quando este integra uma malha tombada, é fundamental que a celebração seja incorporada ao sentido de patrimônio, para a própria democratização do mesmo.

O breve escrito expressa as primeiras reflexões emergentes do projeto de pesquisa "A Festa da Cidade", desenvolvido junto ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de Santa Catarina entre agosto de 2016 e julho de 2017. Os caminhos da pesquisa deram-se primordialmente por entrevistas com personagens do carnaval da cidade de Laguna, memórias vivas e ativas da festa, e exploração de seus arquivos pessoais.

Mundo do carnaval: conectando tempos e espaços

Embora comumente relacionado à cultura greco-romana, segundo Leite (2017), a origem do carnaval remonta às civilizações antigas da Mesopotâmia, através das Saceias e das comemorações do ano novo. Encontramos aqui a origem da tradição da subversão, inversão e abrandamento dos papéis sociais durante o carnaval. Na primeira, um prisioneiro tornava-se rei para depois ser cruelmente assassinado. Na segunda, um rei era humilhado em público para denotar submissão à divindade Marduk. Também no Egito antigo, há registro de celebrações em que os participantes utilizavam máscaras e fantasias.

De fato, a partir do século V a.C. as festas dedicadas à Baco para os romanos e Dionísio para os gregos inauguram a associação do carnaval à licenciosidade. A partir do século VIII é que a Igreja vai interferir nestas festas, consideradas pagãs, primeiramente instituindo um calendário para elas: poderiam ocorrer por tempo determinado, antecedendo à quaresma, um período de penitência antes da remissão pelos pecados. Durante a Idade Média, os carnavais associaram-se aos períodos de colheita e fertilidade. São os carnavais dos nobres franceses a partir do século XIII que irão imortalizar a imagem que temos da festa até hoje: luxuosa e repleta de adereços. Pouco depois, a *Commedia dell'arte* renascentista inaugura a tradição dos desfiles pelas ruas (LEITE, 2017).

O carnaval brasileiro parece ter se originado, ironicamente, a partir de uma festa dada em virtude da transferência da Corte para o Brasil em 1808, seguindo a tradição açoriana do Entrudo: "De origem açoriana, era uma brincadeira, na qual os foliões lançavam entre si limões de cheiro, água das seringas e até farinha" (LEITE, 2017). A partir daí, o festejo do carnaval se transforma para os cordões, os blocos de salão e de rua e finalmente as Escolas de Samba.

É importante destacar que, historicamente, o carnaval brasileiro configura-se como um ritual de expressão para atores invisibilizados e vozes silenciadas, sobretudo quando realiza-se no espaço público. Nos caminhos traçados por Da Matta (1997), percebe-se o carnaval brasileiro como um ritual que questiona, ressignifica ou rompe com a ordem social na esfera do cotidiano. Segundo Soares (2011, p. 132):

o carnaval, ao romper com o cotidiano, sinaliza, de forma flagrante e bastante clara, para alguns pontos essenciais da ordem social brasileira, e, mais ainda, chama a atenção, mesmo que por meio de ritos negativos, para o caráter de identidades que são sistematicamente silenciadas na vida social em curso.

Tratando-se do carnaval lagunense, identificamos que estas vozes contra-narrativas partiram, tradicionalmente, das populações pobres e negras.

O carnaval de Laguna: história, memória e sociabilidade urbana

As festividades carnavalescas em Laguna começaram com o Entrudo durante o século XIX. Já no início do século XX aparece a figura do Zé Pereira. Paralelamente a este momento de origem do carnaval lagunense, é importante mencionar a existência de formações sonoras negras, ainda no período escravocrata, onde o samba teria se originado. Data de 1865 o registro mencionado por Piazza (1975, p. 91 apud REIS, 1996, p. 53): "Pagodes - a poucos dias houve no lugar - Mar-grosso - uma reunião de escravos, onde passarão todo o dia em papança e folgança, assistidos por Bacho. A polícia faz que não vê e nem ouve, para não estorvar os innocentes entretenimentos dessa boa gente".

Os primeiros Blocos de Salão (cordões) foram o Bambo (ligado ao Clube Blondin) e o Sapeca (ligado ao Clube Congresso - Figura 2). Estes dois eram blocos de rapazes, que por vezes

escolhiam uma mulher como "rainha". A partir do Sapeca fundou-se o Bola Branca em 1935 e, a partir do Bambo fundou-se o Bola Preta em 1937 (Figura 3). Ambos os blocos encerraram suas atividades nos anos 1970.

Figura 2 - Bloco das moças e os rapazes do Sapeca, no Clube Congresso.



Fonte: Acervo pessoal Antônio Carlos Marega.

Figura 3 - Bola Preta no Clube Blondin, atual sede do Escritório Técnico do IPHAN em Laguna.



Fonte: Acervo pessoal Antônio Carlos Marega.

Além dos blocos, havia duas Sociedades Carnavalescas por volta dos anos 1930. Uma era o Pingos e Respingos (com sede no bairro Magalhães - Figura 4) e outra era os Respingados (situada no bairro Campo de Fora - Figura 5). Desta última partiu a Escola de Samba Os Democratas. [SEP]Elas desfilavam pela cidade com seus "carros de mutação", acompanhadas pelas bandas municipais Carlos Gomes e União dos Artistas.



Figura 4 - Sociedade Carnavalesca Pingos e Respingos (1930).

Fonte: Acervo pessoal Antônio Carlos Marega.



Figura 5 - Sociedade Carnavalesca Respingados com seu "carro de mutação" (1935).

Fonte: Acervo pessoal Antônio Carlos Marega.

Das Sociedades Carnavalescas emergem os primeiros Blocos de Rua, na década de 1940. Este é um momento importante de nosso enredo, pois sinaliza a popularização do carnaval na cidade. Até o momento, conforme Reis (1996) os pobres (e negros) urbanos limitavam-se apenas a ver os desfiles dos blocos da elite. Para evitar conflitos durante os desfiles dos blocos no entorno do jardim central, são criados os blocos abre-alas, atribuindo um momento específico para a participação destes "indesejados" na festa urbana. Os abre-alas reúnem blocos formados pelas classes populares da cidade, até então timidamente organizados. Surgem assim os Xavantes (figuras 6 e 7) e o Brinca (Figura 8), que irão originar uma nova forma de brincar o carnaval, arraigando esta festa definitivamente ao espaço público. Progressivamente, a elite passa ao papel de espectadora anteriormente ocupado pelas classes populares.



Figura 6 - Carnaval de 1947, passeata dos Xavantes.

Fonte: Acervo pessoal Antônio Carlos Marega.



Figura 7 - Barracão do Bloco Xavantes.
Fonte: Acervo pessoal Antônio Carlos Marega.

Figura 8 - Brinca quem pode - malandros ao luar (entre 1948 e 1949).



Fonte: Reis, 1996, p. 100.

A partir daí foram aparecendo outros blocos, mistos e infantis, dentre eles o Bloco da Pracinha, único sobrevivente até os dias atuais. Figurou ainda, nesta época, o Bloco Banho a Fantasia, em que os foliões vestiam-se de roupas de papel crepom (Figura 9). A graça era ver a tinta do papel indo-se com as ondas da praia do Mar Grosso.

Figura 9 - Bloco Banho a Fantasia, Praia do mar Grosso, 1925.



Fonte: Acervo pessoal Antônio Carlos Marega.

Muitas Escolas de Samba já existiram na cidade (Magueira, Portela, Amigos da Onça, Acadêmicos do Samba, Bem Amado, Rosecler e Unidos da Esperança), sendo que nos dias atuais cinco estão em atividade: Brinca quem Pode, Democratas, Mocidade Independente, Vila Isabel e Xavante. As Escolas mantêm suas sedes e sua rede de organização, mesmo sem desfilarem desde 2012.

Até 2007, ano em que foi inaugurado o Sambódromo Municipal, os desfiles aconteciam nas ruas do centro da cidade (Figura 10). Inicialmente, cada bloco fazia seu próprio trajeto no espaço do centro tradicional, sendo que posteriormente a prefeitura passou a definir os percursos, que passavam pelas "ruas tradicionais" Raulino Horn, XV de Novembro, Jerônimo Coelho e as praças Vidal Ramos e República Juliana (REIS, 1996).

Em Laguna, brincar a festa do carnaval tem um conteúdo político de afirmação negra, mediante a conquista temporária de um espaço. Reis (1996), em seu estudo antropológico sobre a Escola de Samba "Brinca quem Pode"⁴, a designa como "um território de conquista". Neste sentido, o ciclo carnavalesco, conforme Reis (1996) iniciava no bairro e terminava nas ruas do centro, no momento do desfile. A construção do sambódromo e o deslocamento dos desfiles para lá representou uma interrupção deste histórico de territorialização e conquistas das Escolas de Samba. Finalmente, o Estado lhes coloca em um lugar, o que também incide como uma forma de controle.

⁴O "Brinca quem pode" tem sua sede no antigo bairro da Roseta, hoje denominado Progresso. Esta escola iniciou como um bloco no ano de 1947, formado por integrantes da banda União dos Artistas, também membros do clube negro Cruz e Souza. Segunda escola mais antiga da cidade, de uma dissidência do Brinca surge a Samba Mangueira, que deu origem posteriormente à Vila Isabel. De outra dissidência do Brinca também formou-se a Mocidade Independente. (REIS, 1996).

Figura 10 - Arquibancadas montadas para os desfiles das Escolas de Samba no centro da cidade.



Fonte: Acervo pessoal Antônio Carlos Marega.

Na contemporaneidade, a festa de carnaval que mais cresce na cidade é a dos Blocos Carnavalescos organizados praia do Mar Grosso. Esta festa aparece no final dos anos 1990, sob a grande influência do modelo de desfile com trios elétricos de axé do carnaval de Salvador.

A festa como patrimônio

Assim como o carnaval, a noção de patrimônio encontra origem romana. A palavra *patrimonium* significa “bem de herança que é transmitido dos pais para os filhos por força da lei” (CHOAY, 2001, p.11).

Se a patrimonialização aparece como uma forma de permanência, ela também pode acarretar na exclusão, no momento em que valoriza a "história longa", segundo a acepção de Jeudy (2005) e Almeida (2010), ignorando a "história imediata". Referimo-nos aqui à ambiguidade do patrimônio, por muito tempo

tido como o material, e recentemente abarcando o imaterial, ou intangível. Quando se trata de conjuntos urbanos centrais tradicionais, para além da opção cenográfica ou fachadista, Paes (2010, p. 21) argumenta que "a mediação entre as práticas sociais e as formas materiais é fundamental no que se refere à institucionalização dos bens e das paisagens como patrimônios culturalmente constituídos [...]".

De acordo com Cruz, Menezes e Pinto (2008), a visão materialista do patrimônio perdurou por muito tempo, sendo este entendido como obras monumentais e propriedades de luxo. Somente há algumas décadas a noção de patrimônio histórico é ampliada para a de patrimônio cultural, incluindo "dimensões testemunhais do cotidiano e os feitos intangíveis" (PELLEGRINO, 2003, p.1 apud CRUZ; MENEZES; PINTO, 2008, p. 8). Ainda segundo os autores, "Os bens patrimoniais são materialidades e práticas culturais que se destacam no tecido urbano e nas manifestações populares por mediarem diferentes e memoráveis fatos históricos e personagens ilustres ou por representarem heranças culturais, técnicas e estéticas de tempos passados". (CRUZ; MENEZES; PINTO, 2008, p. 8).

No Brasil, a ideia vanguardista de "patrimônio imaterial" surge a partir da fundação do Conselho Nacional de Referência Cultural, em 1975, sob direção de Aloísio Magalhães, que introduz a interessante noção de *bens vivos*. O assunto foi retomado apenas no final dos anos 1990, a partir da Carta de Fortaleza (LEITE, 2007), motivada pelo reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro no art. 216 da Constituição Federal⁵. É a partir desse

⁵ Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

momento que diversas celebrações, como as folias de carnaval, passam a pleitear a chancela de patrimônio. Cabe avaliar, até que ponto estas práticas aparecem associadas aos *seus lugares*. Segundo Paes (2010, p. 21):

Ora, é justamente na interação social que se estabelece o valor dos bens culturais e que se produz um universo simbólico estruturado por sentidos e significados que irão legitimá-lo. Mesmo considerando que a fachada e a volumetria são a face pública dos edifícios tombados - o que lhes confere o papel de documento histórico - podemos estar tombando apenas cenários destituídos dos conteúdos sócio-culturais aos quais nos remetem.

Considerações finais

Na cidade de Laguna, prevalece a ideia materialista e elitista do patrimônio, que desconsidera as práticas sociais ligadas à cultura dos menos favorecidos presentes no espaço tombado. Se o carnaval representa uma voz da cidade, pode-se dizer que esta encontra-se temporariamente silenciada, embora latente.

Aparentemente, o tombamento do centro tradicional de Laguna realizou-se a partir de uma intenção de inclusão deste espaço no circuito dos valores mercadológicos do patrimônio (segundo a expressão de JEUDY, 2005). Certos valores simbólicos são desconsiderados por não interessarem à bandeira turística. Neste centro, no momento da escolha quanto à quais memórias deveriam ser colocadas em exposição, o carnaval de rua não foi selecionado. O processo de patrimonialização do centro tradicional de Laguna valorizou a dimensão residencial do mesmo, desconsiderando a pluralidade de usos e memórias do espaço público.

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Dar visibilidade ao carnaval enquanto patrimônio, significaria dar voz e vez a parcelas invisibilizadas e excluídas do espaço urbano, que historicamente lutam pela conquista do espaço público central, mesmo que esporádica, e pela afirmação de seus lugares de moradia, mediante o carnaval. O momento do desfile, constituía-se como um momento de conquista de um território central pela articulação de outros territórios onde o trabalho para o carnaval acontece anteriormente ao seu grande momento.

Este movimento do material para o intangível e do elitista para o popular representa a necessidade de democratização do patrimônio, para que este passe a expressar uma *memória justa*, tal qual esboçada por Paul Ricoeur: "é preciso lembrar que, entre todas as virtudes, a da justiça é a que, por excelência e por constituição, é voltada para outrem. [...]. O dever da memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não a si".

Referências

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Prefácio. In: PAES, Maria Teresa Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. (Orgs.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2001.
- CRUZ, Mércia Socorro Ribeiro; MENEZES, Juliana Santos; PINTO, Odilon. Festas culturais: tradição, comidas e celebrações. *Anais do I Encontro Baiano de Cultura – I EBECULT – FACOM/UFBA*. Salvador – Ba, em 11 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.uesc.br/icer/artigos/festasculturais_mercia.pdf> Acesso em 10 de fevereiro de 2017.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEITE, Rogerio Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva. *Carnaval: a festa que atravessou os séculos*. Portal Geledés. 27/02/2017. Disponível em: <
<http://www.geledes.org.br/carnaval-festa-que-atravesou-os-seculos/#gs.zPN7JQg>> Acesso em 02 de março de 2017.

PAES, Maria Teresa Duarte. Apresentação. In: PAES, Maria Teresa Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. (Orgs.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.

REIS, Aloísio Luiz dos. *"Brinca quem pode": territorialidade e (in)visibilidade negra em Laguna - Santa Catarina*. (Dissertação) Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 1996.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SOARES, Bruno Brulon. Carnaval e carnavalização: algumas considerações sobre ritos e identidades. *Desigualdade & Diversidade* – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, no 9 ago/dez, 2011, pp. 127-148. Disponível em: <
<http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/artigo10.pdf>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

Avenida Espanha: história, memória e patrimônio cultural em conflito no centro histórico do município de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul

Alexsandro Witkowski¹

Considerações iniciais

O *conflito* no centro histórico de Arroio dos Ratos originou-se em 03 de março de 2015, através do discurso do Prefeito Municipal na abertura da 1^a Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores. Ele anunciou a existência de emenda parlamentar destinada ao revestimento da Avenida Espanha, no centro histórico do município. Esta avenida é um logradouro público com aproximadamente oitocentos metros de extensão e que possui pavimentação com paralelepípedos desde o final da década de 1960, após a emancipação política e administrativa de Arroio dos Ratos (28 dez. 1964).

O delegado regional Defender/RS² da Região Carbonífera, no dia 06 de março de 2015, entregou no protocolo da prefeitura

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Delegado regional Defender/RS – Região Carbonífera. E-mail: nettowski@gmail.com

² A Defender/RS é uma associação da sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, de caráter cultural, sem fins lucrativos. Atua na elaboração e execução direta de projetos, programas ou planos de ações, doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou prestação de serviços intermediários

ofício solicitando ao Prefeito Municipal de Arroio dos Ratos que reconsiderasse o iminente revestimento asfáltico da Avenida Espanha, pois, além de ecologicamente incorreto, descaracterizaria o centro histórico do município. Argumentou-se que a preservação do patrimônio histórico-cultural está em sintonia com as novas possibilidades de desenvolvimento local do município.

A literatura especializada aponta que, sob o ponto de vista ambiental, os pavimentos de paralelepípedos são considerados ecologicamente corretos, pois permitem, por exemplo, a infiltração de grande parte da água da chuva, impedindo assim possíveis alagamentos, além de não causar desconforto térmico em períodos quentes. Já o pavimento asfáltico tem uma vida útil muito pequena em relação aos pavimentos de paralelepípedos, considerando o desgaste devido ao atrito e às diversas intempéries. Ainda soma-se a isto a manutenção do pavimento asfáltico, onde praticamente é necessário remover todo o asfalto desgastado para colocar um novo asfalto, pois os *remendos* não são recomendados por técnicos. No caso de pavimentos de paralelepípedos, apenas são necessários pequenos reparos.

É importante atentarmos para esta reflexão: ainda assistimos à defesa do *progresso* e do *desenvolvimento* como sinônimos de asfaltar ruas indiscriminadamente. Não se pode, porém, desconsiderar que o asfalto tem sua utilidade nas *autopistas*, onde praticamente não existem pedestres e o número de construções é mínimo ao redor das mesmas, mas tratá-lo como demonstração de desenvolvimento das cidades não é coerente.

Aliás, pensar hoje o desenvolvimento *a qualquer custo* é degradante, pois significa exterminar com nossos recursos naturais e até mesmo pasteurizar nossos recursos culturais. O Ministério Público em todo território nacional já apontou através de Ação

Civil Pública (ACP) diversas irregularidades no asfaltamento de áreas consideradas patrimônio histórico pelo seu inestimável valor patrimonial. Os elementos atingidos são parte da história, memória e patrimônio (cultura e identidade) das comunidades.

Avenida Espanha: história, memória e patrimônio

Localizada no centro histórico de Arroio dos Ratos, a Avenida Espanha possui essa definição porque muitos imigrantes espanhóis vieram trabalhar nas minas de carvão de Arroio dos Ratos, no início do século XX:

Uma categoria que reuniu imigrantes espanhóis na inequívoca condição de operários foi a dos mineiros. Os dados existentes apontam para levas de trabalhadores que ingressaram desde a primeira década do século XX. [...] Entre os registros que dispomos destes imigrantes estão processos de pedidos de indenização por acidente de trabalho nas minas. (KLOVAN, 2009, p. 32-34).

Os imigrantes espanhóis ficaram alojados em *repúblicas*, casas geminadas de alvenaria e/ou madeira, construídas pela empresa mineradora nesta localidade, próxima ao Poço I³ (aberto em 1908). Com o declínio da mineração na vila-operária de Arroio dos Ratos no final da década de 1950, iniciou-se o processo de desmantelamento das casas operárias na Avenida Espanha – muitas foram destruídas e as remanescentes foram descaracterizadas.

A relevância histórica da presença e contribuição dos imigrantes espanhóis no município inclusive foi motivo para

³ Os remanescentes do complexo carbonífero industrial do Poço I e Usina Termoelétrica é hoje o Museu Estadual do Carvão, localizado em Arroio dos Ratos. O museu está localizado próximo da Avenida Espanha. A obra de Freitas (2015) é uma importante referência para a compreensão da história e do processo de patrimonialização do outrora complexo carbonífero industrial em complexo carbonífero cultural.

criação de lei ordinária, Lei Municipal nº 079/1971, que instituiu a criação do dia da AMIZADE BRASIL-ESPANHA (art. 1º). Foi designada a data de doze (12) de abril para sua comemoração (art. 2º).

O calçamento com paralelepípedos artesanais na Avenida Espanha foi realizado após a emancipação política e administrativa do município de Arroio dos Ratos, a partir das próprias jazidas de pedras de cantaria localizadas no município:

Os cerros existentes no município de Arroio dos Ratos, em grande parte são compostos de grandes blocos de pedras com pouca vegetação. Eles seriam um habitat ideal para a criação de cabritos. Contudo, eles têm sido utilizados na extração de pedras de alicerce, de paralelepípedos e moirões, cuja produção encontra um mercado aberto no próprio município e nos municípios vizinhos, constituindo-se numa fonte de riqueza. (SULZBACH, 1989, p. 157).

A Avenida Espanha inicia-se no Largo do Mineiro, ao lado do prédio histórico onde atualmente está instalada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) de Arroio dos Ratos. Neste prédio, tombado através da lei municipal nº 650/1989, funcionou o Grupo Escolar João Pessoa, primeira escola estadual no município.

Em seu percurso de aproximadamente 800 metros, ainda fazem parte do entorno do logradouro público: a) a Praça Naro Pereira da Silva, praça pública central de Arroio dos Ratos; b) o prédio histórico da Sociedade Recreativa Carnavalesca Tesouras (1929), um clube social da população negra de Arroio dos Ratos; c) as casas geminadas de alvenaria (remanescentes descaracterizadas) dos antigos imigrantes espanhóis (mineiros); d) o Colégio Cenecista Santa Barbara (1967); e) o CTG Tropicilha Crioula (1956); e, por fim, f) a Sociedade Última Hora (1933), conforme lei municipal nº 3523/2013, possui a fachada do prédio

tombada. A Sociedade Última Hora, aliás, foi criada pelos imigrantes espanhóis.

No final da Avenida Espanha, início da Rua Presidente Arthur da Costa e Silva, localiza-se o Instituto Estadual Couto de Magalhães (1943), e logo adiante também está o prédio da Igreja São José (1944). Essas estruturas arquitetônicas foram construídas no auge da mineração carbonífera no Rio Grande do Sul, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Portanto, neste caso, os paralelepípedos são parte da fisionomia urbana da cidade. É parte da história e traduz a cultura do trabalho com a pedra, do ofício artesanal pouco usual hoje em dia realizado pelo canteiro. A memória e a identidade dos moradores, o trabalho artesanal de lapidar as pedras e também empreendido na pavimentação da Avenida Espanha são componentes imateriais que merecem proteção e respeito.

O asfalto descaracterizaria também a harmonia paisagística do entorno de bens tombados (Grupo Escolar João Pessoa e Sociedade Última Hora) e de outros espaços urbanos representativos do meio ambiente natural, cultural e artificial⁴, com assentamentos de reflexos urbanísticos, enquanto conjunto de edificações e equipamentos urbanos públicos.

Apesar do dinamismo e a utilização inerente a um logradouro público, ou até mesmo através de todas as expressões culturais e artísticas que são realizadas na Avenida Espanha (desfile de carnaval, gincana municipal, datas cívicas, etc.), suas funções originais merecem respeito à história, à memória e ao patrimônio cultural que ali já existem.

O calçamento, feito com paralelepípedos artesanais, com materiais extraídos das jazidas de pedras de cantaria e transformados pelo ofício dos canteiros, se constitui numa referência histórica da época da emancipação do município.

⁴ De acordo com Granja (2012), o meio ambiente artificial é constituído pelo espaço urbano construído, consubstanciado no conjunto de edificações (espaço urbano fechado) e dos equipamentos públicos: ruas, praças, áreas verdes, espaços livres em geral (espaço urbano aberto).

Portanto, não podemos negar que se trata de um logradouro público que possui valor histórico de referência e testemunho. Por isso a importância da manutenção daquilo que ainda resta de suas características que foram se construindo ao longo dos anos. E sua característica atual é de essencial importância para o bem-estar do meio ambiente cultural de Arroio dos Ratos.

O fato é que não podemos deixar com que nossas heranças, tombadas ou não, sejam eternas vítimas de um discurso equivocado que traz como justificativa a ideia do *embelezamento, moderno, desenvolvimento e progresso* das nossas cidades. Verifica-se em alguns discursos que o tombamento está atrelado a um processo contrário ao desenvolvimento e ao progresso⁵ das comunidades. Argumenta-se, no entanto, o inverso: preservar só tem sentido se for para o desenvolvimento, especialmente o desenvolvimento local de maneira sustentável.

Conforme Hugues de Varine, em sua obra *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local* (2012) é preciso colocar no mapa do município os elementos considerados patrimônio, conforme o método interativo, ou seja, através da educação para o patrimônio. Ressalta-se assim, que o inventário patrimonial também visa o desenvolvimento local, e por sua vez torna o patrimônio vivo e dinâmico, a fim de que possa ser vivido, preservado, e ter seu sentido de herança presente nos habitantes de uma comunidade.

O meio ambiente cultural: valores de testemunho e referência

Conforme a promotora Ana Maria Moreira Marchesan, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, em sua obra *A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do*

⁵ Palestra do arquiteto Eduardo Hahn, então diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE/RS), no Segundo Encontro do Patrimônio Histórico, Porto Alegre/RS, realizado em agosto de 2013.

direito ambiental (2007), ontológica e constitucionalmente, cultura e meio ambiente são fatores integrantes de uma ordem social comprometida com a qualidade de vida. O patrimônio cultural é reconhecido como função social de testemunho e como referência, assim, possui um valor de elo entre o bem, que é o espaço dotado de valor cultural, e o espaço-tempo no qual ele se produziu. O patrimônio cultural serve como uma espécie de alicerce sobre o qual a civilização como um todo se edifica e evolui.

Portanto, a Avenida Espanha é um histórico espaço urbano construído, consubstanciado no conjunto de edificações e pelas ruas, praça e áreas verdes – os assentamentos de reflexos urbanísticos. Tendo em vista estas considerações, afirma-se que o direito ao passado se traduz na emergência da preservação do patrimônio cultural, cuja função social (foi) é (será) servir a todos os grupos sociais do município.

Considerando os valores de testemunho e referência é dever do poder público, em colaboração com a sociedade, garantir a estabilidade e as condições de uso adequado da Avenida Espanha através da sua manutenção continuada, mantendo suas características atuais com a pavimentação de paralelepípedos. E isto deve também configurar-se dentro de um processo coletivo de educação para a cidadania e para a preservação, em seu sentido amplo, do patrimônio cultural.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, inseparável que é do mais precioso bem para todo o ser humano – a vida –, requer também, entre tantos outros elementos, um ambiente cultural harmônico. Não há dúvidas de que a Constituição Federal de 1988 vincula os valores do meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado à preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

Ao tratar do patrimônio cultural relaciona-se diretamente ao meio ambiente cultural. Este é inclusive tutelado especificamente pelos artigos 215, 216 e 225 da Constituição Federal Brasileira. É importante destacar ainda, que o patrimônio cultural é um

conceito amplo que não envolve apenas o valor histórico dos bens. Comumente observa-se um olhar reducionista, atrelando-o apenas à questão do valor histórico, quando este abarca também questões que envolvem a memória e a identidade dos diversos grupos sociais.

Quando o sentido está relacionado apenas ao valor histórico, surge uma questão que gera muitas interpretações distorcidas: *o que é histórico e o que não é?* Sabe-se que por muito tempo a história *oficial* ensinada nos bancos escolares nos apresentava apenas alguns fatos políticos e personalidades como sendo históricos, não se atentando para o fato, por exemplo, de que as camadas populares, com suas personagens e fatos, também fazem parte do motor que faz girar a história.

Tendo em vista estas considerações sobre o meio ambiente cultural, chega-se a questão dos valores intrínsecos à Avenida Espanha. Esta por sua vez possui valores ligados tanto à materialidade quanto à imaterialidade. Quanto à materialidade, as pedras/paralelepípedos são componentes importantes, pois estão relacionadas à manutenção da ambiência do local e às questões de sustentabilidade. Retirá-las ou recapeá-las com asfalto implica na descaracterização do logradouro público e também um atentado à sustentabilidade.

Quanto aos valores relacionados à imaterialidade, destaca-se que a memória e a identidade dos moradores de Arroio dos Ratos e o trabalho artesanal de lapidar as pedras e também empreendido na pavimentação da Avenida Espanha são componentes imateriais que merecem proteção e respeito. Enfatiza-se que a lapidação de pedras e pavimentação de ruas com estas são atividades relacionadas a um ofício artesanal do canteiro.

Quanto à questão do progresso é importante frisar o que se entende por este conceito. Deve-se romper com o senso comum, onde o progresso só é possível através da destruição do antigo e a construção do novo. O conceito de progresso hoje está associado ao melhoramento ou transformação gradual das condições

econômicas, sociais e culturais da humanidade, de uma nação ou comunidade, onde, por exemplo:

a) todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CF/88, art. 225);

b) todos têm direito à preservação, acesso e difusão às fontes do patrimônio histórico-cultural brasileiro, ou seja, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (CF/88, art. 216).

Compete, no entanto, aos municípios promoverem a proteção do patrimônio histórico-cultural local – observando a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual – de maneira que esta se torne uma grande aliada nos processos de reconversão econômica de localidades deprimidas economicamente, inclusive na promoção da autoestima de sua população.

Por que as avenidas e ruas devem ser cobertas pelo asfalto, se as pedras que com tanto suor foram lapidadas e colocadas pelo homem podem ser niveladas e estar acompanhadas de acessibilidade e de calçadas transitáveis, especialmente para aqueles de que delas mais precisam? O patrimônio cultural, mais especificamente quando tratamos de ruas e avenidas, definitivamente não é empecilho para assegurar a mobilidade e acessibilidade urbana. Basta interesse e capacidade para desenvolver projetos de acessibilidade.

As verbas necessárias para obras de manutenção do calçamento de paralelepípedos podem – e devem – incluir os aspectos da acessibilidade, conforme determina a Lei Federal nº 10.098/2000. Isso é desenvolvimento local equilibrado e sustentável, respeitando os componentes patrimoniais.

Voltando ao caso da Avenida Espanha, sua descaracterização com o revestimento asfáltico representaria a poluição, isto é, um grave dano resultante de atuação prejudicial ao ambiente através da poluição por radiação e poluição estética e/ou paisagística. O pavimento em pedras regulares é importante para o patrimônio cultural da cidade, sendo um elemento de unificação e uniformização do tecido urbano:

O calçamento de pedra existente em Arroio dos Ratos configura-se como um elemento urbano ambientalmente mais correto que o calçamento asfáltico. Salienta-se que a proteção do patrimônio cultural das cidades não deve ser considerada como um entrave ao progresso ou à modernidade, mas sim como garantia de sua realização de forma ambientalmente correta, preservando elementos da identidade local, que são importantes do ponto de vista sociocultural.

A história das cidades também está escrita na forma de arruamento, nos materiais nele utilizado, na sua disposição, nos elementos que fazem parte da paisagem urbana municipal. Dessa forma, qualquer mudança que destrua ou encubra estes elementos causa perdas culturais aos municípios, concluindo-se, portanto, que o asfaltamento causará impactos em relação ao patrimônio cultural de Arroio dos Ratos (Ofício nº 197/2015/IPHAE/SEDAC - 30/07/2015. Assunto: Pavimentação asfáltica na Avenida Espanha - Arroio dos Ratos).

É dever do Poder Público e da coletividade a defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural, preservando-os para as presentes e futuras gerações. Sustentabilidade no patrimônio é a garantia de fruição das obras do passado pelas gerações vindouras. Os lugares comuns da vida cotidiana são os melhores testemunhos das genuínas estruturas culturais e sociais do passado e do presente.

Quanto ao aspecto jurídico de proteção do patrimônio cultural, a tese da necessidade do prévio tombamento está praticamente sepultada, conforme recente decisão do STJ:

Por meio de tombamento ou de outras formas de intervenção administrativa e judicial, a atuação do estado não protege, nem deve proteger ou muito menos exaltar apenas estética refinada, arquitetura suntuosa, produção artística luxuosa, templos esplendorosos, obras grandiosas dedicadas ao ócio, ou sítios comemorativos de façanhas heroicas dos que instigaram ou lutaram em guerras, com elas ganharam fama ou enriqueceram. Além de reis, senhores e ditadores, a história vem contada também pelos feitos, revoltas e sofrimentos dos trabalhadores, dos pobres, dos estigmatizados e dos artífices mais humildes da paz. Para que deles, do seu exemplo, coragem e adversidade nunca se olvidem as gerações futuras, fazem jus igualmente à preservação seus monumentos, conjuntos e locais de interesse, com suas peculiares marcas arquitetônicas, mesmo que modestas e carentes de ostentação, assim como seus rituais, manifestações culturais, raízes etnológicas ou antropológicas, e até espaços de indignidade e desumanidade. Do calabouço à senzala, da sala de tortura ao campo de concentração. Tal qual quando socorre as promessas do futuro, o ordenamento jurídico brasileiro a ninguém atribui, mais ainda para satisfazer interesse individual ou econômico imediatista, o direito de, por ação ou omissão, destruir, inviabilizar, danificar, alterar ou comprometer a herança coletiva e intergeracional do patrimônio ancestral, seja ele tombado ou não, monumental ou não. (STJ; Resp 1.293.608; Proc. 2011/0101319-3; PE; Segunda Turma; Rel. Min. Herman Benjamin; DJE 11/09/2014).

De acordo com Marcos Paulo de Souza Miranda, promotor de Justiça em Minas Gerais, na obra *Lei do tombamento comentada: Decreto-Lei n. 25/1937 – doutrina, jurisprudência e normas complementares* (2014), o Superior Tribunal de Justiça tem realçado o dever de proteção ao patrimônio cultural e o alcance protetivo do Decreto-Lei nº 25/1937 em lições que orientam e inspiram os operadores do direito na correta aplicação do importante instrumento do tombamento.

Portanto, com a nova ordem constitucional vigente, basta que os bens sejam portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira,

para que eles possam integrar ao patrimônio cultural brasileiro, não prevalecendo mais os critérios de *memorialidade* e *monumentalidade*.

Conforme o princípio da prevenção, havendo incerteza sobre o caráter danoso ou não de intervenção ao bem que passará por inventário e iniciativa de tombamento, a intervenção não deve ser autorizada. Sempre evitar a consumação do dano ao patrimônio cultural.

O auge do conflito: audiência pública

Conforme Castriota (2007, p. 17), o conceito contemporâneo de *patrimônio ambiental urbano* está relacionado à cidade, pensá-la no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando não apenas monumentos *excepcionais*, mas o próprio processo vital que informa a cidade. Não se pensa apenas na edificação, no monumento isolado, testemunho de um momento singular do passado, mas nas relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e como o meio ambiente urbano é fruto dessas relações. Não apenas tomar determinadas edificações ou conjuntos, mas antes conservar o equilíbrio da paisagem, “pensando sempre como inter-relacionados a infraestrutura, o lote, edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem natural”.

Com este ensinamento participamos no dia 03 de agosto de 2015 da audiência pública para análise, discussão e aprovação ou não, quanto à proposta de recapeamento asfáltico da Avenida Espanha, conforme sugerido pelo promotor responsável em audiência de 22 de julho de 2015, na sede do Ministério Público do município de São Jerônimo/RS.

No entanto, a audiência pública foi marcada pela deturpação das informações por parte dos grupos sociais contrários à preservação dos paralelepípedos da Avenida Espanha, com *ameaça* da perda de todas as verbas públicas para outros logradouros

públicos. Manifestações diversas sem fundamento (base) legal a respeito do patrimônio histórico⁶. Discursos e manifestações claramente querendo impor um caráter deliberativo na audiência pública, quando o correto seria apenas um caráter consultivo. Os agentes públicos da Prefeitura mobilizaram seus secretários, funcionários, grupos sociais⁷ que lhe apoiavam e/ou que possuíam interesse no recapeamento asfáltico da Avenida Espanha. Participaram também sete vereadores, dois ausentes. Seis vereadores manifestaram-se claramente favoráveis ao afastamento. E apenas um manteve a postura de ouvir as partes, sem posicionamento definido naquele momento.

Apenas o representante da Defender/RS apresentou informações e fatos amparados na literatura especializada e no vasto suporte teórico existente sobre o tema do patrimônio, na legislação vigente em defesa do patrimônio cultural e ambiental (natural) e, especialmente, nas manifestações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE/RS). No entanto, a reflexão foi minimizada, desprezada e até mesmo ignorada. A *decisão* já estava tomada. A contagem foi de 161 (cento e sessenta e um) votos a favor e apenas 13 (treze) votos contra o recapeamento asfáltico da Avenida Espanha.

Essa *derrota simbólica* era previsível diante do contexto criado. No entanto, não consideramos como uma derrota, mas sim como uma vitória. Uma vitória porque o tema patrimônio histórico se movimentou no município de Arroio dos Ratos, alguns membros da comunidade se posicionaram favoráveis à preservação da Avenida Espanha.

⁶ Manifestações favoráveis ao revestimento asfáltico porque a Avenida Espanha não era tombada. E, de forma genérica, afirmações de que o tombamento vai engessar o município; é contra o progresso e o desenvolvimento; prejudica a acessibilidade; pedra não é patrimônio histórico, entre outros mitos e lendas urbanas.

⁷ Podemos citar alguns: gincaneiros, carnavalescos, proprietários de veículos comuns ou rebaixados, etc.

Considerações finais

Em setembro de 2015, a pedido do Ministério Público, a Justiça deferiu liminar para que a Prefeitura de Arroio dos Ratos suspendesse o asfaltamento da Avenida Espanha. A ação civil pública com pedido de antecipação de tutela foi ajuizada pela Promotoria de Justiça de São Jerônimo (RS) para garantir a preservação do patrimônio histórico e cultural de Arroio dos Ratos, evitando o recapeamento asfáltico da Avenida Espanha⁸.

A ação civil pública nº 032/1.15.0001769-1 (TJ/RS) solicita, ainda, que seja determinada a realização de perícia no logradouro por profissional habilitado, nomeado pela Justiça, a fim de constatar o valor da via como patrimônio histórico e cultural. A Avenida Espanha sendo reconhecida pela Justiça como patrimônio histórico-cultural de Arroio dos Ratos, o próximo passo é a sua requalificação (conservação), especialmente dos paralelepípedos e do passeio público (calçadas), incluindo os aspectos da acessibilidade conforme determina a Lei Federal nº 10.098/2000. Assim, as verbas públicas necessárias para futuras obras de manutenção do calçamento de paralelepípedos podem – e devem – incluir os aspectos da acessibilidade.

Considerando o turismo sustentável, a Avenida Espanha se requalificará como ponto turístico, pois seu entorno possui outros bens patrimoniais culturais e naturais, possibilitando um roteiro cultural – com atrativos – pelo centro histórico de Arroio dos Ratos, inclusive para programas de educação ambiental e patrimonial e ações educativas em patrimônio.

O propósito deste trabalho foi refletir sobre as ações, disputas e conflitos entre os grupos sociais envolvidos e os valores de referência e testemunho da Avenida Espanha como patrimônio cultural do município de Arroio dos Ratos. Ratificar que as disputas

⁸ ARROIO DOS RATOS: MP BUSCA SUSPENDER ASFALTAMENTO DE VIA NO CENTRO DA CIDADE. Disponível em < <https://www.mprs.mp.br/noticias/39614/> >. Acesso em 12 out. 2017.

entre posições teóricas, políticas (especialmente) e econômicas afetam processos de patrimonialização e a constituição de espaços e lugares de memória dentro das cidades. Além da construção do conhecimento científico, a militância (ação cultural) é imprescindível para garantir o crescimento (mobilidade) da cidade, mas salvaguardando o que é comum a todos – o seu legado.

Por fim, parafraseando o intelectual francês Victor-Marie Hugo⁹ (1802-1885), não importa quais sejam os direitos de propriedade, a destruição ou descaracterização de um patrimônio histórico urbano não deve ser permitida aos ignóbeis especuladores, cujo interesse os cega para a honra. A luta em defesa da preservação da Avenida Espanha, em Arroio dos Ratos, constitui-se num processo educativo de construção cidadã que reconhece o uso deste logradouro público como pertencente à sociedade e sua beleza a todo o mundo; destruí-la ou descaracterizá-la é, portanto, extrapolar o que é direito.

Referências

ARROIO DOS RATOS. Lei Municipal nº 79/1971 – ESTABELECE DIA DA “AMIZADE BRASIL-ESPANHA”, 09 nov. 1971. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/prefeitura/rs/arroio-dos-ratos/>>. Acesso em 23 set. 2017.

_____. Lei Municipal nº 650/1989 – DECRETA O TOMBAMENTO DO PRÉDIO ONDE FOI INSTALADA O GRUPO ESCOLAR JOÃO PESSOA, PRIMEIRA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE ARROIO DOS RATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, 03 jul. 1989. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/prefeitura/rs/arroio-dos-ratos/>>. Acesso em 23 set. 2017.

⁹ “Não importa quais sejam os direitos de propriedade, a destruição de um prédio histórico e monumental não deve ser permitida a esses ignóbeis especuladores, cujo interesse os cega para a honra. Há duas coisas num edifício: seu uso e sua beleza. Seu uso pertence ao proprietário, sua beleza a todo o mundo; destruí-lo é, portanto, extrapolar o que é direito”.

_____. Lei Municipal nº 3523/2013 – FICA TOMBADA A FACHADA DO PRÉDIO ONDE FUNCIONA A SOCIEDADE ULTIMA HORA, 22 jan. 2013. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/prefeitura/rs/arroio-dos-ratos/>>. Acesso em 23 set. 2017.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. *Fórum Patrimônio*, Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/59/54>. Acesso em 23 set. 2017.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, Artigos 215, 216 e 225. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 12 out. 2017.

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Deloo25.htm>. Acesso em 12 out. 2017.

FREITAS, Tassiane Melo de. *De complexo carbonífero a museu: o processo de patrimonialização dos remanescentes do antigo complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, Brasil (1983 – 1994)*. Dissertação. (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2015.

GRANJA, Cícero Alexandre. O Direito Ambiental e a responsabilidade civil pelo dano ocasionado. In: *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3335, 18 ago. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/22449>>. Acesso em: 08 out. 2017.

HAHN, Eduardo. Segundo Encontro do Patrimônio Histórico, Porto Alegre/RS, ago. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qNK6iqYTdcQ>>. Acesso em 24 set. 2017.

KLOVAN, Felipe Figueiró. *Sob o fardo do ouro negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na primeira metade da década de 1930*. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em História) – Porto Alegre: Faculdade de História: IFCH – UFRGS, 2009.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do direito ambiental*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Lei do tombamento comentada: Decreto-Lei n. 25/1937 – doutrina, jurisprudência e normas complementares*. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

SULZBACH, Ervino Lothar. *Arroio dos Ratos: berço da indústria carbonífera nacional*. 2ª edição. Arroio dos Ratos: PBS, 1989.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

O cemitério civil de Santa Vitória do Palmar - RS, Brasil: uma proposta de pesquisa

Cláudia Schwab¹

Considerações iniciais

O Cemitério Civil de Santa Vitória do Palmar, cidade fronteiriça com o Uruguai, no extremo sul do Rio Grande do Sul - Brasil, foi meu objeto de estudo durante a graduação como Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Rio Grande - FURG, entre os anos de 2011 a 2014. Essas primeiras pesquisas buscaram apontar um possível potencial turístico do local, com base em seus aspectos artísticos, históricos e culturais e, antes de tudo, identificar qual a relação dos cidadãos com o seu cemitério e como perceberiam o uso turístico desse espaço, tradicionalmente vinculado às memórias afetivas mais tristes e íntimas, as memórias da perda de seus entes queridos.

A pesquisa partiu de um inventário do patrimônio escultórico tumular, registro da história do Cemitério e de elementos vinculados à cultura e à memória do município e da região porventura ali existentes, bem como sua possível ativação turística. A proposta abordou a possibilidade de, em um primeiro

¹ Bacharel em Turismo Binacional pela FURG. E-mail: animam1di@hotmail.com

momento, desenvolver-se atividades de turismo cidadão, partindo dos conceitos de Gastal e Moesh (2007, p. 10), que consideram o turismo como uma importante ferramenta mesmo em comunidades que não se caracterizam como turísticas: aliado à cidadania, o turismo ajuda o residente a conhecer-se e a bem receber, cômico de seu valor. Ainda de acordo com as autoras, o confronto com o novo e o inesperado possibilita uma “mobilização subjetiva que levaria a re-olhar, a repensar, a reavaliar, a ressignificar não só a situação, o ambiente, as práticas vivenciadas naquele momento e naquele lugar, mas muito de suas experiências passadas”.

Entendendo os residentes como visitantes, como turistas na acepção exata da palavra e tendo em vista que o Cemitério Civil não é um atrativo turístico consolidado, tornou-se importante registrar a relação que os residentes tem com este espaço, o que pensam sobre a possibilidade de uso turístico do mesmo e quais suas impressões após a visitação. Transformar o residente em turista possibilitaria o necessário reconhecimento por esta comunidade do valor deste espaço antes de estimular a visitação de pessoas vindas de outras regiões. Ignorando o conceito tradicional de turismo, para o qual há a necessidade de deslocamento físico para lugar diferente daquele onde se reside, o cidadão que olha sua cidade em um momento diferenciado de sua rotina diária, também vivencia o estranhamento de um estrangeiro, despertando em si as mesmas subjetividades (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 17-18).

Nesse sentido foi elaborado um roteiro de visitação a partir de uma trilha interpretativa baseada nos túmulos e jazigos inventariados. Este roteiro foi ofertado a diversos grupos de cidadãos, em momentos diferenciados da pesquisa e mesmo após seu encerramento (cidadãos em geral, adultos, cooptados por convites feitos nas mídias sociais, que participaram de grupos focais após as visitas, além de diversas turmas de estudantes das escolas locais, de idade variadas, durante as programações alusivas às Semanas Nacionais de Museus). Foi durante a realização desses

roteiros que percebi como a visita guiada despertava memórias nos visitantes que iam além daquelas vinculadas às suas próprias perdas e enterramentos de pessoas queridas. Histórias populares sobre o local e personagens da cidade e região, hábitos e costumes de avós, por exemplo, nas festividades do dia de finados (dois de novembro), a banda que acompanhava os cortejos tocando marchas fúnebres, as artesãs que confeccionavam coroas de flores de lata ou papel, enfim. Uma quantidade significativa de relatos que iam além da tristeza da perda ou da morbidez do lugar.

Ao concluir o Bacharelado em Turismo e pensar na possibilidade de cursar o Mestrado em Memória Social e Patrimônio pela UFPel, o Cemitério Civil permaneceu como tema principal de interesse para meus estudos. O registro das memórias destes visitantes e da comunidade sobre seu espaço cemiterial e suas pompas fúnebres impôs-se a outras possibilidades de pesquisa. De fato, cursar o Seminário de Oralidade e Arquivos Oraís como aluna especial, faz parte de uma estratégia pessoal para auxiliar na definição e construção de um projeto de pesquisa consistente, que possa ser apresentado como porta de entrada no programa de pós graduação pretendido. Este artigo fez parte da avaliação do Seminário: o que se propunha era alinhar os projetos de pesquisa dos mestrandos à bibliografia trabalhada no semestre. No entanto, como não tenho ainda um projeto de pesquisa bem definido, tentei costurar as ideias de turismo cemiterial/cultural, patrimônio e patrimonialização, memórias e oralidade, de forma a criar uma base teórica, uma teia que entrelace o que pesquisei até aqui com os aprendizados produzidos ao longo do semestre, de forma a consolidar o caminho para a elaboração de meu projeto de pesquisa.

Com a possibilidade de participar deste Colóquio, fiz algumas adaptações no artigo, que está estruturado da seguinte maneira: uma introdução; um desenvolvimento que apresenta as linhas gerais do que penso para meu projeto de pesquisa e uma aproximação com a bibliografia trabalhada no Seminário de

Oralidade e Arquivos Orais, além das muitas perguntas surgidas ao longo desse processo; uma conclusão que manterá quaisquer hipóteses ou proposições em aberto, pois como já dito, este trabalho versa sobre um projeto de pesquisa ainda em formação.

Turismo cidadão, memória social e patrimonialização

O objetivo primeiro de meus estudos acerca do Cemitério Civil de Santa Vitória do Palmar foi o de buscar formas de preservar e salvaguardar os elementos artísticos, culturais e sociais presentes, principalmente, em sua área mais antiga. Fundado em janeiro de 1889, um ano após a abolição da escravatura, mesmo ano na proclamação da República e pouco mais de 30 anos após a fundação da cidade, recebeu entre seus muros os restos mortais transferidos do antigo cemitério, existente desde os tempos da criação da povoação (SCHWAB, 2017, p.26-28). Ainda hoje é o local do "descanso final" de quem vive na cidade e eventualmente, de moradores da cidade vizinha, Chuí. Esse espaço cemiterial guarda as memórias dessa comunidade desde seus primórdios. Cada jazigo, cada lápide, os tijolos de seu muro centenário, o pesado portão de ferro fundido, o silêncio dos restos mortais talvez já virados em pó: tudo exala a história dessa povoação de fronteira, de origem rural e latifundiária, encravada entre o mar e a Lagoa Mirim; mais de um século e meio de vida, de morte, de lembranças.

O Cemitério mantém ainda os muros originais, nos quais há, pelo lado interno, catacumbas também construídas na época de sua fundação, além do portão de ferro fundido, também de 1889. A lei orgânica do Município prevê que a municipalidade poderá retomar jazigos abandonados, mas não há um regulamento de uso do espaço, o que coloca em risco jazigos antigos e as características originais do espaço. Muitos túmulos são reformados sem quaisquer cuidado com a preservação de aspectos originais ou de suas lápides. Há vandalismo, roubo de metais e de estatuária, além de

comércio irregular de jazigos. Proprietários limpam ricas esculturas em mármore usando produtos abrasivos, como cloro e escovas de aço. Nada, absolutamente nada, protege a riqueza histórica e cultural do local (SCHWAB, 2014, p. 21-24).

A partir das experiências vivenciadas até aqui, pensei em utilizar a visita guiada ao Cemitério Civil de Santa Vitória do Palmar como um evocador das memórias dos visitantes, a fim de registrá-las e, através desse registro e da transmissão dessas memórias, despertar um olhar diverso sobre o espaço cemiterial, em um processo que pretende estimular sua salvaguarda e preservação. A visita turística do Cemitério demonstrou ser um elemento capaz de transformar o olhar do visitante e instigar o despertar de lembranças e recordações vinculadas ao espaço cemiterial e aos rituais de morte e enterramento. Assim, assume relevância o conceito de “turista cidadão”, defendido por Gastal e Moesch: com a crescente urbanização o olhar atento sobre as cidades deve ser um hábito tanto para os residentes quanto para os turistas, de forma a possibilitar uma maior compreensão de sua complexidade, adquirindo maior qualidade de vida. O cidadão é parte ativa dos fluxos (comportamentais, culturais e de ideias) constituintes do espaço urbano ao lado de seus fixos (praças, monumentos, edificações). Colocar este cidadão em movimento além de suas atividades rotineiras "traveste" esta pessoa na situação de turista, podendo desta forma “apropriar-se com maior competência dos espaços e situações, num novo exercício de cidadania” (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 59-60). Ainda segundo as autoras:

Se, nas cidades, mesmo os bairros se colocam como espaços de identidade e identificação, para viver outros cenários não seria mais necessário sair dos limites urbanos, pois estes se tornaram o território da multiplicidade, permitindo ao indivíduo ser turista mesmo sem abandonar seu território. Também se estaria migrando de um conceito de turismo marcado pelas distâncias espaciais para um conceito que priorizasse a sua prática como o

percorrer tempos e espaços diferentes dos rotineiros. Turismo seria menos o percurso no espaço, para tornar-se um percurso por tempos-espaços, em especial culturais, diferentes daqueles a que se esteja habituado, com ênfase nas vivências e experiências (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 37).

Esse conceito de turismo como percurso por "tempos-espaços culturais", mais próximo às experiências vividas, também aproxima o turismo à memória e conseqüentemente, às narrativas. Walter Benjamin afirma: "A experiência propicia ao narrador a matéria narrada, quer essa experiência seja própria ou relatada" (BENJAMIN, 1985). Nesse sentido, a experiência da visita ao Cemitério Civil forneceria a matéria base para evocar memórias e a conseqüente construção de narrativas. O registro e divulgação destas narrativas poderia alimentar um "olhar patrimonializador" sobre o Cemitério Civil de Santa Vitória do Palmar?

Começo a compreender que este artigo se fará de mais questionamentos do que de assertivas. A primeira é: em que momento e de que forma recolher estas narrativas? Após a visita, em uma entrevista individualizada ou grupo focal? O que se perderia dessas narrativas em uma entrevista formal? De que forma resgatar posteriormente aquilo que aflorou à memória e virou narrativa em um momento específico da visita? Em entrevistas de história oral, a voz e a identidade são resultado da interação entre o entrevistador e o narrador. Quem conta a história é o narrador, mas este contar é intermediado pela ação do entrevistador (ERRANTE, 2000, p. 143). Então, certamente, não obterei os mesmos relatos se formalizar uma entrevista pós-visita e se registrar as narrativas durante a visita.

Eu queria que minha voz fosse minimamente ouvida durante o evento da história oral, e minha abordagem era fazer as mínimas perguntas possíveis que solicitassem a informação que eu estava procurando. Eu estava interessada em como os narradores

organizavam suas experiências e, por isso, eu lhes permitia falar tanto quanto quisessem sobre algo que eles queriam lembrar, mesmo quando isso não parecia particularmente relevante para o meu estudo. Às vezes, os narradores perdiam-se em suas memórias. Eles lembravam poemas que aprenderam na infância, canções que suas avós cantavam para eles, descreviam a paisagem de suas aldeias com intensidade poética. Nesses momentos, os narradores faziam-se vulneráveis pela ampliação das memórias que eram importantes para eles. Essa abertura freqüentemente tomava-os de surpresa. Eles diziam: "não posso acreditar que eu estou contando isso para você", ou "é engraçado, eu não pensei sobre isto durante anos". Isto não ocorre em todas as entrevistas, mas quando acontece, é como se ambos - narrador e entrevistador - entrassem no que Csikszentmihalyi (1990) descreveu como "fluxo". São momentos de ótima experiência quando nosso sentido de auto-eficiência é elevado e nossos compromissos sociais são fortalecidos (ERRANTE, 2000, p. 149).

Essa qualidade de memórias me interessa. Assim sendo, penso que estimular os visitantes ao longo do roteiro poderá propiciar o surgimento deste tipo de narrativas (o que de resto já pude perceber em algumas das visitas realizadas).

Verena Alberti (2012) falando sobre as cartas enviadas ao filho pelo jornalista Joel Rufino, preso político do regime militar de 1964 no Brasil, destaca a importância de se ter claro para quem uma carta fala e por quê, além do quando, como e o que é dito. Da mesma forma, em uma entrevista de história oral (como em relação a qualquer fonte histórica), "não basta considerar o enunciado; é preciso refletir sobre as condições de enunciação", é necessário estar atento ao "contexto de produção dos dados em história".

Como meu objetivo, a princípio, não é o de registrar a história do Cemitério Civil ou das pompas fúnebres na região, a questão do contexto adquire aqui outro contorno. O que penso ser possível é ativar memórias afetivas dos visitantes, de forma a moldar um olhar da comunidade sobre o seu cemitério que vá além do "lugar de enterramento de nossos entes queridos", que

leve à percepção daquele espaço como um local de memória social. Cemitérios são, naturalmente, monumentos: “[...] A raiz da palavra latina nos remete a momento ou lembrança. [...], na acepção comum do termo, são edificações ou construções que pretendem *perpetuar a memória* de um fato, de uma pessoa, de um povo” (CAMARGO, 2002, p. 24). Halbwachs (1990, p.51) afirma que “as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é ‘memorável’ e também como será lembrado”. Este “como será lembrado” está presente dentro do espaço cemiterial: as formas de enterramento, os rituais de adeus e de saudade, com as mudanças características de cada época estão ali, registradas em cada uma das tumbas. Ricoeur (2010, p. 27) afirma que “[...] quando narramos coisas verdadeiras, mas passadas, é da memória que extraímos, não as próprias coisas, que passaram, mas as palavras concebidas a partir das imagens que elas gravaram no espírito, como impressões, passando pelos sentidos.” Então, tenho em mãos o espaço de memória, contendo o que é memorável para a comunidade santa-vitoriense e a ferramenta que “despertará” as memórias que serão narradas pelos visitantes (a ferramenta, no caso, a trilha interpretativa de visitação).

Patrícia Neuhaus (2012, p. 26) detecta que cemitérios têm como função colocar a morte e os mortos em uma “pseudoexistência mnemônica”, que se revela tanto externamente, nos monumentos mortuários, como internamente, nas lembranças que cada um guarda de seus mortos. Desta forma, a experiência cemiterial comporta dois níveis de relação: a do sujeito com o espaço e a do sujeito com o morto. Ou seja: para que a visitação atinja a experiência do espaço, é necessário que haja uma experiência prévia: a da memória do morto, além da intenção da visita. Por isso a importância de realizar a pesquisa com cidadãos locais, que certamente terão alguém querido - familiar ou amigo - ali enterrado, possibilitando a efetivação da vivência. A

interpretação patrimonial do espaço deverá despertar e/ou criar memórias nos visitantes, tendo em vista a intenção da visita, neste caso, turística.

Alguns questionamentos práticos têm-me surgido à medida em que redijo este artigo. Por exemplo, como registrar as impressões e narrativas dos visitantes ao mesmo tempo em que apresento o roteiro? Uma das orientações quando se fala em técnicas de entrevistas de história oral é a de anotar as impressões sobre os informantes (ERRANTE, 2000, p. 150). Como fazê-lo ao mesmo tempo em que se guia um grupo? Será necessário a utilização de um auxiliar, que cumpra com o papel de guia e me permita a liberdade de observar e registrar impressões, reações e relatos dos visitantes? Outra questão trata do roteiro. A trilha interpretativa elaborada para o TCC servirá aos objetivos desta pesquisa? O guia editado pela *Museums and Galleries Commission* (2001) indica que é necessário ter em vista os objetivos de uma exposição antes de estruturá-la. A finalidade do roteiro elaborado anteriormente era despertar um novo olhar do visitante sobre o Cemitério, de forma a avaliar seu potencial turístico. Para o que se propõe agora o objetivo do roteiro seria mobilizar afetividades, possibilitando despertar memórias e estimular narrativas. Em sua versão original eram destacados desde dados históricos até elementos da simbologia da arte tumular, curiosidades, lendas e histórias populares. Uma nova trilha deveria ter que formato e dar destaque a que tipo de elementos?

A interpretação do patrimônio é uma técnica criativa de comunicação estratégica, uma forma planejada e consciente de dirigir mensagens, desenhada para que as pessoas conheçam de maneira significativa seu patrimônio e se convertam em seus protetores e defensores. Já ao final dos anos 60, Freeman Tilden, um dos precursores da interpretação, se referia a esta disciplina como ‘uma atividade educacional que objetiva revelar significados e inter-relações mediante a utilização de objetos originais, de experiências de primeira mão e por meios ilustrativos, ao invés

de simplesmente comunicar informações fatuais' (DELGADO; PAZOS, 2013, p.302).

Na verdade, pretendo utilizar a trilha interpretativa para ir um pouco além: mais do que dar a conhecer às pessoas o Cemitério Civil de Santa Vitória do Palmar, pretendo motivá-las a, através da trilha e do conhecimento ofertado, dar-me a conhecer suas histórias e memórias vinculadas ao Cemitério e às pompas e hábitos fúnebres da região. E aqui, a próxima pergunta: como trabalhar este material, qual destino dar-lhe? Como fazer com que retorne à comunidade para que se reconheça nas narrativas e para que através desse reconhecimento, reconheça o seu cemitério como depositário de memórias sociais? E será isso de fato possível? Minhas pesquisas prévias me indicam que sim. Talvez seja essa minha hipótese, afinal: será possível, através de uma trilha interpretativa, sensibilizar os visitantes a despertar memórias e narrá-las, a fim de que estas narrativas se tornem uma ferramenta de educação patrimonial?

Ao mesmo tempo em que me angustio com as dúvidas acerca da viabilidade deste projeto, o fato de não pretender registrar "a história", mas "as narrativas" me dá uma certa tranquilidade. Afinal, os dados históricos isolados foram levantados durante a pesquisa do meu TCC e estão disponíveis nos arquivos da prefeitura Municipal. A história que eu quero registrar é a dessa comunidade do extremo sul do Brasil que possa ser narrada a partir de seu espaço cemiterial. Thompson (1995, p. 52) afirma que:

Ao tentarem descobrir uma história isolada, estática e recuperável, alguns historiadores às vezes não levavam em conta as várias camadas da memória individual e a pluralidade das versões sobre o passado fornecidas por diferentes narradores. Na tentativa de eliminar as tendências e fantasias, alguns profissionais descuidavam-se das razões pelas quais as pessoas constroem suas memórias de modo específico e não conseguiam

enxergar como o processo de afloramento de lembranças poderia ser a chave para ajudá-los a explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva.

No entanto, os estudos em história oral avançaram, dedicando-se mais aos "processos subjetivos da memória e as relações entre memória, narrativa e identidade" e explorando "a relação entre reminiscências pessoais e memória coletiva, entre memória e identidade e entre entrevistador e entrevistado" (THOMPSON, 1995, p. 53-54). São essas relações que acredito serem de interesse para minha pesquisa: reminiscências pessoais/memória coletiva, memória e identidade. É a partir desse eixos que penso sim, ser possível transformar as "narrativas cemiteriais" em uma mola propulsora do processo de patrimonialização do cemitério Civil de Santa Vitória do Palmar.

No que tange ao destino a dar às narrativas recolhidas, penso em Ricoeur (2003, s.p.), quando fala na "memória *instruída* pela história": o autor fala da interseção entre história e literatura, "a história como trabalho literário e a leitura como meio de recepção privilegiado". Segundo Ricoeur, é nesse ponto de intercessão que a memória é instruída, pelos processos de escrita e leitura:

Naturalmente, a tarefa histórica repousa inteiramente sobre a escrita, como indica o papel desempenhado pelos testemunhos escritos dos nossos arquivos: ousamos inclusive ligar a origem da história à da escrita. Mas a história gera novas espécies de escrita: livros e artigos, conjunto de cartas, de imagens, de fotos e de outras inscrições. É justamente nesta fase que a historiografia, no sentido lato do termo, pode instruir a memória. Essa conjunção da escrita e da leitura encontra-se na experiência partilhada da narrativa [...] (RICOEUR, 2003, s.p.).

Minha ideia primeira é publicar os relatos, num misto de narrativa textual e imagética. A edição e publicação de um livro

que possa ser distribuído a escolas, bibliotecas, centros culturais, disponibilizado à população.

Narrar es "relatar", "contar", "referir", informar acerca de algo, como antaño se hacía, como la tradición oral dicta; relatar es informar acerca de algo (Gómez da Silva, 1985), y ese algo debe tener algún sentido, cierto significado para quien escucha o lee, porque esa es la cualidad de la memoria: guardar y dar cuenta de lo significado de la vida, de lo que vale la pena mantener para luego comunicar y que alguien más lo entienda. En efecto, el sentido aluda al entendimiento, a la razón, a una especie de explicación, pero no cientificista, sino de la cotidianidad, la que la gente en la vida ordinaria maneja y siente [...]. El sentido se sostiene sobre la base de entender algo, de encontrarle razón, de otorgarle significado, de brindarle importancia a algo, atributos éstos de la memoria (MENDOZA GARCIA, 2004).

Mendoza Garcia (2004, p. 3) fala ainda da memória coletiva (referenciando-se em Halbwachs e Blondel) como um processo de reconstrução de um passado significativo para um grupo ou sociedade, contido em marcos sociais como tempo, espaço, linguagem e que se sustenta por significados encontrados na cultura. Dessa forma, a memória coletiva preservará o que tiver sentido para aquela comunidade. Os elementos históricos, sociais, culturais existentes dentro do espaço cemiterial são significativos para a comunidade santa-vitoriense. Todos os aspectos de construção da memória coletiva estão presentes nesse espaço. No entanto, a vinculação dos cemitérios à morte, à finitude humana, à saudade, à morbidez atuam como um limitador à percepção do espaço cemiterial como um espaço de memória social. Com minhas pesquisas o que pretendo é ampliar o entendimento do Cemitério como um local representativo de perdas individuais para a compreensão do mesmo como um lugar de memória, como nos fala Pierre Nora. Como dito anteriormente, não busco registrar uma história do cemitério Civil, mas memórias:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vívido ao eterno presente, a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. [...] A memória se enraiza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. [...] A memória é um símbolo, a história só conhece o relativo (NORA, 1993. p. 9).

A memória está ancorada no espaço, no material, no tangível. O espaço cemiterial é, pois, um campo fértil para que as memórias dos cidadãos santa-vitorienses venham à tona e sejam recolhidas com "uma rede de pegar borboletas", como dito por Antoinette Errante (2000, p. 169).

Considerações finais

Conforme já dito anteriormente, esse é um trabalho em construção, um embrião. Assim sendo, não apresentarei uma conclusão aos aspectos abordados anteriormente. À título de arremate desse conjunto de ideias aqui apresentados, trago trechos de algumas das entrevistas realizadas para meu TCC:

"Eu acho assim, ó. O que eu descobri com o passeio: que existem peças, que existem ali postos elementos que são valiosos, muito valiosos. Que deixaram marcas da história da nossa gente, então se alguém vai pra descobrir isso, é valorizar toda a nossa

comunidade, né? E quanto mais o valor, eu acho que até a preservação vai ser melhor"².

"Eu acho que assim, ó: repensar. Deste passeio dá pra tirar lição pra vida. A gente não pode pensar que vai ali, morreu, assim e acabou, Porque tem vida depois, tem vida. Eu acho que todos os aspectos ali, é o cultural, é o econômico, é o social, tudo *tá* posto ali. Mas a gente tem que despertar este olhar *pra* conseguir enxergar essas marcas deixadas ali. Tem este 'despertamento', este chamamento, esta... levantar nossa curiosidade tu sozinho não consegues, tu vais entrar lá no Cemitério e sempre com aquela posição de dor, de sofrimento, e querer sair o mais rápido possível, porque é desconfortável, tu sais da tua zona de conforto, porque tu começa a pensar: daqui a pouco serei eu, não é? Se força a pensar na morte"³.

"Tem o [túmulo do] dr. Glicério, tem pessoa que traz vela do tamanho da gente e reza ali o dia inteiro, traz flor. Dizem que ele faz milagre, de cura, e as pessoas vem agradecer. Tem um túmulo que caía raio nele, e quebrava. A família consertava, caía raio de novo e quebrava, caiu mais de cinco, seis vezes e a família desistiu e mandou derrubar o túmulo. Tem gente que não pisa ali onde tinha ele, que tem gente enterrada em baixo. Quando eu vim trabalhar aqui, ainda tinha uns pedaços deste túmulo aí pelos cantos. E tem aquele lá, grandão, do Coutinho. Dizem que ele era muito, muito mau. Tinha um monte de campo, era podre de rico. Mandava os empregados cavarem um buraco, dava um tiro e empurrava com o pé pra dentro e aí mandava outro tapar. É o que dizem. E tem uma tampa de mármore, assim, no chão, que dá para entrar lá pra baixo, onde tem enterrado. A polícia que mandou fechar, pois usavam para guardar roubos e drogas"⁴.

² Trecho de entrevista feita a uma professora que fez a visitação guiada ao cemitério. 2013. Arquivos da autora.

³ Idem.

⁴ Entrevista com o zelador e coveiro. 2013. Arquivo da autora.

Dr. Glicério faleceu em 1904. Foi médico humanitário, maçom. Era negro e nasceu escravo. Seu túmulo é ponto de peregrinação por quem crê que ele realiza milagres. Essa história ouvi, em um primeiro momento, do coveiro e zelador. Depois, de outras duas pessoas que, durante a visita, contaram casos de familiares e amigos curados pelo Dr. Glicério. Em outra visita, uma professora relatou que sua avó a ensinara a não pisar em determinado trecho de um dos caminhos principais do Cemitério, mas ela não sabia a razão. Trata-se do local onde houve um jazigo outrora, demolido pela família porque o mausoléu era um verdadeiro pára-raios. Há o túmulo de uma cigana que atende pedidos de amor. Há dois jazigos de escravos. Há todos os prefeitos e intendententes, os primeiros professores, os grandes coronéis latifundiários e senhores da região, o primeiro zelador e construtor do muro original. Há, nas lápides, os registros do jovem "morto pelo punhal assassino", do menino que "falleceu dezastramente", de Sarita "que se fué de su hogar sin dejar un beso siquiera" a seus pais. E de Rosalina, negra, que recebeu sua lápide por gratidão da família branca para quem, certamente, trabalhava (Rosalina não tem sobrenome, nem datas de nascimento e morte). E a cada elemento desses destacado durante uma visita, uma história que aflora. Histórias da tia que confeccionava coroas de flores de lata. E do coveiro que morreu fazendo amor sobre um jazigo num fim de tarde de sol. E as histórias da banda que acompanhava os cortejos tocando marchas fúnebres enquanto as crianças se policiavam para não sair dançando. E as marcas dos rituais das religiões de origem africana, com suas moedinhas deixadas no portão do cemitério, espadas-de-São Jorge, velas, brincos e batons, lado a lado de símbolos sacros cristãos.

Mais do que tudo, são essas histórias, essas narrativas singelas que me comovem e que, acredito, nascidas da memória dos visitantes, podem comover a comunidade e transformar o Cemitério Civil de minha cidade em um Patrimônio Local Reconhecido e Preservado. Assim, com letras maiúsculas.

Referências

- ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral* 2012. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=263&path%5B%5D=295>> Acesso em: 23/07/2017
- BENJAMIN, Walter. *O Narrador*. Obras Escolhidas: magia, técnica, arte e política. Editora Brasiliense. 1985
- BURKE, P. História como memória social. In: ____ (Org.) *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. pp. 69-89.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.
- ERRANTE, *Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar*. In: História da educação, Asphe, n. 8, setembro de 2000.
- GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka Martini. *Turismo, Políticas Públicas e Cidadania*. São Paulo, Aleph, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- MENDOZA GARCIA, Jorge. Las formas del recuerdo. La memoria narrativa. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/view/34157>> Acesso em: 20/07/2017
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.
- MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION. *Planejamento de Exposições*. Trad. Maria Luiza Pacheco Fernandes. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Vitae, 2001. – (Série Museologia, 2). Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/download_arquivo/roteiro2.pdf> Acesso em: 16 set. 2014.

NEUHAUS, Patrícia. A Experiência do Espaço na Visita ao cemitério Contemporâneo. UFRGS, 2012. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/65613>> Acesso em: 25/07/2016

RICOEUR, Paul. *Memória, História e Esquecimento*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007. p.451-466.

SCHWAB, Cláudia. *O Cemitério Civil de Santa Vitória do Palmar - RS, Brasil: análise de seu potencial turístico*. FURG, 2016. Disponível em: <<http://www.cites.furg.br/images/AnaisVICITES.pdf>>. Acesso em 30/08/2017

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*. São Paulo, 15, 1995.

Monumento Editado: entre fotografia e arte, cidade e nação

Eduardo Roberto Jordão Knack¹

Luísa Kuhl Brasil²

A cavalo da história, meio caminho andado na diagonal das praças, os próceres equestres não resistem ao trote. A brônzea dignidade, após ter sido exposta tanto à erosão dos vândalos quanto ao viscoso humor escatológico das pombas, oxida em enxurradas corrosivas propiciadas pelos cúmulos-nimbos do revisionismo, legítima defesa do homicídio post-mortem. Monumental descaso. Antes minguar de amnésia do que confiar memórias à estatuária.³

Considerações iniciais

Diante de cidades cada vez mais populosas e complexas, muitos artistas e intelectuais se voltam para o urbano como base de suas problemáticas. A cidade outrora construída se torna o palco das performances artísticas, e seus cenários anacrônicos o ponto de partida para interrogações acerca das sociabilidades.

¹ Graduado e Mestre em História pela UPF, Doutor em História pela PUCRS, Pós-Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPel. E-mail: eduardorjk@yahoo.com.br

² Bacharel em História pela FURG, Mestre e Doutoranda em História pela PUCRS. E-mail: luisakuhlbrasil@gmail.com

³ Texto de Jorge Rein, retirado da obra: HERSKOVITS, 2014.

Além do anacronismo que muitos monumentos encravados nos grandes centros urbanos encarnam, também estão envoltos em paradoxos e contradições, como no poema de Jorge Rein: estátuas dos próceres políticos, construídos, esculpidos e moldados em dignidade e pompa enfrentam hoje descaso e depredação. O presente trabalho pretende se debruçar sobre tais questões que foram instigadas por uma produção artística.

As reflexões sobre a arquitetura, a construção imaginária, as memórias e os esquecimentos do urbano são constantes em distintas áreas do conhecimento. Assim, o objetivo deste artigo é analisar a obra *Monumento Editado* de Andrés Durán (DURÁN, 2014) supondo dois eixos de análise: o primeiro visa a reflexão sobre as independências dos países latino-americanos articulando as formações dos sentidos de nação e identidades a partir do prisma do imaginário – focando os propósitos da construção dos monumentos na segunda metade do século XIX e início do XX – e, o segundo, procura relacionar estes elementos às reflexões propostas pela série fotográfica *Monumento Editado* no que diz respeito aos monumentos históricos como construções desvinculadas do projeto de cidade contemporânea, tornando obsoletos e esvaziados de significados monumentos anteriormente catalizadores dos sentidos de pátria, identidade e nação.

O contexto das independências

Proposto por Ferro, os chamados movimentos de "independência-colono", que foram ações bem-sucedidas ou não, cuja iniciativa foi primordialmente dos colonizadores europeus (FERRO, 1996), marcaram o apogeu da expansão europeia e caracterizam a "descolonização" do continente americano. Os outros movimentos independentistas, neste caso dos povos colonizados, marcam, ao contrário, um refluxo da expansão e uma segunda descolonização. O autor assinala que desde os primórdios da colonização até o final do século XX, o relacionamento dos

colonos com as metrópoles foi ambíguo, recebendo apoio para resolver conflitos com os nativos, por um lado, mas disputando maior liberdade de movimento, por outro. É dentro dessa ambiguidade que se pode considerar a série de lutas independentistas como o estágio mais avançado da expansão europeia em suas colônias americanas. Diferentemente dos movimentos de libertação da segunda metade do século XX (especialmente aqueles que ocorreram na África), a primeira descolonização foi feita por iniciativa dos próprios europeus, colonos que viviam além-mar.

As independências dos Estados Unidos da América em 1783, das antigas colônias espanholas e depois a do Brasil, pouco devem aos povos nativos dominados por esses colonos – só no Haiti é que uma população escravizada, de negros africanos, libertou-se independentemente tanto da metrópole como dos colonizadores. Esta é de fato a diferença fundamental entre a primeira descolonização e os movimentos posteriores, na Ásia e na África em particular, onde foram os povos dominados que se revoltaram para ser independentes e encerrar o reinado dos colonos.

As lutas pela independência, especialmente na América espanhola, eram motivadas pela busca de um novo "pacto colonial", onde a metrópole não abocanhasse a maior parte dos lucros da economia das colônias, pelas dificuldades de recrutamento de funcionários administrativos (indicados pelas metrópoles) e a influência do iluminismo, como indica Donghi (1978, p.63-64). De qualquer forma, são interesses de grupos dominantes, de uma minoria europeizada, e não da maioria da população.

Desconstruindo a tese de que a expansão do nacionalismo nas colônias europeias estava vinculada ao batismo político das "classes inferiores", Anderson (2008, p.85) salienta que, ao contrário, o movimento de liderança dessas independências estava nas mãos de ricos fazendeiros, militares, advogados e comerciantes. Em muitos casos, como nas independências do

México, da Venezuela e do Peru foi justamente o medo de revolta das "classes baixas", ou seja, índios ou escravos, que impulsionou movimentos de independência em busca de maior liberdade de ação para lidar com esses grupos. Mesmo nas treze colônias norte americanas, tratavam-se de magnatas rurais escravocratas.

Pomer (1999, p.127) fornece alguns dados que corroboram a posição de Anderson: no Chile em 1810 o grupo dominante economicamente era uma aristocracia de proprietários de terra que submetia a maioria dos mestiços, que formava a grande parte da população, a regimes de trabalho próximos da servidão; no Peru a sociedade era dominada por latifundiários que dominavam o estado, submetendo uma maioria de índios dominados ao pesado trabalho na extração de minérios; na Bolívia, em função das minas de prata, a base da sociedade composta por índios sofreu com uma intensa exploração; na Argentina os grupos que dominavam a sociedade eram compostos por altos funcionários da burocracia colonial, clero e comerciantes ultramarinos. Ademais, conclui o autor, é possível observar "em todas as demais colônias espanholas uma massa mestiça livre, impedida de subir na escala social e temerosa de cair ao nível da servidão." (POMER, 1999, p.127).

Foram as lideranças econômicas e políticas dessas colônias que impulsionaram os respectivos processos de independência, ou seja, foi um desdobramento da expansão europeia no mundo que impulsionou a emergência das nações americanas. Como Prado e Pellegrino (2014, p.28) afirmam, foram os "criollos ilustrados" que manifestaram objetivos de independência como resposta as tentativas de maior controle da Espanha sobre suas colônias.

Dentro dessa perspectiva, Reguillo (2005) entende que o "projeto nacional" que marcou os países da América Latina foram acompanhados por "três processos fundamentais": o extermínio, a exclusão e a redução do "outro arcaico, do outro primitivo, do outro degradado". Esses processos conduziram a uma negação da história, das práticas e tradições culturais desses grupos, que "foram pensados como lastros que impediam o salto à

modernidade promovida pelas elites políticas e intelectuais de cada país". (REGUILLO, 2005, p.204). Os indígenas, negros e mestiços que constituam a base das sociedades americanas no momento do primeiro movimento de independência, não participaram ativamente na construção dos projetos nacionais que entraram em vigor no continente durante o século XIX.

A partir do século XIX, como indica Hobsbawm (1995), os países situados às margens do Atlântico Norte conquistaram o resto do globo não europeu com facilidade. Onde não dominaram, estabeleceram uma superioridade incontestável com seu sistema econômico e social, sua organização e tecnologia. Inicialmente, com a exploração capitalista, e após 1917 com o avanço soviético e comunista. Embora tenham se tornando independentes, diferentes países latino americanos afirmaram e legitimaram noções, ideias e conceitos europeus difundidos por uma elite econômica e política, excluindo a participação de grupos que foram dominados durante a intensa exploração desse continente.

Concordando com Hobsbawm (1995, p.199), é possível afirmar que a maior parte da história do "breve" século XX é derivada e não original, pois "consiste essencialmente das tentativas das elites das sociedades não burguesas de imitar o modelo que o Ocidente foi pioneiro, visto como o de sociedades que geram progresso", que estabelecem uma forma de poder, promovendo a cultura da riqueza alinhada ao desenvolvimento tecnológico e científico em variantes socialistas ou capitalistas. O modelo operacional das sociedades ocidentais imprimido no globo podia ser combinado com outros conjuntos de crenças ou ideologias locais, desde que não interferisse nele. Esses modelos foram geridos por pequenas minorias, elites "às vezes relativamente minúsculas" (1995, p.200-201), em função da falta de instituições democráticas que permitissem a participação da maioria da população.

Sentidos de nação

Partindo dessas considerações, é importante compreender a nação como uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008, p.32), pois os seus membros jamais conhecerão a maioria de seus companheiros, embora todos tenham uma imagem da comunhão que existe entre eles. Inúmeros elementos são utilizados para estabelecer esse imaginário: representações, mitos, alegorias, entre outros. Essas comunidades se distinguem não pela falsidade/autenticidade desses elementos, mas pelo estilo em que são imaginadas. Nesse sentido, a construção da história e da memória dessas comunidades que constituíram as nações que emergiram durante as independências no século XIX, era compreendida apenas por alguns de seus membros, particularmente os grupos dominantes. A necessidade de sua afirmação implicava que esses imaginários nacionais nascentes estivessem, de alguma forma, presente na vida de toda comunidade. A sobrevivência de mecanismos e características sociais, culturais e políticas das administrações coloniais contribuíram para isso.

Para Anderson (2008), a era dos nacionalismos (século XVIII) emergiu devido ao declínio das grandes comunidades religiosas/dinásticas e do desuso da língua sagrada. As línguas comuns passaram a ser usadas nos negócios dos novos estados (e de suas colônias). A expansão dos negócios também demandou a construção de um corpo de profissionais que não mais pertenciam apenas às metrópoles. Com o tempo as "elites criollas" passaram a empreender "jornadas" em sua carreira profissional. A noção de "jornada" (ANDERSON, 2008, p.92) dentro do Absolutismo monárquico pode explicar o nascimento do sentimento de pertencimento e de diferença em relação aos países europeus e seus vizinhos americanos.

Mas esse sentimento de pertencimento necessitava ser mantido e legitimado, pois ele não era imanente. A formação de

uma identidade nacional e sua manutenção exigem uma constelação de elementos que apelam e reforçam ao sentimento de pertencimento, definido por Catroga (2007) como “quente” – protetor e envolvente. Para a “pátria” se sobrepor ao seu caráter jurídico e institucional é necessário que seus confrades se identifiquem. Nesse processo a língua comum é essencial, mas sozinha não garante esse elo. Como destaca o autor: “A nação está na pátria, pelo que exige um território (real ou imaginário) e uma população. Em simultâneo, para se afirmar como um ‘nós’, ela ter-se-á de narrar como um destino sacral, ditado pelas origens.” (CATROGA, 2007, p.23).

Assim, quando os movimentos de independência (o já mencionado primeiro movimento de “independência-colono”, um desdobramento da expansão europeia) se afirmaram, foi necessário traçar as origens dos novos regimes, estabelecer os mitos fundacionais, construir as narrativas e selecionar os heróis, o que torna criação de monumentos indispensável. Essas construções demandam manutenção e investimento para continuarem em vigor, bem como são constantemente revisadas em função de desdobramentos que ocorrem no presente, processo que neste artigo será analisado posteriormente na obra artística *Monumento Editado*.

Por exemplo, na Argentina, em fins do século XIX, durante a entrada de inúmeros imigrantes, ainda não havia a afirmação de uma nacionalidade comum, o que impulsionou um debate que envolveu a sociedade civil, intelectuais e políticos “com vistas a afirmar não só o conceito de identidade argentina, mas também a promover a nacionalização dos novos contingentes imigratórios.” (BEIRED, 2010, p.45-46).

Esse debate implicou uma revisão na percepção do papel da herança hispânica na construção da nacionalidade argentina, que passou a englobar tal patrimônio de elementos e referenciais identitários a partir de discursos de elites intelectualizadas e políticas. Até fins do século XIX havia predominado o sentimento

de anti-hispanismo, mas tal quadro se alterou com a entrada de outros grupos (imigrantes), exigindo estabelecer diferenças entre os argentinos e *os outros*.

De uma forma geral, em todas as novas repúblicas emergiam conflitos em relação ao passado colonial. "Desde a década de 1830, há evidências dos esforços empreendidos por intelectuais dos dois lados do Atlântico no sentido de estreitar relações entre as jovens nações e a antiga metrópole", salienta Beired. (2010, p.48). Para Hall (2002, p.49) as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, são formadas e transformadas no interior de um conjunto de representações, ou seja, estão em constante mutação por uma série de fatores, mergulhados em relações de poder.

A nação não é só uma entidade política, mas algo que produz sentidos - um sistema de representação cultural. As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. E cada indivíduo, para se sentir integrante dessas comunidades nacionais, necessita de "referências, de representações sociais do tempo, testemunhos, discurso coletivo que lhe dê *sustentação*, memórias e experiências de outros, influência social, narrações, símbolos compreensíveis e códigos de percepção comum para poder se guiar no tempo e no espaço." (TEDESCO, 2011, p.106). Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos, que organiza nossas ações e concepções de nós mesmos e da coletividade a que pertencemos, mas essas culturas, ou identidades, não podem ser entendidas como uma simples ponte de união e lealdade que perpassa todos os membros da comunidade, independente "da classe, gênero ou raça", pois elas também constituem "uma estrutura de poder cultural." (HALL, 2002, p.59).

A maioria das nações modernas, incluindo aquelas que resultaram dos movimentos de independência na América Latina, foram unificadas por pequenos grupos que se afirmaram no poder a partir da violência, física e simbólica. Cabe agora esclarecer o papel dos monumentos nesse processo.

Os monumentos: entre o imaginário e a memória

A afirmação de uma identidade nacional implica "uma série de práticas administrativas e de procedimentos legislativos relativos à identificação" acompanhadas por uma "produção de um conjunto de representações e de discursos públicos sobre nação e pátria." (DETIENNE, 2013, p.33) Nesse processo são estabelecidas normas legais para identificar os cidadãos, ligados pelo pertencimento a mesma comunidade. Desta forma, os elos de união são tecidos pelo estabelecimento de um mesmo patrimônio cultural tais como língua, história, memória e a construção de um imaginário da nação. Os monumentos aos heróis do passado e, no caso da América Latina, da libertação, da independência ou de guerras enfrentadas pelos respectivos países são, ao mesmo tempo, resultado e instrumentos de manutenção desse imaginário. Como lembra Carvalho (1990, p.10), a elaboração de um imaginário é fundamental para legitimar um regime político, e é nesse nível que se modelam os medos, aspirações e objetivos de uma coletividade, que se organiza e se encadeia o passado, o presente e o futuro.

O advento do estado-nação necessitou de emblemas e de símbolos como bandeiras, condecorações, hinos, uniformes, monumentos, etc. Como nos mostra Baczkó (1991, p.15): "los movimientos políticos y sociales que acompañan a este nuevo espacio político necesitan de igual manera sus emblemas para representarse, visualizar su propia identidad, proyectarse tanto hacia el pasado como hacia el futuro." Muitas dessas representações são construídas com o intuito de projetar, até materializar uma identidade nacional, porém, embora com amplo alcance (hinos, bandeira), possuem uma compreensão restrita ao grupo de eruditos, políticos, intelectuais, que entendem as particularidades de sua elaboração. A arquitetura e os monumentos também possuem essa singularidade, com estilos e linguagens artísticas que apenas determinados grupos alcançam,

porém, estando encravados nos centros urbanos, não é possível evitar sua presença no cotidiano das urbes em que foram erigidos. Segundo o autor:

Todo poder busca monopolizar ciertos emblemas y controlar, cuando no dirigir, la costumbre de otros. De este modo, el ejercicio del poder, en especial del poder político, pasa por el imaginario colectivo. Ejercerun poder simbólico no significa agregar lo ilusorio a un poderío "real", sino multiplicar e reforzar una dominación efectiva por la apropiación de símbolos, por la conjugación de las relaciones de sentido y de poderío. (BACKZO, 1991, p.16).

A construção de monumentos no espaço público é um monopólio daqueles que detêm o poder, reforça a dominação de determinados grupos e contribui para legitimar regimes políticos. Montaner e Muxí (2014) indicam que na relação entre arquitetura e poder, uma grande transformação ocorreu entre os séculos XVIII e XIX com a criação de novas instituições para consolidação política dos emergentes estados-nação (na Europa e na América), "esse processo concretizou-se em edifícios de transmissão da cultura e de ensino dos novos Estados" (MONTANER; MUXÍ, 2014, p.27), tais como museus, bibliotecas, colégios e inclusive os monumentos.

Essa alteração na relação entre poder político reside na proximidade, pois esses edifícios não estavam mais localizados em castelos afastados, cercados por muralhas, mas foram erigidos nas entranhas das cidades, juntamente com edifícios administrativos. O poder estava presente, e a construção de estátuas, esculturas e outros símbolos assinalava seu domínio e presença no novo regime.

Os monumentos que nos são legados, erigidos pelos grupos que estiveram no poder, não chegam até nós por uma simples sobrevivência, constituem "uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do

tempo que passa, os historiadores." (LE GOFF, 2003, p.525). A preservação dos monumentos depende das escolhas efetuadas pelas lideranças políticas e da ação de estudiosos (não apenas historiadores nesse caso, mas arquitetos, urbanistas, museólogos, entre outros). São opções realizadas que estabelecem diretrizes para uma interferência no espaço urbano que, muitas vezes, é pouco democrática, pois além de já nascermos em um ambiente arquitetônico e urbano estabelecido, não são todos os grupos sociais que participaram (ou participam) da seleção do que deve ou não ser construído e monumentalizado nas cidades.

Le Goff (2003, p.526) compreende o monumento como um "sinal do passado", dividido entre obras comemorativas de arquitetura, ou funerárias, destinadas a perpetuar a recordação de uma pessoa. Choay (2006, p.18) lembra que o sentido original do termo "é do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* ('advertir', 'lembrar'), aquilo que traz à lembrança alguma coisa." Esse sentido original busca afetar por meio da emoção, apelando para uma "memória viva", para rememorar acontecimentos, crenças e heróis. O passado que ele objetiva trazer ao presente só pode aparecer se uma conexão emocional é estabelecida. Se tal conexão ocorre, o monumento pode cumprir seu papel na manutenção da identidade de uma comunidade.

Dessa forma, os monumentos adentram a dimensão da "memória coletiva". A reconstrução de uma imagem de um acontecimento passado ou de uma personalidade necessita de noções difundidas nos grupos dos quais fazemos parte durante nossa vida: "é preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros." (HALBWACHS, 2006, p.39) Halbwachs salienta que a "memória da nação" é um conjunto de acontecimentos, personalidades e lugares que não conhecemos pessoalmente, mas por intermédio de outros meios, como livros, filmes e os monumentos. Esses elementos auxiliam os indivíduos em sua filiação a um passado coletivo, acessado por meio de uma

"bagagem de lembranças históricas", uma "memória tomada de empréstimo." (HALBWACHS, 2006, p.72).

"A história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas." (HALBWACHS, 2006, p.74). Essa afirmação de Halbwachs assinala uma distinção entre a "história vivida" (a memória coletiva) e a "história apreendida" (o conhecimento sobre o passado produzido por historiadores). Essa concepção embasou o conceito "lugares de memória" desenvolvido por Pierre Nora. O autor afirma que se criam arquivos, museus, monumentos, entre outros, porque não existem mais "meios" de memória, porque a memória viva se esvaiu com a aceleração imposta pelo progresso que invadiu o mundo a partir do século XX. (NORA, 1993, p.7).

Na América Latina vemos a criação de monumentos aos heróis das independências, aos próceres das novas nações americanas que emergiam, justamente porque a história do século XX é derivada de uma minoria, uma elite intelectual, política e econômica. As independências, como já exposto, não envolveram a maioria dos grupos sociais dos respectivos países, o que impossibilita uma identificação "natural" (seguindo o argumento de Halbwachs e Nora) da maioria dessas populações com esses heróis. Por isso a necessidade de marcar sua presença no espaço público, criar locais específicos para lembrança desses personagens e legitimar sua presença no imaginário das independências.

Monumento Editado: quando a arte problematiza a história.

Argan escreve: "monumento é o edifício expressivo e representativo de valores históricos e ideológicos de alto valor moral para a comunidade – em outras palavras, é o edifício que pode adquirir valor de símbolo." (ARGAN, 1999, p.64).

Como obras que foram edificadas para criar memórias nacionais e patrióticas no intuito de unificar identidades, sempre a partir de ícones políticos e intelectuais, os monumentos históricos

elaborados nos países latino-americanos não se identificam, majoritariamente, às múltiplas e híbridas identidades das comunidades que habitaram e habitam esse território. No intuito de monumentalizar as elites, esses edifícios, encomendados ou selecionados em concursos principalmente entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, foram adquirindo distintos valores, sejam simbólicos e/ou políticos, ao passar do tempo. Contudo, em contrapartida ao sentido de monumento que Argan (1999) nos oferece, o “alto valor moral” não se encontrou, em nenhum momento do processo, nas comunidades, mas sim, nos governos e elites intelectuais que, de acordo com um paradigma de urbanização europeu, construíram as bases das principais cidades da América Latina.

A obra fotográfica *Monumento Editado*, do artista chileno Andrés Durán⁴, é composta por uma série fotográfica manipulada digitalmente e uma vídeo instalação. Em suma, essas imagens questionam o papel dos monumentos históricos e comemorativos que ressaltam um imaginário simbólico ligado à pátria e à nação. O problema colocado por Durán vem ao encontro de múltiplas discussões realizadas por arquitetos, urbanistas, geógrafos, antropólogos, historiadores e ativistas sobre os espaços públicos das cidades e os significados e apropriações dos monumentos na atualidade. Os espaços urbanos, em uma sociedade baseada nas redes de informação, se complexificam a cada dia. Tanto no sentido de comunicação, quanto no sentido de deslocamento, as relações estabelecidas pelas pessoas com os ambientes urbanos se transformam e, nesse sentido, os monumentos comemorativos, criados no fim do século XIX, veem se tornando espaços vazios de significado nas agitadas metrópoles.

Durán, em sua obra, coloca ao observador muitas questões: qual o caráter, humano e de poder, das independências nos países latino-americanos? Quem são esses próceres e esses heróis

⁴Andrés Alejandro Durán Dávila é artista visual, nascido em Santiago do Chile em 1974.

edificados em ferro e bronze nos espaços públicos? Para quem essas figuras estão dirigidas? Para quem elas olham há mais de um século? Que cidade é (re) construída em desalinho à essas personalidades? Afinal, o que são – ou não são – esses monumentos hoje?

Propondo a retomada da discussão sobre a hegemonia intelectual, política e estética europeia que marca os movimentos de independência dos países latino-americanos, Durán lança o debate sobre a construção de monumentos que afirmariam o imaginário dessas repúblicas, estabelecendo elos entre um passado que não deveria ser esquecido e o futuro. Nessa perspectiva, o artista utiliza ferramentas virtuais para propor a falência atual desses outrora “lugares de memória”.

Figura 1 Andrés Durán, Ecuestre, da série Monumento Editado, 2016. Impressão digital, injeção de tintas pigmentadas sobre papel algodão de 310 gms. 120 x 80 cm.



Fonte: YÁÑEZ PAVEZ, Camilo. Artes de la visualidad: AR/BUE. Buenos Aires: La Luminosa, 2016.

O projeto, primeiramente realizado na capital chilena, ganha ampliação nos anos seguinte: “La idea de expandir el proyecto tiene relación con los procesos de independencia en gran parte de Latinoamérica, que se llevó a cabo en un mismo periodo histórico”⁵, comenta o artista. A exposição apresentada na Fototeca Latinoamericana (FoLa), em Buenos Aires, no ano de 2016, foi resultado do alargamento da pesquisa no Chile, Peru, Bolívia e Argentina. Composta por 28 imagens agrupadas em duas séries: Serie Ecuestre e Serie Prócer de pie, as imagens “sitúan al espectador en un escenario conocido pero al mismo tiempo alterado.” (DURÁN, 2016).

Desarticulando digitalmente os espaços fotografados, *Monumento Editado* cria uma atmosfera de estranhamento no espectador. Esse estranhamento se situa justamente na interlocução fictícia dos espaços arquitetônicos. Como forma de provocação e criação simbólica atualizada, Durán interage com a simbologia construída pelas esferas de poder do passado na América Latina, concebendo assim, uma nova forma virtual aos monumentos: a edição que o artista realiza coloca em jogo as relações estruturais que conectam transeuntes e espaço urbano.

Como bem observado por Koolhaas (2010), o passado materializado na arquitetura e nos monumentos está se tornando obsoleto, pois a urbanização das grandes cidades caminha para a afirmação de uma cidade genérica, onde referenciais identitários particulares da história local, ou mesmo nacional, perdem espaço para ondas de modernização. Corroborando com Koolhaas, Montaner e Muxí (2014, p.168) afirmam que “os grandes operadores financeiros e imobiliários exigem terrenos em ótimo estado - limpos de habitantes e livres de qualquer construção - para poder implantar uma cidade genérica e homogênea.”

⁵Andrés Durán em entrevista a Camilo Yáñez Pavez. (YÁÑEZ PAVEZ 2016, p.20).

Assim, Andrés Durán, ao "editar" os monumentos, sugere a existência de uma falta de identificação dos habitantes das urbes com os próceres sacralizados nas ruas, largos e praças públicas. Além do questionamento e da desconstrução do poder da identidade nacional que podem ser identificadas nas obra de Duran, o ritmo das transformações urbanas que ocorreram ao longo do século XX (intensa verticalização, especulação imobiliária, problemas de trânsito, crescimento das periferias, favelização, entre outros) afasta a população desses monumentos, pois eles não passam de mais um elemento cinza, comum e ordinário na paisagem da urbe, tal como os caixotes e blocos que os cobrem nas "edições" do fotógrafo.

Figura 2 Andrés Durán, Prócer de pie, da série Monumento editado, 2016. Impressão digital, injeção de tintas pigmentadas sobre papel algodão de 310 gms. 60 x 40 cm.



Fonte: YÁÑEZ PAVEZ, Camilo. Artes de la visualidad: AR/BUE. Buenos Aires: La Luminosa, 2016.

A criação artística em fotografia tende a ocorrer antes do ato fotográfico em si, onde os eventos são direcionados “especialmente para a câmera”. Como salienta Cotton (2013, p.21): “Esta abordagem significa que o ato de criação artística começa muito tempo antes de a câmera ser efetivamente fixada na posição adequada e de a imagem ser registrada, uma vez que se inicia com o planejamento da ideia criativa.”

Uma das características chave para a compreensão de obras fotográficas criadas na contemporaneidade é justamente a interlocução que os projetos criam com os espaços urbanos. Não mais destinadas a fruição individual de caráter emocional, séries de imagens veem sendo criadas para interrogar os sentidos de história estabelecidos a partir das conformações urbanas. Enquanto os monumentos históricos se voltavam para a rememoração dos “mortos” ou para as comemorações cívicas, as intervenções urbanas na atualidade tendem a preferir aspectos concernentes à problematização do que já foi construindo em detrimento das atualizações humanas desses mesmos espaços e construções.

Em um momento histórico em que figuras oficiais do poder estão cada vez mais distantes do cotidiano das cidades, é compreensível a articulação de artistas que questionam o passado perpetuado por esses monumentos que não correspondem com as identidades heterogêneas e cada vez mais sem fronteiras cultivadas nos ambientes urbanos atuais. Os ideais de nação antes compreendidos não são mais os mesmos. Em última análise, o que está em pauta é justamente a desconstrução desses ideais de nação criados em fins do século XIX.

Durán, ao mascarar esses monumentos, os encerrando em suas próprias formas, supõe suas invisibilidades, denotando que cotidianamente as pessoas não mais dirigem seus olhares a esses objetos e, se ainda os dirigem, a questão que paira é a de quem são

essas pessoas. Quais relações ainda podemos estabelecer com essas figuras hoje?

Encaixotando os monumentos em seus próprios pedestais e apagando nomes, títulos e quaisquer inscrições, Durán desestabiliza os sentidos hierárquicos que os monumentos possuem. Em sua maioria, os monumentos se encontram acima do nível dos olhos, miniaturizando quem os enxerga. No sentido oposto, Durán cega essas figuras em relação a quem passa por elas, não mais as dando poder de observação e contemplação da urbe. Ao enfatizar as formas e gestos que se repetem nos monumentos: posição dos pés, braços, patas dos cavalos, as imagens homogeneízam, de certa forma, a simbologia de poder do período em que foram construídos. Ao realizar essa equalização do gesto, na forma repetitiva da série fotográfica, Durán coloca em anonimato esses próceres, incitando assim, sua natureza humana e profana, agora não mais idealizada ou ritualizada.

Considerações finais

É possível afirmar que essa série de Duran "se trata de una mirada irónica sobre los relatos de poder instalados con el surgimiento de las repúblicas en distintos países latinoamericanos, que se traducen en estatuas y monumentos emplazados en el centro de las capitales." (YÁÑEZ PAVEZ, 2016, p.20). Autores anteriormente mencionados (Ferro, Donghi, Pomer, Anderson, Hobsbawm) demonstram que as independências foram promovidas por uma minoria, elites políticas e econômicas que defendiam interesses comuns, não foram processos democráticos que incluíram a maioria da população, pelo contrário. Além de uma desconstrução do poder, suas fotografias também questionam a efetividade desses lugares de memória no espaço urbano das grandes capitais.

Berman (1986, p.98) adverte que todos os "monumentos burgueses" carecem de "solidez", pois acabam tombando frente ao

desenvolvimento do capitalismo. O primeiro passo para derrubada de um monumento ou edificação é a falta de reconhecimento e identificação da sociedade para com esse bem cultural. Especialmente se levarmos em conta o processo de urbanização que se desenrolou nas grandes metrópoles latino americanas nas últimas décadas, marcada pelo crescimento de grupos que vivem na "informalidade", que não estão integrados na "ordem histórica"⁶ e hegemônica dos respectivos países, ocupam outros espaços, vivem uma realidade social e cultural distante daquela que marca a vida nos centros e bairros nobres. Se não são tecidos laços de afetividade para fundamentar a memória, tais monumentos perdem o propósito, e desaparecem antes mesmo de ruir fisicamente, e talvez seja essa a maior ironia apresentada por Duran em *Monumentos Editados*.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARGAN, Giulio Carlo. *Clássico Anticlássico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales* memorias y esperanzas colectivas. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BEIRED, José Luis Bendicho. Intelectuais, hispanismo e a reformulação da identidade nacional Argentina. In: BEIRED, José Luís Bendicho; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. (orgs.). *Política e identidade cultural na América Latina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁶ Por informalidade podemos entender setores diferenciados, que sobrevivem nas grandes urbes, desde pequenas empresas ao comércio caseiro ilegal, vendedores ambulantes, crianças e adolescentes que trabalham nas ruas, catadores de papel, músicos de rua, entre outros grupos e atores sociais. (CANCLINI, 2005, p.189).

- CANCLINI, Néstor Garcia. O papel da cultura em cidades poucos sustentáveis. In: SERRA, Monica Allende. (org.). *Diversidade cultural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CATROGA, Fernando. *Pátria e Nação*. In: *VII Jornada Setecentista, CEDOPE*. Curitiba, 2007.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- COTTON, Charlotte. *A fotografia como arte contemporânea*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- DETIENNE, Marcel. *A identidade nacional, um enigma*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.
- DURÁN, Andrés. *Monumento Editado*. Fotografia e vídeo instalação. Exposição Individual na Galeria Gabriela Mistral, Santiago do Chile, 2014.
- DURÁN, Andrés. Texto de apresentação da exposição *Monumento Editado: Chile-Perú-Bolívia-Argentina* na Fototeca Latinoamericana - FOLA. Buenos Aires, 2016.
- FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HERSKOVITS, Anico. *Cidade imaginária*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2014.

- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOOLHAAS, Rem. *Três textos sobre a cidade*. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.
- NORA, Pierre. Entre memória e história A problemática dos lugares. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n.10, 1993.
- POMER, Leon. *As independências na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1999
- PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.
- REGUILLO, Rossana. *Utopias e heterotopias urbanas a disputa pela cidade possível*. In: SERRA, Monica Allende. (org.). *Diversidade cultural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- TEDESCO, João Carlos. *Tempos que vão e tempos que voltam...* In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). *Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS)*. Passo Fundo: Méritos, 2011.
- YÁÑEZ PAVEZ, Camilo. *Artes de la visualidad: AR/BUE*. Buenos Aires: La Luminosa, 2016

Patrimônio imaterial e memória

Patrimônio cultural imaterial em lugar patrimonial consagrado: o registro da *Tava* em São Miguel das Missões

Darlan de Mamann Marchi¹

Considerações Iniciais

As políticas de preservação de São Miguel das Missões iniciaram ainda na década de 1920, quando, em 1922, a Diretoria e Terras e Colonização do governo do estado do Rio Grande do Sul, em seu regulamento criou um capítulo para a proteção de Lugares Históricos que serviu exclusivamente para a proteção das ruínas de São Miguel. Desse episódio derivou a primeira intervenção realizada nas ruínas, com financiamento do governo gaúcho e que se estendeu entre os anos de 1925-1927 (STELLO, 2005). Apesar de pouco divulgada, a ativação de São Miguel ocorreu em nível regional, não ainda sob os princípios reconhecidos de uma atividade patrimonial internacional que viria a estabelecer seus princípios com a Carta de Atenas de 1931, e em nível nacional, de maneira mais objetiva, entre 1936-1937 quando da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O primeiro patrimônio cultural brasileiro tombado no Rio grande do Sul foram as ruínas jesuíticas de São Miguel das

¹ Graduação em História na URI, Mestre e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural-UFPel. E-mail: darlanmarchi@gmail.com

Missões, em 1938. Após a visita técnica de Lúcio Costa, em 1937, a localidade passou por uma série de intervenções que reabilitaram as ruínas da igreja e, juntamente com a construção do Museu das Missões, inaugurado em 1940, compuseram o espaço do sítio histórico e arqueológico². Essa intervenção demarcava, no regime do Estado Novo, os desdobramentos dos valores culturais que foram estipulados pela elite intelectual e política para a constituição da Nação brasileira. No caso das Missões reverberam alguns destes preceitos estabelecidos: o passado colonial, o encontro da cultura nativa com a cristã, o barroco missioneiro, os fatos históricos que definem a fronteira, o papel dos jesuítas para a arquitetura e as artes do país³.

As ruínas de São Miguel foram inscritas na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 1983. A imponente fachada do templo de São Miguel foi considerado o melhor exemplar preservado de uma igreja do período, entre as trinta reduções que existiram na Província Jesuítica do Paraguai, no território entre os rios Paraguai e Uruguai, hoje territórios da Argentina, do Brasil e do Paraguai. No ano de 1984, a Argentina apresentou a candidatura das reduções de San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa Maria Mayor, que, através de indicações do ICOMOS e do Comitê da UNESCO, foi agregada à candidatura de São Miguel das Missões⁴. A junção das duas candidaturas tornou as “Missões Jesuíticas dos Guarani” no primeiro bem

² Cf. COSTA, Lúcio; PESSÓA, José. *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, Ministério da Cultura, 1999.

³ A abordagem de Costa sobre os bens móveis e imóveis realizados pelos religiosos da Companhia de Jesus, “uma ordem nova e “diferente”, livre de compromissos com as tradições monásticas medievais” (COSTA, 1941. p. 128), reconhecia que os religiosos “atuaram em numerosos casos como autênticos renovadores, apoiando e adotando as concepções artísticas mais modernas e ‘avançadas’” (COSTA, p. 143). Costa produzia uma reinterpretação dos estilos artísticos dos jesuítas, enquanto “os modernos de sua época”, utilizando-os como uma alegoria para a nova ordem artística dos modernistas do século XX.

⁴ Cf. Seção de documentos. In: UNESCO. *Missions jésuites des Guaranis: San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto et Santa Maria Mayor (Argentine), ruines de Sao Miguel das Missoes (Brésil)* Disponível em: < <http://whc.unesco.org/fr/list/275/> > Acesso 24 de out. 2017.

transnacional inscrito na lista do Patrimônio Mundial (WILLIAMS, 2012, p.298).

Todavia, todas essas fases não serão abordadas em seus pormenores nesta comunicação. Destaca-se, entretanto, que as primeiras políticas de preservação em São Miguel são essenciais para a compreensão das relações simbólicas e sociais estabelecidas com o lugar em diferentes níveis da vida pública e também nas relações comunitárias na localidade. Quase um século de intervenções sobre as ruínas do templo foram somando camadas de significados, interpretações, narrativas e discursos que falam também das relações sociais que formaram as comunidades da região das Missões.

Na pesquisa de doutorado que venho desenvolvendo, tenho buscado analisar, no quadro dos períodos patrimoniais – regional, nacional e mundial –, os contextos sociais e culturais que levaram ao reconhecimento oficial de São Miguel, os sujeitos envolvidos, os interesses em jogo, os valores destacados e seus usos sociais e políticos. Portanto, têm sido caros ao trabalho conceitos como os de “ativação patrimonial” e de “processos de patrimonialização”, teorizados por pesquisadores como Lorenç Prats (1998) e Jean Davallon (2012) e amplamente reconhecidos e discutidos nos trabalhos de outros autores que trabalham com o patrimônio cultural. Portanto, busco, com isso, refletir sobre o processo, entendendo o patrimônio como instrumento político no qual estão englobadas questões sociais locais e mundiais, observando, sobretudo, o papel da institucionalização, das práticas e do trabalho dos profissionais do campo patrimonial. Com base nesses preceitos, é que trago para o debate o caso do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) em São Miguel das Missões.

Contexto do PCI

A Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) da UNESCO foi reflexo dos

desdobramentos da ampliação da compreensão sobre o patrimônio cultural frente ao estímulo provocado por outras formas, não-ocidentais e descolonizadas, de valorização e apropriação de bens culturais. A Convenção de 2003 é resultado de um processo que levou à inserção de uma interpretação antropológica da cultura, menos focada na monumentalidade, e que pode ser observada em ações anteriores no âmbito da UNESCO como a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore (1989), a implementação do programa Tesouros Humanos vivos (1993), a *Proclamação das Obras-Primas* do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade (1998), a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2002).

Hafstein (2009) aborda os bastidores das reuniões do Comitê internacional da UNESCO, quando dos debates para a construção da Convenção de 2003, e demonstra uma série de debates políticos suscitados pelos representantes de diversos países, sobretudo as questões relativas às diferenças culturais oriente/ocidente e às contradições entre o salvaguardar manifestações culturais em risco e também corresponder aos anseios dos países em utilizá-las como produtos para o mercado do turismo. Destaca Hafstein (2009, p.108), de maneira crítica, que a lista da UNESCO para o PCI passou a servir ao mesmo tempo como uma lista para as manifestações em perigo e também como um selo de comemoração, onde alguns elementos são inseridos e outros não, o que ele denomina de “um mecanismo de seleção e exibição”. Regina Bendix (2015) destaca que os valores determinados a certos bens culturais perpassam por julgamentos sociais, estéticos e morais são reflexos de contextos sociais e ideologias, e que isso interfere nas escolhas feitas por aqueles que patrocinam a proteção. Tais questões não escapam também ao patrimônio imaterial, o qual também precisa ser compreendido como um campo no qual atuam especialistas que identificam, e que, ao contextualizar e documentar um ofício ou prática, ativam um novo discurso político, no qual também atuam questões de

ordem estética (BENDIX, 2015, p. 230). Assim, o patrimônio como espaço de disputa entre valores locais, nacionais e globais é produto de contextos e atores que se encarregam de promover a valorização.

O patrimônio cultural imaterial também deve ser visto como um produto cultural contemporâneo (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1998), sob o qual atuam, assim como no patrimônio de pedra e cal, questões políticas, econômicas e sociais de uma época. Nesse sentido é que Bárbara Kirshnenblatt-Gimblett (1998, p.150) avalia o patrimônio em seu papel de recurso, chegando a denominar “*heritage industry*” os usos feitos dos elementos culturais contemporâneos ao afirmar que o status de patrimônio confere ao elemento reconhecido uma segunda vida, uma vez que é agregado a ele um outro sentido, diferente daquele de uso para o qual foi produzido, difundindo outra retórica para os lugares e consequentemente criando um fluxo gerador de dividendos econômicos.

No âmbito da segunda vida, atuam a turistificação e os consequentes impactos na economia dos estados, somados a musealização, a estetização e a espetacularização das práticas culturais. Tais fatores são problemas que permeiam os temas do patrimônio imaterial, uma vez que interferem e modificam as dinâmicas culturais dos grupos. Porém, essas forças não atuam na mesma intensidade em todos os lugares do globo e em todos os casos de patrimonialização. As determinações referentes ao reconhecimento em nível internacional, como no caso da UNESCO, não podem servir de parâmetro, pois podem deixar escapar experiências patrimoniais interessantes sobre as políticas de salvaguarda localizadas.

As políticas oficiais de patrimônio no Brasil seguiram durante muitas décadas com sua atenção voltada ao patrimônio material, com a relevância às ações de renomados arquitetos no corpo técnico do SPHAN. As questões referentes às manifestações da cultura popular brasileira eram tratadas no âmbito do folclore.

Durante a segunda metade da década de 1970, com Aloísio de Magalhães a frente do SPHAN, ocorre a implementação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), um centro para a documentação da cultura brasileira, com viés metodológico etnográfico, mas que, no contexto do regime militar, visava a “equacionar a velha questão da identidade nacional, vinculando a questão cultural à questão do desenvolvimento” (FONSECA, 2005, p. 144). Para Maria Cecília L. Fonseca, foi o “potencial criativo dos bens culturais” na busca idealizada de um “desenvolvimento harmonioso” que norteou o trabalho de Aloísio de Magalhães no CNRC, o que não o poupou das críticas do meio acadêmico devido as suas ambiguidades teóricas e também pelo espaço que ocupava no governo (Ibid., p. 163-164).

A consolidação da concepção ampliada de cultura, que culminaria mais tarde nas políticas nacionais para o patrimônio cultural imaterial (PCI), se deu efetivamente através da Constituição brasileira de 1988, que instituiu em seu artigo 216⁵ “as formas de expressão” e “os modos de criar, fazer e viver” como elementos constituidores do patrimônio cultural brasileiro. A Carta Magna estabeleceu os marcos conceituais para a definição do que viria a compor o patrimônio nacional. Somente no raiar do século XXI, através do decreto lei nº 3551/2000, quando foi instituído o Plano Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), é que foram implementados os instrumentos que levaram à criação de uma política pública para a salvaguarda. Institui-se assim uma metodologia, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que, como se pode observar, seguiu utilizando o conceito base de “referência cultural” implementado por Aloísio de Magalhães, ao qual veio a se somar o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. O registro configura-se num instrumento de proteção do patrimônio cultural imaterial brasileiro, através do

⁵ BRASIL (2015), Governo Federal. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em 15 de janeiro de 2016.

qual, após o inventário, o bem cultural pode vir a ser inscrito em um dos Livros de Registro existentes. Diferentemente de outros países, o registro, no caso brasileiro, possui o caráter de tutela jurídica (BRASIL, 2010, p.22-24). Foram criados quatro livros para o Registro dos bens culturais: Livro dos Saberes, Livro de Celebrações, Livro das Formas de Expressão e Livro dos Lugares.

Assim, quando, em 2003, foi instituída a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, o Brasil já possuía uma política interna nesse sentido, que acaba sendo ampliada e legitimada quando em 2006⁶ o país passa a ser signatário da Convenção.

O inventário da *Tava* em São Miguel das Missões

Em paralelo a esse processo, no ano de 2004, foi iniciado o desenvolvimento de políticas para o patrimônio imaterial em São Miguel das Missões junto à comunidade indígena *Mbyá Guarani* que vive na localidade. O registro da “*Tava lugar de referência para os Guarani*” promoveu o reconhecimento do sítio histórico de São Miguel Arcanjo como patrimônio imaterial brasileiro, inscrito no Livro dos Lugares. Os remanescentes do sítio de São Miguel passaram a ser oficialmente reconhecidos também como *Tava*, conceito Guarani que se refere as “(...) marcas que os *Mbyá* enxergam e que estão expressas na própria definição semântica de *tava*, palavra formada pela junção de *ita* (pedra) e *ava* (gente, humanidade), traduz a ideia da ação humana sobre as pedras”. (BRASIL, 2014, p.38).

⁶ Atualmente o Brasil possui seis bens culturais inscritos na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO e 41 bens Registrados como Patrimônios Imateriais Brasileiros divididos nos seguintes Livros: 10 Celebrações, 16 Formas de expressão, 11 Saberes e 4 Lugares. Fonte: Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Bens culturais registrados. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Registrados_por_estado_2017.pdf> Acesso: 14/10/2017.

Nos anos 1990, famílias de *Mbyá-Guarani*, que historicamente sempre estiveram de passagem pela região, passaram a residir em São Miguel, no entorno do lugar já reconhecido como patrimônio mundial. O patrimônio cultural aberto ao turismo, permitiu que os Guarani, com a anuência da direção do Museu das Missões, pudessem vender seus artesanatos no interior do sítio, junto ao alpendre do Museu. As famílias instalaram-se primeiramente junto a área tombada do Parque da Fonte Missioneira, a cerca de 1500 metros do sítio histórico de São Miguel Arcanjo, no perímetro da zona urbana da cidade, e outras famílias de *M'byá* começaram a migrar para a localidade. Todo esse processo foi desenvolvendo um quadro favorável para a subsistência dos *Mbyá*, para a construção de uma casa de reza (*Opy*) e para o estabelecimento de uma aldeia.

No ano 2000, foi criada a então reserva indígena Inhacapetum, às margens do rio de mesmo nome, localizada a 28 Km da área urbana de São Miguel das Missões, através do decreto estadual nº 40.483 de 29 de novembro. A aquisição de 236 hectares de terra, para a criação da *Tekoa Koenju* (Aldeia Alvorecer), se deu através do governo do estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão do governador Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores. O IPHAN também criou, posteriormente, uma casa de passagem nos fundos do sítio arqueológico, onde os Guarani, que saem da aldeia para vender artesanato, se reúnem para as refeições e pernoitam.

Olívio Dutra é natural de Bossoroca, cidade que era então distrito de São Luiz Gonzaga, e possui um grande apreço pela história das missões e pelos Guarani⁷. Quando indagado sobre o processo da concessão de terras para a formação da aldeia e de sua relação com o Guarani de São Miguel, Olívio explica retomando suas memórias pessoais na região:

⁷ Pommer (2008, p.218) destaca através de depoimentos do ex-governador a sua identificação com o passado das missões jesuítico-guarani e a maneira discursiva sobre como os usos daquele passado influenciam na forma como o político elabora suas ideias e se mostra no ambiente público.

[...] **meu conhecimento e contato com as comunidades indígenas vêm desde minha infância e adolescência na região das missões**, especialmente entre São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo. Um irmão de meu pai e meu padrinho era posteiro de uma fazenda e, nas vezes que meu pai me mandava visitá-lo numa beirada de estrada, do outro lado, num capão de mato cerrado, moravam várias famílias de índios, mais pobres e desamparados do que meu tio e sua família, também sem-terra. Mais adiante, vim encontrar remanescentes daquelas famílias em outras margens de estradas pelo RS. Bem mais tarde, em campanhas, me reuni muitas vezes com lideranças indígenas. Quando no Governo, através do Orçamento Participativo, conseguimos encaminhar várias demandas e traçar políticas indigenistas⁸. (grifo do interlocutor)

Pode-se perceber que havia também um contexto político favorável em âmbito estadual, o qual assegurou a criação da aldeia em São Miguel, já que era uma demanda dos *M'byá* devido a sua ligação espiritual com o lugar. No texto do dossiê do registro percebe-se uma abordagem ampliada da defesa do modo de vida dos *Guarani-Mbyá*. Nele são trazidos aspectos da religiosidade, da organização social e política dos *Mbyá*, recolhidos através do INRC, buscando afirmar essa dimensão indissociável do “modo de ser” com o “lugar”, ou seja, do sítio onde estão as ruínas de São Miguel.

Segundo o texto do inventário, os *Mbyá* se veem como parte indissociável das ruínas, entendendo-as como uma “casa de pedra” construída pelos seus antepassados com o auxílio de *Nhande Ru* (a divindade maior). Segundo as narrativas recolhidas junto ao grupo, as ruínas contêm substratos corporais dos homens que as construíram, o que denota o protagonismo do trabalho desses antigos *Mbyá* que teriam se tornado encantados, alcançando “a imortalidade e ir a Terra sem Mal, morada dos imortais” (BRASIL, 2014, p.37). Segundo a cosmologia *Mbyá*, o processo para a

⁸Olvio Dutra. Entrevista concedida ao autor através de questionário enviado por correio eletrônico. 29 de novembro de 2017.

imortalidade, alcançada por esses antepassados, envolve ritos e técnicas corporais e

(...) estar na *Tava* evoca as narrativas sobre essas práticas e ritos que permitem a transfiguração da pessoa em ser imortal. Nesse sentido, trata-se de um local a partir do qual os *Mbyá* se inspiram para proferir belas e fortes palavras e conselhos para os mais jovens, a fim de relembrar e reforçar o bom modo de viver (Ibidem).

Uma *Tava* refere-se a indícios deixados pelos antepassados, sob os quais os *Mbyá* do presente levantam seus aldeamentos. Para os Guarani, esses lugares nem sempre estão associados a elementos visíveis, sendo, na maioria das vezes, apenas identificados pelos *Karáí*, líderes espirituais dos Guarani (BRASIL, 2014, p.29). A peculiaridade da *Tava* de São Miguel é a sua visibilidade a todos os indígenas e não-indígenas. Deste modo, o conceito não-indígena de monumentalidade acaba sendo incorporado pela cultura Guarani e ressignificado sob outro olhar. Consequentemente, a narrativa do Guarani quando reconhecida pelo Estado passa também a definir o monumento para a sociedade envolvente sob outras formas de interpretação, como é possível observar através da explicação oferecida no texto do dossiê:

(...) o fato dessa *Tava* ser visível a todos é explicado pelos *Mbyá* como sendo a vontade de *Nhande Ru*, que a fez para ficar nesta terra, ser perecível. Assim será possível contar a história dos *Mbyá* para indígenas e não-indígenas, para os parceiros dos *Mbyá* e seus inimigos, que pretendem pôr fim ao bom modo de ser *Mbyá*. De acordo com suas narrativas, caso o povo *Guarani* tenha fim ou deixe de viver o modo de ser *Mbyá*, o ser imortal *Tupã* destruirá o mundo novamente. Por conseguinte, diante dessa ameaça, os *Mbyá* devem alertar a todos sobre esse perigo, devem contar sua história e continuar vivendo o bom modo de ser *Mbyá*. A *Tava* em São Miguel Arcanjo, com visibilidade

impactante, foi feita assim por *Nhande Ru* para cumprir esse papel. (Ibid., p.33)

O lugar das reduções, ressignificados como *Tavas*, e dispostos no território transfronteiriço de Brasil, Paraguai e Argentina, referem-se a um processo de territorialização do período colonial. Segundo João Pacheco de Oliveira (2004, p. 22-24), as reduções do modelo espanhol e sua organização político-administrativa promoveram transformações sociais e culturais nos povos nativos. A *Tava* de São Miguel seria assim uma referência memorial dos indígenas, uma vez que o lugar passa a ser referência nos itinerários e fluxos de deslocamento daquela população, apesar de todos os acontecimentos que levaram ao fim das reduções jesuítico-guarani.

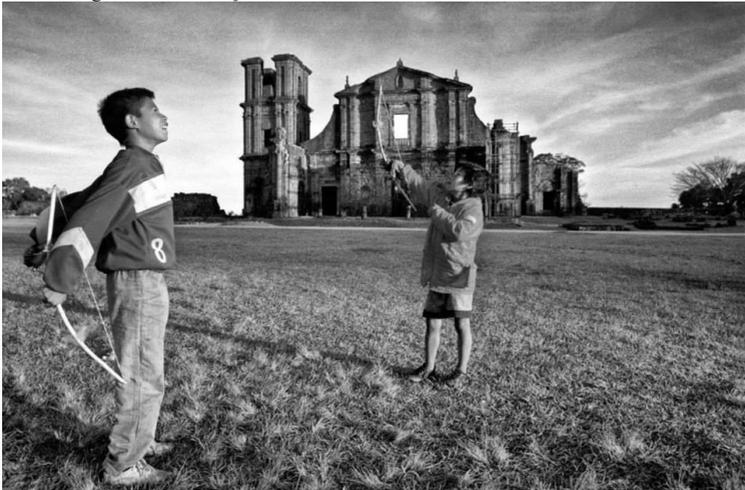
No dossiê de registro, também é ressaltada a forma como os *Mbyá* trouxeram para dentro de sua cosmologia os acontecimentos das Missões. Um exemplo disso é a figura mítica do *Kexuíta*, que demonstra a forma como foi ressignificada a figura dos religiosos da Companhia de Jesus. O *Kexuíta* passou a compor o panteão Guarani, uma vez que o jesuíta daqueles tempos é tratado como um *Mbyá* encantado que se tornou imortal. A partir do jesuíta é que as casas de pedra foram construídas; depois que cumpriu sua missão, o *Kexuíta* embarcou numa canoa e navegou, voltando para onde veio (BRASIL, 2014, p. 31).

De símbolo de pedra e cal a patrimônio imaterial

O olhar dos indígenas *Mbyá-Guarani* sobre o sítio de São Miguel Arcanjo e o passado das missões, silenciado e invisibilizado nas políticas patrimoniais do século XX, recai sobre as ruínas monumentais de São Miguel das Missões (Figura 1). O registro do sítio como “*Tava*, lugar de referência para o Povo Guarani”, transformou-se no primeiro patrimônio imaterial brasileiro no Rio Grande do Sul, recaindo novamente sobre o lugar que foi o

primeiro patrimônio cultural brasileiro no sul do Brasil. As ruínas de São Miguel converteram-se no único patrimônio brasileiro que, além de ser consagrado como monumento nacional e como patrimônio mundial, passou também ao domínio do imaterial, convertendo-se no bem cultural brasileiro sob o qual pairam a aplicação dos instrumentos de proteção e salvaguarda referentes às distintas dimensões do patrimônio.

Figura 1 - Crianças Guarani em Frente às Ruínas. Ano 2000.



Fonte: Fotógrafo - Tadeu Vilani.

O registro do sítio histórico e arqueológico no Livro dos Lugares contribuiu para deslocar a dimensão dos valores sobre um bem material consagrado por diversos processos de patrimonialização e com forte apelo identitário à população do estado brasileiro do Rio Grande do Sul. O reconhecimento desse significado sagrado para os indígenas, em um novo estágio de patrimonialização, acrescentou outros valores às ruínas-monumento.

Como se pode perceber, o significado dado pelos *Mbyá-Guarani* ao templo em ruínas denota outra concepção, que colide com alguns dos valores históricos e artísticos da obra

arquitetônica. As ruínas do templo da missão jesuítico-guarani não representam mais somente a materialização de uma experiência cristã, de um projeto colonizador e evangelizador dos povos nativos, mas um lugar onde os antepassados dos *Mbyá* puderam viver seu “modo de ser”. O antigo espaço de culto cristão foi reapropriado ao longo dos séculos pela cosmologia Guarani e passou a materializar explicações para os mitos e a forma de viver daqueles indígenas.

Estas formas de se reportar ao lugar envolvem a memória dos grupos sobre aquele território. As dimensões intangíveis sobre certos lugares e práticas culturais, quando obtêm o reconhecimento oficial dos Estados, conseqüentemente mobilizam questões identitárias e que passam também à ordem das reivindicações políticas, sejam simbólicas, sobre o reconhecimento de coletividades na história oficial, ou objetivas, com o reconhecimento do território ancestral e a ocupação do mesmo pelas populações nativas. Nesse sentido, os usos das políticas patrimoniais têm servido à afirmação de grupos sociais em países com uma expressiva diversidade étnica e regional e com desigualdades sociais significativas.

Não se pode olvidar que, na primeira década do século XXI, o Brasil viveu um momento político no qual estavam à frente gestores e intelectuais que tornaram os temas do patrimônio imaterial e da diversidade cultural como basilares na promoção de políticas públicas. Isto é, um período de confluência para a aplicação do ideário patrimonial que estava em debate no âmbito da UNESCO. Gilberto Gil, então ministro da cultura do Brasil, afirmava que as políticas culturais em sua gestão vinham “para fazer uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país”⁹. Ana G. Meira, arquiteta e superintendente

⁹BRASIL. IPHAN. Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRakoYtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883> Acesso em: 07/01/2016.

do IPHAN do Rio Grande do Sul naquele período, declarou que, ao assumir a gestão do órgão, tinha um compromisso com “questões relativas a indígenas, a negros, que nunca estiveram na pauta do patrimônio, nem da cultura, só como folclore”¹⁰. Sendo assim, o inventário da *Tava* representava a primeira iniciativa no sentido “marcar uma posição de que a questão do patrimônio cultural tem que atender a diversidade cultural brasileira”¹¹. Como se pode perceber, o reconhecimento do lugar como patrimônio imaterial é resultado de uma série de acontecimentos das últimas décadas, de constantes negociações e de circunstâncias, sociais e políticas, que propiciaram o desenvolvimento desta política pública.

Enquanto ferramenta de empoderamento de populações subalternizadas na busca por seus direitos, as políticas de salvaguardada têm sido tema de intenso debate. Peter Nas (2002) ainda antes da promulgação da Convenção de 2003 já externava as contradições sobre as quais se construíam as bases das políticas mundiais para a proteção das “Obras-primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade”, como a oposição das noções de “risco de desaparecimento” e de “excepcionalidade” de um bem cultural, mas observava que tais políticas apresentavam desafios de uma época de crise de identidades em um mundo que se equilibra entre o global e o local.

Wiktor Stoczkowski (2009), em uma crítica mais aguda, afirmou que estaríamos vivenciando uma terceira fase que demarca o pensamento sob o qual se guiam as ações da UNESCO, e na qual está imposta uma série de contradições em relação ao ideário inicial da constituição da organização. Segundo Stoczkowski (2009, p.11), a UNESCO se constituiu em axiologias ocidentais e as convenções para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial em 2003 e, sobretudo, a Convenção sobre a Proteção e

¹⁰ Ana G. Meira. Entrevista concedida a Darlan De Mamann Marchi. Porto Alegre - RS, 10 de junho de 2015.

¹¹ *Ibidem*.

Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em 2005, não respondem a contento sobre como lidar com temas como o equilíbrio entre ciência e tradição, entre direitos humanos e direitos culturais, sobre os critérios do que preservar e quem faz essa escolha, problemáticas que, segundo ele, colocaram a UNESCO a desenvolver uma prática utópica de proteção de elementos culturais na qual “todos os valores humanos genuínos serão combinados em um todo harmonioso”.

Os tensionamentos que perpassam as discussões em torno do PCI encontram-se também no que se refere à participação dos atores sociais que detêm o saber-fazer do bem cultural. Os termos “participação” e “comunidade”, citados na Convenção de 2003, não possuem uma definição objetiva no texto do tratado da UNESCO, deixando para cada Estado a função de aplicar suas práticas e interpretações, buscando a inserção dos atores sociais em todo o processo, não só na gestão, mas também na seleção dos elementos a serem patrimonializados (BORTOLOTTI, 2011). Mas, se antes era possível isolar um elemento do folclore, em museus e arquivos, para assegurar a sua proteção, o PCI acabou transformando essa lógica, pois agora o elemento cultural é selecionado pelo grupo, que passa a se mostrar a outros grupos a partir de sua prática cultural, por sua vez transformando-se em um dispositivo para o reconhecimento identitário e para a produção de uma memória coletiva (BORTOLOTTI, 2014, p.10).

A forma como foi conduzido o processo de construção do inventário e da política de salvaguarda talvez seja o aspecto distinto do processo do registro da *Tava* em São Miguel das Missões. Ao todo, entre o trabalho de inventário até o registro no Livro dos Lugares do Patrimônio Nacional da “*Tava*, lugar de referência para o Povo Guarani”, em 2014, decorreu uma década de trabalho. Esse tempo demarcou praticamente todo o período no qual o IPHAN passou a regulamentar e a aplicar uma política para o PCI no Brasil. Conforme Beatriz Muniz Freire, coordenadora técnica do inventário junto ao IPHAN do Rio Grande do Sul, esse tempo de

dez anos não é habitual para os inventários, mas, nesse caso, tal flexibilidade de tempo foi importante para

(...) ter acesso a outros trabalhos, de pessoas que não tinham nada a ver com o IPHAN (...) pessoas que também em seus trabalhos colheram depoimentos dos Guarani sobre os sentidos da *Tava* sem ter nenhuma relação com o IPHAN. Também para a gente ter o tempo de se apropriar disso e ter a segurança de fazer o que a gente estava fazendo. Porque a gente tinha muita dúvida. Nós do IPHAN, morríamos de medo (...). Vai que a gente registra de uma forma que depois o próprio Guarani vai olhar e dizer: “Vocês não entenderam nada, não é nada disso”. A gente também teve que aprender a trabalhar e internamente travar as batalhas de aplicar a própria política.

No primeiro inventário para a gente contratar um Guarani para junto da equipe, foi uma lenha isso. Nunca o IPHAN tinha contratado um indígena e pago um indígena. Cadê o currículo, cadê as três propostas, sabe? Tudo isso foi sendo contornado, até se conseguir que ele fizesse parte da equipe, fosse remunerado como pesquisador da equipe¹².

Ana Meira¹³ também reforça a importância do processo de trabalho ao narrar que os *Mbyá* envolvidos no trabalho precisaram compreender o que era o inventário, o processo de documentação e toda a política de patrimônio com a qual o Estado trabalhava. Foram necessárias várias reuniões com os representantes da aldeia, a instrumentalização dos jovens que trabalharam no inventário e também a realização de três encontros com lideranças Guarani de vários estados brasileiros, fatos que confirmaram a importância do lugar para os *Mbyá* de outras localidades.

¹² FREIRE, Beatriz Muniz. Declaração feita na mesa “Experiências de Inventários Nacionais de Referências Culturais – INRC e formação de pesquisadores indígenas”. In: Iphangovbr. Experiências de INRC e formação de pesquisadores indígenas. Youtube, 05 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mbo4XPu9_gs>. Acesso em 06 de outubro de 2017. 1:26:00 – 1:31:00.

¹³ Ana G. Meira. Idem.

O longo tempo de construção conjunta da política de salvaguarda, uma vez que não demandava questões urgentes da ordem de riscos, ou de pressões econômicas da indústria do turismo, por exemplo, possibilitou o efetivo envolvimento de alguns representantes da aldeia com o processo e o amadurecimento das proposições. Houve o envolvimento desses indígenas com a documentação do inventário e a instrumentalização tecnológica dos jovens para isso: “(...) eles foram capacitados pelo IPHAN, em duas ou três oficinas com o Vídeo nas Aldeias¹⁴ e hoje eles são cineastas internacionais. Então é uma coisa que foi crescendo, crescendo e passou a andar por seus próprios meios”¹⁵. O Coletivo Mbyá-Guarani de Cinema, representado, sobretudo, pelo então cacique Ariel Ortega, da aldeia Alvorecer de São Miguel das Missões, seguiu atuando na produção cinematográfica, o qual, além do documentário feito para o inventário, também produziu outros filmes “Duas aldeias, uma caminhada” (2010), “Bicicletas de Nhanderu” (2011) que tratam de questões do cotidiano na aldeia e no sítio de São Miguel, as suas formas de olhar para o passado missioneiro e as tensões entre seu modo de vida e o dos não-índios com suas estruturas nacionais e do aparato de Estado.

Conforme o dossiê do registro no site do IPHAN, os *Mbyá* viram no processo de patrimonialização a possibilidade de os não-índios compreenderem a importância da sua cultura e entenderem o porquê da sua presença naquele sítio histórico. Vê-se, assim, que há na negociação para a realização da política patrimonial imaterial

¹⁴ Projeto criado em 1986 pelo cineasta Vincent Carelli, se constituiu desde o ano 2000 em uma Organização não-governamental. Conforme informações do *website* do projeto, seu objetivo “apoiar as lutas dos povos indígenas para fortalecer as suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais, por meio de recursos audiovisuais e de uma produção compartilhada”. Ao todo, o projeto tem mais de 70 filmes produzidos. Na página do projeto na internet estão entre os apoiadores do projeto empresas públicas e privadas, a logomarca do governo federal e também a da UNESCO, onde se lê “com o apoio da Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais”. Vídeo nas Aldeias. **Realização.** Disponível em: <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/vna.php?p=2>> Acesso em: 19 de out. 2017.

¹⁵ MEIRA, Ana G. Idem.

uma intenção objetiva e de resistência dos próprios indígenas de buscarem valorização e com isso a permanência no território. Ainda é cedo para mensurar os reflexos do registro de São Miguel como patrimônio imaterial no gerenciamento do sítio histórico de São Miguel Arcaño e no contexto expositivo do Museu das Missões. Entretanto, o objetivo do registro também comporta questões referentes a gestão do patrimônio tangível, uma vez que,

(...) para a elaboração de um plano de salvaguarda associado ao Registro aqui proposto, (os Guarani) definiram como elemento fundamental a adoção de sua perspectiva sobre a *Tava* no tratamento dispensado ao sítio de São Miguel Arcaño, que assim deixará de ser o lugar de seu esquecimento, para tornar-se um lugar de pertencimento. Esse é o princípio que deverá nortear a gestão do Parque Histórico das Missões. (BRASIL, 2014, p.48)

Através do reconhecimento do patrimônio mundial de São Miguel também como patrimônio imaterial brasileiro, o Estado passou a assumir compromissos no plano de salvaguarda que exigirão a médio e longo prazo um trabalho permanente que permita inserir outro discurso patrimonial junto ao bem cultural material consagrado internacionalmente. Entre as principais propostas de ações, previstas no plano de salvaguarda, estão: a reestruturação do museu inserindo na expografia o olhar dos indígenas, e a formação de monitores indígenas para a documentação da sua cultura e para o recebimento de turistas (Ibid., p.49). Tais propostas, que, por enquanto, ainda não se concretizaram, se realizadas, possuem potencial para alterar de maneira significativa a interação das pessoas com o patrimônio e contrapor os discursos sobre o lugar.

Considerações finais

A patrimonialização dos remanescentes da redução de São Miguel Arcaño ao longo do século XX ocorreu sob os valores de

testemunho do projeto evangelizador dos jesuítas, lugar de luta e defesa da fronteira na constituição da nação, ou ainda pelos valores arquitetônicos do monumento. O movimento de voltar-se ao patrimônio imaterial, a partir dos significados daqueles vestígios para o modo de ser dos *Mbyá*, é também uma ação realizada pelo Estado brasileiro, pelo mesmo órgão estatal que foi responsável pelo salvamento de bens culturais que contribuíram para a construção da nacionalidade. Ações ampliadas de salvaguarda de outros sentidos do patrimônio, no espaço histórico e monumental tradicional, acabam por demonstrar também a tentativa de superação de ações patrimoniais que obliteraram a participação histórica de grupos sociais na constituição dos lugares. Assim, as ruínas do templo não são mais somente um monumento histórico e arquitetônico, mas uma representação mística do trabalho dos antepassados dos *Mbyá-Guarani*, uma marca na paisagem e que também demarca um lugar ancestral de circulação. Esses sentidos deslocam as dualidades natureza-cultura, corpo-mente, indivíduo-mundo, mundo real-mundo sobrenatural, desafiando a encontrar outros paradigmas para as políticas patrimoniais.

Desse modo, para além das contradições e questionamentos que o patrimônio imaterial possa suscitar, uma política de registro, como a da *Tava* em São Miguel, permite discutir a dilatação dos valores e até mesmo o deslocar de sentidos sobre um patrimônio consagrado. Vislumbrar as ruínas de São Miguel a partir da perspectiva dos indígenas, agora chancelada pelo poder público, desestabiliza a tradicional noção de monumento, como representação de grandes feitos de uma cultura ocidental. Por outro lado, a ruína monumental é o ponto fulcral do registro do PCI e só pode ser reinterpretada hoje como *Tava* porque houve ações de preservação anteriores que lhe permitiram chegar como tal até a atualidade. Ou seja, de maneira ambígua, é a trajetória patrimonial, com seus erros e acertos, que hoje permite essa ressignificação do lugar e que reflete também sobre outras demandas sociais contemporâneas.

Levando tudo isso em consideração, possivelmente a contribuição do PCI, no caso do registro da *Tava*, não esteja somente nas questões que hoje perpassam o campo do patrimônio: a indústria do turismo, o uso político para retóricas regionais ou nacionais de identidade, ou o empoderamento dos grupos sociais. Enquanto um fenômeno de culturalização da sociedade globalizada, o maior contributo do mecanismo do PCI, no caso de São Miguel das Missões, talvez esteja na tensão que ele promove e nas transformações operadas na (des)construção e na (des)continuidade dos processos patrimoniais.

Referências

- BENDIX, Regina F. Patronage and Preservation: Heritage Paradigms and Their Impact on Supporting “Good Culture”. In: ADELL, Nicolas et al. *Between Imagined Communities and Communities of Practice-Participation, Territory and the Making of Heritage*. Universitätsverlag Göttingen, 2015., p. 219-233.
- BORTOLOTTI, Chiara. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003. In: *Revista Memória em Rede*. v.2, n.4, dez.2010/mar 2011. p. 06-17.
- _____. La problemática del patrimonio cultural inmaterial. In: *Culturas. Revista de Gestión Cultural*. Vol. 1, Nº 1, 2014, p. 1 -22.
- BRASIL. *Os Sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil 2003 – 2010*. Ministério da Cultura – IPHAN, 2010.
- _____. Dossiê Registro. In: *Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani*. Ministério da Cultura – IPHAN, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/507/>>. Acesso em dezembro de 2015.
- COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 5, p. 105-169, 1941.

- COSTA, Lúcio; PESSÔA, José. *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, Ministério da Cultura, 1999.
- DAVALLON, Jean. Comment se fabrique le patrimoine : deux régimes de patrimonialisation. In: KHAZNADAR, Cherif (org.). *Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?* Paris : Maison des Cultures du monde. 2012, p. 41-57.
- FONSECA, Maria Cecília L. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.
- HAFSTEIN, Valdimar. Intangible heritage as a list: from masterpieces to representation. In: SMITH, Laurejane and AKAGAWA, Natsuko (edit.). In: *Intangible heritage*. New York: Routledge. p. 93-111, 2009.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. Destination Museum. In: *Destination Culture. Tourism, Museums, and Heritage*. Berkeley, University of California Press, 1998, p. 131-176.
- NAS, Peter. Masterpieces of oral and intangible culture: Reflections on the UNESCO World Heritage List. In: *Current Anthropology*, v. 43, n. 1, p. 139-148, 2002.
- PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. In: *Política y Sociedad*. (27): 63-76, 1998.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (ed.). *A Viagem de Volta*. Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro, Contra Capa/ LACED, 2004.
- STELLO, Vladimir Fernando. *Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Porto Alegre – BR-RS, 2005. 177p.
- STOCZKOWSKI, Wiktor. UNESCO's doctrine of human diversity: A secular soteriology? In: *Anthropology Today*, v. 25, n. 3, p. 7-11, 2009.
- WILLIAMS, Daryle. Além da História-Pátria – As Missões Jesuítico-Guaranis, o Patrimônio da Humanidade e Outras Histórias. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, nº 34, 2012, p. 281-301.

O princípio da cooperação internacional na preservação do patrimônio cultural transnacional

Ivana Morales Peres dos Santos¹

Renata Ovenhausen Albernaz²

Considerações iniciais

A salvaguarda do patrimônio cultural mundial está relacionada, como previsto na *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, da UNESCO, de 1972, eminentemente à cooperação cultural internacional, já que, sem isso, desarrazoada seria a discussão do patrimônio em sede do direito internacional.

Os instrumentos legais de cooperação internacional para a salvaguarda do patrimônio cultural que são impulsionados pela UNESCO³, segundo Morales (2011), após a ratificação dos Estados-

¹Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pelo PPGMP/UFPEL; Assistente na Promotoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

²Doutora em Direito pela UFSC; Professora do Quadro Permanente no PPGMP/UFPEL; Professora da EA/UFRGS nos cursos de Administração e de Administração Pública e Social.

³São estes os principais documentos de proteção patrimonial da UNESCO: Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado e seu Regulamento (UNESCO, La Haya, 1954); Convenção sobre as medidas que se devem adotar para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência de propriedade ilícita dos Bens Culturais (UNESCO, Paris, 1970); Convenção sobre a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (UNESCO, Paris, 1972); Convenção para a proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (UNESCO, Paris, 2001); Convenção

parte, tornam-se marcos fundamentais para as normativas específicas de cada país, e percebe-se, pelo avanço cronológico dessas convenções, que o princípio da cooperação tende a fortalecer enquanto um princípio basilar desses ordenamentos. Segundo consta na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, por exemplo, a cooperação cultural corresponde a um direito e a um dever, na medida em que “la diversidad cultural es, para el género humano, tan necesaria como la diversidad biológica para los organismos vivos. En este sentido, constituye el patrimonio común de la humanidad y debe ser reconocida y consolidada en beneficio de las generaciones presentes y futuras”⁴. E, a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial*, de 2003, traz, explicitamente, o dever de cooperação e a assistência internacionais para a salvaguarda desse tipo de patrimônio, nos seguintes termos:

Artigo 19: Cooperação

1. Para os fins da presente Convenção, cooperação internacional compreende em particular o intercâmbio de informações e de experiências, iniciativas comuns, e a criação de um mecanismo para apoiar os Estados-Partes em seus esforços para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.⁵

O protagonismo da atuação de Organizações como a UNESCO, com o direito internacional por ela constituído, cujo propósito é o de estabelecer critérios jurídicos e regulamentações consensuais para a salvaguarda do patrimônio cultural no mundo, tem sido também de fundamental importância para a identificação, preservação e gestão do patrimônio cultural na atualidade,

para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, Paris, 2003); *Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (UNESCO, Paris, 2005).

⁴UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/12716opor.pdf>, acesso em 18/04/2016.

⁵UNESCO. *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial*. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>, acesso em 18/04/2016.

principalmente pela influência que tal direito tem exercido na elaboração das normas nacionais de vários Estados; e entretanto, nas situações que exijam a atuação conjunta de mais de um Estado em uma situação concreta, faz-se necessário que sejam criados instrumentos bilaterais, tais como os acordos e tratados, que orientem os países envolvidos, bem como que se definam obrigações de ordem nacional e das organizações internacionais (REUTER, 1973; BURGENTHAL et al, 1994).

Estes acordos, segundo Martins (2011), acabam envolvendo a ação de várias instituições nacionais e em todos os níveis (federal, estadual e municipal), além de agências internacionais e atores sociais das esferas civis e privadas para darem cabo ao seu cumprimento.⁶ A cooperação internacional, aliás, adverte Cañelas Frau (2011), na atualidade, envolve a consulta e a possibilidade de apoio de atores, que vão muito além de apenas os Estados Soberanos, incluindo, e até fomentando, a criação dessas organizações sociais civis e entidades econômicas privadas especializadas em suas questões específicas. As ações devem, no entanto, segundo Bravo Herrera (2007), encontrar uma política interna adequada aos Estados para incluí-las, não se efetivando somente nos instrumentos normativos internacionais (Convenções, Declarações e Cartas Patrimoniais) em si, mas em um compromisso dos países signatários para realizar e executar todas as iniciativas afirmadas em tais normativas.

Em se tratando de bens transnacionais ou de fronteira (*Transboundary Properties*), a cooperação tem o papel de estimular as relações e intercâmbios culturais entre os países

⁶Agências das quais Morales (2011, p. 34) destaca, como as que mais podem afetar questões de patrimônio natural e cultural na América Latina, as seguintes: Agencia de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Centro Regional para la Salvaguarda del Patrimonio Cultural Inmaterial de América Latina (CRESPIAL), Convenio Andrés Bello (CAB), Instituto Ítalo - Latino Americano (IILA), Internacional Council of Museum (ICOM), Internacional Council on Monuments and Sites (ICOMOS), Internacional Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), Organización de los Estados Americanos (OEA), Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), Unión Latina.

envolvidos, fomentando a criação de um órgão comum que facilite o trânsito de informações e que otimize o uso dos recursos e a convergência das ações. Aliás, isso se acentua na própria definição desses tipos de bens, algo bem observado na sua definição por Jörg Hartel (2015), em sede da ONU, em documento do ICOMOS:

The term transboundary properties generally refers to expansive World Heritage sites, which extend as a cohesive and closed area across the territory of two or three UNESCO Convention member states. An example of this is the German-Polish World Heritage site accepted on to the UNESCO list in 2004: Muskau Park by Herrmann Fürst von Pückler, c. 700 hectares of gardens divided into various sections, extending across both sides of the Neisse river and maintained by the two countries working together. Transboundary properties should be jointly proposed and managed by the neighbouring member states, ideally via a joint operating or management organisation, to ensure a unified approach to maintenance and care and a nearly alignment of interests. (HARTEL, 2015)

Nessa seara do patrimônio transnacional, portanto, essa pesquisa pretende abordar o significado, a atuação e a importância da cooperação internacional a partir de alguns de seus casos já estudados, objetivando elencar e comparar algumas medidas já utilizadas na preservação desse tipo de patrimônio cultural.

O fomento à Cooperação Internacional em Patrimônio Cultural

A cooperação internacional depende, ou de uma concertação entre os países de fazerem algo juntos, ou da intermediação de uma Organização Internacional para incentivá-la. As ações da UNESCO de agregação política e criação de consensos na promoção de encontros, fóruns e assembleias internacionais com o intuito de criar, promover e divulgar dispositivos normativos em convenções, recomendações, cartas patrimoniais etc., a fim de regular a existência e a proteção do patrimônio cultural mundial, têm sido a

sua mais importante frente de atuação, nesta área. Essa frente de ação teve início nas décadas de 50 e 60⁷, quando emergiu a preocupação internacional com os bens culturais imóveis; mas, ela já estava prevista no Tratado de Constituição da UNESCO, que afirmava ser dever da organização “zelar pela conservação e proteção do patrimônio universal de livros, obras de arte e monumentos de interesse histórico ou científico” (UNESCO, 1948).⁸ Aliás, segundo Ribeiro e Zanirato (2008), já em 1977, a UNESCO auxiliou muito nos processos de identificação patrimonial no globo, quando definiu os critérios para que bens e áreas fossem caracterizados como patrimônio cultural e natural da humanidade.

A UNESCO, em termos de fomentar a cooperação internacional, também promove a organização e promoção “de movimentos de solidariedade internacional”, que passaram a se dar, também (como já havia na ciência e na educação), em termos de patrimônio cultural (SILVA, 2003, p. 56).

A *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, da UNESCO, de 1972, é o principal marco regulatório da questão patrimonial produzida pela UNESCO, sendo seu foco a proteção internacional do patrimônio por meio da identificação, da regulação da proteção e da cobrança de providências aos Estados daqueles bens que são incluídos na lista dos bens do Patrimônio Mundial. Após a inscrição do bem nesta lista do patrimônio mundial, este é submetido a um regime jurídico internacional. Sobre esse regime jurídico, no artigo 4^o, da

⁷Até a atuação da Unesco em patrimônio, com exceção do Pacto Roerich (1935), não existiam convenções internacionais que se dedicassem especialmente para a proteção desses tipos de bens. O Pacto de Paz de Nicholas Röerich continua em vigor. Ele foi primeiramente aceito por vinte e uma nações das Américas e assinado como tratado de União Cultural na Casa Branca, na presença do Presidente Franklin Delano Roosevelt, em 15 de abril de 1935, por todos os membros da União Panamericana. Mais tarde, foi igualmente assinado por outros países. Trata-se de um tratado que tem como fim levar a efeito o fato de que os tesouros da cultura sejam respeitados e protegidos em época de guerra ou de paz (INSTITUTO ROERISCH. Pacto de Roerich (1935). (Disponível em: <http://roerich.org.br/portal/pacto-roerich/> Acesso em: 20 de fevereiro de 2017).

⁸UNESCO. Tratado da Constituição. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf> Acesso em 15 de julho de 2016.

Convenção da UNESCO, de 1972, encontra-se expresso que cada Estado parte reconhece que lhe compete identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural situado em seu território, envidando esforços, tanto com recursos próprios como, se necessário, mediante assistência e cooperação internacionais, às quais ele poderá recorrer, especialmente, em termos financeiro, artístico, científico e técnico (art. 7º). Nesse sentido, “a Convenção consagra um princípio de proteção adotado durante os seus trabalhos preparatórios: a proteção internacional seria subsidiária, complementar à proteção nacional” (SILVA, 2003, p. 153).

Há, porém, segundo Hernandez e Tresseras (2007), algumas orientações de gestão patrimonial, adotadas pela UNESCO, para balizar essas medidas do Estado: uma delas é a de que a gestão do patrimônio cultural seja guiada pela importância valorativa e de uso que as comunidades fazem desse patrimônio; uma outra, é a de que o progresso social e econômico devem caminhar juntos e em harmonia com a conservação do bem, de forma que a sua reutilização deve ser incentivada, mas mediante um esforço de que o patrimônio possa manter sua integralidade/autenticidade, a fim de que não sejam realizadas modificações substantivas em sua infraestrutura para alavancar sua mercadorização, adulterando, assim, sua fidedignidade representativa. Além dessas orientações, as ações da UNESCO em cooperação internacional na tutela do patrimônio mundial, são, em apurada síntese dos seus documentos, as seguintes:

- 1) Analisar, periodicamente os relatórios emitidos pelos Estados sedes de bens do patrimônio mundial; avaliá-los em termos da suficiência, da presteza e da eficiência das ações levadas a cabo pelos Estados nesta proteção; sugerir alternativas de ação em pareceres sobre esses relatórios; enviar equipes técnicas em apoio aos Estados, se esses assim as solicitarem; e, por fim, se tais relatórios não forem enviados, ou demonstrarem ações insuficientes, a UNESCO deve acionar, nas Cortes Internacionais,

- o Estado que esteja descumprindo os Tratados por ele assinados de tutela do patrimônio mundial em seus territórios.
- 2) Organizar e distribuir recursos dos Fundos mantidos pela UNESCO e que possam ser destinados à proteção do patrimônio mundial. O Fundo do Patrimônio Mundial, mencionado dos arts. 15 a 18, da Convenção de 1972, segundo Silva (2003, p. 81), “presta assistência financeira para implementar as formas de amparo internacional deliberadas pelo Comitê do Patrimônio Mundial a cada caso”, de forma subsidiária.
 - 3) Mediar a colaboração de outros países, mais avançados em termos técnicos e/ou econômicos, para a ajuda de países sede de bens do patrimônio mundial nas ações de preservação, conservação e gestão desses bens, quando esses não forem aptos a realizar essas ações de modo adequado e necessário.

Casos de gestão patrimonial em cooperação internacional

Para ilustrar esse princípio internacional de cooperação internacional, bem como suas potencialidades ou fraquezas na proteção do patrimônio, escolheu-se analisar alguns bens patrimoniais transnacionais que, pela sua própria condição, não podem dispensar a ação conjunta dos Estados envolvidos e a intermediação de Organizações Internacionais. Escolheram-se, por critérios de proximidade à natureza dos bens (bens patrimoniais de circulação entre os Estados) ou por conta de se tratarem de bens latino-americanos, os seguintes bens transnacionais para analisar seus modos de cooperação na patrimonialização e gestão do patrimônio cultural em comum: 1) os Caminhos de Santiago de Compostela (Espanha e França); 2) o Parque Nacional do Iguaçu; 3) a ação da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID); 4) a patrimonialização da Ponte Internacional Barão de Mauá (Brasil e do Uruguai).

Os Caminhos de Santiago de Compostela, localizados entre Espanha e França, tratam-se de Itinerários Culturais⁹, que foram

⁹ Sobre o significado de Itinerários Culturais, o ICOMOS, na “Carta de Itinerarios Culturales” (Disponível em: http://www.icomos.org/charters/culturalroutes_sp.pdf. Acesso em 25 de maio de

declarados, em 1985, pela UNESCO, como Patrimônio da Humanidade, recebendo, na mesma ocasião, o título de Primeiro Itinerário Cultural Europeu (BUZZO, 2016), haja vista serem considerados importantes elementos que retratam a evolução arquitetônica da Europa. Dessa forma, também o Conselho da Europa (CE), da Comunidade Europeia, proferiu, em 23 de outubro de 1987, a chamada Declaração Santiago de Compostela, que o instituiu como o primeiro de uma série de itinerários culturais na Europa.

Nesta declaração Europeia, afirma Bello (2014), depois de invocar a existência de caminhos que atravessam a Europa como cerne para a sua identidade, fez-se um chamado às instituições e à cidadania para a revitalização do Caminho de Santiago, nos seguintes termos:

The Council of Europe is proposing there vitalisation of one of those roads, the one that led to the shrine of Santiago de Compostela. That route, highly symbolic in the process of European unification, will serve as a reference and example for future projects.¹⁰

As propostas concretas do Conselho da Europa, segundo Bello (2014), passam pela identificação de diversas rotas com destino a Santiago de Compostela, a rotulação dos lugares, a

2016), define-os do seguinte modo: “Toda vía de comunicación terrestre, acuática o de otro tipo, físicamente determinada y caracterizada por poseer su propia y específica dinámica y funcionalidad histórica al servicio de un fin concreto y determinado, que reúna las siguientes condiciones: a) Ser resultado y reflejo de movimientos interactivos de personas, así como de intercambios multidimensionales, continuos y recíprocos de bienes, ideas, conocimientos y valores entre pueblos, países, regiones o continentes, a lo largo de considerables periodos de tiempo. b) Haber generado una fecundación múltiple y recíproca, en el espacio y en el tiempo, de las culturas afectadas que se manifiesta tanto en su patrimonio tangible como intangible. c) Haber integrado en un sistema dinámico las relaciones históricas y los bienes culturales asociados a su existencia. (CIIC, 2008).

¹⁰COUNCIL OF EUROPE CULTURAL ROTÉS. Cultural Rotes Management: from theory to practice. (Síntese do Livro online). Disponível em

<https://book.coe.int/eur/en/cultural-heritage/6437-cultural-routes-management-from-theory-to-practice.html>

preservação e recuperação do patrimônio presente nas rotas, o estabelecimento de laços entre as cidades do Caminho, etc.

O Caminho de Santiago, na parte espanhola (1993) e francesa (1997), já está declarado pela UNESCO como bem do patrimônio mundial, ampliando-se tal declaração, ainda em 1997, para as quatro rotas históricas do Caminho de Santiago, na França. A maior diferença existente na primeira declaração, continua Bello (2014), é que esta abrange a própria rota, já no caso da França, esta declaração compreendia uma relação de bens imóveis nela existentes, mas não à rota em si.

Na Espanha, segundo informações do Ministério de Educación, Cultura y Deporte¹¹, com exceção daqueles bens que são considerados de propriedade do Estado, a conservação do patrimônio cultural (material e imaterial) depende de cada uma das regiões; no caso do Caminho de Santiago, se considerarmos o chamado caminho Espanhol, seriam englobadas as regiões de Navarra, La Rioja, Castilla - León y Galicia como sendo as responsáveis pela sua proteção. A partir do Estado impulsionam-se outros tipos de ações para promover a colaboração entre a administração pública e a iniciativa privada, com o objetivo de fornecer aos sítios e aos bens culturais espanhóis um maior número de ferramentas para sua gestão e desenvolvimento. Em Castilla y Leon, por exemplo, existem oito bens reconhecidos pela UNESCO como de valor universal excepcional e que foram inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, e, entre estes bens, está o Caminho de Santiago¹².

¹¹GOVERNO DE ESPAÑA. MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE. Bienes Declarados Patrimonio Mundial. Ciudad Vieja de Santiago de Compostela. Disponível em: <http://www.mecd.gob.es/cultura-mecd/areas-cultura/patrimonio/mc/patrimoniomundial/bienes-declarados/por-ano-de-inscripcion/caminosantiago.html> Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

¹²Informações obtidas em: JUNTA DE CASTILLA Y LEÓN. Patrimonio y Bienes Culturales. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.jcyl.es/web/jcyl/PatrimonioCultural/es/Plantilla66y33/1284389003066/_/_/_ Acesso em 23 de janeiro de 2016.

O Caminho de Santiago foi declarado conjunto histórico da Espanha pelo Decreto 2224/1962 (publicado no Diário Oficial Espanhol, em 07 de setembro de 1962), por Francisco Franco¹³. Sendo esta declaração, obviamente, anterior à entrada em vigor da Lei 16/1985, de 25 de junho, que trata do Patrimônio Histórico Espanhol, surgiu a necessidade de delimitar a área afetada pela declaração, para definir o local específico para a proteção jurídica e institucional do conjunto. A Direção-Geral do Patrimônio Cultural e Promoção Cultural do Conselho de Cultura e Turismo da Comunidade autônoma de Castilla e Leon, pela Resolução de 18 de março de 1993¹⁴, iniciou um processo para definir a zona afetada pela declaração do conjunto histórico Caminho de Santiago (Caminho Francês), tendo isso se concretizado por meio do Decreto 324/1999, de 23 de dezembro, do Conselho de Educação e Cultura, de Castilla e Leon¹⁵.

O sistema legal de proteção e conservação, as medidas específicas de fomento, o regime de inspeção e de sanções do patrimônio cultural de Castilla e León estão previstos na Lei 12/2002¹⁶. Esta lei tem a intenção de satisfazer a necessidade de dotar a comunidade local de uma norma que, ao contemplar o conjunto de figuras já existentes sobre a proteção do patrimônio cultural, forneça medidas mais adequadas à realidade regional. A lei contém um conjunto de regras com ações administrativas dirigidas para a proteção e valorização do patrimônio cultural da comunidade,

¹³GOBIERNO DE ESPAÑA. AGENCIA ESTATAL BOLETÍN OFICIAL DEL ESTADO. Disponível em: <https://www.boe.es/boe/dias/1962/09/07/pdfs/A12729-12730.pdf>; Esta declaração, obviamente, é anterior da entrada em vigor da Lei nº16/1985, de 25 de junho, que trata do Patrimônio Histórico Espanhol. Acesso em 23 de janeiro 2016.

¹⁴Publicada em 17 de abril de 1993, no BOE num. 92, 11487. Escrita em Espanhol e assinada pela Diretora Geral ELOISA WATTENBERG GARCIA. Disponível em: <http://servicios.jcyl.es/pweb/downloadDocumento.do?numbien=4829&numdoc=93490>.

¹⁵Lei Publicada no BOC y L nº 249, em 28 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://servicios.jcyl.es/pweb/downloadDocumento.do?numbien=4829&numdoc=93496>.

¹⁶Lei disponível no sitio: <http://www.patrimoniocultural.jcyl.es/web/jcyl/PatrimonioCultural/es/Plantilla100/128439865413>, acesso em 6/12/2015

assim como direitos e deveres relativos à execução de ações que afetem estes bens.

A responsabilidade da gestão do Caminho de Santiago corresponde ao Ministério de Cultura de cada país (Espanha e França), de maneira independente, pois as declarações são diferentes. Não há, assim, um trabalho em comum firmado em algum tratado entre eles, em virtude do Itinerário envolver mais rotas, até em outros países, e por sua grande extensão. Na Espanha, a gestão é delegada pelo Ministério da Cultura às comunidades autônomas, existindo o Conselho Jacobeo como órgão de cooperação. Já no caso da França, o seu Ministério da Cultura tem incumbido esta gestão, atualmente, para a Acir Compostelle (Association de Coopération Inter Régionale Chemins de Compostelle)¹⁷.

Segundo informações obtidas em entrevista virtual com Rafael Sanches¹⁸, Diretor-Gerente da Sociedade Anônima de Gestão do Plano Jacobeo, Junta de Galicia, a gestão do Caminho de Santiago é realizada da seguinte maneira: na Espanha cada comunidade autônoma adota as medidas de proteção segundo as normas da UNESCO. No caso da Galicia, a proteção do Caminho é responsabilidade da Direção Geral do Patrimônio Cultural. A gestão desta rota (sinalização, manutenção do Caminho, rede de albergues, atividades culturais e promocionais, etc) corresponde ao Turismo de Galicia, através da Sociedade Anônima de Gestão do Plano Jacobeo. O Conselho Jacobeo foi criado em 1991, com o

¹⁷O objetivo da ACIR Compostelle é definir e implementar uma cooperação inter-regional e transnacional permanente para o reconhecimento, a renovação, o aumento e animação de antigas rotas de peregrinação conhecido como rotas para Santiago, e todo o campo relativo a este tema específico (Cultural Property No. 868 e 868 bis); tal associação administra a rede de intercâmbio e cooperação dos proprietários e gerentes componentes para assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras (ACIR. Agência de Cooperação Interregional das Rotas dos Caminhos de Santiago. Disponível em: <http://www.chemins-compostelle.com> . Acesso em: 17 de novembro de 2016).

¹⁸Informações obtidas a partir de entrevista realizada via e-mail com Rafael Sanchez Bargiela, Diretor-Gerente da Sociedade Anônima de Gestão do Plano Jacobeo, Junta de Galicia, Licenciado em Geografia e História pela Universidade de Santiago de Compostela, em março de 2017.

objetivo de colaborar em programas e ações de proteção e preservação da rota, de preservar e restaurar o seu patrimônio histórico-artístico, de regular e promover o turismo, e de apoiar os peregrinos. O Decreto 1432, de 11 de setembro de 2009, da Galícia, foi promulgado para reorganizar o Conselho Jacobeano, a fim de fortalecer suas funções como órgão de direção. Também foi criado o Comitê de Cooperação para a Gestão do Patrimônio Mundial, no âmbito do Conselho Jacobino, sendo ele composto pelas Comunidades Autônomas através das quais passa a rota (Galiza, La Rioja, Aragão, Navarra e Castela e Leão) e pelo Ministério da Educação, Cultura e Esportes da Espanha.

Assim, dentro dessa breve análise acerca das medidas de proteção e de gestão para o Caminho de Santiago de Compostela, observa-se que tanto por parte da Espanha quanto da França, existem regras específicas de cada local para a salvaguarda deste patrimônio cultural. Cada país conta com legislações próprias destinadas a preservar o bem, independentemente um do outro, pois embora o Caminho seja de titularidade de dois países, a sua gestão se dá de maneiras distintas. Tanto que, atualmente, não existe nenhum acordo específico para a proteção do bem que envolva os dois países (Espanha e França), ainda que ele seja regrado pelo Conselho da Europa, da União Europeia. Há, apenas, algumas recomendações comuns, apontadas nas decisões adotadas pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, nos seguintes termos:

Documentar integralmente o sistema de gestão para a extensão em série e para o patrimônio já inscrito, nomeadamente no que diz respeito à preservação do Valor Universal Excepcional do patrimônio em série e assegurar a sua proteção efectiva para as gerações presentes e futuras;

Revisar e ampliar os principais indicadores de monitoramento, de modo a relacionarem-se mais diretamente com a Declaração de Valor Universal Externo proposta e acrescentando indicadores específicos, periodicidade e responsabilidades institucionais;

Realizar avaliações de impacto do patrimônio, em conformidade com a Orientação do ICOMOS sobre Avaliações de Impacto do Patrimônio Cultural para Propriedades do Patrimônio Mundial antes de serem aprovados e implementados quaisquer desenvolvimentos como renovações, demolições, novas infra-estruturas, alterações da política de uso da terra ou estruturas urbanas de grande escala.¹⁹

Porém, ressalta-se que, mesmo independentes em suas ações, os dois países estão envolvidos na proteção do bem e suas atuações podem reforçar a cooperação internacional, pois essas ações acabam estando vinculadas entre si, se não pelo acordo entre Espanha e França, pela aprovação, por parte da UNESCO, dos planos de gestão dos bens e do próprio itinerário, que foram declarados como patrimônio mundial e que os países envolvidos precisam prestar contas de seus cumprimentos, e pelos acordos e tratados aprovados em sede da Comunidade Europeia.

Entre um patrimônio binacional na América do Sul, destaca-se o Parque Nacional do Iguaçu, onde encontram-se as Cataratas do Iguaçu, que, segundo Pimentel (2010), são um conjunto de 275 quedas de água no Rio Iguaçu (na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná), localizada entre o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná - Brasil, em 20% da área total, e o Parque Nacional do Iguazu, em Misiones, Argentina, em 80% da área total, na fronteira entre os dois países, envolvendo uma área total, de ambos os parques nacionais, correspondente a 250 mil hectares de floresta. O Parque Nacional do Iguaçu, foi declarado, por sua beleza natural e sua expressiva diversidade biológica, bem tombado pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade, sendo proposto, nas recomendações da UNESCO sobre ele, na Decisão da Décima Sessão Ordinária da UNESCO, realizada em 06 de dezembro de 1985, o seguinte:

¹⁹UNESCO. “Decisions adopted by the World Heritage Committee WHC-15/39.COM/19, pag.216 at its 39th session (Bonn, 2015)”. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/2015/whc15-39com-19-en.pdf>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2017.

A mesa recomenda ao secretariado buscar um acordo entre as autoridades do Brasil e da Argentina de forma a considerar o Parque Nacional do Iguaçu (situado respectivamente na Argentina e Brasil) como um patrimônio transfronteiriço mundial, a fim de incentivar a cooperação de esforços na gestão destes dois parques contíguos ²⁰.

Devido à importância internacional do Parque Nacional do Iguaçu (PNI), tendo em vista sua localização estratégica no centro da grande bacia do rio da Prata e do MERCOSUL, foram celebrados alguns acordos de cooperação entre Argentina e Brasil nos últimos anos, estabelecendo um Plano de Manejo do Parque do Iguaçu²¹, visando a iniciativas conjuntas e gestão compartilhada entre os países envolvidos.

Com a criação do MERCOSUL, surgiram novas ações de cooperação ambiental entre os países platinos, assim como foram favorecidos programas conjuntos de gestão ambiental fronteiriço. Entre estes acordos, Machado (2013) destaca o *Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL*²², assinado em 22 de junho de 2001, em Assunção, que deu um significado amplo à prevenção da degradação ambiental.

Em relação aos acordos internacionais firmados entre os países sede, a experiência que envolve a gestão do Patrimônio Natural Parque do Iguaçu é expressiva, em termos não só do número de acordos firmados, como das ações já desenvolvidas.

Desta feita, entre Brasil e Argentina, referentes ao Parque Nacional de Iguaçu, podem ser citados três importantes acordos.

²⁰UNESCO, <http://whc.unesco.org/archive/1985/sc-85-confoo8-4e.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

²¹CATARATAS DO IGUAÇU S.A. Planos de Manejo. Encarte Contexto Internacional. Disponível em: http://www.cataratasdoiguacu.com.br/manejo/siuc/planos_de_manejo/pni/html/encarte2/texto.htm Acesso em: 05 de outubro de 2015.

²²MERCOSUL. *Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL*. Disponível em <http://www.mre.gov.py/v1/Adjuntos/mercosur/Acuerdos/2001/portugues/48-acuermarcosobremedioambientedelmercosur-.pdf>, acesso em 14/02/2017.

Em primeiro lugar, o *Acordo de Alcance Parcial de Cooperação e Intercâmbio de Bens Utilizados na Defesa e Proteção do Meio Ambiente*,²³ que tem por objetivo estimular o intercâmbio intra-regional de bens destinados a cumprir com a defesa do meio ambiente e facilitar situações de emergência e a admissão de bens e pessoas. Por meio desse acordo é permitida a livre circulação de equipamentos, materiais e produtos para combater a contaminação ambiental e a proteção do meio ambiente. Outro acordo importante é o *Acordo de Cooperação em Matéria Ambiental*²⁴, que tem por base as resoluções sobre meio ambiente do MERCOSUL, e que enumera os temas prioritários para ajuda mútua, tais como as áreas fronteiriças e os parques nacionais. Ele tem como objetivo aperfeiçoar o conhecimento mútuo das respectivas políticas e de promover a elaboração eventual de políticas integradas ao setor. Ainda sobre o assunto, Babtiston (2016), chefe do Parque Nacional, analisando o Plano de Gestão do Parque, afirma que, no encontro dos Presidentes do Brasil e da Argentina, realizado no Rio de Janeiro, em 1997, além de outras questões, também ficou estabelecida a criação de uma *Comissão Binacional* (ainda em vias de instituição), com a finalidade de recomendar um conjunto de medidas de coordenação para a conservação do meio ambiente e do capital turístico de ambos os parques.

O quarto acordo trata-se de uma declaração conjunta, assinada pelo governador do Estado do Paraná e o governador da província de Misiones (Argentina), cuja abordagem incluiu temas sobre o meio ambiente, em seus territórios, e as suas obrigações de

²³CATARATAS DO IGUAÇU S.A. Plano de Manejo do Parque Nacional. Disponível em <http://www.cataratasdoiguacu.com.br/portal/paginas/91-plano-de-manejo-do-parque-nacional.aspx>

²⁴ Íntegra do documento disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2586.htm acesso em 15 de fevereiro de 2016.

o preservar. É um *Protocolo de Intenções*²⁵ firmado por governadores das regiões de fronteira e que recomenda a adoção de ações conjuntas, com o envolvimento dos estados e províncias. Nota-se, assim, que o envolvimento das comunidades e autoridades locais também se manifestou nessa experiência, fortalecendo o argumento da importância dessa gestão conjunta entre as entidades federativas dos Estados, as orientações do MERCOSUL e os acordos entre os países.

Guardadas as devidas peculiaridades, a questão da cooperação internacional patrimonial também é desenvolvida em outras agências internacionais, tais como no caso da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)²⁶, criada pela Lei 23/1998, de 07 de julho, sendo órgão executivo da Cooperação Espanhola, e que tem, como uma de suas atribuições, a fiscalização de cumprimento das políticas públicas culturais na Espanha e países influenciados pela cultura espanhola (CAÑELLAS FRAU, 2011). Para tanto, tal Organização Internacional criou, em sua estrutura, a Direção das Relações Internacionais e Científicas da AECID, que assumiu competências que dizem respeito à cultura espanhola no exterior, promovendo-a por meio de ações das embaixadas e dos Conselhos Culturais situados em cada país, e criou também o *Programa Patrimonio para el Desarrollo*²⁷, cujo início se deu em 1985, com ações, ainda desconexas e específicas, de restauro do patrimônio monumental de centros históricos, mas que foi identificado como um projeto pioneiro no âmbito da comemoração do V Centenário de Descoberta América. Tal Programa se desenvolveu a ponto de,

²⁵Trata-se de uma declaração conjunta, assinada em 13 de agosto de 1992, sendo esta apenas um protocolo de intenções, pois a competência para firmar acordos bilaterais é da União (art. 21, inciso I, da Constituição Federal).

²⁶AGÊNCIA ESPANHOLA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO. AECID. Disponível em: <http://www.aecid.es/ES/> Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

²⁷AECID. Cultura y Desarrollo. Disponível em: <http://www.aecid.es/ES/cultura/qué-hacemos/cultura-y-desarrollo> Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

entre 1987 e 1992, ter ensejado uma grande atividade de cooperação internacional, com a realização de projetos importantes em muitos países, principalmente, na América Latina, sobre conjuntos patrimoniais de indubitável valor histórico e cultural, consolidando-se uma cooperação entre Espanha e países Latino-Americanos na preservação e na gestão do patrimônio de origem espanhola.

Outra ação de cooperação internacional em questões do patrimônio cultural, também criada pela AECID, é o PLAN MISIONES²⁸, desenvolvido em Chiquitanía (Bolívia, atual Santa Cruz de la Sierra), entre Espanha e Bolívia, envolvendo a implementação do plano rotas de Los Misioneros de la Compañía de Jesús em nove municípios bolivianos. Tal Plano tem como linhas estratégicas a valorização do patrimônio, o fortalecimento da gestão urbana e patrimonial, a formação profissional, a comunicação, a conscientização e a sustentabilidade de regiões históricas e sítios arqueológicos de Missões Jesuíticas. Também, destacam-se, neste Plano, três subprogramas, que marcam a própria identidade desta cooperação para o reforço dos indícios dos primeiros contatos de espanhóis e populações nativas na América Latina, ou seja, “a reabilitação das Misiones Jesuíticas do período colonial, a recuperação da vivenda tradicional e a recuperação dos artesanatos locais” (CAÑELLAS FRAU, 2011, p. 45).

Fala-se, aqui, guardadas as devidas peculiaridades, ao se tratar desses casos de cooperação internacional da AECID, haja vista que essas ações, mesmo sendo experiências de cooperação internacional para a proteção de bens transnacionais, suscitam a figura de uma cultura matriz, no caso, a hispânica, que se expandiu por vários territórios nacionais e que o governo espanhol tomou a iniciativa de iniciar a cooperação internacional, com o fim de

²⁸AECID. Plan Misiones. Disponível em: http://www.aecid.es/Centro-Documentacion/Documentos/Publicaciones%20coeditadas%20por%20AECID/PLAN_MISIONES_bajax.pdf#search=plano%20misiones. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

reagregá-la em suas várias expressões e, de certo modo, de reunificar a cultura espanhola em territórios coloniais.

O Caso da Ponte Internacional Barão de Mauá também foi objeto de patrimonialização internacional, mas pelo MERCOSUL, numa proposta de cooperação internacional envolvendo esse organismo, justamente pelo fato de a Ponte simbolizar a integração internacional entre Brasil e Uruguai, já que, em termos nacionais, tal bem já se encontrava tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2012)²⁹, no Brasil, e declarada como Monumento Nacional, no Uruguai, por Resolução do Poder Executivo Uruguaio (1977)³⁰. Um evento político determinante para dar início às tratativas de acordos entre os países do MERCOSUL sobre a patrimonialização da Ponte foi a realização das Reuniões da Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL (CPC - MERCOSUL). Tais reuniões ocorrem semestralmente, ou em caráter extraordinário, sob a direção de presidências temporárias, que se revezam a cada seis meses, entre os países membros do bloco.

A patrimonialização da Ponte Barão de Mauá começou a ser discutida na *VII Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul*, realizada na cidade de Brasília, Distrito Federal, em novembro de 2012. Nesta reunião, houve a candidatura deste bem a patrimônio cultural do MERCOSUL, apresentada pelos representantes do GT Binacional Brasil/Uruguai, restando decidido que “dado o seu valor simbólico e por unanimidade, resolvem aprovar a candidatura da Ponte Internacional Barão de Mauá como ‘Patrimônio Cultural do MERCOSUL’, constituindo-se no primeiro

²⁹Tombamento realizado através do Processo de Tombamento nº 1.571-T-09, inscrito, em 20 de setembro de 2012, no Livro do Tombo Histórico (volume 03, folhas 41-43, inscrição 607), no Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico (volume 02, folhas 72-73, inscrição 157) e no Livro do Tombo das Artes Aplicadas (volume 01, folhas 02-05, inscrição 005).

³⁰ URUGUAY. Resolução nº 929, de 25 de junho de 1977. Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/resoluciones/929-1977> Acesso em: 10 de março de 2017. Resolução publicada no Diário Oficial do Uruguai nº 20.043, de 7 de julho de 1977.

bem a ser reconhecido”³¹. A ata desta VII reunião foi aprovada na *VIII Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL*, realizada em maio de 2013, na cidade de Montevideu, Uruguai, nos seguintes termos:

Los Ministros de Cultura Del MERCOSUR, considerando lo que establece La Decisión CMC n° 55/12³²em su inciso 1 del art. 6 de la Sección III Del Anexo referente al Reglamento para reconocimiento del Patrimonio Cultural del MERCOSUR, resuelven homologar la decisión de la Comisión de Patrimonio Cultural Del MERCOSUL – CPC de aprobar El reconocimiento Del Puente Internacional Barón de Mauá, como Patrimonio Cultural del MERCOSUR, conforme al Acta de La CPC n° 02-2012. Esta decisión entra em vigor a partir de este acto, por lo que El bien se inscribe em La Lista Del Patrimonio Cultural Del MERCOSUR-LPCM(Ata n° 01/2013/ VIII reunião da comissão de patrimônio cultural do MERCOSUL- CPC) .³³

Na continuação desses atos, na *X Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL*, ocorrida em novembro de 2014, na cidade de Buenos Aires, Argentina, ficou tratado, entre outros temas, a incorporação, como anexo III da ata n° 01/2013, da emissão do certificado “Categoria Patrimônio Cultural do MERCOSUL” à Ponte Internacional Barão de Mauá. Na *XI Reunião da CPC – MERCOSUL*, realizada em 27 de maio de 2015, na cidade

³¹MERCOSUL Cultural. Ata da *VII Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural* Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ata_VII_reuniao_cpc_mercosul_portugues.pdf f. Acesso em 29/08/2016.

³² MERCOSUR. Patrimonio Cultural del Mercosur. Disponible em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjgZiHtfrKAhUBglAKHfQpAMYQFggfMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mec.gub.uy%2Finnovaportal%2Ffile%2F29661%2F1%2Fdec_055-2012_es_patrimonio_cultural_do_mercosul.doc&usg=AFQjCNGxzoCDSPEOCkGazOofWBTX266gQ&bv=114195076.d.Y2l. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

³³Ata acessada em: IPHAN, Ata da *VII Reunião do CPC/MERCOSUL*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Ata_VIII_reuniao_cpc_mercosul_espanhol.pdf f. Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

de Jaguarão – RS/Brasil, foi apresentada, a proposta de Plano de Gestão da Ponte Barão de Mauá entre outros assuntos.

A proposta do Plano de Gestão da Ponte Internacional Barão do Mauá é um dos iniciais documentos que possivelmente servirá de base para a construção de acordos políticos entre Brasil e Uruguai para a preservação e desenvolvimento deste bem. Ela foi constituída a partir de uma ação conjunta entre Brasil e Uruguai, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Comissão do Patrimônio Cultural da Nação do Uruguai (CPCN), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, da Prefeitura Municipal de Jaguarão, do Departamento de Cerro Largo e do Município de Rio Branco. Sumariamente, o conteúdo dessa proposta de plano de gestão abarca dados técnicos da ponte, valores e justificativas para o reconhecimento, os sistemas de proteção e gestão existentes e os atores envolvidos na gestão do sítio, avaliação de seu estado de conservação e os fatores que afetam o bem (aspectos materiais e técnicos, aspectos de uso, aspectos ambientais, econômicos e culturais), visão estratégica, objetivos, princípios e diretrizes do plano, diretrizes gerais e específicas de gestão, diretrizes para cada setor identificado, dimensão normativa (território brasileiro e território uruguaio), a dimensão programática (ações de recuperação dos bens de destaque em curto prazo [dois anos] e em médio prazo [cinco anos]; as fontes de financiamento, estrutura de gestão e o monitoramento e avaliação.

A proposta do Plano de Gestão da Ponte Internacional Barão de Mauá, segundo os próprios termos apresentados na Reunião da CPC, tem como objetivos coordenar todas as ações e iniciativas decorrentes dos diferentes atores sociais, assim como programar e otimizar planos e projetos, combinando esforços e propiciando participação da comunidade para alcançar a proteção, preservação, cuidado e uso adequado da Ponte Barão de Mauá (PLANO DE GESTAO, 2015). Tal Plano de Gestão, porém, ainda está em fase de tratativas, e sequer a Comissão Binacional para a

Ponte foi instituída. Segundo informações atuais do Assessor de Relações Internacionais do IPHAN³⁴, a formação do comitê gestor da Ponte Barão de Mauá não chegou a se dar em função da falta de representantes indicados pela Prefeitura de Jaguarão/RS, entidade política, talvez, mais interessada no processo de patrimonialização e gestão da Ponte.

Apesar de, no caso da Ponte Barão de Mauá, a sua patrimonialização pelo MERCOSUL ensejar a cooperação internacional entre Brasil, Uruguai e os países do Bloco, na prática, verifica-se, aqui, muito mais o protagonismo dos sistemas de proteção patrimoniais de cada um dos Estados envolvidos (IPHAN/Brasil e CPCN/Uruguai) do que da ação internacional ou dos acordos bilaterais entre Brasil e Uruguai. A cooperação patrimonial no MERCOSUL está ainda em fase muito embrionária e percebe-se um desenvolvimento dela bastante moroso, tanto no que se refere às ações e decisões do MERCOSUL, como no que tange à assinatura de acordos bilaterais entre Brasil e Uruguai. A transnacionalidade do bem, aqui, parece, pode até dificultar o desenlace de ações de gestão patrimonial concretas já levadas a cabo pelas Instituições Nacionais de Proteção de Brasil e de Uruguai, já que passam a ser limitadas pela necessidade política de consulta ao país confrontante. A proposta do Plano de Gestão da Ponte, porém, se oficializada, pode representar um importante avanço na gestão patrimonial da Ponte, pois contempla uma poligonal transnacional que será gerida de forma integrada no território de ambos países, tal como exige o bem, mas contemplando os interesses e responsabilidades de cada uma das comunidades afetadas.

Considerações Finais

³⁴ Informação obtida, por email, em 24 de maio de 2017, de Rafael Volochen, Assessor de Relações Internacionais, Departamento de Articulação e Fomento, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Percebe-se que a regulamentação e a gestão de um bem transnacional nem sempre é algo ágil para ser conquistado, pois que dependente da vontade política de mais de um Estado Soberano, e de estratégias diversas que atendam aos interesses de ambos, inclusive de suas populações e governos locais. A natureza transnacional/de fronteira de um bem do patrimônio cultural, envolvendo a aplicação do regime jurídico internacional, advinda da Convenção de 1972, da UNESCO, admite a subsidiariedade da ação das organizações internacionais envolvidas, mas afirma a primordialidade das ações dos Estados afetados pelo bem na sua proteção patrimonial, incentivando uma articulação deles em suas obrigações de conservar e de gerir o bem, considerando, ainda, os Municípios envolvidos.

Nos casos analisados, essa subsidiariedade da ação das Organizações Internacionais ficou bastante evidente. Aliás, ao que parece, a ação da Cooperação Internacional se cinge muito mais às ações concretas e concertadas entre os Estados envolvidos do que à intermediação direta de Organizações Internacionais. E isso, como se observa no caso do Parque Nacional do Iguacú, em comparação com a Ponte Internacional Barão de Mauá, faz como que tais acordos bilaterais entre os países envolvidos surjam apenas na medida dos interesses de exploração e de custeio na preservação de um bem patrimonial (interesse maior no caso do Parque do Iguacú do que na Ponte Barão de Mauá, expresso pela abundância de acordos bilaterais naquele caso em relação a esse). A UNESCO e o MERCOSUL bastam-se em instituir esses bens como patrimônio internacional, e a formular algumas orientações, pouco mais que isso. Em nenhum dos casos estudados verificou-se ações concretas dos Organismos Internacionais envolvidos (UNESCO, CONSELHO DA EUROPA e MERCOSUL). Apenas a AECID, que é uma organização nacional espanhola, tem ensejado ações concretas de atuação junto com os países latino-americanos envolvidos em seus projetos. No caso da Ponte Barão de Mauá, as ações de preservação tem ficado a cargo das instituições nacionais de Brasil (IPHAN) e

do Uruguai (CPCN). No Caminhos de Santiago de Compostela, somam-se a ação nacional com as das regiões envolvidas.

Entendemos, porém, que em casos de bens transnacionais a cooperação internacional, criando ações solidárias entre os municípios (regiões), os países e as Organizações Internacionais envolvidas, pode ser importante fator de preservação. Não só por intermediar as vontades políticas, como também por ampliar os recursos aos quais as localidades podem recorrer para proteger esses bens na falta de recursos próprios para fazê-lo. Sem essa necessária integração de esforços, a possibilidade é que o reconhecimento internacional do bem como patrimônio possa, até mesmo, prejudicar as ações isoladas já empreendidas pelos países em sua porção do bem em suas fronteiras.

Referências

- AECID. Cultura y Desarrollo. Disponível em: <http://www.aecid.es/ES/cultura/qué-hacemos/cultura-y-desarrollo>
Acesso em 12 de fevereiro de 2016.
- BAPTISTON, Ivan. CATARATAS DO IGUAÇU S.A. A Gestão de um Patrimônio Natural da Humanidade. Disponível em: <http://www.cataratasdoiguacu.com.br/portal/paginas/64-a-gestao-de-um-patrimonio-natural-da-humanidade.aspx> Acesso em 15 de fevereiro de 2016.
- BELLO, Raquel. *Discursos Religiosos, Recriação Histórica e “Cultura do Caminho” nos Caminhos de Santiago*. Revista Mosaico, Goiás, v. 7, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 2014.
- BRAVO HERRERA, Fernanda Elisa. *Cooperación internacional y protección del patrimonio cultural: la gestión de la UNESCO y de la OEA*. In Cuadernos de HumanidadesN° 16, pp. 261-274, 2007.
- BURGENTHAL, Thomas; et alli. *Manual de derecho internacional público*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

BUZZO, Oswaldo. *A História do Caminho. Do Século I ao V*. Disponível em: <<http://www.oswaldobuzzo.com.br/artigos/a-historia-do-caminho-de-santiago>> .Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

CAÑELLAS FRAU, Vicente. *Cooperación y Patrimonio*. Disponível em <http://docplayer.es/13175889-Cooperacion-y-patrimonio-vice-canellas-frau.html>, acesso em 3/07/2015.

HARTEL. Jörg. Transboundary Properties. In. ICOMOS – Germany. *Transnational Serial Nominations*. Disponível em <https://journals.ub.uni-heidelberg.de/index.php/icomoshefte/article/viewFile/20065/13857>, acesso em 12/02/2017.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juani. *Gestión Del patrimonio cultural*. 3ªed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007.

IPHAN. *Dossiê de Tombamento: A Ponte Barão de Mauá*. Brasília: 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_ponte_barao_de_maua.pdf>. Acesso em: 21/11/16.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2013.

MARTINS, Roberto Duarte. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão*. 2011. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Politécnica da Catalunha. Barcelona, 2011.

MERCOSUL/CPC. *Plano de Gestão da Ponte Barão de Mauá*. Documento impresso. Disponível no acervo da Secretaria Geral do Mercosul Cultural. Montevideu, 2015.

MORALES, Lorena L. Monsalve. *Gestión Del Patrimonio Cultural y Cooperación Internacional*. Cuadernos de Cooperación para El Desarrollo nº 6. Medellín (Colombia): Escuela Latinoamericana de Cooperación y Desarrollo, 2011.

REUTER, Paul. *Droit international public*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

RIBEIRO, Wagner Costa; ZANIRATO, Silvia Helena. *Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável*. Revista Brasileira de História. vol. 26, n.51, São Paulo Jan./June 2006.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Ed. Pierópolis, Edusp, 2003.

A Payada e o Payador: perspectivas da memória.

Rossana Marina Duro Sparvoli¹

Considerações iniciais

O presente capítulo visa a realizar uma reflexão crítica, utilizando como fio condutor do raciocínio o papel da *Payada* e a relação do *Payador* com as suas comunidades de origem, sob a perspectiva de alguns dos principais teóricos do estudo da Memória e da Identidade. Tem-se como pano de fundo a declaração, em 2015, da *Payada* como primeiro patrimônio cultural imaterial do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Essas sociedades são, a saber, as dos países do Cone Sul: Argentina, Uruguai e sul do Brasil. Este artigo dar-se-á com base em alguns dos conceitos centrais estudados dentro do Programa de Pós-Graduação de Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Será feita uma discussão entre alguns dos expoentes no estudo da memória como Paul Ricoeur, Maurice Halbwachs, e Joël Candau, e, também, com historiadores importantes como Pierre Nora, François Hartog, Johann Michel e Cláudia Rosário.

¹ Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural- UFPEL, bolsista CAPES, e-mail para contato rossanasparvoliri@gmail.com .

Seria o *Payador*² a versão pampiana e moderna do Aedo arquetípico? Poderia ser ele o homem-memória, dentro da cultura tradicional do sul da América do Sul, declarado em extinção por Pierre Nora, em sua famosa introdução *Les lieux de mémoire*? Como se pode entender o papel da *Payada* na representação de uma memória coletiva reivindicada pelas sociedades do Cone Sul? Como pode ser pensada a dinâmica da relação entre o *Payador* e a comunidade na qual este se insere? Como se dá o jogo de construção dos marcos sociais na comunidade em que o *Payador* participa e como elas desembocam na formação da crença numa identidade compartilhada? Como a mudança das relações das sociedades com o tempo e o passado pode ter levado à modificação da maneira como estas se relacionam com suas memórias e seus agentes sociotransmissores? Teria a *Payada* se convertido em um lugar de memória e em um agente sociotransmissor da memória coletiva dos povos do Cone Sul?

Todas essas perguntas emergiram ao longo dos estudos realizados dentro do Programa de Pós-Graduação de Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, que proporcionou novas formas de pensar o objeto de estudo aqui proposto, que não haviam anteriormente sido vislumbradas. Com esses questionamentos em mente, buscar-se-á realizar uma reflexão crítica acerca de alguns dos temas que pareceram se destacar ao longo do primeiro semestre do curso. Buscar-se-á não apenas fazer uma exposição dos conceitos, mas realizar um debate entre os autores, expondo os pontos de convergência e divergência entre eles. Utilizou-se como guia desse debate as novas compreensões que estes lançam sobre a *Payada* e o *Payador*, e assim descobrir

² Existe a grafia em português “pajada” para este gênero artístico bem como para quem o realiza “pajador”. No entanto, no sul do Brasil ela é mais correntemente tratada por outros termos como “trova” ou “desafio” simplesmente, sendo estes nomes mais genéricos podendo ser usados para outras formas artísticas além desta específica que se vai abordar, preferiu-se evita-los. Além disso, como ela é mais presente nos países de língua espanhola, nomeadamente Argentina e Uruguai, onde a grafia é com y “payada”, “payador”, e é como ela aparece na maior parte da bibliografia sobre o tema, decidiu-se respeitar a grafia original do espanhol.

como esta discussão pode responder, ao menos em parte, às indagações propostas.

Desenvolvimento do tema

Como aponta Cláudia Rosário (2002), desde o tempo da Grécia Antiga a memória tem papel proeminente para a presentificação e eternização do passado. Os gregos antigos, através do mito de Mnemósine, retratam a importância da memória, bem como o papel fundamental que suas filhas, as Musas, entre elas a poesia e a música, têm para a manutenção e revivificação do passado. O canto do Aedo grego, que narrava em verso e música, os feitos dos heróis, a cosmologia grega, com sua visão de mundo mítica, a tradição dos antepassados, contribuía para a imortalidade do imaginário grego, do que significava *ser grego*. Era o Aedo, com suas narrativas, que tirava as pessoas comuns da mentalidade de suas atividades cotidianas e transitórias, e ajudava-as a recordar o *quem nós somos*. Na busca de evitar o esquecimento, o recordar ia além de um reconhecimento do passado e tornava-se um *reviver* no presente.

O Aedo foi, provavelmente, o primeiro *homem-memória* de que se tem registro. O homem-memória, na definição de Pierre Nora (1993), é aquele indivíduo que tinha a importante função social de *lembrar* e de fazer lembrar a sua comunidade. Era ele que fazia o esforço da busca da recordação, tal como explica Paul Ricouer (2007), dos principais eventos ocorridos, dos fatos heroicos, das guerras, das lutas, bem como das tradições, costumes, e ideais de seu povo. Era por meio de suas narrativas que agregavam todos esses elementos, que ele dizia às pessoas o que é ser “grego”, “francês”, “bretão”, “gaúcho”. Os Aedos foram talvez os primeiros, mas não foram os últimos. A figura do narrador, que guarda em sua mente a memória da comunidade, bem como a definição do que viria a ser uma *identidade reivindicada*, é presente em muitos povos e culturas e em épocas

distintas. A arte de narrar passa pelos trovadores e menestréis da Idade Média, pelos repentistas latino-americanos, isso apenas para citar alguns, e vem desembocar no sul da América do Sul, na figura do *Payador*.

Como afirma o Dossier de Candidatura da *Payada* a patrimônio cultural do Mercosul (2015), a *Payada* é herdeira de muitas tradições diferentes, que ocorreram em pelo menos três continentes distintos: Europa, África e América.

O musicólogo uruguaio, Coriúm Aharonián, expressa que a *Payada* pode ter recebido aportes muito diversos, por exemplo: a arte trovadoresca da Occitânia, da cultura do império Árabe Muçulmano, dos griots de Aguisimbia na África Subsaariana, e também das culturas indígenas da América, a trova das Alpurras e o repentismo cubano. (DOSSIER DE CANDIDATURA LA *PAYADA*, 2015,p.3, tradução nossa)

Cada cultura tem a sua maneira particular do que vem a ser este homem-memória e como o processo performático da narrativa se dá. No caso do *payador*, segundo Abbot (2015), em sua origem, ele foi o homem rural que trabalhava na lida do campo e do gado, e que ao mesmo tempo participava das guerras e revoluções pela liberdade de seu país, era o homem simples que no acompanhar de seu violão entretinha seus companheiros à noite, seja com causos curiosos da vida, com contos sofridos e heroicos da guerra, ou em embates amigáveis em que reinava o improviso. Na atualidade, o *payador* é o artista, o músico e poeta, que se dedica à arte da *Payada* e mantém essa tradição significativa para a cultura local. A *Payada* se consolidou como um gênero literário-musical, através do qual o *payador* improvisa recitações rimadas e cantadas, próximas à gesta medieval, com temas de cunho regional, acompanhadas ao som do violão que usa ritmos característicos da música gaúcha, dentre os mais usados sendo a milonga. Uma variante que também se inclui na definição é a *Payada de contrapunto*, na qual dois *payadores* se enfrentam

amigavelmente em improvisos jocosos, sobre os mesmos temas típicos.

Paul Ricoeur (2007), em seu debate com os filósofos clássicos, reafirma que a memória é a “representação no presente de um passado ausente” (RICOEUR, 2007, p.27). Ele relembra a metáfora do bloco de cera para tratar tanto da memória quanto do esquecimento, em que a alma seria como um bloco de cera no qual as marcas são “os rastros” dos eventos que vivemos, e que estes poderiam sofrer processos de apagamento, o que representaria o esquecimento. Em sua fenomenologia da lembrança, o autor explica que esta se apoia em dois polos: de um lado, em elementos da própria experiência particular do indivíduo, que viria a ser o polo da “reflexividade”, e por outro, em pontos de apoio exteriores a ele, que seria o polo da “mundanidade”. Ele ainda estabelece que há três modos mnemônicos que representam fases de transição entre estas duas polaridades, são eles: *Reminding*; *Reminiscing* e *Recognizing*.

Para este capítulo, os modos especialmente pertinentes são o segundo, e o terceiro. O *Reminiscing* é o processo da lembrança que se dá de maneira coletiva, em que a evocação da memória - da busca pelo passado - ocorre com a ajuda e a colaboração de várias pessoas, onde há o *compartilhamento* de lembranças e saberes, e a lembrança do indivíduo se apoia nas dos outros. Essa ideia se relaciona com a forma que Maurice Halbwachs (1976) explica como se dá o processo de memória coletiva dentro dos quadros sociais da memória, como também é pertinente para a discussão o que Joël Candau (2016) fala a respeito da “crença no compartilhamento de memórias em comum”, que serão abordadas mais adiante. Já o *Recognizing* se refere a um reconhecimento que é um complemento da recordação, momento em que ocorre o entendimento da recuperação da “presença do ausente”, e quando há a “re-(a)presentação” dessa lembrança, da impressão retomada. É nesta fase, também, em que a memória chega à fase declarativa, e desta forma torna-se apta para a narração.

Desta forma, o fenômeno do *Reminiscing* relaciona-se com a função do *Payador* dentro da sociedade em que ele se insere. Tanto na sua existência originária, quanto na atual, o *payador* está inserido em um contexto de rememoração de tradições na forma de causos. Na *Payada de contrapunto*, dois *payadores* trabalham em conjunto no esforço de rememorar uma lembrança cultural mítica que os dois almejam compartilhar com sua comunidade de ouvintes.

Outro conceito trabalhado por Ricouer, que é oportuno para esta discussão, é o de *narrativa*, que está relacionado com a fase do *Recognizing*, como já mencionado. Para este autor,

(...) A passagem da memória à narrativa impõe-se assim: lembrar-se, de forma privada assim como de forma pública, é declarar que “eu estava lá”. [...]E esse caráter declarativo da memória vai se inscrever nos testemunhos, nas atestações, mas também numa narrativa pela qual eu digo aos outros o que eu vivi.

Adoto, pois, dois pressupostos em minha reflexão: por um lado, tornar presente a anterioridade que foi e, por outro, estabelecê-la pelo discurso, mas também por uma operação fundamental de narrativa que identifico como “configuração”. (RICOUER, 1998, p.44)

O autor esclarece que há três estágios no tempo narrativo: a *prefiguração*, a *configuração* e a *refiguração*. O primeiro se trata do momento da experiência vivida, o segundo é o da narrativa propriamente dita, e o terceiro que trata da recepção por parte dos ouvintes, momento em que se dá a reinterpretação do passado pelo outro. (RICOEUR, 1998)

É importante esclarecer a preocupação de Ricouer em separar e delimitar os terrenos entre a *imaginação* e a *memória*. Para ele, os dois processos possuem intencionalidades distintas, a imaginação teria um caráter de fantástico e utópico, enquanto que a memória é voltada para o ato de lembrar. Neste caso, cabe a ponderação sobre o que vem a ser realmente a *Payada*, pois ela

não se trata de um testemunho baseado na descrição literal de fatos ocorridos na vida do *payador*. A sua intencionalidade não é a do relato histórico, que possui o compromisso do esforço de aproximação ao que viria a ser o ideal da “verdade científica”, por mais que ela nunca consiga ser plenamente atingida na prática. Não obstante, a *Payada* não se trata de histórias fantasiosas sem nenhum respaldo na realidade, seja ela do cotidiano da vida campeira do gaúcho, seja em fatos históricos passados. E nos seus primórdios, o *payador*, sendo o gaúcho que trabalhava com o gado e que lutava nas guerras de independência, contava causos baseados em sua experiência de vida, dando-se o direito de modificar as histórias ao seu gosto para melhor entreter seus pares. Aqui talvez se possa retomar a ideia do bloco de cera da memória, em que o *payador*, num esforço deliberado, apagaria certos traços e realçaria outros para aumentar a força de sua narrativa. No caso, dos *payadores* de hoje, eles atuam no processo de *Reminiscing* das tradições de sua comunidade, havendo o mesmo esforço de evocação apontado por Ricouer, mas no que concerne às tradições e não a fatos históricos precisos. Assim, num processo que articula os estágios do tempo narrativo de *Refiguração* e *Configuração*, o *Payador*, exercendo a função do homem-memória de Nora, é herdeiro de memórias antigas de seu povo, e, ao reinterpretá-las, faz com que permaneçam significativas para a comunidade atual, para que desta forma não se percam, e que o passado continue vivo no presente por intermédio de suas narrativas.

O trabalho de Maurice Halbwachs (1976), sobre como a memória é construída, tendo como apoio o que ele chama de “marcos sociais da memória”, também é importante para a discussão da relação do *payador* e da *Payada* para a manutenção da memória do seu grupo. Partindo de uma perspectiva sociológica no estudo dos processos da memória, ele vai um passo além das colocações de Ricouer, que já reconhecia que as lembranças poderiam ser evocadas mediante um esforço de equipe. Para

Halbwachs (1976), toda a memória parte de um construto social. Mesmo aquelas que, a princípio, retratam eventos acontecidos com uma pessoa sozinha e que esta as rememora sem a presença física de outrem, ainda estas memórias estariam dependentes dos marcos sociais. Isso porque, para este autor, *nunca estamos sós*. Nós estaríamos sempre imersos dentro de um tecido de marcos de referência que foram e são continuamente reconstruídos socialmente em conjunto. Levaríamos, portanto, dentro de nós os grupos sociais em que estamos inseridos.

Estes marcos são sistemas de ideais e pontos de referência que pautam nossos processos mentais. Os mais significativos seriam: a *língua/linguagem*, fundamental para a construção do pensamento, sendo o marco estável que oferece os meios para denominarmos as pessoas, eventos, e coisas; o *tempo*, que abrange marcos históricos tanto públicos quanto privados que, por sua vez, servem como balizas para delimitar o fluxo da passagem dos dias, meses e anos; e o *espaço*, que engloba ambientes e lugares privados ou públicos, bem como distâncias e referências geográficas. Pode-se dizer que tempo e espaço contribuem para a localização espaço-temporal da memória, ajudando tanto no processo de evocação quanto no de representação da memória. Por fim, os marcos da própria experiência, que se dão coletivamente – e são visões de mundo, dados históricos, geográficos e culturais que são absorvidos no seio dos grupos sociais em que estamos incluídos.

Halbwachs (1990), sobre certos aspectos, diminui a importância da memória individual, ao afirmar que ela é apenas “um ponto de vista dentro da memória coletiva” e uma forma de tomada de consciência da representação coletiva, relação que Candau vai não apenas questionar como inverter em sua obra. Halbwachs esclarece que a memória coletiva é distinta da história, pois esta última só começa quando a primeira não existe mais. A memória coletiva, por sua própria natureza, seria um fluxo de

pensamento contínuo que manteria o passado vivo nas consciências dos indivíduos que compartilham essas memórias.

Frente a essas colocações, a relação entre o *payador* e a sua comunidade torna-se claramente uma via de mão dupla. Como argumentado nas primeiras partes deste artigo, o *payador*, sendo o homem-memória de Nora, teria a função primordial de resguardar o passado e fazer a sua ausência presente dentro da comunidade mediante suas narrativas. Agora, com as reflexões de Halbwachs, fica claro que o *payador* não apenas influencia o seu grupo social, mas é igualmente influenciado por todo o construto social no qual ele está imerso, num processo que se retroalimenta ininterruptamente. A *Payada*, por sua vez, possui uma série de características que a distingue de outras narrativas que se processam dentro de outras culturas. Dentro dela, há a utilização de uma série de expressões e vocábulos próprios do jargão do gaúcho (marco da linguagem); as narrativas são ambientadas em cenários conhecidos diretamente relacionados com a lida campeira e a região dos pampas (marco espacial); assim como muitas se referem a fatos históricos bem conhecidos como guerras e conflitos (marco do tempo); e, por fim, elas reforçam valores, estereótipos e visões de mundo particulares do grupo (marco da experiência). Assim, a *Payada* do *Payador*, tendo em mente a teoria de Halbwachs, pode ser compreendida como uma perspectiva particular dentro das memórias coletivas das sociedades da Argentina, do Uruguai e do sul do Brasil. A *Payada* seria uma *representação* dada por um indivíduo dessas lembranças compartilhadas.

Na perspectiva de Candau (2016), a própria possibilidade da existência real de uma memória coletiva é posta em cheque. Como já mencionado anteriormente, para este autor a memória individual é quem ganha proeminência, sendo a única que pode ser cientificamente comprovada. Este antropólogo se apoia em fundamentos da psicologia e dos estudos cerebrais modernos, para

lançar a afirmativa de que cada cérebro tem uma forma particular de armazenamento das memórias.

Dentro do pensamento deste autor, há três níveis de manifestação da memória individual: a protomemória, a memória propriamente dita, e a metamemória. A protomemória é uma memória de baixo-nível, sendo a mesma memória hábito definida por Bergson (1990), ela é uma memória gestual e física referente a processos que não chegam ao nível da consciência, que regem atividades como caminhar, dirigir, falar, sentir, que são aprendidos na infância ou automatizados na vida adulta e que não são mais racionalmente questionados. A memória propriamente dita é uma memória de alto-nível, que é basicamente a faculdade da mente de recordar e reconhecer. A metamemória é a *representação dessa memória*, ou seja, é uma memória manifestamente reivindicada, e que está intimamente relacionada ao processo de construção da identidade. A identidade para Candau é uma *representação*.

No caso da memória coletiva, os dois primeiros níveis de manifestação recém-explicados seriam, por sua natureza, impossíveis de ocorrer. O único plano de existência possível é o da *metamemória*. Candau explica que o mais próximo de memória coletiva que pode vir a acontecer é a *crença no compartilhamento de um determinado conjunto de memórias sobre fatos vividos ou contados coletivamente*. Ou seja, a memória coletiva pode existir apenas na forma de uma metamemória, no sentido de que é um discurso reivindicado por um grupo que seria hipoteticamente compartilhado por todos. O ponto principal está na *crença* que o grupo tem no compartilhamento dessas memórias, e não no compartilhamento em si, que Candau questiona se é algo efetivamente possível. O autor explica que fundamental para a construção dessa crença é o uso do que ele chama de “retóricas holísticas”, que ele define como:

[...]o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos,

conjuntos que são conceituados como *outra coisa* que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos. Designamos assim, um reagrupamento de indivíduos (a comunidade, a sociedade, o povo), bem como representações, crenças, recordações (ideologia X ou Y, a religião popular, a consciência ou a memória coletiva) ou ainda elementos reais ou imaginários (identidade étnica ou identidade cultural). (CANDAU, 2016, p.29)

Para Candau, um exemplo de retórica holística é a *tradição* que vem a ser “a combinação entre a transmissão protomemorial e memorial que interagem uma sobre a outra [...], essa combinação deve estar de acordo com o presente de onde obtém sua significação.” (CANDAU, 2016, p.121). A autenticidade dessa tradição está vinculada ao sucesso no seu compartilhamento efetivo, a partir do qual o passado é mantido e ajuda a dar sentido e legitimidade ao presente. Esta ideia faz eco aos conceitos discutidos por Ricouer de que a memória é a busca pela evocação do passado no presente. Esse compartilhamento se dá mediante *sociotransmissores*, noção desenvolvida por Candau e que faz analogia ao conceito de neurotransmissores no contexto do cérebro humano. Eles agem no tecido social e visam à criação de *memórias fortes*, que ajudam a mobilizar e a orientar as memórias coletivas, entendidas, aqui, como metamemória, e que possibilitariam a crença em identidades coletivas, no sentido de uma retórica holística. Desta forma, analisando sob a ótica apresentada por Candau, o *payador* e a *Payada* poderiam ser compreendidos como *sociotransmissores* das memórias coletivas reivindicadas pelas comunidades do Cone Sul.

A discussão da relação da *Payada* e do *payador* nos processos de rememoração social que levariam à reivindicação de uma memória coletiva e, desta forma, a uma representação identitária do grupo, que, encontra-se relacionada com o seu passado e as tradições, oportuniza a reflexão sobre os usos do

passado e as políticas de memória. Como mencionado na introdução, em 2015 a *Payada* foi declarada como primeiro patrimônio cultural imaterial do MERCOSUL. Sendo assim, ela adentra no campo político da governança memorial. Mas para contextualizar tal processo, é necessário compreender as novas relações que a sociedade tem com o tempo e com o seu próprio passado.

A relação do indivíduo e da sociedade com o tempo é uma preocupação desde a época dos filósofos clássicos gregos, segundo o exame de Ricouer. François Hartog atualiza a problemática ao tratar da questão dos “regimes de historicidade” e analisa como eles mudaram nos últimos séculos. Hartog (1996) explica que os regimes de historicidade são “uma formulação erudita da experiência do tempo”. Sob um aspecto eles remetem à maneira como as sociedades lidam com o seu passado, e, sob outro ângulo, eles abrangem o próprio nível de consciência da sociedade em si. Este historiador relata que, desde a Antiguidade até o século XIX, o regime utilizado era o da história *magistra vitae*, onde o futuro não repetiria o passado, mas manteria suas estruturas sociais básicas. Esse modelo foi no último século aos poucos se esfacelando, e foi substituído pelo o que o autor chamou de “presentismo”, que vem a ser uma tendência de rompimento com as estruturas do passado, e uma supervalorização do presente que levaria também à desvalorização do futuro.

A volatilidade do presente, que velozmente torna-se passado, criou novas situações desafiadoras: ela gerou falhas nas referências definidoras das noções de identidade das sociedades. Na necessidade de preencher essas lacunas que o próprio “presentismo” criou, novas demandas de análise histórica ganharam força. Houve um movimento de valorização da história oral e da patrimonialização, com o intuito de proteger as identidades e traços nacionais, que se achavam ameaçados a partir das próprias rupturas com o passado que o “presentismo” trouxe. É neste momento que os usos políticos do passado e da memória

ganham novos contornos, tais como a institucionalização de regimes de proteção de bens, lugares e tradições que, antes, tinham seu espaço naturalmente resguardado pelas comunidades através de suas dinâmicas cotidianas.

Johann Michel (2010) explica como se deu o desenvolvimento da atuação do Estado francês na proteção e promoção dos regimes memoriais, que são o conjunto de percepções e representações das memórias da sociedade, mediado por normas criadas pelos atores públicos. O que é relevante para esta discussão, nas colocações de Michel, é que na atualidade o processo de governança memorial tornou-se mais complexo, abrangendo a participação mais atuante da sociedade civil, dos chamados “empreendedores de memórias”, bem como de organismos internacionais como a UNESCO e o MERCOSUL. Novamente insere-se o exemplo concreto da patrimonialização da *Payada* dentro do âmbito do MERCOSUL.

Esse cenário delineado por Hartog e Michel explica o porquê de a relação das comunidades locais com os seus respectivos *homens-memórias* estar em vias de acabar, bem como a emergência do fenômeno denominado *lugar de memória* por Pierre Nora. A ascensão do regime de historicidade do “presentismo” levou ao dilema, denunciado por Nora, da perda de identidades e memórias vivas pelas sociedades modernas, bem como da massificação cultural e da aceleração do tempo. Isso ocasiona a tentativa de retenção de memórias coletivas significativas para a sociedade via a criação e promoção de *lugares de memórias*, num esforço de preservar uma suposta identidade que parece se esvaír pelos dedos. O desencanto com a perda das memórias vivas da sociedade é sentido inclusive na própria definição dada por Nora do conceito de lugar de memória:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de

nosso mundo que faz aparecer a noção[...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1993, p.12-13)

Seria o processo de patrimonialização da *Payada* pelo MERCOSUL, o evento que decretaria a passagem apontada por Nora do homem-memória (o *payador*) para lugar de memória (a *Payada patrimonializada*)? Ainda é demasiado cedo para ter certeza da resposta, mas o questionamento parece inevitável. Um bem patrimonializado, em princípio não deveria mais ser alterado, para a sua própria preservação. Mas aí jaz o paradoxo do lugar de memória, no qual a lembrança, e também os seus respectivos agentes sociotransmissores, são “deformados, transformados, sovados, petrificados”, num vai-e-vem em que eles são devolvidos “nem mais inteiramente a vida, nem inteiramente a morte”.

Estando a sociedade em natural e perpétuo movimento de transformação pode uma memória congelada, ainda representar uma identidade que está em eterna construção? Ricouer nos elucida que o chamado “dever de memória” encontra-se entre uma motivação ético-política e uma obsessão comemorativa que não permitiria o esquecimento do passado, numa espécie de tirania da memória. Candau também questiona a febre patrimonial que vem ocorrendo em diversos países e em instâncias internacionais nos últimos anos. Em última análise, pode-se especular que essas ocorrências são sintomas do “presentismo” diagnosticado por Hartog.

Como Halbwachs destaca, a memória não é sinônimo de história, visto que ambos são notadamente distintos. Os diversos teóricos da memória explicam, cada um a seu turno, que a memória é uma *reconstrução passado que é diretamente influenciada pelo presente*, diferente da história que *deveria* permanecer estanque. Por essa razão que se usa a expressão “memória viva”, já que ela precisa poder se adaptar e se reconstruir ao sabor das novas demandas das sociedades nos seus “respectivos e diversos presentes” para que continue sendo pertinente para essa sociedade e siga refletindo essa memória reivindicada. Essa memória, por sua vez, é a representação da identidade que se crê compartilhar dentro do grupo social. Ricouer propõe a ideia de “justa memória”, que incorporaria o equilíbrio entre o desejo de lembrar e a necessidade de esquecer. Assim como certos rastros no bloco de cera que podem ser apagados, o processo de esquecimento, em certas circunstâncias, se faz impositivo para a própria sobrevivência da memória. É este esquecimento que “borra” os rastros no bloco de cera que dá margem ao *payador* para apresentar a sua perspectiva pessoal da memória coletiva do grupo. É ele que permite o improvisado, a criatividade, e a eterna reconstrução da memória que a atualiza para as novas gerações. E é justamente essa dinâmica que está

ameaçada com a patrimonialização da *Payada*, num processo que gera o risco de convertê-la em um lugar de memória.

Considerações finais

Ao fim da jornada proposta por este capítulo, acredita-se que se puderam responder, ao menos parcialmente, às indagações propostas na introdução, sem ainda esgotar totalmente os temas. Muito se pôde aprender individualmente com cada um dos autores aqui visitados, mas conclui-se que é possível alcançar novas compreensões quando se consegue fazê-los dialogar entre si. Buscou-se, ainda, no texto, traçar um paralelo de como os principais temas abordados - memória coletiva, metamemória, identidades, lugares de memória, a relação da memória com o tempo e com as sociedades nos regimes de historicidade e os usos políticos do passado - lançam perspectivas inovadoras sobre a *Payada* e o *payador*, bem como sobre suas relações dentro das sociedades em que ocorrem.

Finaliza-se com a síntese das principais conclusões a respeito das perguntas lançadas no começo. Chegou-se ao entendimento de que o *Payador* parece sim ser o homem-memória definido por Nora, e que ele desempenhou dentro das sociedades dos países do sul da América do sul, ao menos em seus primórdios, uma função social próxima da que o Aedo grego exercia em sua origem. Essa função é a de ser um agente sociotransmissor - tanto a *Payada* quanto o *Payador* - de uma memória coletiva reivindicada, uma metamemória, que é a representação de uma identidade cultural comum que se acredita compartilhar. Esse processo de construção da crença numa memória coletiva em comum se dá através de um círculo virtuoso de relações que se retroalimentam. O *Payador* está inserido dentro da sociedade cuja memória ele visa a resguardar, e assim é influenciado pelos marcos sociais que são construídos conjuntamente no seio deste grupo, e dos quais ele retira o

substrato necessário para a improvisação das narrativas cantadas na *Payada*.

Ao longo do século XX, consolidou-se o regime de historicidade do “presentismo”, que alterou a dinâmica milenar das relações das sociedades e dos indivíduos com o tempo e o seu próprio passado. Tal fenômeno também modificou a conexão que as sociedades mantinham com os sociotransmissores tradicionais, e trouxe a necessidade de novas formas de relacionamento com os regimes memoriais, que passaram a ser mais ostensivamente mediados pelos Estados, e mais no final deste século, também pelos grupos organizados pela sociedade civil interna dos países, e pelos organismos internacionais. Como parte da resposta a essas demandas, houve uma onda de patrimonialização de bens culturais, que ocorreu em diversos países e, inclusive, no âmbito internacional. Isso, por fim, veio a desembocar no que aparenta ser a transição, no caso específico aqui investigado, do *payador* e da *Payada*, do homem-memória (*payador*) para o lugar de memória (*Payada*). Todavia esse processo não parece ainda estar finalizado e não é possível prever quando (e se) ele se concluirá em definitivo.

Referências

- ABBOT, Milena de Oliveira. *PAYADOR, PAMPA E GUITARRA: Tempo, espaço e ecos de uma cultura*. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ppgl/files/2015/07/DISSERTAÇÃO-MILENA-DE-OLIVEIRA-ABOTT.pdf>> Acesso em: 02 out. 2016
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
- CANAU, Joel. *Memória e Identidade*. Traduzido por: Maria Leticia Ferreira. 1ª. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016. 219 p. Tradução de: Mémoire et identité.

DORRA, Raúl. El arte del payador .*REVISTA DE LITERATURAS POPULARES*, México, ano VII, número 1, p. 110-132, 2007. Disponível em: <<http://www.rlp.culturaspopulares.org/textos/13/06-Dorra.pdf>> Acesso em: 04 out. 2016

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro, Vertice, 1990

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Mouton, 1976

HARTOG, François. Tempo e História: "Como escrever a história da França Hoje?". In: *História Social*.n.3, Campinas, 1996.

MICHEL, Johann, *Du centralisme à la gouvernance des mémoires publiques*, Sens-public, 2010/02. Disponível em: <<http://www.sens-public.org/article.php3?>>Acesso em: jun. 2017

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Houry. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História / Departamento de História*, PUC-SP, N. 10. São Paulo, dez.- 1993.

PATRIMONIO CULTURAL DEL MERCOSUR *Dossier de Candidatura La Payada*. Maio de 2015. Disponível em:<<http://www.mercosurcultural.org/attachments/article/107/dossier-la-payada.pdf>> Acesso em: 04 out. 2016

RICOEUR,Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007: 27-60

RICOEUR, Paul. Arquitetura e Narratividade in: *Urbanisme*, n.303, nov/dez 1998, pp. 44-51

ROSARIO,Claudia C. *O lugar mítico da memória*. Morpheus, ano 1, n.1, 2002

Imaterialidade do patrimônio de imigração: o caso da Serra dos Tapes/RS

Cristiano Gehrke¹

Considerações iniciais

Nos últimos anos, estimulados por políticas patrimoniais, tem-se assistido à criação de uma série de instituições museológicas, centros culturais e memoriais com o objetivo principal de preservar as memórias e histórias de diferentes acontecimentos, personagens, locais.

Este fenômeno, que teve início no pós Segunda Guerra Mundial e continua ocorrendo de forma sistemática até os dias atuais, já foi abordado por outros pesquisadores em outras oportunidades. Joël Candau (2011, p. 10) fala de um mnemotropismo; Andreas Huyssen (2000, p. 42) da “compulsão pela memória”, de “um *frenesi* pelo patrimônio”, do “boom da memória” e de uma “intensa criação de mercados da memória”; François Hartog (2015, p. 265) chama de ascensão do patrimônio.

É neste contexto que surgem na Serra dos Tapes, a partir dos anos 2000, uma série de instituições museológicas voltadas para a preservação da memória histórica dos grupos de imigrantes europeus que colonizaram a região a partir do século XIX. Além

¹ Doutorando em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: cristianogehrke@gmail.com

destas instituições foram criados também, uma série de empreendimentos turísticos que fazem o uso de uma pretensa herança cultural, como principal elemento de promoção de seus circuitos e serviços.

Neste sentido, nos propomos no presente artigo, fazer uma breve reflexão sobre como a criação desses empreendimentos memoriais e desses circuitos turísticos propiciou o retorno de práticas antes já em franco esquecimento e como transformou outras práticas, antes tidas como corriqueiras, banais, em símbolos de uma identidade étnica.

Deste modo, num primeiro momento faremos um breve retrospecto histórico acerca de outras iniciativas em solo brasileiro que fizeram o uso do passado migrante como elemento central no sentido de estimular a indústria turística. Além disso, faremos um apanhado geral sobre o processo de colonização na Serra dos Tapes, falaremos ainda sobre o processo de criação de museus, “casas de memória” e dos circuitos turísticos e por fim, analisaremos as práticas culturais de caráter imaterial que consideramos como sendo as mais significativas para os grupos que nos propomos a estudar.

A Serra dos Tapes e o patrimônio de imigração

A região conhecida como Serra dos Tapes fica localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul, no Escudo Cristalino Sul-riograndense, que “na geografia política atual abrange os municípios de São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão e Morro Redondo” (CERQUEIRA, 2011, p. 872).

Esta região, a partir de meados do século XIX passou a receber de forma sistemática imigrantes de diferentes origens étnicas, entre os quais se destacam numericamente os alemães/pomeranos, italianos e franceses.

Instalados principalmente na região colonial do então município de Pelotas, estes imigrantes, depois de instalados, se dedicaram à agricultura de subsistência e à criação de pequenos animais. Com o passar dos anos, a região verificou um significativo desenvolvimento. Algumas dessas colônias mantiveram-se de certo modo isoladas, o que permitiu com que uma série de manifestações culturais pudessem ser preservadas, manifestações essas que nos propomos a analisar na sequência.

Quando optamos a falar sobre memória ou patrimônio de imigração é importante destacar que uma das primeiras iniciativas no Brasil em estudar e valorizar esta temática, ocorreu no estado de Santa Catarina no ano de 1991 (o surgimento da ideia ocorreu neste ano, mas a implantação definitiva e oficial da iniciativa ocorreu somente no ano de 2007). Trata-se do chamado *Roteiros Nacionais de Imigração* que é fruto de parceria entre a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e que contou com a colaboração do Ministério da Cultura (MinC), do Ministério do Turismo (MTur), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Governo de Santa Catarina e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O projeto *Roteiros Nacionais de Imigração* insere-se no “conjunto de ações de reconhecimento e valorização da contribuição das diversas etnias na formação da identidade cultural brasileira”, de acordo com o *sítio web* do IPHAN². São quinze os municípios que fazem parte da rota turístico-cultural³. Estes municípios estão localizados no nordeste do estado de Santa Catarina e são caracterizados como sendo locais com uma presença representativa de descendentes de imigrantes poloneses, ucranianos, alemães e italianos.

²<http://portal.iphan.gov.br/>, acessado em 08/10/2017.

³Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Indaial, Itaiópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Pomerode, Orleans, Nova Veneza, Rio dos Cedros, Rio do Sul, São Bento do Sul, Urussanga e Timbó.

O projeto tem como objetivo principal proteger e auxiliar a gerir o patrimônio cultural daqueles municípios, através da estruturação de roteiros culturais de visitação, viabilizando atividades econômicas alternativas voltadas para a sustentabilidade local. Além disso, o projeto se propõe a “tornar conhecido” e valorizar o patrimônio dos imigrantes, viabilizando a sobrevivência de aspectos culturais típicos daquelas regiões e grupos (IPHAN, 2007, s.p.).

Em função deste exemplo ocorrido em território catarinense, além de outros aqui mesmo no Rio Grande do Sul, tais como a Rota Romântica em Gramado e o Caminho das Casas de Pedra em Bento Gonçalves, teve início no ano de 2008 o projeto do *Circuito de Museus Étnicos na Serra dos Tapes*.

A ideia inicial, que foi apresentada sob forma de comunicação no Congresso de Iniciação Científica daquele ano pelo presente autor e pela então acadêmica do curso de turismo Mariciana Zorzi, orientados pelo professor Fábio Vergara Cerqueira (GEHRKE, ZORZI, 2008), foi amadurecendo e tomou maiores proporções, ficando mais completo do ponto de vista de sua abrangência, uma vez que já não se limita tão somente a visitar as instituições museológicas que fazem parte do circuito, mas sim a explorar toda a paisagem cultural da região e dar conta de apresentar aos visitantes diferentes manifestações culturais, sejam elas tangíveis ou intangíveis.

Antes disso, mais precisamente no ano de 2006 foi criado o Museu Etnográfico da Colônia Maciel, no oitavo distrito do município de Pelotas/RS, cujo objetivo principal é servir como local para a preservação da memória histórica dos imigrantes de origem italiana que chegaram à região a partir do ano de 1885. No ano de 2008, quando da comemoração dos 150 anos da chegada da primeira leva de imigrantes de origem alemã-pomerana aquele município, foi criado na localidade de Bom Jesus, o Museu da Imigração Pomerana, visando a preservar objetos e memórias dos

primórdios da imigração e narrar um pouco mais da importância que tal grupo étnico teve na história da região.

Já em 2009 era criado na Vila Nova, o Museu da Colônia Francesa, com o objetivo de preservar elementos culturais da colônia de franceses do município de Pelotas.

Deste modo, identificamos que a criação desses museus e também a criação de roteiros turísticos cujo foco era voltado para as manifestações culturais diretamente relacionadas à história dos imigrantes, estimulou, de certo modo, a manutenção de práticas culturais, algumas dessas ainda em uso, mas que passaram a ser ressignificadas, outras já em franco abandono, mas que passaram a ser novamente praticadas.

Vale destacar que não estamos afirmando que este interesse ocorreu somente após a criação destas instituições, o que sabemos é que por volta dos anos 2000 surgem as primeiras discussões neste sentido na região e, conseqüentemente, temos neste período, além da criação destes museus, o surgimento de circuitos turísticos, a abertura de empreendimentos que fazem uso de uma pretensa herança cultural migrante como um elemento que os diferencia dos demais e cuja herança cultural e identidade étnica passam a ser objeto de publicidade. O que podemos afirmar é que tanto a criação destes museus, dos circuitos turísticos e das “casas de memória” na região, quanto esse interesse por questões relacionadas ao patrimônio, se inserem dentro de um fenômeno mundial citado anteriormente.

As manifestações culturais de caráter imaterial na Serra do Tapes

Quando tiveram início as pesquisas para a criação do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, em 2006, um dos elementos que nos chamou a atenção no local, foi uma profissão quase em vias de extinção na região: o ofício de tanoeiro.

Naquele momento, tivemos a oportunidade de presenciar a confecção de uma das últimas pipas pelo senhor João Casarin. Além disso, presenciamos ainda outro elemento muito importante: o processo de transmissão do seu conhecimento, herdado dos seus antepassados, ao seu neto, o jovem Rodrigo Casarin, então com 24 anos.

No processo de fabricação das pipas, que seriam utilizadas para o armazenamento do vinho produzido na propriedade, foram utilizados somente materiais preparados pelo seu João Casarin. A madeira de eucalipto, por exemplo, era preparada na sua oficina de marcenaria e as cintas de metal e eram forjadas na ferraria que ficava nos fundos de sua propriedade.

Conforme o senhor João, as maiores pipas da sua adega podiam comportar até 400 litros de vinho e todas foram confeccionadas por ele, seguindo os ensinamentos do seu avô, o senhor Emilio Casarin, imigrante italiano que veio para o Brasil em 1887.

Em seu relato, o senhor João afirmava que era importante avaliar inclusive a árvore que seria utilizada, ou seja, era importante escolher uma árvore sem muitos galhos, uma vez que os nós prejudicariam a flexibilidade da madeira e poderiam causar alguma fissura no momento em que fosse efetuada a dobra. Era também importante saber determinar a idade aproximada da árvore: esta não poderia ser nem muito nova, sob risco de a pipa apodrecer logo e também de não suportar a grande pressão, nem muito velha, sob risco de a madeira não ser muito flexível e ficarem arestas, prejudicando assim a funcionalidade de pipa.

Foi-nos relatado também a substituição da madeira que seus avós fizeram, uma vez que em solo brasileiro o carvalho, que seria a madeira utilizada na Itália, não existia em abundância. Deste modo os antepassados do senhor João procuraram uma madeira com a mesma durabilidade e que não alterava o sabor do vinho após o período de fermentação e armazenamento.

As pipas utilizadas pelo senhor João Casarin, possuem em torno de 1m20cm de altura por 90cm de diâmetro, e são feitas de ripas de madeira de eucalipto, presas apenas por cinturões de metal (sem qualquer tipo de prego), que variam de quatro a sete cinturões.

O fundo e a tampa destes recipientes são tábuas redondas, que darão o limite de curvatura das ripas. O processo de fabricação de uma única pipa dura em torno de 30 dias. Neste tempo estão incluídos a escolha e o corte da árvore, o corte e o plainamento da madeira, a confecção dos cinturões de ferro na ferraria, além da “curtição”⁴ pela qual a madeira deve passar, processo este que serve para aumentar a flexibilidade da mesma.

Depois de montada a pipa, as frestas que permaneceram abertas foram fechadas com cera de abelha. Foi feito um furo na tampa para colocação do suco da uva e depois um outro furo no corpo da pipa para instalação da torneira para a retirada do vinho.

Todo esse processo e conhecimento foram adquiridos através da observação de seus antepassados e foi passado para as futuras gerações pelo senhor João Casarin, conforme tivemos o privilégio de presenciar.

Chamava a nossa atenção na propriedade do seu João Casarin, e também em outras propriedades, como a do seu Jordão Camelatto e do senhor João Bento Schiavon, o processo de cultivo de videiras. Esse cultivo era feito de diferentes formas. As parreiras poderiam ser plantadas de forma a formar os “varais” horizontal ou verticalmente. A opção ficava a cargo de cada produtor. Além desse cultivo o processo de colheita da uva e a fabricação de vinho e suco de uva é outro aspecto que merece ser mencionado.

Aqui a divisão sexual do trabalho ficou muito evidente. Os homens iam para a lavoura fazer a colheita e em seguida faziam o processo de produção do vinho. Já as mulheres ficavam em casa preparando e limpando os recipientes e mais tarde atuavam na

⁴ A madeira, já cortada, fica mergulhada em um recipiente com água.

produção dos sucos. Tudo feito artesanalmente, conforme a senhora Noêmia Casarin: de acordo com os ensinamentos de sua avó.

A importância destas manifestações, desse “saber fazer” para a comunidade é muito representativa. Daniel Peter Victoria (2009) fez um estudo no qual destaca que questões identitárias na Colônia Maciel perpassam uma série de fatores, e um dos mais relevantes é justamente a produção do vinho. O autor aponta que o fato de produzir vinho faz com que os moradores da região se sintam “italianos”.

A herança de antepassados e o modo de preparo do vinho é também citado por diferentes empreendedores na região. Em algumas vinícolas existem “mini museus familiares” onde estão objetos usados pelos patriarcas italianos, fotografias e passaportes que são utilizados pelos atores sociais como elementos de autenticação de seus discursos.

Verifica-se que em algumas das adegas localizadas na Colônia Maciel, há uma preocupação em deixar claro que o vinho é, atualmente, produzido da mesma forma que no século XIX, ou que o “costume” de sua produção teria sido aprendido com os seus antepassados.

Na adega do senhor João Bento, por exemplo, sempre que um turista visita o local este é recebido pelo proprietário, que após as boas-vindas, lhes narra a sua trajetória familiar e em seguida mostra uma fotografia de seus ancestrais, que teriam vindo da Itália, bem como o passaporte da família, que foi emoldurado e que acaba servindo como um objeto que certifica/autentica o seu discurso.

Na adega do senhor Jordão Camelatto, no local em que são comercializados os artigos que sua família produz, se encontram expostos objetos utilizados pelos antepassados na produção de vinho, ou seja, é uma forma de mostrar ao visitante que a produção de vinho é algo tradicional, e que acompanha a família há gerações (GEHRKE, 2013).

Dentre as práticas de lazer temos os tradicionais jogos de bocha (existe uma cancha de bocha dentro do terreno da igreja, no salão que fica em anexo à casa paroquial), os jogos de carta e as festas populares (festa de igreja), que gozam de uma grande importância na região. A mais tradicional é a festa da paróquia de Sant'Anna que ocorre no mês de fevereiro.

No âmbito da alimentação temos a produção de compotas e a polenta que é outro elemento de grande importância na região e cujo consumo quase que diário faz com que os moradores da região se identifiquem como sendo “verdadeiros italianos”, pois conforme pode ser verificado nos relatos preservados no Museu Etnográfico da Colônia Maciel, além de produzir e tomar vinho, comer polenta seria outro aspecto que define os moradores da região como sendo “italianos”.

Entre os imigrantes descendentes de franceses temos a produção de doces (pasta de pêssego, compotas) que é um elemento de identificação com a etnia francesa e que serve como uma espécie de marcador de diferença em relação aos demais grupos étnicos.

Já entre os descendentes de imigrantes pomeranos temos uma série de práticas alimentares que se mantiveram preservadas ao longo dos anos de forma quase que inalterada. Aqui o saber fazer dos alimentos, os ingredientes utilizados e o contexto de seu consumo podem inserir esses imigrantes dentro do rol de práticas culturais consideradas patrimônio daquele grupo. A produção do pão caseiro (seja com farinha de trigo ou de milho) em fornos externos, muitas vezes feitos de barro, local onde também são produzidas as tradicionais cucas é um claro exemplo disso. Existe ainda a produção dos bolinhos de batata crua ralada, do peito de ganso defumado e um dos pratos mais produzidos e também mais apreciados que é a sopa de galinha, que além do consumo cotidiano, tem um consumo ritualístico durante os casamentos.

Conforme Joana Bahia (2000, p. 155) consumo da sopa de galinha está associado à simbologia que a ave tem para aquele

grupo. A galinha sempre faz muito barulho em situações de perigo. Seu consumo na véspera do casamento (consumo principalmente dos pés) seria uma forma de os noivos terem certeza de que nada atrapalharia a sua felicidade enquanto casal, uma vez que a galinha consumida serviria como uma espécie de amuleto, uma forma de proteção contra qualquer interferência externa.

Aqui é interessante destacar que nos relatos por nós coletados, os depoentes atribuem ao consumo da sopa de galinha um número relativamente baixo de divórcios na região, enquanto que na zona urbana, segundo eles, porque não preparam nem consomem a sopa no dia do casamento, esse número seria muito mais significativo.

Ainda sobre a sopa existe todo um ritual no processo de preparo. Tivemos a oportunidade de observar alguns casamentos. Seu preparo começa ainda na sexta-feira, quando os vizinhos da noiva levam uma das galinhas mais gordas da sua propriedade e presenteiam os pais da noiva com a ave. Reunido um número significativo de galinhas, estas são abatidas e são cortadas em pedaços.

As partes menos nobres tais como a moela, pescoço, asas e principalmente os pés (daí vem o nome da sopa: *huinapoudasup*, que numa tradução literal seria sopa de pés de galinha) são usadas no preparo da sopa que será servida aos noivos e às pessoas que estão ajudando nos preparativos da festa na sexta-feira à noite. É essa sopa que tem poderes mágicos, segundo a tradição.

Já as partes “nobres” da galinha são usadas no preparo da sopa que será servida aos convidados no sábado ao meio dia.

A sopa só pode ser preparada por mulheres. E não é qualquer mulher. Só podem ser mulheres mais velhas e que são casadas.

Nos casamentos existe ainda outro ritual que é o quebra-louças. Essa é mais uma forma de espantar os maus espíritos que poderiam prejudicar os noivos. São os noivos que tem a função de

juntar os cacos e assim eliminar sozinhos, simbolicamente, todo e qualquer problema que possa vir a surgir.

O costume das mulheres em fazer bordados com mensagens, orientações para o dia a dia ou conselhos e recomendações, que podem ser escritos tanto em alemão, quando em português, e que são utilizados como elementos de decoração nas cozinhas, ainda é bastante praticado nos dias atuais e tem suas origens em tradições dos antepassados, como comprovam os acervos do Museu da Imigração Pomerana ou mesmo os relatos por nós coletados. Esses Bordados só eram feitos em dias de chuva. Nos dias de tempo bom, a mulher não podia perder tempo com “futilidades”, sua força de trabalho era necessária na lavoura ou fazendo os serviços domésticos.

Temos ainda a questão do dialeto, que é praticado por quase toda a comunidade de origem pomerana no município de São Lourenço do Sul e que nos últimos anos vem tendo um incentivo, tal como a promoção de eventos que visam a sua valorização.

Através do dialeto temos ainda a propagação de uma série de relatos da existência de seres míticos e histórias que fazem parte do folclore local (*Tiltap, Ullaspiegel*). As cantigas tradicionais também são expressadas no dialeto. Há também as sociedades de canto, que além de estimularem o uso do dialeto e o ensino de cantos entoados em diferentes momentos (casamentos, festas, velórios) promoverem anualmente festas e concursos muito populares em toda a região.

Por fim, temos ainda o tradicional jogo de carta conhecido como *schafkopf*, que é praticado inclusive nas escolas, pelas crianças.

Considerações finais

Podemos afirmar que a memória é um elemento central na reivindicação identitária de diferentes grupos sociais. Além disso, no caso dos descendentes de imigrantes de italianos, franceses e

alemães que residem na Serra dos Tapes, as diferentes manifestações culturais de caráter imaterial tem um peso relativamente grande nessas reivindicações identitárias.

Percebemos assim, que as identidades étnicas passaram por diferentes fases, por diferentes momentos conforme o contexto social, político, econômico, histórico e cultural. Compreendemos que passado mais de um século da chegada dos primeiros imigrantes à região, uma série de manifestações culturais características destes grupos se sobressaem quando comparados com outros, não sendo necessário, portanto, a intromissão nem do poder público, e muito menos de instituições ou indivíduos com o objetivo de manter preservadas determinadas características, que, do ponto de vista destes, correriam risco de desaparecimento.

Acreditamos que manifestações culturais de caráter imaterial devem ser registradas, basicamente pela importância histórica que possuem, mas de forma alguma deve-se buscar uma cristalização de tais manifestações, de forma alguma deve-se impor algo às populações.

Assim, enquanto na Colônia Maciel, em Pelotas, o sentimento identitário de italianidade é estimulado pela produção do vinho, em São Lourenço do Sul é a prática do dialeto pomerano que assume esse papel. Já entre os franceses, na Vila Nova, também em Pelotas, essa identificação vem perdendo força ao longo dos anos, seja pela diminuição do número de descendentes que residem na região, seja pela heterogeneidade da atual colônia francesa, que atualmente conta com pessoas de diferentes origens étnicas.

O saber fazer é valorizado a ponto de ser este conhecimento considerado como elemento central na definição de quem é, e quem não é alemão/italiano/francês.

Aqui é bom fazer uma nota: na quase totalidade dos relatos por nós coletados ou analisados, existe um sentimento identitário muito forte, tão forte que os indivíduos antes de se considerarem

brasileiros, se consideram italianos, alemães. Já entre os franceses isso não é tão forte.

É claro que a identificação étnica perpassa uma série de outros aspectos. Questões econômicas, como aponta o antropólogo argentino Gaston Julian Gill (2007, p.302), ou a ascendência (o sobrenome é algo muito valorizado na região) têm um peso grande nessa identificação. Mas um dos aspectos mais importantes se refere justamente às práticas cotidianas que são herança de seus ancestrais.

A forma de comunicação/expressão, as práticas de trabalho, os hábitos alimentares, as crenças no sobrenatural, o respeito pela natureza, a forte religiosidade, as festividades são questões que foram passadas de pai para filho, possuem uma grande relevância na comunidade e são elementos que diferenciam e identificam culturalmente estas comunidades como pertencentes ou não a um determinado grupo étnico, o que nos permite afirmar que são práticas culturais que podem ser identificadas como manifestações de caráter imaterial, ou seja, são patrimônios imateriais daquelas comunidades.

Mesmo que as instituições responsáveis pela tutela/registro dessas manifestações não as considerem como tais, pelo simples fato de serem praticadas por comunidades relativamente pequenas, de pouca expressividade no cenário nacional ou mesmo regional, isso não significa que a população que os vivencia, que os pratica cotidianamente, não as considera como tais.

Vale sempre deixar claro também, que estamos tratando de comunidades rurais, nas quais a quase totalidade dos habitantes são agricultores e que muitos não tiveram oportunidade de frequentar instituições de ensino por um período superior a 4 anos (o que fica claro nos relatos por nós analisados). Neste sentido, conceitos e termos tais como patrimônio cultural, manifestações culturais, identidade étnica são termos que no mundo acadêmico são comuns e conhecidos, mas que são ignorados por grande parcela da população que habita aquela região.

O que contudo não é ignorado são os sentimentos de pertencimento, identificação e afetividade o que faz com que ocorra uma valorização de tais práticas, valorização talvez até superior à preservação de bens culturais materiais, como por exemplo as antigas residências e galpões que por questões utilitárias e mesmo de segurança passam por constantes remodelações no sentido de modernização visando a atender aos anseios atuais. Mas essas alterações, essas mudanças, não influenciaram o seu conhecimento tradicional, as suas práticas cotidianas, pelo contrário, em alguns casos as reforçaram.

Referências

BAHIA, Joana. Práticas mágicas e bruxaria entre as pomeranas. In: *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*. Porto Alegre: ano 2, n. 2, p. 153-176, 2000.

CANDAUI, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. In: *Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: memória, patrimônio e tradição*. Pelotas: Ed. UFPel, p.905-915, 2011. Disponível em: <https://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/mesa-serra-dos-tapes.pdf>, acesso em 15 fev.2014.

GEHRKE, Cristiano. *Imigrantes italianos e seus descendentes na zona rural de Pelotas/RS: representações do cotidiano nas fotografias e depoimentos orais do Museu Etnográfico da Colônia Maciel*. 2013 390f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas 2013

GEHRKE, Cristiano. ZORZI, Mariciana. Circuito Étnico de Museus: uma proposta de museus integrados na Serra dos Tapes. In: *Anais do XVII Congresso de Iniciação Científica – UCPEL*. Pelotas, UCPEL, 2008

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, n^o 36: p.261-273, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>, acesso em 15 set. 2015.

HUYSEN, Andreas. En busca del tiempo futuro. In: *Puentes*. p.12-29, 2000. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=1641832&pid=So717-554X201200030000500018&lng=es, acesso em 20 set. 2014.

IPHAN. *Roteiros nacionais de imigração* – Santa Catarina. Guia do Patrimônio cultural do Sul de Santa Catarina. Florianópolis: IPHAN, 2010.

JULIÁN GIL, Gastón. Las identidades regionales italianas en la Argentina y la reinvencción de la etnicidad. In: *Estudios migratorios latinoamericanos*. Buenos Aires: CEMLA, n^o 63, p. 299-330, 2007.

VICTORIA, Daniel Peter. *O vinho e a italianidade: um estudo sobre identidade na Colônia Maciel em Pelotas-RS*. Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História– UFPEL. Pelotas, 2009.

Percepções do patrimônio histórico e cultural por estudantes de uma escola pública da cidade de Santo Ângelo-RS

Juliani Borchardt da Silva¹

Considerações iniciais

A presente pesquisa buscou identificar as percepções dos alunos de uma escola pública² do município de Santo Ângelo-RS³ acerca do patrimônio histórico e cultural local, identificando as principais referências culturais para este grupo através do uso que os mesmos possuem destes bens e espaços. A temática apresentada tem se mostrado abrangente em seu campo de análise e discussão, sejam eles sociais, antropológicos, culturais, filosóficos, de direito, arquitetura e tantos outros que buscam compreender suas dinâmicas na atualidade, sendo cada perspectiva, colocada

¹ Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. E-mail: juossette@hotmail.com

² Escolheu-se para a aplicação da referida pesquisa o Instituto Estadual de Educação Odão Felipe Pippi, maior educandário de abrangência da 14^a Coordenadoria Regional de Educação do Rio Grande do Sul, hoje com 1.500 alunos (dados referentes ao ano de 2017).

³ Fundada em 1706 pelo Padre Jesuíta Diogo Haze, compôs um dos Sete Povoados desenvolvidos no que hoje é território Brasileiro durante o chamado Segundo Ciclo Missioneiro. Teve seu declínio com a Guerra Guaranítica motivada pela assinatura do Tratado de Madrid em 1750. Em seguida seu território foi ocupado por Portugueses repovoadores e imigrantes de diversas etnias. Hoje possui em torno de 76 mil habitantes e é detentora de um legado patrimonial e histórico referência para todo o Estado do Rio Grande do Sul.

conforme sua área, seu interesse ou grupo de sujeitos estudados. O que se torna inevitável, no entanto, é a necessidade de olhares cada vez mais atentos e que dialoguem com os sujeitos envolvidos em cada processo onde bens e percepções culturais estejam envolvidos, percebendo e reconhecendo suas representações, produções de sentidos e conflitos existentes nas negociações do campo patrimonial.

O processo de patrimonialização ocorre, em primeiro lugar, através do reconhecimento via instâncias governamentais competentes e responsáveis por consagrar e salvaguardar os principais elementos culturais e identitários representativos da sociedade e de seus diversos grupos. Esse procedimento tem se mostrado em muitas situações, elitizado e seletivo, a partir do qual apenas os elementos arquitetônicos advindos das camadas sociais mais abastadas são contemplados com o reconhecimento institucional e salvaguardados pelo Estado, deixando de lado, na maioria das vezes, a produção cultural, histórica, simbólica, patrimonial, paisagística, e de territórios produzidos e representativos de grupos e camadas sociais inferiores economicamente, e sem poder de influência junto a instâncias governamentais.

Em situações onde mecanismos de participação social existem no diagnóstico de bens patrimoniais a serem reconhecidos pelo Estado, o processo de reconhecimento se torna mais próximo às identificações produzidas pelos sujeitos que ali habitam e, conseqüentemente, estes auxiliam o poder público na própria salvaguarda destes bens, havendo assim uma apropriação social resultante deste vínculo afetivo social. Este tipo de caso ainda pode ser considerado excepcional na maioria dos processos de patrimonialização, infelizmente. Isso porque ainda permanece em nossa sociedade a ideia de que algo só é 'patrimônio' ou 'importante' se possuir o reconhecimento por parte do Estado, não prevalecendo por si só os níveis de uso ou afeto que os grupos possam fazer de determinados espaços ou objetos, fazendo com

que muitas vezes os próprios sujeitos não reconheçam suas práticas ou bens edificados como algo importante para o coletivo numa esfera institucional.

Neste sentido, torna-se indispensável o desenvolvimento de instrumentos de participação social, que podem ser produzidos tanto na esfera governamental, quanto na própria sociedade civil. Na esfera pública, podem ser desenvolvidos espaços de participação social através de conselhos de políticas públicas na área, bem como, a produção de eventos como conferências municipais para discutir ações e estratégias de proteção patrimonial diretamente com as comunidades envolvidas. Outra ação existente em muitos Estados e municípios são os Orçamentos Participativos, onde a população elege áreas prioritárias para investimentos e ações do poder público, direcionando recursos estrategicamente para os setores que acreditam ser prioridade para o desenvolvimento destas comunidades.

No campo da sociedade civil organizada, podem ser fundadas instituições como ONGs⁴, Associações e OSCIPs⁵ que auxiliarão na salvaguarda de bens patrimoniais através de ações, projetos, fiscalização e proposição de políticas públicas para o setor, podendo estas atuarem de forma conjunta e participativa, inclusive, com o próprio poder público na elaboração de estratégias de desenvolvimento na área. Tais grupos também são importantes para a conscientização e difusão da temática junto à sociedade, desmitificando muitos tabus e informando a população sobre a importância de proteger sua cultura, patrimônio e consequentemente suas memórias.

Cabe lembrar, que o conceito de patrimônio cultural foi se alterando com o passar do tempo, possuindo ainda distintas interpretações conforme as percepções e ideias de cada sociedade. Um exemplo disso são as formas de concepção dos bens culturais

⁴ ONG: Organização Não Governamental.

⁵ OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

no Ocidente em comparação ao Oriente ou Ásia. Sendo estas duas concepções distintas, ambas interferem na forma como cada grupo se relaciona com os seus referenciais simbólicos e arquitetônicos, bem como a maneira como se dará sua proteção e difusão perante o restante da comunidade e a transmissão destes bens às futuras gerações. Como campo de disputas ideológicas, políticas e identitárias, o patrimônio histórico tem servido como constituidor de discursos legitimadores de Estados e Governos que buscam, historicamente, se consolidarem como portadores de determinadas características que formarão a cultura daqueles que ali habitam, criando um passado comum com o qual todos possam conviver, bem como projetando bases identitárias para o futuro. Essa necessidade faz com que conflitos ocorram, bem como que elementos culturais sejam apagados e rejeitados em determinadas sociedades: é o processo de lembrar *versus* esquecer, numa dinâmica de escolha que determinará o que será predominante em termos culturais, arquitetônicos, espaciais e simbólicos numa sociedade. Assim, elegem-se elementos de uma sociedade em prol de outros que deverão ser esquecidos, numa decisão geralmente política, visando à criação de um discurso fundador, oficial e identitário comum, conforme preleciona Ricoeur:

(...) Para a memória artificial, tudo é ação, nada é paixão. Os lugares são soberanamente escolhidos, sua ordem oculta a arbitrariedade da sua escolha; e as imagens não são menos manipuladas que os lugares aos quais são destinadas (2007, p. 80)

Os elementos escolhidos para serem “esquecidos”, nem sempre são extirpados da sociedade, permanecendo nas práticas e nos discursos sociais de forma “subterrânea” e não legitimada pelas esferas governamentais. É o que geralmente ocorre com as

práticas culturais populares e imateriais⁶, que só recentemente começaram a ser visitadas e reconhecidas institucionalmente como elementos relevantes formadores da identidade nacional, por exemplo.

Neste trabalho, de forma ainda seminal, espera-se escutar a voz de uma parcela de estudantes de um educandário público da cidade Santo Ângelo (RS) sobre as suas percepções acerca do patrimônio existente neste município, podendo os resultados apontar para elementos distintos daqueles oficiais introduzidos por órgãos governamentais como relevantes da cultura e da cidade. Para o desenvolvimento da investigação, além de pesquisa bibliográfica, fez-se um trabalho de campo na escola onde se escolheu trabalhar. O trabalho foi realizado junto aos alunos do Ensino Médio do turno matutino, os quais receberam informações básicas referentes à pesquisa, seus objetivos, contextos, bem como da temática que envolve o estudo, a fim de não haver dúvidas no momento destes responderem ao questionário proposto, o qual foi aplicado a todos que desejaram participar da pesquisa.

Espera-se que o trabalho sirva como instrumento de inclusão para esta parcela da população, jovens estudantes de escola pública, via de regra, esquecidos e desconsiderados das políticas públicas no segmento patrimônio histórico bem como de incentivo para futuras pesquisas na área, que ainda se mostram incipientes nesta localidade, principalmente com abordagens, públicos e enfoques distintos dos habituais, estimulando a educação através do patrimônio histórico, o conseqüente uso sustentável destes espaços, assim como a elaboração de políticas públicas de inclusão e de reconhecimento destes sujeitos e de seus referências na discussão e na salvaguarda pública dos bens patrimoniais.

⁶ O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer bens imateriais em sua listagem de patrimônios. A convenção de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO de 2003 foi um marco nesta área.

Patrimônio histórico-cultural: afetividade e uso

A proteção do patrimônio histórico a partir de seu uso através do grupo que o detém, deveria ser a premissa de qualquer sociedade realmente identificada com os bens ali consagrados como legitimadores de sua cultura e das distintas identidades que a compõem. A crítica ocorre quando a escolha destes elementos é feita basicamente de forma autoritária, vertical e burocrática, sem considerar os anseios e percepções da comunidade que habita nesse espaço. Fonseca lembra bem esta questão ao afirmar que:

No caso da preservação, é preciso lembrar que o exercício da liberdade na seleção dos bens a serem preservados e na produção da justificativa para o seu tombamento deve assentar em critérios explícitos e que encontrem um razoável grau de consenso junto à sociedade. (2005, p. 169)

O consenso acerca do qual o autor fala seria uma identificação, por uma parcela da sociedade, em relação ao bem a ser salvaguardado. Não havendo representatividade nessa escolha, o reflexo direto é a falta de afetividade dos sujeitos diante desses espaços que, se não forem extremamente cuidados pelo poder público, serão abandonados, esquecidos e depredados, não tendo nenhum tipo de uso efetivo para a comunidade, perdendo completamente seu sentido patrimonial, o qual seria justamente o de valorizar identidades, culturas, histórias e elementos representativos da pluralidade que compõe a memória dessa sociedade. Neste sentido, Castriota lembra ainda que:

O fato é que as decisões sobre a conservação do patrimônio sempre lançaram mão, explícita ou implicitamente, de uma articulação de valores como ponto de referência: a última instância vai ser a atribuição de valor pela comunidade ou pelos órgãos oficiais que leva à decisão de se conservar (ou não) um bem cultural. Assim, as políticas de preservação trabalham sempre com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma

memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. (2009, p. 15)

O processo de escolha do que preservar parte, via de regra, de disputas identitárias, ideológicas, culturais e discursivas de distintos grupos que visam à permanência, à exclusividade ou ao reconhecimento de seus elementos como os legítimos portadores de verdade, as quais passam a servir de parâmetro e referência aos demais. Estes conflitos, muitas vezes subliminares e até mesmo não identificados publicamente, ocorrem basicamente na demarcação de discursos e territórios que são consagrados e conseqüentemente reproduzidos como referências culturais daquela comunidade, exaltando alguns elementos em detrimento de outros, os quais terão como destino provável o esquecimento e o abandono. Cabe ressaltar que neste jogo conflitual de discursos, os bens a serem esquecidos podem resultar, por outro lado, segundo Ricoeur (2007, p. 452), numa memória impedida, fazendo com que os sujeitos desenvolvam memórias encobridoras, nas quais referências e narrativas muitas vezes são desordenadas dos fatos e acontecimentos vivenciados, desconectando-os de suas próprias culturas e identidades.

No campo da proteção patrimonial, cabe reforçar ainda o que prevê a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 216, que diz:

§ 1º. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (Constituição Federal Brasileira de 1988)

Neste sentido, a responsabilidade pela salvaguarda dos bens, segundo a Constituição Federal, é do Poder Público tanto em suas esferas Federal, Estadual e Municipal, incluindo a colaboração dos

cidadãos. Sabe-se que na prática, as ações que envolvem o poder público se limitam apenas ao ato legal e declaratório do reconhecimento do imóvel ou bem como patrimônio, ficando na maioria das vezes o ônus da manutenção destes espaços para seus proprietários. A quantidade de bens reconhecidos impossibilitaria, provavelmente, que sua manutenção fosse realizada exclusivamente pelo Estado, porém as dificuldades não findariam neste quesito, afetado por deficiências de apoio técnico e profissionais qualificados, mas também afetaria a utilização e destinação destes espaços após seu processo de patrimonialização nos órgãos competentes, sendo seu uso ainda um desafio na maioria dos casos.

Para além das discussões oficiais de reconhecimento dos bens patrimoniais, é imprescindível reconhecer, que há elementos que, mesmo não institucionalizados como “bens tombados”, possuem um apelo afetivo e de valoração junto a parcelas da população que os identificam com tais, representando-os como pertencentes à suas vidas. Tais elementos são produzidos nos contextos sociais dos grupos, sendo compartilhados em seus sentidos, a partir dos quais a afetividade e o pertencimento fazem com que os sujeitos se apropriem destes como seus. Leite lembra que:

(...) os afetos “possuem um caráter universal, são expressivos e, sem exceção, comunicativos no sentido de que implicam em contágio”. O contágio é uma propriedade fundamental dos afetos. Isso porque um afeto é sempre “percebido no social”. A condição humana é conduzida pelos afetos. “Nascemos com eles”. As pessoas “suscitam afetos”. (LEITE, 2005, p. 105)

O desenvolvimento de afetos, em especial os relacionados às referências patrimoniais e simbólicas produzidas pelo homem, o que na antropologia se denomina cultura, é socialmente (re) produzido no seio das relações dos sujeitos que compõem o grupo, que elegem determinados sentimentos que serão expressos e

manifestados através da materialidade destes objetos, prédios e/ou espaços, dos quais, provavelmente, se desprenderá todo esforço para que estes discursos e sentimentos sejam alocados e impregnados constantemente a fim de que os mesmos não se percam em virtude do surgimento de outros.

Através do fator afetividade, os órgãos reguladores do patrimônio histórico podem nortear parte de suas ações no que tange ao delineamento dos critérios para a salvaguarda dos bens materiais das comunidades que anseiam por terem reconhecidas suas identidades. Neste sentido, Fonseca lembra que:

(...) Porém não basta uma revisão de critérios adotados pelas instituições que têm o dever de fazer com que a lei seja aplicada, tendo em vista a dinâmica dos valores atribuídos. É necessária, além disso, uma mudança de procedimentos, com o propósito de abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural. (FONSECA *apud* ABREU, 2003, p. 67)

Como já citado anteriormente, o espaço de diálogo e de participação é elemento primordial para que o patrimônio histórico possua um grau razoável de aderência às expectativas sociais, aplicadas inclusive ao uso que se fará do mesmo, seja ele no campo simbólico, cultural, turístico ou financeiro. Pode-se dizer que o uso de destino destes bens é determinante para sua efetiva manutenção, proteção, difusão e fruição social ou o seu contrário: abandono, esquecimento, depredação e ruína. Nesta lógica, sem uso, não há sentido de existência e de reconhecimento de elementos que não possuem representatividade e afetividade perante os sujeitos envolvidos.

Isso não quer dizer que tecnicamente bens edificados ou imateriais não devam ser reconhecidos simplesmente porque não possuam o ‘apelo da maioria’, cabendo aí ao Estado e aos grupos organizados determinarem a melhor forma de uso e de reprodução destes bens na sociedade, estimulando seu consumo e

potencializando sua difusão coletiva, que talvez só não os valorize por simples falta de conhecimento da relevância dos mesmos para a coletividade. Entretanto, uma questão se mostra importante: a necessidade da aplicação de novas ferramentas para o reconhecimento do que é representativo para as comunidades, a fim de que o “reconhecido” tenha a cara daqueles que o utilizam e valorizam dentro da lógica de afetividade e pertencimento.

Análise das percepções referentes ao patrimônio histórico e cultural no Instituto Estadual de Educação Odão Felipe Pippi

Após contato realizado com a direção do educandário, optou-se pela aplicação do questionário junto aos alunos matriculados no ensino médio diurno⁷. No total foram aplicados 174 questionários⁸, sendo 50% desse universo para o público do gênero masculino e 50% para o feminino. A escola possui uma aparente diversidade étnica sendo que, ao responder ao questionário, os alunos assim se identificaram: 48% como brancos, 37% como pardos, 8% como negros, 3% como amarelos, 2% como mulatos e 2% como indígenas. Neste contexto, pode-se concluir que, muito embora a escola seja pública, e esteja localizada em uma zona periférica do município, a maioria de seus alunos se considera branco ou pardo, o que poderia, numa primeira hipótese, influenciar nas referências simbólicas que os mesmos pudessem possuir dos referências culturais existentes na localidade.

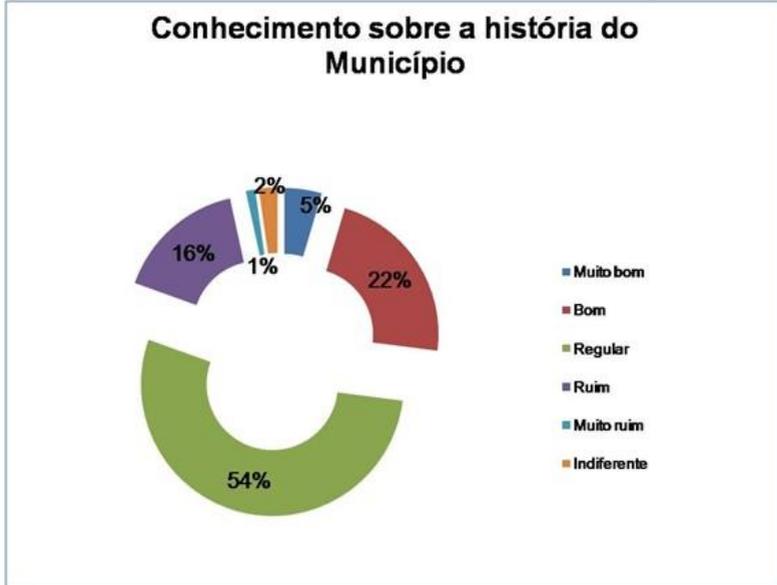
Questionados sobre o conhecimento que possuíam sobre a história de Santo Ângelo, a maioria (54%) considerou regular sua

⁷A escolha se deu principalmente pela abertura dos mesmos à proposta da pesquisa, demonstrada pelo interesse dos alunos diante das conversas iniciais da direção da escola e da pesquisadora desta pesquisa. Considerou-se ainda que no turno da manhã houvesse um universo maior de participantes do que o noturno, bem como o perfil dos alunos, tendo em vista que para alunos do ensino fundamental a dinâmica e a linguagem deveriam ser distintas, demandando outros mecanismos a fim de verificar suas percepções sobre a temática.

⁸ O questionário foi aprovado dentro do projeto da respectiva pesquisa junto ao comitê de ética da instituição de ensino, respeitando, assim, todos os critérios da legislação vigente referente ao tema.

informação nesse quesito, sendo a opção “muito bom” correspondente apenas a 5% dos entrevistados.

Gráfico 01: Conhecimento sobre a história do Município



Fonte: Aplicação de questionário, 2017.

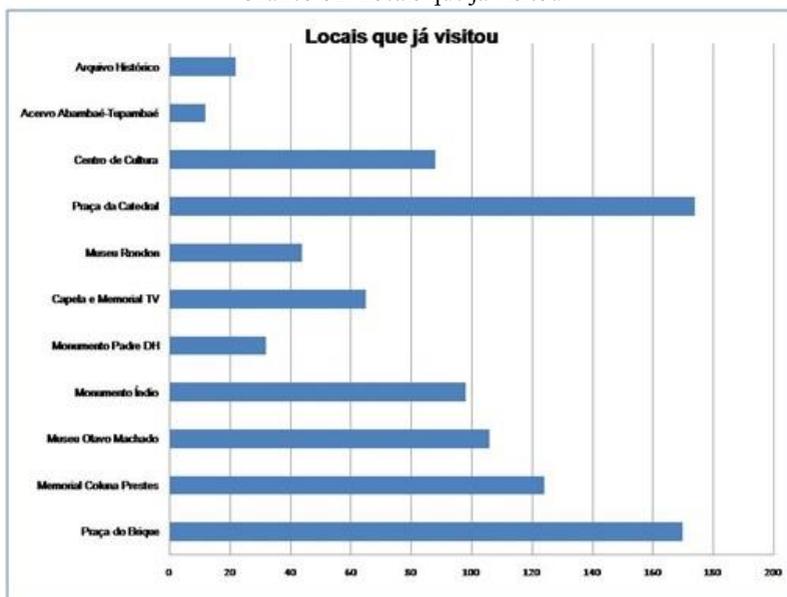
Estes dados apontam para a hipótese de uma fragilidade que estes discentes possuem no que se refere à sua formação no quesito história local, o que se deve provavelmente ao fato dessa temática ser abordada apenas como conteúdo programático do quinto ano do ensino fundamental, podendo ser assim considerado incipiente e frágil diante de todas as possibilidades de abordagens que o assunto poderia ter na rede de ensino da região. Tal fragilidade se reflete em parte dos resultados, considerando seu conhecimento sobre a história local “ruim” 16% dos alunos entrevistados e “muito ruim” 1% destes.

Outra hipótese que estes números podem indicar é que os instrumentos culturais do município (museus, memoriais, centro de cultura, centro histórico, arquivo histórico, etc.), bem como as ações governamentais realizadas são insuficientes e ineficientes

para este público, o qual não é diretamente atingido pelas (poucas) políticas públicas existentes no setor. Este dado é constatado ao se verificar que no município não existem ações específicas voltadas ao patrimônio histórico direcionadas a estes estudantes, o que indica que os entrevistados que disseram possuir conhecimento regular, provavelmente saibam menos do que acreditam saber sobre sua própria história.

Nesta lógica, quando questionados sobre os locais que conhecem e/ou já visitaram e frequentam, as respostas apresentadas indicam basicamente dois principais espaços: Praça da Catedral⁹, localizada no Centro Histórico da cidade e a Praça do Brique¹⁰, ambas situadas no centro da cidade de Santo Ângelo, ou seja, em locais estratégicos e privilegiados geograficamente.

Gráfico 02: Locais que já visitou



Fonte: Aplicação de questionário, 2017.

⁹ Seu nome oficial é Praça Pinheiro Machado.

¹⁰ Seu nome oficial é Praça Leônidas Ribas.

Nota-se que locais como o Arquivo Histórico, o Acervo Abambaé, o Museu Marechal Cândido Rondon e o Monumento ao próprio fundador do Município (Padre Diogo Haze) não são totalmente visitados ou conhecidos pelos entrevistados (mesmo também estando localizados em áreas privilegiadas da cidade), o que indica um não reconhecimento destes como espaços representativos de sua história e conseqüentemente de suas memórias de vida e de legitimação social.

Neste sentido, voltamos aos argumentos anteriores para justificar tais dados: 1) estes espaços, em sua maioria, foram criados e desenvolvidos através de ações do governo local para “impor” um discurso histórico oficial da cidade, o qual não parece estar sendo absorvido por estudantes de ensino médio desta escola pública simplesmente por não serem representativos de suas identidades e/ou pelo fato do próprio governo não desenvolver ações de educação patrimonial que incentivem à afetividade dos mesmos junto aos público alvo da pesquisa. 2) A realidade dos sujeitos entrevistados, pelo menos numa visão superficial, não parece estar contemplada nos espaços culturais existentes na cidade, criando distanciamento e o não reconhecimento desses lugares patrimonializados por parte dos sujeitos que poderiam utilizá-los justamente para reforçar suas identidades. 3) no que se refere à importância do uso do espaço, aqueles que mais podem ser utilizados parecem ser apropriados de forma preferencial pelos entrevistados, apontando assim para a necessidade de se pensar as dinâmicas de uso para um pertencimento em relação ao patrimônio histórico. Nesta lógica, a importância poderia estar não nos objetos e espaços em si, mas na significação e manutenção de vínculos que estes podem proporcionar ao grupo através de seu uso, acarretando assim um elo de pertencimento. Nestas dinâmicas, cabe lembrar que o conhecimento e a sensibilização podem auxiliar no processo de afetividade dos bens, o que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) caracteriza de educação patrimonial, como:

(...) os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014, p. 19)

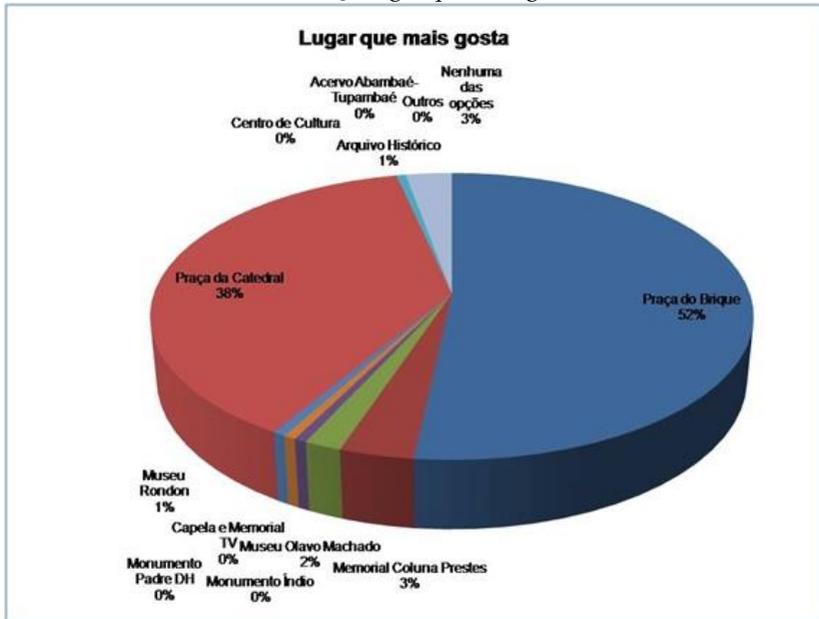
Assim, educar através das referências culturais patrimoniais se torna uma experiência rica e eficaz, trazendo os discentes às realidades locais de sua região e a sua formação histórica e cultural, as quais são representadas e manifestadas através de distintas maneiras na atualidade. Cabe às instituições de ensino e seus profissionais, devidamente habilitados, utilizarem deste valioso recurso em suas práticas pedagógicas, inclusive de forma interdisciplinar, moldando assim formas mais atrativas de docência e, conseqüentemente, de educação e conhecimento dos alunos, que participarão e se sentirão mais pertencentes tanto à escola quanto à cidade e seus bens culturais, reproduzindo, assim, discursos e ações de cuidado em relação a estes espaços. Nesse sentido, Lemos preleciona que a educação popular direcionada a todos os envolvidos e interessados no processo de proteção dos referenciais simbólicos é fundamental:

Sem dúvida, tornamos a repetir, a base correta do “como preservar” está na elucidação popular, na educação sistemática que difunda entre toda a população, dirigentes e dirigidos, o interesse maior que há na salvaguarda de bens culturais. (2010, p. 119)

Em contraponto, é importante ressaltar também que o poder público deve reconhecer elementos e bens que sejam representativos dos diversos grupos que compõem a pluralidade sociedade, a fim de que os sujeitos, além de conhecerem a cultura e suas distintas representações, se reconheçam nela e a reproduzam de forma viva, dinâmica e que proporcione seu compartilhamento futuro.

Questionados sobre o lugar da cidade que mais gostam, a resposta dos entrevistados foi a seguinte:

Gráfico 03: Lugar que mais gosta



Fonte: Aplicação de questionário, 2017.

A hipótese primeira levantada nesta pesquisa seria a de que os mesmos, em sua maioria, optassem pela Praça da Catedral em virtude do apelo simbólico nela existente, pelo processo de valorização incentivado pelo poder público bem como pelos principais eventos oficiais do município que são realizados neste local, assim como por esta praça ser o ponto de encontro social de

parcela da população aos domingos à tarde, servindo de ponto de sociabilidade. Ao contrário do que se imaginou, os entrevistados manifestaram que o espaço com o qual mais se identificam era a Praça do Brique.

Essa escolha pode estar motivada por dois aspectos principais: 1) a referida praça possui uma ampla pista para a prática de skate, podendo este ser um fator determinante para o uso e a consequente afetividade destes jovens que se identificam com aquele espaço e; 2) sua localização geográfica é favorável em relação à escola onde o questionário foi aplicado, ficando a cerca de 1,5 km de distância, o que também favorece o fluxo e o uso deste público naquele espaço.

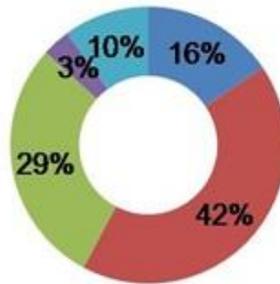
Enquanto a Praça da Catedral aparece em segundo lugar em uso pelos entrevistados, devido ao seu enorme fator de sociabilidade, alcançado devido a sua localização no Centro Histórico da cidade, o uso e a afetividade destes jovens junto à Praça do Brique se deve à constituição de um ponto de referência específico, criado para esta parcela da população, diferente do que ocorre na outra praça, cujo uso é mais abrangente. Estes jovens, mesmo não sendo aparentemente percebidos no uso deste espaço, fazem dele o seu refúgio para manifestação de outras práticas que expressam suas maneiras de pensar e imaginar a sociedade e o mundo onde vivem, sendo o skate apenas uma delas. Cabe questionarmos, a título de registro, a possível carência de ações e políticas públicas que adolescentes entre 14 e 17 anos sofrem na atualidade, sendo a adoção de espaços como o da praça e sua pista de skate, locais chave para o encontro e o desenvolvimento destes vínculos entre sujeitos que passam a compartilhar elementos culturais e simbólicos que formam suas identidades e referências sociais.

Questionados sobre o fluxo de uso, a resposta dos entrevistados demonstra o seguinte:

Gráfico 04: Brique da Praça: uso

Brique da Praça: uso

■ Diariamente ■ Semanalmente
 ■ Mensalmente ■ Anualmente



Fonte: Aplicação de questionário, 2017.

Uma parcela considerável do público entrevistado utiliza o espaço da Praça do Brique semanalmente (42%), seguido de mensalmente (29%) e diariamente (16%), o que se conclui que de forma geral a respectiva praça é utilizada de forma regular pelos entrevistados, o que consequentemente cria vínculos destes sujeitos em relação a este local, acarretando assim, como efeitos: a) o não abandono do espaço público; b) o monitoramento que os próprios usuários fazem do local para que o mesmo não seja depredado; c) a manutenção do espaço pelos usuários e a cobrança de que o poder público faça o mesmo; d) a criação de entidades e associação civis específicas que utilizem o espaço, por exemplo. Nesta praça há grupos de *skatistas* organizados, bem como uma associação que realiza um brique¹¹ dominical com ações culturais e de artesanato há

¹¹ Espaço para artesãos da cidade e região comercializarem seus trabalhos e produtos.

mais de 25 anos; e) criação de políticas públicas para a juventude através da secretaria de cultura, educação ou de esporte¹².

A afetividade de um grupo pode assim motivar o desenvolvimento de inúmeras ações e estratégias que, no todo, acarretarão a consequente proteção de locais e ambientes consagrados pela própria comunidade como importantes para suas vidas, independente de haver uma formalização institucional patrimonializando determinados espaços, o que não é garantia de sua efetiva proteção e aderência junto à população. É importante destacar ainda que diante de uma sociedade plural, os sujeitos tendem a se identificar com distintos locais e elementos simbólicos, não impedindo, por exemplo, que estes mesmos alunos que primeiramente se identificaram com a Praça do Brique, não utilizem, gostem e também se sintam pertencentes (em proporções distintas) com outros locais da cidade, ou que mudem com o passar do tempo e conforme sua idade e prioridades, de locais e o uso que consequentemente farão deles.

Desta forma, longe de uma hierarquização que muitas vezes a temática tende a impor, deve-se ter sensibilidade e ações que reconheçam as distintas formas de uso e identificação dos diversos espaços simbólicos existentes numa localidade, cada um com seu grau de expressividade para grupos e segmentos diversos, sendo todos importantes para o reconhecimento do patrimônio histórico como elemento fundamental para a manutenção e fortificação das culturas e identidades locais.

Questionados ainda sobre se conheceriam algum espaço patrimonial depredado em Santo Ângelo, 57% manifestou que sim, apontando que o público entrevistado possui a percepção do que seja depredação, perda e descaracterização destes espaços na paisagem urbana. Não se podem indicar aqui quais seriam estes espaços nem seus possíveis depredadores, os quais em muitos casos podem ser

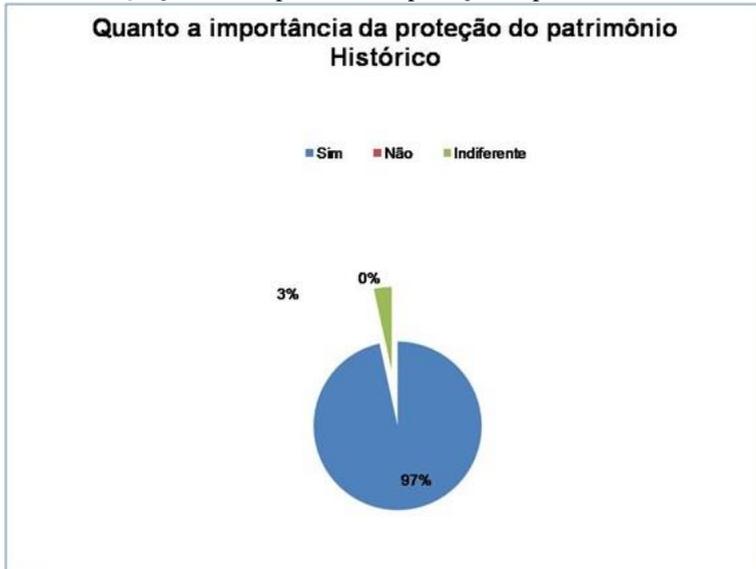
¹² As quais, como já foi citado, ainda não existem, porém podem ser impulsionadas com a organização destes que utilizam a praça, por exemplo.

provenientes da própria faixa etária dos entrevistados, que justamente não se identificam com as referências e espaços existentes na cidade, necessitando assim deixar sua marca e mensagem de contrariedade perante um sistema excludente, que não os ouve e enxerga, num processo de invisibilidade deste segmento.

É óbvio que este processo de depredação pode ser elemento advindo de outros grupos que também não se reconheçam como os elementos escolhidos para representar a identidade do município e, como já ressaltado anteriormente, respondam à maneira como geralmente o processo de patrimonialização ocorre: de forma vertical, sem a participação da comunidade e distante de um planejamento sustentável de uso e manutenção destas edificações/espacos/paisagens, resultado de um processo geralmente político e unilateral.

Os entrevistados possuem a seguinte percepção sobre a importância da proteção do patrimônio histórico:

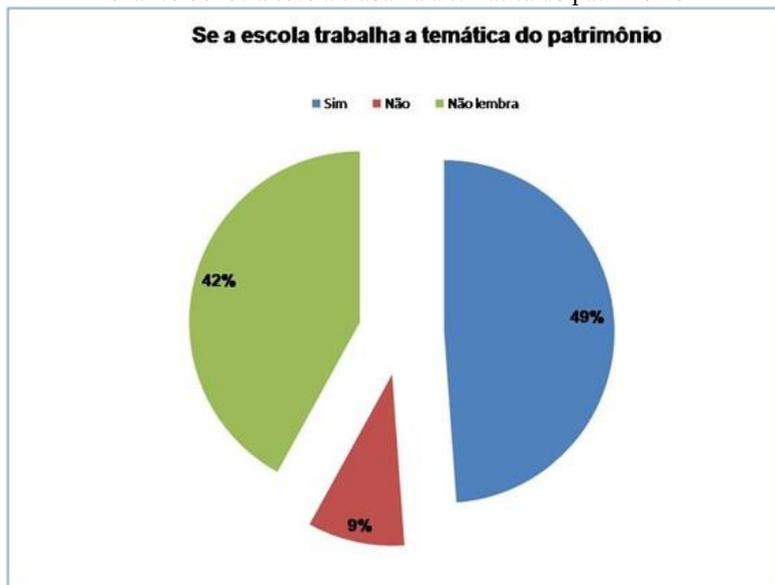
Gráfico 05: Quanto a importância da proteção do patrimônio histórico



Fonte: Aplicação de questionário, 2017.

Para 97% dos estudantes é importante a proteção do patrimônio histórico, demonstrando assim que os mesmos, dentro de suas lógicas constituídas daquilo que seja relevante e considerado patrimônio histórico, ou seja, a praça e tudo aquilo que ela representa como elemento de sociabilidade, imaginário, esporte e paisagem, devem ser mantidos, pois são significativos para as concepções que os mesmos possuem do que seja fundamental para suas vidas. Tal ideia pode sim, ser aplicada pelos entrevistados a outros locais, bem como futuramente a outros elementos que possam vir a ser configurados como representativos da cultura local. Essa representação é imprescindível para a formação de uma mentalidade destes sujeitos diante da temática, propiciando que tenham condições de se posicionar em momentos decisivos sobre o assunto bem como reivindicar seus aspectos identitários e memoriais, quando necessário. Essa postura pode ser reflexo, segundo os próprios entrevistados, das ações que a escola desenvolve sobre a temática:

Gráfico o6: Se a escola trabalha a temática do patrimônio



Fonte: Aplicação de questionário, 2017.

Aparentemente, a escola não trabalha, pelo menos de forma direta, segundo os estudantes, com questões relacionadas ao patrimônio histórico, apesar de 49% considerarem que isso ocorra. Tais dados aparentam certa ambiguidade nas percepções que os entrevistados tiveram neste item, demonstrando que puderam, por exemplo, ter considerado como ação, aulas referentes à disciplina de história, na qual relações com esta temática podem ser efetivadas de forma superficial. Podemos supor também, para aqueles que referem não se lembrar da abordagem de tal temática, que a mesma não tenha sido feita no ambiente escolar ou que, tendo ocorrido, tenha sido incipiente ou ineficiente a ponto de terem sido esquecidas.

O fato é que as abordagens direcionadas a um uso mais prático e eficiente dos espaços e bens consagrados institucionalmente no município de Santo Ângelo, direcionados a uma educação para o patrimônio a estudantes de escolas públicas, em especial a do ensino médio, parecem distantes da praticidade e da efetividade, servindo os marcos patrimoniais, aparentemente, como meros atrativos turísticos de uma paisagem que não contempla a diversidade dos grupos existentes na cidade, sendo seu uso, primeiramente, para os ‘outros’.

Considerações finais

Para que um espaço considerado de relevância patrimonial seja preservado, é fundamental que o mesmo tenha um uso eficaz, sustentável e permanente. A afetividade dos estudantes do ensino Médio do Instituto Estadual de Educação Odão Felipe Felipe Pippi apresentou, ao contrário do que se imaginava, a Praça do Brique como aquele lugar com que os estudantes mais se identificaram e mais frequentaram em seu dia-a-dia, demonstrando assim um aspecto instigante e preocupante para as políticas públicas quando o assunto é ouvir estes sujeitos bem como direcionar ações que

virem ao reconhecimento dos espaços que estes indivíduos apontam como representativos de suas culturas. A praça do Brique, identificada como elemento principal para estes jovens, não é consagrada oficialmente pelo poder público como um bem cultural, muito menos possui elementos culturais, arquitetônicos, paisagísticos ou históricos que possam a tornar, via de regra, um patrimônio histórico da cidade. Por isso ela deixou de ser importante e representativa para um grupo de sujeitos? Não! Isso nos faz pensar que a noção de patrimônio deve ir além de concepções tradicionais do que se pensa como próprio patrimônio de uma comunidade, abrindo assim possibilidades de discussão, análise e até mesmo de proteção para locais que diretamente fujam daquilo que tradicionalmente se concebe como tal. Certo é que o patrimônio deve atender, em primeira instância, à vida, às percepções e aos interesses culturais dos sujeitos que vivem nestas localidades, sendo imprescindíveis para sua própria existência e sociabilidade a sua manutenção e a sua salvaguarda, seja ela via Estado ou pelo próprio grupo que a detém.

Entretanto, historicamente, as escolhas dos elementos patrimoniais edificados tendem a seguir a lógica elitista e verticalizada dos governos que legitimam espaços e discursos e que perpetuam poder e glória para a história da cidade. Aspectos advindos das classes subterrâneas geralmente são desconsiderados do processo dialógico patrimonial, sendo estes geralmente renegados ao esquecimento. Ouvir estes sujeitos é reconhecer elementos e discursos que podem inclusive se contrapor com aquilo que se deseja transmitir e comunicar como o oficial, belo e original de um povo.

Ao iniciar esta pesquisa, imaginava-se que o resultado seria óbvio: os estudantes indicariam como principal espaço de convivência e de afetividade a Praça de Catedral, espaço este que possui prédios históricos e uma carga simbólica muito forte. Grande surpresa foi quando os dados apresentados demonstraram que um espaço completamente diverso despontava como o

preferido destes jovens. Uso? Afetividade? A criação de um ponto de referencia e de encontro, supostamente em virtude de uma pista de *skate* mudou toda a perspectiva de um espaço. Se a pista não existisse o uso seria o mesmo? As respostas teriam indicado esta praça como a preferida? Eu acredito que não. A idade e as percepções de vida destes sujeitos são elementos determinantes para que as respostas indicassem este espaço como o preferido. Se a pesquisa fosse realizada com outro perfil de entrevistados, provavelmente os indicativos seria outros. A questão é: para este grupo o importante é que a praça, e provavelmente a pista de *skate*, constituem elementos fundamentais para o seu no cotidiano, fazendo parte da constituição de suas vidas, relações, memórias, sociabilidades e identidades.

O reconhecimento através do afeto fez com que este grupo indicasse a praça do brique como prioritário em seu uso cotidiano, apontando assim (e até alertando) para que uma atenção maior a este local possa ser dedicada em ações e projetos futuros que visem ao maior reconhecimento e valorização também por parte do poder público, não apenas em relação à praça, mas também à prática do *skate*, entre outras que possam ser representativas desse segmento da população, como por exemplo, outras práticas desportivas. A afetividade, longe de estar apenas relacionada aos sentimentos que os sujeitos possuem em relação a alguém ou algo, cria vínculos que, neste caso, podem auxiliar na constituição das relações identitárias e culturais destes jovens acerca de um espaço, sendo este ponto de referência, sociabilidade, diálogo e manutenção de suas ideias enquanto jovens desta faixa etária. Espera-se que as conclusões desta breve e modesta pesquisa sirvam de incentivo para que outras sejam desenvolvidas na área, tão carente de abordagens e olhares atentos, sensíveis e interdisciplinares, a fim de suprir demandas e lacunas acadêmicas ainda existentes.

Referências

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Site.

CASTRIOTA, Leonardo Garcia. *Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos*. São Paulo: Editora Annablume, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

LEITE, Ivanise. *Emoções, Sentimentos e Afetos: uma reflexão sócio-histórica*. Araraquara: Junqueira e Marin Editores, 2005.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico*. 2. Ed. – São Paulo: Brasiliense, 2010.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro. Doutrina, Jurisprudência e Legislação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O Homem e a Comunicação: A Prosa do Mundo*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX. Do monumento aos valores*. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

RICOEUR, Paul. O esquecimento. In: *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007, p. 423-462.

Memórias afundadas e os balseiros das barrancas do Rio Ivaí - Paraná

Bruna Morante Lacerda Martins¹

Henrique Manoel da Silva²

Considerações iniciais

A partir das últimas décadas do século XX, os debates acerca da preservação do patrimônio ambiental têm despertado o interesse dos órgãos de salvaguarda. Esta emergência decorre de impactos gerados por ações humanas na natureza e inúmeros fatores, tais como: o processo de globalização, de ressignificações das identidades, disseminação de valores ocidentais, da aceleração do capital nos domínios ambientais, da modernização da agricultura, de empreendimentos hidrelétricos e entre outros elementos (RIBEIRO; SCIFONI, 2006).

As convenções das instituições unilaterais constituem parâmetros para a proteção do patrimônio ambiental. Em 1972, as recomendações da “Conferência sobre o Meio Ambiente Humano” organizada pela ONU³ em Estocolmo e a “Convenção Relativa à

¹ Doutoranda em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. Professora Colaboradora da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão. CAPES. brunamorante@gmail.com.

² Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá. h-manoel@uol.com.br.

³ Organizações das Nações Unidas.

Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” adotada pela UNESCO⁴em Paris, fortalecem o reconhecimento da natureza a partir dos elementos estéticos, biológicos e científicos como parte integrante do patrimônio da humanidade. Posteriormente, os debates foram suscitados durante a “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento” realizada em 1992, e, reafirmados com “Rio +20” em 2012, ambas sediadas no Rio de Janeiro (RIBEIRO; SCIFONI, 2006).

Na década de 80 do século XX, ocorreu umas das primeiras ações de salvaguarda com a patrimonialização do Parque Nacional do Iguaçu, localizado entre a tríplice fronteira do Brasil-Argentina-Paraguai, como bem natural da humanidade pela UNESCO. Em outro momento, o sentido de patrimônio ambiental é reforçado na “Constituição de 1988”, embora esse debate tenha sido provocado a partir da criação do “Código Florestal” em 1965.

Neste sentido, o patrimônio ambiental se insere no processo histórico entre a sociedade e a natureza, levando em conta as suas articulações e as contradições no espaço vivido, apropriado e usado (ARRUDA, 2009; ALMEIDA, 2012). Nas palavras de Scifoni e Ribeiro (2006, p.112), “O patrimônio ambiental inscreve-se na memória dos diversos grupos que compõem a sociedade e considera o vínculo destes com uma natureza transformada em objeto de ação cultural, em objeto de apropriação social”. Este entendimento transcende o sentido de oposição entre a natureza e a cultura, tendo em vista que os elementos naturais circunscrevem nos objetos, práticas e representações.

As correlações entre cultura e natureza são provenientes das identidades e memórias dos grupos e sujeitos históricos, por isto, o patrimônio ambiental desenvolve um importante papel para o conhecimento, preservação e a manutenção dos vínculos de pertencimento. É imprescindível levar em conta os modos experienciais e as particularidades dos recursos naturais enquanto

⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

representações da historicidade e das reminiscências (i)materializadas no espaço habitado.

Neste íterim, pretendemos analisar a importância do rio Ivaí, localizado no estado do Paraná, como patrimônio ambiental. Para tanto, o procedimento metodológico adotado está pautado em entrevistas e fotografias de balsas e balseiros existentes em dez pontos ao longo dos 685 km de extensão do curso fluvial. A relevância em estudar as balsas e balseiros se faz por se constituírem em testemunhos da formação das pequenas cidades, fato que reforça a tese do rio na qualidade de patrimônio ambiental.

Ivahy, Ubay e Ivaí: um rio "intocado"

“Não quero ser o grande rio caudaloso.
Que figura nos mapas. Quero ser o cristalino fio d’água.
Que canta e murmura na mata silenciosa”- Fio d’água (KOLODY,
1951).

A poetisa paranaense Helena Kolody nos chama atenção em seus versos para irmos além da compreensão do rio enquanto caminho “natural” das águas, mas como espaço geográfico de representações entre as sociabilidades, memórias e histórias, que correm por seu curso. Gandara assinala que “Os rios não são simples suporte físico. É paisagem, lugar onde as pessoas se abrem aos mistérios da natureza, ao patrimônio simbólico, possibilitando a interpretação como terreno da criação cultural” (GANDARA, 2012, p.19). Os sujeitos transformam os rios em espaços vividos, em consonância com mapas das suas reminiscências, que transbordam em saberes e fazeres, objetos, danças, pinturas, canções e etc., em consonância com a preservação dos aspectos físicos, biológicos e geológicos.

O nome Ivahy, Ubay ou Ivaí significa “rio das frutas” no Dicionário Sociolinguístico Paranaense de Francisco Filipack

(2002). São encontradas “laranjeiras ácidas” e “ladeados de bananeiras” pelos viajantes nas ribanceiras aos arredores do rio. As variedades das frutas são relatadas por John Elliot escrito em 1845:

[...] rodando em vista de muitas ilhas grandes e pequenas cobertas de relva e poderosas árvores, entre as quaes haviam jaboticabas, jatúbas, jenipápos, guavirovas, e de outras fructas saborosas [...], além das fructas mencionadas limões galegos” (ELLIOT, 1930, p.28).

O “rio das frutas” é o principal curso fluvial que confere o nome a bacia hidrográfica, limitando-se ao norte com a Bacia do rio Paraná, Piquiri e Iguaçu e ao sul com a Bacia do rio Piraponeia e Tibagi. O rio Ivaí nasce na confluência dos rios dos Patos e São João, na Serra da Boa Esperança, no segundo planalto do Paraná, segue o percurso de cerca de 685 km até sua foz desaguar no rio Paraná, no município de Doutor Camargo (PEREIRA; SCROCCARO, 2010). Os principais afluentes da margem direita são: Alonso, Peixe ou Paranaíba, Ribeirão Keller, Anhumá; e na margem esquerda são Corumbataí, Ligeiro, Mourão, Antas e dos Índios (MAACK, 1968, p.51).

Os órgãos oficiais e os geógrafos divergem sobre a subdivisão da bacia. Para a Secretaria do Meio Ambiente “[...] está dividida nas seguintes Unidades Hidrográficas de Gestão de Recursos Hídricos: Alto Ivaí e Baixo Ivaí, esta última agrupada à bacia do Paraná 1” (PEREIRA; SCROCCARO, 2010, p.104). De acordo com Parolin et al (2010), são reconhecidos três trechos distintos: o Alto Ivaí que vai das nascentes até a região do município de Prudentópolis, medindo 220 km; Médio Ivaí, estende a região do terceiro planalto, medindo 380 km; e o Baixo Ivaí, entre os municípios de Mirador e Guaporema até a foz, medindo 180 km.

Na extensão da Bacia hidrográfica do rio Ivaí, considera-se o clima como temperado, sendo que no mês mais frio chega abaixo de 18°C, e, com verões frescos, alcança a média no mês mais

quente abaixo de 22°C (PAROLIN et al, 2010). No que concerne à cobertura florestal há uma predominância da Floresta Estacional Semidecidual a oeste da bacia, a leste de Floresta com Araucárias e ao centro porções raras de campos de Cerrado. A bacia apresenta Unidades de Conservação como o Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo em Fênix, Parque Estadual Lago Azul de Campo Mourão e Área de Preservação Ambiental Estadual da Serra da Esperança em Prudentópolis (PEREIRA; SCROCCARO, 2010).

Em relação ao uso e ocupação do solo, concentra-se na agricultura intensiva, pecuária, pesca, produção artesanal de argila, bem como, por instâncias termais turísticas, pousadas e casas de veraneio. Os estudos de Parolin et al (2010) e Pereira e Scroccaro (2010) afirmam que, nas margens do curso do rio predominam as grandes e médias propriedades rurais com a intensa produção agrícola e pecuária. Isso denota áreas de desmatamentos e o potencial de contaminação da água com escorregamento de agrotóxicos. Como consequência ocorreram alterações dos aspectos originais da cobertura florestal, restando poucos remanescentes a serem preservados da Floresta Estacional Semidecidual pertencente ao bioma da quase extinta Mata Atlântica e campos de cerrados.

Os aspectos físicos do curso fluvial apresentam a sua importância para a preservação da biodiversidade paranaense, e ao mesmo, o rio como espaço de sociabilidades, lazer e trabalho carrega historicamente nas suas águas as memórias de muitas gerações. Suas margens foram habitadas por populações de caçadores-recoletores pré-cerâmicos da Tradição Humaitá, entre 9000 a 2500 AP, conforme registros arqueológicos. A passagem de Aleixo Garcia em 1524 e Alvar Núñez Cabeza de Vaca em 1541 nos deixaram inúmeros registros relativos às características naturais deste espaço. Já nos anos finais deste século, os padres jesuítas fundaram nos arredores do rio as denominadas Reduções ou Missões: Jesus-Maria, *San Pablo Del Inai* e Santo Antônio. E nas suas margens permaneceu a segunda fundação da cidade

espanhola *Villa Rica del Espiritu Santo* (1579-1632), por onde passaram as bandeiras de Raposo Tavares no ano de 1628 e as comitivas oficiais de Afonso Botelho, comandada pelo capitão Francisco Nunes Pereira em 1771 (MOTA, 2012).

Em meados da segunda metade do século XIX, os olhares dos governantes paranaenses se voltaram para a dinamização econômica dos seus “recém-territórios”, logo, foram concedidos incentivos para fundação de colônias de migrantes. O reconhecimento dos domínios do vale do rio Ivaí, rio Paraná, rio Paranapanema e Tibagi ocorreu por ações territoriais exploratórias, ora financiadas pelo governo imperial, ora por meio das elites campeiras para ampliar suas extensões de terras (MOTA, 2008).

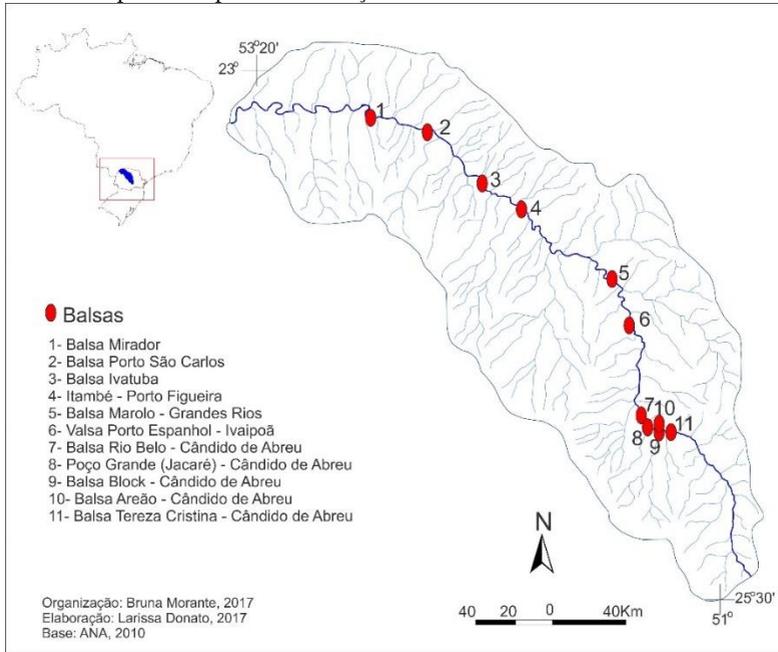
A apropriação do espaço do vale do rio Ivaí se deu com a fundação da colônia Thereza Cristina – atualmente distrito de Candido de Abreu (ARRUDA, 2008; MOTA, 2008). Conforme registros do Relatório do Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, no ano de 1846, o médico Jean Maurice Faivre fundava a colônia “Franco Brasileira”, uma homenagem à Imperatriz Tereza Cristina (1822-1889), entre a confluência do rio Ivaí e “Ivaizinho”.

À posição estratégica da colônia a beira rio atrelou-se a uma possibilidade de estabelecer um porto de exportação para o Mato Grosso, e ao mesmo tempo, de explorar prováveis minas de sal gema na região (MOTA, 2012). Neste sentido, houve expedições de conhecimento para analisar a potencialidade e facilitar os meios de comunicação da colônia e dos territórios adjacentes, tais como: as explorações geográficas dos irmãos engenheiros Keller em 1865, a expedição de Thomas Bigg-Witter buscando condições para traçado da estrada de ferro entre os rios Ivaí e o Tibagi em 1872, a empreitada de Edmundo Mercer para construção de uma estrada em 1910 e a exploração do geofísico Reinhard Maack em 1933 (MOTA, 2012).

As múltiplas territorialidades do rio Ivaí desenvolveram-se de distintas formas. O curso do rio serviu de espaço para as populações indígenas *Guarani* e *Kaingang*, diante a instauração das cidades espanholas e das reduções jesuíticas durante os séculos XVI e XVII (MOTA, 2012). O rio Ivaí recebeu viajantes, exploradores e imigrantes europeus e migrantes paulistas, nordestinos, catarinenses, quando teve início a frente de (re) ocupação da região que perdura até os dias atuais (MOTA, 2012).

Na contemporaneidade, quem são os sujeitos que vivem próximos ao curso fluvial? Os balseiros e as suas balsas. As suas memórias estão afundadas. Neste caminho, a pesquisa concentra-se em analisar as memórias dos sujeitos que se apropriam do rio Ivaí para criar seus modos de vida e desempenhar a transposição entre as margens por meio fontes orais e imagéticas. O recorte espacial refere-se ao levantamento de dez balsas no rio Ivaí com base nos dados obtidos no “Plano hidroviário do Paraná: levantamento das potencialidades das hidrovias do estado do Paraná” (2014) de autoria da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná (SEIL) junto com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), bem como encontramos o balseiro da desativada balsa Porto Figueira em Itambé, configurando o total de 11 balsas (MAPA 01).

Mapa 01: Mapa de Localização das Balsas no rio Ivaí – Paraná



Organizado pela autora (2017) Elaborado por Donato (2017)

Ao estudarmos as memórias sobre o rio Ivaí reforçamos a ideia de patrimônio ambiental, entretanto nos deparamos com barreiras de cunho metodológico, já que o objeto circunscreve uma análise do natural ao ambiental. A inquietação partiu de algumas questões: Quais são as populações que vivem nas barrancas do rio Ivaí? Quais são os legados culturais do rio? A princípio partimos da hipótese que as cidades que se encontram próximas ao curso fluvial desenvolveram-se por meio de outros meios, como a agricultura e indiretamente dos recursos naturais vindos das águas turvas, já que as margens do rio são banhadas, na sua, maioria por grandes e médias propriedades rurais. Por este ângulo, elegemos historicizar as relações do rio entre a natureza e a cultura, entre as balsas e os balseiros, que formam as diversas transposições entre as margens.

A balsa de Porto Figueira e o "Véio do Rio"

Os registros dos saberes e fazeres dos balseiros e as suas balsas do rio Ivaí pouco chamam atenção dos pesquisadores e dos órgãos oficiais de preservação, fato que corrobora com os argumentos de Paul Ricoeur por uma busca de “justa memória”, ou seja, comprometer-se com a diversidade de sujeitos que formam a sociedade. Portanto, “É no caminho da crítica histórica que a memória encontra o sentido da justiça” (RICOEUR, 2010, p.507). A memória opera na reconstrução do tempo vivido, que está em processo de ressignificação dos acontecimentos rememorados, já que uma das finalidades da memória é lutar contra o esquecimento.

Para Michel Pollak (1989, p.2), “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas”. Deparamo-nos com uma variedade de histórias de vidas que estão sendo afundadas na profundidade do tempo, assim, o intento está em historicizar as “memórias subterrâneas” dos balseiros das barrancas para a superfície das águas turvas do rio Ivaí. Rúben Chababo enfatiza que as narrativas dos sujeitos “invisíveis” estão propensas ao silêncio, já que “Los individuos y las comunidades humanas mantienen con sus pasados relaciones complejas y tantas veces conflictivas que hacen que esa memoria del ayer no pueda ser leída bajo el inocente tamiz de la transparencia” (CHABABO, 2012, p.149).

Neste ponto de vista, a maneira de fazer dos balseiros efetiva-se nas transposições entre as margens dos rios por meio das travessias, que marcam as memórias afundadas entre tantos embarques e desembarques de pessoas e mercadorias. O balseiro Celestino Barbosa da Silva, conhecido como o “véio do rio” pelos populares, operacionalizou a desativada balsa Porto Figueira, ponto 11 (Conf. Figura 01), localizada na fazenda homônima, entre os municípios de Itambé e Quinta do Sol, entre o período de 1973 a

1983. O balseiro migrou de Pernambuco para o Paraná com a intenção de trabalhar na Fazenda Porto Figueira, onde estava instalada a balsa para realizar a travessia de Fênix, Quinta do Sol e Barbosa Ferraz a Itambé, Mandaguari e Maringá. O senhor Celestino⁵ nos conta que, as transposições funcionavam desde 1941, sendo destruída por causa de chuvas intensas, em 1983.

Figura 01: Balseiro Celestino - O “Véio do Rio”



Fonte: Acervo Pessoal de Beatriz Colnago

A fotografia (FIGURA 02) representa o momento em que Silva segura em suas mãos a imagem da balsa Porto Figueira, durante a entrevista realizada em sua residência, às margens do rio Ivaí. Isso denota a sua relação intrínseca com o espaço e o tempo vivido. O senhor Celestino relata que, “era essa daqui. Essa aqui que eu trabalhava mas ela mesmo era da fazenda ali. Eu trabalhava de empregado.” No primeiro plano, observamos na face do entrevistado as marcas do tempo, enquanto narrava o período

⁵Depoimento Sr. Celestino Barbosa da Silva, 91 anos, nascido em 07 de setembro de 1926, aposentado. Entrevista concedida a Bruna Morante Lacerda Martins. Itambé, 8 de setembro de 2017, residência do entrevistado, duração: 40 minutos.

em que laborava na balsa, dito em suas palavras como “[...] tempo difícil, aqui eu fui barseiro, aqui eu soufriu muito trabalhava dia e noite e não podia parar”. Em segundo plano, a varanda da casa do entrevistado conduz a refletirmos sobre o modo de vida a partir dos alimentos defumados produzidos por ele, que estão sobre a mesa feita de materiais rústicos.

Alessandro Portelli (1997, p.29) nos lembra que, “As fontes históricas orais são fontes narrativas”, e quem conta as memórias são os sujeitos que testemunharam acontecimentos e conjunturas, ou seja, contam experiências do vivido e concebido. A utilização da fotografia e das fontes orais incentiva depoentes a narrarem as suas memórias suscitadas com a combinação da imagem e a linguagem.

Outro elemento importante para a análise são as impressões do rio para o entrevistado, assim o senhor Celestino relata que:

O rio pra mim é até uma saúde pra mim aqui, a água, o ar... Se tivesse na cidade já tinha ido. O povo de idade na cidade tão morrendo tudo mode aquela poluição, aquilo tampa, vai pro coração, tampa as veia tudo. Aqui não! Aqui é ar, é pulmão, é tudo. Eu acho muito bom aqui.

A interação entre o balseiro Silva, fotografia e o rio em si denotam a sua ligação com o lugar em que vive, e ao mesmo tempo, convida a pensarmos sobre as suas experiências silenciadas diante de uma diversidade de sujeitos olvidados. Por isso, a importância de discutirmos o patrimônio ambiental permeado por vínculos entre a cultura e a natureza, entre bens materiais e imateriais. Neste ínterim, “Os rios não são simples suporte físico. É paisagem, lugar onde as pessoas se abrem aos mistérios da natureza, ao patrimônio simbólico, possibilitando a interpretação como terreno da criação cultural (GANDARA, 2012, p.19). Os saberes e fazeres dos balseiros nas transposições entre as barrancas do rio Ivaí são “territórios de criação cultural” das memórias afundadas.

Considerações finais

O termo “memórias subterrâneas” mencionado por Michel Pollack (1989) faz uma transposição com a expressão “sujeitos invisíveis” de Chababo (2012), no sentido de suscitar a pertinência de uma “justa memória” proposta por Ricouer (2010). Portanto, muitas questões nos chamam a atenção e nos parecem significativas em relação ao objeto da pesquisa: Quais memórias são salvaguardadas? Contudo no patrimônio ambiental, preserve-se a natureza? Mas os sujeitos integrantes das paisagens? Há o interesse em salvaguardar as memórias dos balseiros do rio Ivaí? De que maneira é possível salvaguardar os seus saberes e fazeres?

Referências

- ALMEIDA, J. O patrimônio ambiental é histórico. Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade. In: PAULA, Z; MENDONÇA, L; ROMANELLO, J. *Polifonia do Patrimônio*. Londrina: Eduel, 2012.
- ARRUDA, G. “Minha terra tem palmeiras”: paisagem, patrimônio e identidade nacional. In: FUNARI, P; PELEGRINI, S. *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CHABABO, R. Más Humanos que Héros: decir, más allá del mandato de la tribu. In: SARMENTO-PANTOJA, A. et al.(Orgs). *Memória e resistência: percursos, histórias e identidades*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2012.
- ELLIOT, J. Itinerário de uma viagem de exploração pelos rios Verde, Itararei, Paranapanema, e os sertões circunjacentes mandado fazer pelo Exmo Sr. Barão de Antonina em 1845. In: AYROSA, P. *As entradas de João Francisco Lopes Henrique Elliot*. Revista do Instituto Geográfico e Etnográfico de São Paulo, v.28, 1930.
- FILIPACK, F. *Dicionário Sociolinguístico Paranaense*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

- GANDARA, G. *Natureza e Cidades: o viver entre águas doces e salgadas*. Goiânia: PUC-Goiás, 2012.
- KOLODY, H. *Música Submersa*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1951.
- MAACK, R. *Geografia física do estado do Paraná*. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 1968.
- MOTA, L. O vale do rio Ivaí: fronteiras, relações interculturais e guerra da conquista. ARRUDA, Gilmar (org.). *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Editora UFPR: Curitiba, 2008.
- PARANÁ. *Lei nº1.211 de 16 de setembro de 1953*. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná.
- _____. *Infraestrutura. Mapa de Travessias*. Disponível em: <<http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=196>>. Acesso em agosto de 2017.
- PAROLIN, M et al. *Abordagem ambiental interdisciplinar em bacias hidrográficas no Estado do Paraná*. Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2010.
- PEREIRA, M; SCROCCARO, J. *Bacias Hidrográficas do Paraná: Série Histórica*. Curitiba: SEMA, 2010.
- POLLAK, M. *Memória, silêncio, esquecimento*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.
- PORTELLI, A. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História, São Paulo, nº 14, 1997.
- RIBEIRO, W; SCIFONI, S. Preservar: por que e para quem? In: *Revista Patrimônio e Memória*, UNESP, v.2, n.2, 2006.
- SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO PARANÁ. *Plano hidroviário do Paraná: levantamento das potencialidades das hidrovias do estado do Paraná*. Curitiba: FAPEU, 2014.

A presença feminina na produção de artefatos no Rio Grande do Sul

*Letícia de Cássia Costa de Oliveira*¹

*Ana Maria Dalla Zen*²

Considerações iniciais

O artesanato no Rio Grande do Sul é diverso e difuso, caracterizado por elementos das comunidades e povos tradicionais da região, aos quais se agregaram influências das culturas que imigraram para o Estado. Trata-se de um caldeirão cultural que proporciona trabalho rico na utilização de matérias-primas e técnicas diversas. Neste contexto, a predominância de sua produção é no meio rural, onde se cultiva e extrai a matéria-prima e a realização é de forma concentrada por mulheres, que obtêm estes conhecimentos dos saberes e fazeres tradicionais, por transmissão de geração em geração.

A questão proposta é analisar qual contribuição ou contribuições os artefatos produzidos pela mulher gaúcha geram como patrimônio cultural imaterial no Rio Grande do Sul. Com essa proposta, o objetivo deste trabalho é situar historicamente o

1 Mestranda em Museologia, Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email para contato: leledecassia@gmail.com. Bolsista CAPES

2 Doutora em Comunicação, Professora Titular do Departamento de Ciências da Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email para contato: azen@ufrgs.br

artesanato de prática feminina no contexto do sistema educacional gaúcho e interpretar o significado dos artefatos produzidos por essas mulheres como patrimônio cultural imaterial do Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva, será feita a seguir uma breve imersão no tema, que permita entender um pouco do contexto dessas práticas culturais do artesanato na educação feminina gaúcha, compreender o passado como forma de retomada do conhecimento artesanal e refletir com o viés contemporâneo a produção de artesanato relacionada com a cidadania e autonomia feminina.

O artefato como retomada do conhecimento tradicional

O artesanato faz parte do repertório individual ou coletivo da humanidade. No âmbito do País, no Programa do Artesanato Brasileiro (BRASIL, 2012, doc. eletrônico) é considerado produto da transformação de matérias-primas pela utilização de técnicas criativas que demonstrem habilidades específicas e criatividade, às quais se agrega um valor cultural. Trata-se, desse modo, de um produto do saber e fazer humano com emprego das mãos e tem sua natureza como um bem cultural, por se caracterizar pela prática do conhecimento do indivíduo que se integra como um saber fazer da comunidade pertencente.

Uma rápida imersão na história cultural do Rio Grande do Sul permite identificar que a primeira contribuição nesse sentido foi dada pela cultura indígena, com seus artefatos produzidos com [...] barro, sementes, cipó, fibra de taquara, butiazeiro, *curupi*³,

3 *Curupi* (*Sapium glandulatum*) também conhecida como toropi, leiteiro, pau-de-leite, "leiteiro-de-folha-graúda", "mata-olho". Espécie nativa do sudeste e sul do Brasil. É uma árvore lactecente, com líquido altamente irritante aos olhos. A sua madeira é de característica porosa e muito utilizada para a produção de caixotaria e lenha para carvão. Os índios guaranis utilizam no artesanato para esculpir animais de brinquedo.

*porongo*⁴, couro, osso, algodão é que produziam objetos de uso diário, ornamentos e instrumentos para rituais (OLIVEIRA, 2015, p. 28). Por influência africana, foram agregadas outras matérias-primas encontradas na natureza, como fibras de bananeira, coqueiro, palha de milho, sementes e madeira, com os quais passaram a ser produzidos artefatos para o uso diário e também para fins ritualísticos. Já com os colonizadores portugueses e espanhóis, foram agregadas técnicas de manuseio do gado e preparo do couro que até hoje são referências do artesanato local e que estão prestes a desaparecer pela falta de interesse das novas gerações em conhecê-las e preservá-las. Com a chegada de imigrantes açorianos, alemães e italianos, novos saberes e fazeres foram introduzidos na cultura regional, numa mescla que contribuiu para a constituição do patrimônio artesanal rio-grandense.

Dessa interação de influências, constituiu-se um legado vivo e dinâmico, que é o artesanato gaúcho, marcado por forte vínculo com as culturas imigratórias, que, aos poucos, foram se amalgamando às contribuições indígenas e negras. Nesse panorama, permaneceram as técnicas açorianas de tecelagem com linho e lã de ovelha. Da imigração alemã e italiana, persistiram saberes e fazeres de artefatos para uso diário, vestimentas e mobiliários, cuja produção sempre era realizada em espaço e ambiente familiares. No reduto familiar, principalmente as mulheres eram responsáveis pela economia doméstica, o que não difere muito com o passar do tempo. A produção desses artefatos neste ambiente caseiro cada vez mais assumia o valor simbólico e ancestral, com a identificação e trocas com o meio ambiente, além de emprego de novos recursos tecnológicos. Esta associação com a economia de casa acabou ficando distante da contabilização da

4 O *porongo* é uma espécie de abóbora dura, utilizada no Rio Grande do Sul e países vizinhos para se fazer a *cuia*, que é o recipiente próprio para servir o chimarrão, bebida quente feita pela infusão da erva-mate. Com a cabaça, são produzidos objetos utilitários e de ornamentação.

economia formal e se caracterizou como um importante apoio para o sustento familiar.

O artesanato, nesse momento, sai do âmbito familiar e aos poucos vai se transformando num fato social, ou seja, adquirindo um poder coercitivo na comunidade na qual é realizado. Ele passa a ter certa identificação cultural, pela utilização de novas técnicas e matérias-primas, além de apresentar diversificação dos modos de se produzir, configurando-se numa tradição regional (TEDESCO, 2005). Com esta herança cultural, mesclada com as influências étnicas e readaptações, por força maior do novo ambiente de sobrevivência, o artesanato colonial adquire, por meio dos imigrantes, uma exterioridade cultural de diferentes formas materiais dessas práticas.

É possível visualizar esta exterioridade quando os imigrantes alemães, segundo Roche⁵, citado por Lessa (1978), ocuparam uma lacuna na produção artesanal do Rio Grande do Sul que os luso-brasileiros tinham preconceito em ocupar. Utilizavam a matéria-prima local e desenvolveram funções como a marcenaria, alfaiataria, sapataria, lapidação de pedras, entre outras. Por sua influência, aprenderam a técnica do trançado em couro, o que fez com que os alemães se tornassem exímios no manuseio do couro. Com essa dedicação, os imigrantes alemães foram os responsáveis por direcionar o artesanato familiar, que se encontrava na produção caseira, para um nível de mercado, na forma de trocas culturais: “O uso e a confecção de determinados objetos de couro, por exemplo, é expressão de trocas culturais com o luso-brasileiro, o qual permitiu também a difusão de determinadas técnicas no trabalho com animais, no transporte de cargas em carretas e canastras” (TEDESCO, 2005, p. 85).

Por mais que houvesse um começo de uma abertura para o mercado, o artesanato ainda estava imbricado com os costumes

5 ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**, Volume 1. Porto Alegre: Globo, 1969 (Província).

rurais, com os valores familiares e com os intercâmbios culturais. De acordo com o autor, os imigrantes italianos traziam consigo certo *ethos* intrínseco para as práticas culturais, sendo o seu artesanato produzido com a aplicação de exímias técnicas do país de origem, mas que logo absorveram as influências locais, quando chegaram ao Rio Grande do Sul. Trabalharam com o barro que encontravam nas serras que foram habitar, produziram móveis de madeira e fiavam e teciam o linho em família e com os amigos. As mulheres imigrantes italianas, por exemplo, dominavam as técnicas de costura, tricô, crochê. Elas aprendiam antes mesmo de começarem uma educação formal. Ao chegarem aqui, isso serviu como base para a sobrevivência: vendiam seu próprio artesanato se adaptando ao novo contexto:

Em geral, para as mulheres italianas algumas atividades artísticas fazem parte da formação educacional que começa antes de elas ingressarem nas escolas. Entre as atividades destacam-se, além dos trabalhos manuais, como pintura, bordado, tricô e crochê, aulas de canto, tocar um instrumento musical, geralmente o piano (CHARÃO, 2015, p. 171).

Isso enfatiza que os imigrantes se apoiaram em seus saberes e fazeres tradicionais por uma questão de sobrevivência, dentro da cultura familiar, em forma de trabalhos que a auxiliaram diariamente e posteriormente produzindo utensílios cotidianos, vestimentas e mobiliários para complementação da renda doméstica. A herança cultural é viva porque as influências sobrepujaram a própria matéria-prima e a técnica, sendo a mulher sua maior produtora e condutora desse processo, apontando-a como uma referência cultural na construção da identidade do artesanato rio-grandense.

Artesanato, empoderamento feminino & patrimônio cultural

O artesanato de produção feminina é fruto de uma singular educação tradicional, oriunda, principalmente, das correntes imigratórias que aportaram no Brasil a partir do Século XIX. Era produzido a fim de sustentar o cotidiano do núcleo familiar. Relacionando com uma submissão aos costumes da época, neste contexto, o artesanato doméstico produzido por mulheres era considerado amador e tinha também a função de mantê-la afastada das atividades fora do lar;

No Brasil, o caráter amador e não produtivo do artesanato doméstico mantém-se, não tanto pelo seu poder disciplinador, mas como forma de marcar a distância da dona de casa dos trabalhos braçais sujos, pesados e repetitivos considerados como atividades degradantes. Para ser eficaz, portanto, o artesanato doméstico tinha que mostrar afinidade com a arte, com isso provando ser uma prática criativa e não repetitiva, e manter-se fora do mercado, para não questionar a competência do chefe de família em prover a casa. Tanto é assim que muitas donas de casa em apuros financeiros vendiam sua produção caseira por meio de intermediários, resguardando a sua reputação de mulher-ornamento (CARVALHO, 2008, p.76).

Especificamente no Rio Grande do Sul, o artesanato tornou-se uma atividade predominantemente feminina, num contexto resultante de uma histórica redução da mulher ao ambiente do lar, tanto como forma de protegê-la dos perigos mundanos, como forma exercício de submissão. Percebe-se na história uma importante responsabilidade condicional da mulher em aprender e em produzir o que aprendeu para manter a família. Como se verá, porém, essa condição, ao contrário do que poderia se esperar, não a tornou submissa, mas autônoma e responsável pela construção de sua própria história.

A partir das ideias protestantes da Europa Renascentista do século XVI é que são identificadas as primeiras impressões do

universo feminino. De acordo com Davis (1990), que realizou estudos sobre a cultura popular da França do século XVI, interligando as tradições orais e escritas da época, a inferioridade feminina era atribuída à própria natureza e condição da mulher, e que poderia ser solucionada através do ensino religioso que a incentivasse a ser humilde, de uma educação seletiva, que mostrasse a obrigação moral, e do exercício de um trabalho honesto, que ocupasse suas mãos. Tais costumes, ou preconceitos, chegaram ao país trazidos pelos colonizadores e aqui se firmaram.

Ao analisar o processo de constituição do feminino no Estado, Louro (1987) relata que no período colonial, em que a força produtiva era oriunda da escravidão, não havia a preocupação em educar as mulheres negras. E, para as mulheres da elite branca, foi constituído um sistema educativo específico, diferente do masculino, que se baseava fundamentalmente na “[...] educação moral, prendas domésticas, religião, piano, muito pouco de matemática e português, coerente com o papel que iriam desempenhar na sociedade” (LOURO, 1987, p.14). Já na segunda metade do período imperial, esses conhecimentos ainda limitados às mulheres da elite, começaram a sair do âmbito doméstico e a se transformar em uma preocupação mais formal, embora ainda bem inferior à instrução masculina.

O contexto de guerras ajudou a moldar a mulher gaúcha, que foi obrigada a manter sua casa, enquanto o homem da família estava nas batalhas pela terra sulina. Para ilustrar esse trabalho de esperar e manter a casa, a autora cita um trecho da obra *O Arquipélago*⁶, de Erico Veríssimo que ilustra a saga da terra:

[...] uma mulher nesta terra tem de estar preparada para o pior. Os homens não têm juízo, vivem nessas folias de guerras. Que é que a gente vai fazer senão ter paciência, esperar, cuidar da casa, dos filhos. Os homens dependem de nós. Como dizia a velha Bibiana, quem decide a guerra não são eles, somos nós. Um dia

6 Érico Veríssimo. *O arquipélago*. 5.ed. Porto Alegre: Globo, 1976, p. 277.

eles voltam e tudo vai depender do que encontrarem. Não se esqueça. Nós também estamos em guerra. E ninguém passa por uma guerra em branca nuvem. (LOURO 1987, p. 23).

Assim, é possível perceber o mítico nascimento de uma mulher forte, que mantinha o difícil cotidiano doméstico das famílias do Rio Grande do Sul, e que passou a se constituir na base de manutenção da família. Barbosa Lessa (1978) apresenta-a como uma mulher que viveu para manutenção do cotidiano e que, para isso, utilizava todo o conhecimento que lhe havia sido transmitido pelas mães e avós. Entre o café da tarde e o jantar, a mulher gaúcha era uma exímia produtora de diversos trabalhos manuais e artesanatos, a tal ponto que passou a ser identificada, ela própria, como uma *prenda*⁷, cuja rotina é descrita pelo autor da seguinte forma:

O espaço da tarde que medeia entre o café e o preparo da “janta” é ocupado em tarefas suplementares da lide doméstica (debulhar milho, socar canjica ao pilão, etc.) e ocupações de trabalhos manuais ou artesanato, não obrigatórios e sempre condicionados às necessidades de momento e habilidade individual; consertam-se as roupas de trabalho ou fazem-se roupas novas: vestidos, saias, roupas de criança, e, para os adultos masculinos, bombachas. Uma bombacheira que se preza leva horas e horas imaginando e executando caprichosos “ninhos de abelha” (ou “favos de mel”) que irão ornamentar lateralmente, ao longo de toda a perna, a bombacha do esposo, do noivo ou namorado. Com sacos de farinha de trigo usados, fazem-se “panos de prato”, para secar talheres na cozinha. Com sacos de estopa, usados, fazem-se tapetinhos com ponto-de-cruz. O crochê, o tricô, o bordado, são prendas domésticas consideradas essenciais na formação feminina. O trabalho de trançados também passa de geração a geração: com fibras de tiririca, butiá, urtiga, ou com palha de milho, trigo, arroz, fazem-se chapéus, bolsas, balainhos. Carda-se a lã, para fazer acolchoados. Limpam-se as penas da

⁷ Prenda é a denominação como a mulher a passou a ser conhecida nas tradições regionais, ao lado do gaúcho.

galinha, para fazer travesseiros. A lã é tecida para formar xergões, cobertores, ponchos. Assa-se o pão, no forno. Prepara-se, em bujões de barro, o licor de leite ou o licor de butiá (LESSA, 1978, p.109).

No período das imigrações, por exemplo, as mulheres europeias eram representantes da tradição vitoriana que imperava na Europa, naquele momento. Para Carvalho (2008, p.76) o trabalho manual doméstico para a mulher vitoriana tinha caráter disciplinar do corpo e da alma, significava “um ócio moralmente valorizado”. Considerando a trajetória resultante dos costumes aportados pelos imigrantes alemães e italianos no Rio Grande do Sul, é perceptível que o trabalho familiar regido pela liderança feminina é uma das características mais contundentes da cultura, especialmente deste grupo imigratório. O trabalho realizado na esfera familiar é de responsabilidade das mulheres da casa e é transmitido pelas ancestrais. Era um meio de domesticação natural dessas mulheres, uma vez que: “O trabalho, a produção constante, os afazeres sem fim, os minutos preenchidos e autocontrolados, domesticam. Domesticam e controlam eventuais atos de rebeldia e de enfrentamento que poderiam ocorrer e que deveriam ser reprimidos de antemão” (GIERUS⁸ apud BRUN; EGGERT, 2006, p. 7).

Os saberes e fazeres faziam parte da rotina produtiva da mulher, que preenchia seu tempo e a ajudava a ter autocontrole, evitando envolvimento nos assuntos que não eram pertinentes a sua responsabilidade. Gierus coloca que as mulheres alemãs tinham essa responsabilidade natural e trouxeram com elas para o novo mundo: “A atividade produtiva também está na bagagem das mulheres alemãs. O seu lazer é fazer um bordado, costurar ou remendar alguma roupa da família. O lazer é algo produtivo, não é

8 GIERUS, Renate. *Além das grandes águas: mulheres alemãs imigrantes que vêm ao sul do Brasil a partir de 1850. Uma proposta teórico-metodológica de historiografia feminista a partir de jornais e cartas.* São Leopoldo: IEPG, 2006.

tempo e espaço dedicado ao prazer e ao ócio” (GIERUS, apud BRUN; EGGERT, 2006, p. 7). A mulher migrante já vinha com um condicionamento ao trabalho e ao lazer, que neste caso era a atividade produtiva. Toda e qualquer atividade manual que realizava tinha a finalidade de otimizar o cotidiano familiar, por isso o resgate dos aprendizados eram constantes.

De acordo com Louro (1987), a ocupação de grande parte das mulheres gaúchas no Rio Grande do Sul até praticamente a República, era muito intensa, e que a educação delas, fossem filhas de fazendeiros e das classes inferiores, era mínima, não havendo qualquer interesse que tivessem uma educação mais letrada, sendo-lhes restrito o ensino de artes e lides domésticas. Portanto, nessa rápida prospecção histórica, percebe-se que a posição da mulher foi forjada para ser uma importante presença, mas dentro do lar. Todavia, como se verá a seguir, como resposta ao crescente desemprego do País, a produção de artefatos pelas mulheres deixou de ser uma *prenda doméstica* para se transformar numa atividade econômica que gera renda e as coloca numa situação econômica diferenciada, numa inversão de posições com os homens, e muitas delas passaram a ser as gestoras e chefes das famílias. De uma posição subalterna, invisível e submissa, o artesanato se transformou numa estratégia de autonomia e liberdade feminina.

Hoje o artesanato produzido pelas mulheres gaúchas assumiu um novo patamar, em que os saberes e fazeres tradicionais se consolidaram como uma resposta ao crescente desemprego no País. O trabalho saiu da esfera doméstica e passou a ser realizado em grupos reunidos sob a forma de cooperativas ou associações de economia solidária, ou seja, experiências organizacionais inscritas numa dinâmica surgida em torno de novas formas de solidariedade. De acordo com França Filho (2012, p.14), trata-se “[...] da emergência de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas de forma associativa e buscam responder a certas problemáticas específicas. Desse modo,

a expressão economia solidária “[...] indica, num primeiro momento, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade. E ainda sugere, com essas experiências, a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva de atividades econômicas”.

Na esfera legal, a economia solidária, integrada por empreendimentos com autogestão, e administração participativa e democrática, foi reconhecido como um processo de transformação social, através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), através do Decreto 4764, de 24 de junho de 2006 (BRASIL, 2016, doc. eletrônico). Desde então, as artesãs gaúchas iniciaram um ascendente movimento de criação de empreendimentos solidários que permitissem a transformação das tradicionais prendas em alternativas de melhoria de qualidade e de sentido para suas vidas e trajetórias pessoais, reunidos na Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários no RS (UNISOL).⁹ Nas ilhas do Guaíba, em Porto Alegre, por exemplo, nas últimas décadas, surgiram quatro empreendimentos, todos criados por iniciativa das mulheres, a saber: Art’Escama, que reúne as artesãs da Ilha da Pintada e que produz bijoias com escamas de peixe; Ilhéus Ecológicos, da Ilha das Flores, que reutiliza óleos de cozinha para fazer sabão; Mulheres da Flores, dessa mesma Ilha, que se especializou na releitura do crochê para a confecção de peças para decoração; e Resgate da Cidadania, da Ilha Grande dos Marinheiros, constituído por catadoras de resíduos que transformam resíduos recicláveis em artesanato, utilizando técnicas de crochê e bordado. À semelhança dessas iniciativas, proliferaram associações e cooperativas similares em todo o Estado, numa clara demonstração de que as antigas prendas domésticas, então consideradas formas de reducionismo e de inferiorização da mulher, hoje se tornaram estratégias de valorização e de empoderamento feminino.

9 Disponível em: <https://unisolsr.wordpress.com/>. Acesso em outubro de 2017.

Assim, se entre alguns grupos a produção de artefatos permanece como uma atividade feita nas horas de folga das lidas domésticas, entre outros se constitui numa atividade que gera renda e autonomia. Em ambos os casos, porém, tradições açorianas, italianas, alemãs, negras, indígenas, dentre outras, se converteram num rico, complexo e diversificado patrimônio cultural gaúcho, inserido na definição de patrimônio proposta pela UNESCO, em 2003, através da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural, que, em seu Artigo segundo, assim conceitua patrimônio cultural imaterial:

[...] são os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p.2, doc. eletrônico).

Conforme definido no documento, o patrimônio cultural imaterial se manifesta em diversos campos, entre os quais as técnicas artesanais tradicionais. E, ainda, sugere medidas que garantam a sua viabilidade, através da “ [...] identificação, documentação, investigação e preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos” (Op.cit.,). No país, o Artigo 216 da Constituição de 1988 reconhece como sendo patrimônio cultural os bens que se refiram à identidade e memória dos diversos grupos e que esses bens, individualmente ou em conjunto, se refiram à identidade e memória dos diversos grupos que constituem a

sociedade brasileira, entre os quais se incluem, os modos de criar, fazer e viver, dentro dos quais se situa a produção de artefatos (BRASIL, 1988, doc. eletrônico). Ou, como explicita Chuva (2015, p.25), “[...] um bem cultural pode ser incluído na categoria de patrimônio quando são atribuídos a ele sentidos e significados que o tornam referência para um grupo que se identifica com aquele bem, sendo um elo entre todos aqueles que compõem o grupo”. Por isso, lembra o autor, “[...] todo patrimônio se constitui a partir de uma forte carga simbólica, que é imaterial ou intangível”.

Desse modo, a preocupação com o artesanato feminino gaúcho, que é o foco desta investigação, se constitui numa forma de salvaguardá-lo, considerado, em sua diversificada gama de manifestações, como patrimônio cultural imaterial. É o resultado de uma profunda mescla de influências e de redefinições, calcada na tradição, mas que se atualiza sistematicamente como um bem vivo. Muito distante de saberes e fazeres tradicionais, que permaneceram apenas como tradição, ou até mesmo folclore, o artesanato aqui referido tem se firmado também como estratégia de sobrevivência e empoderamento feminino.

Considerações finais

Como se procurou demonstrar até aqui, o artesanato produzido pela mulher gaúcha se constitui em patrimônio cultural imaterial, reunindo saberes e fazeres nascidos por influência mesclada entre açorianos, indígenas, negros, italianos e alemães, dentre outros. Historicamente, era considerado uma atividade menor, sendo relegada ao universo feminino como forma de dominação e domesticação. A mulher prendada era aquela que sabia bordar, produzir artefatos utilitários, costurar. Essas atividades eram realizadas dentro do aconchego do lar. Com o tempo, essas habilidades tradicionais, contudo, se transformaram em ferramentas para o empoderamento feminino, seja como

forma de geração de renda, seja como estratégia de reconhecimento social.

A relação entre o artefato e a mulher demonstra-se, inicialmente, sem sentido de pertença ou enraizamento, por se tratar de uma prática cultural comum, que fazia parte da educação cultural e posteriormente formal de muitas mulheres. A produção artesanal era rotineira, familiar, ou seja, superficialmente um meio de se ter utensílios domésticos e o que vestir para si mesmas e para a família, bem como contraditoriamente uma maneira profunda de se relacionar com seus entes e com sua comunidade. Com certeza não era percebido como um fator de transformação de vida e sim um catalisador de relações do cotidiano feminino de época.

O reconhecimento da mulher como uma força motriz do desenvolvimento da sociedade avança aos poucos e gradativamente. As ferramentas disponíveis para esse avanço podem ser as condições dos saberes e fazeres ancestrais que estão intrinsecamente relacionados com a nossa vida, nossa memória, o lugar onde vivíamos e vivemos.

O empoderamento feminino com a produção de artefatos entre as mulheres gaúchas se refere a um sentimento de pertença, de autoconfiança e de valorização pessoal, iniciado com a utilização de suas memórias, histórias e trabalho como estratégia de melhoria da qualidade de vida. Esse processo, contudo, só está sendo possível na medida em que se der acolhimento, respeito e, mais do que tudo, oportunidades de trabalho, dignidade e reconhecimento de cada uma. As memórias, histórias e narrativas, nem sempre se referem a um patrimônio já constituído, mas a uma possibilidade de ser e estar no mundo, a partir da herança cultural de que cada uma se sente herdeira.

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 05 de outubro de 1888, n.191-A, seção I, p.1. Documento eletrônico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 5 de outubro 2017.
- _____. Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comercio Exterior. Programa do Artesanato Brasileiro. *Bases conceituais do artesanato brasileiro*. Brasília, DF, Secretaria de Comércio e Serviços, MDICM, 2012. Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=base+conceitual+do+artesanato+brasileiro&oq=base+conceitual+do+artesanato+brasileiro+&aqs=chrome..69j57j0.8425j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 05 de outubro de 2017.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Decreto 4764*, de 25 de junho de 2006. Documento eletrônico, disponível em http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-4362_pt.html. Acesso em 05 de outubro de 2017.
- BRUN, Marli; EGGERT, Edla. Bordando cidadania: mulheres, tecnologia e processos de aprendizagem. VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero. *Anais*. Curitiba, 5 a 9 de abril de 2010. Disponível em: http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E3_Bordando_Cidadania.pdf. Acesso em: 06 outubro de 2017.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material - São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Edusp, 2008.
- CHARÃO, Egiselda Brum. *Mulheres italianas e trabalho em Porto Alegre (1945-1965): História de uma imigração esquecida*. Dissertação - (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 171. 2015.

CHUVA, Márcia. Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil. In: REIS, Alcenir Soares dos e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (org.). *Patrimônio imaterial em perspectiva*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise de Dados*. Salvador, SEI, v.1, n.1, p.9-19, junho 2012. Documento eletrônico. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-R&as_sdt=0%2C5&q=terceiro+setor%2C+economia+social%2C+economia+criativa+e+economia+popular%3A+tra%C3%A7ando+fronteiras+conceituais+&btnG=. Acesso em 07 de outubro 2017.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *Mão gaúcha*. Vol 1. Fundação Gaúcha do Trabalho. Porto Alegre: Escola Gráfica FEPLAN, 1978.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

OLIVEIRA, Letícia de Cássia Costa de. *Garimpo das artes artesanais do RS: saberes e fazeres*. Porto Alegre: Camila Kielling, 2015.

TEDESCO, J. C. O artesanato no cenário da imigração italiana. In: *Cultura italiana 130 anos*. COSTA, Antônio Suliani; ROVÍLIO, Frei. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris: 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em: 05 outubro de 2017.

A atuação de José Rodeghiero na Escola Garibaldi durante os anos de 1929 a 1950

Renata Brião de Castro¹

Patrícia Weiduschadt²

Considerações iniciais

Este texto tem como objetivo abordar a trajetória do professor José Rodeghiero durante sua atuação na Escola Garibaldi (Pelotas/RS), no recorte temporal entre os anos de 1929 e 1950. Ao elencar aspectos da trajetória docente do professor serão, também, trazidos dados referentes à participação do professor na vida comunitária na localidade da Colônia Maciel, região da escola. Por se tratar de uma escola rural, a inserção do professor na comunidade foi importante para sua aceitação na escola.

Para embasar teoricamente o estudo, utilizam-se reflexões acerca da identidade étnica, pois o grupo foi formado inicialmente por imigrantes italianos vindos da Europa no final do século XIX. Ademais, utilizam-se as discussões sobre a produção de documentos considerados não oficiais, que os escreventes o fazem com intuito de perpetuação da memória, como é o caso do manuscrito produzido pelo professor José Rodeghiero.

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Email: renatab.castro@gmail.com Agência de financiamento: CAPES

²Professora na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas, doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Email: prweidus@gmail.com

Para tratar dos objetivos propostos, serão utilizadas como fontes: o manuscrito do professor José Rodeghiero; entrevistas realizadas pelas pesquisadoras; os jornais Diário Popular, A Opinião Pública, A Federação e O Momento.

Com base na formação histórica da localidade da Colônia Maciel, ligada aos processos imigratórios dos italianos, é necessário dissertar sobre o pertencimento étnico e as questões permeadas por aspectos identitários, tendo em mente que a constituição da comunidade da Colônia Maciel deu-se devido ao processo imigratório no final do século XIX. A identidade é entendida como um constructo, as comunidades de grupos imigrantes, ao chegarem ao Brasil, de certo modo, como apontam Hobsbawm e Ranger (2012), inventaram uma tradição. Para os autores, as tradições reinventadas são:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado [...]
(HOBSBAWN e RANGER, 2012, p. 8).

A identidade deve ser pensada como algo construído social e historicamente e, neste contexto, está interligada com o pertencimento étnico da localidade. Para Hall (2014, p. 109), “é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos”.

Poutignat e Streiff-Fenart (2011) explicam, a partir de Weber, o que são grupos étnicos. Para os autores:

O que são, portanto, para Weber os grupos étnicos? ‘São esses grupos que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes, ou dos dois, ou nas lembranças da colonização ou da migração, de modo que esta crença torna-se

importante para a propagação da comunalização, pouco importando que uma comunidade de sangue exista ou não objetivamente' (WEBER, 1971, p. 416, *apud*, POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 37).

De acordo com a reflexão dos autores, uma das características dos grupos étnicos é a crença na comunidade de origem em comum, neste contexto, a ideia de serem descendentes de italianos, emigrados de uma Itália em profunda crise econômica. Neste momento, pode-se pensar no que Anderson (2008) escreve sobre as comunidades imaginadas. Embora o autor se refira de forma mais específica às Nações, pode-se pensar em comunidades menores. Para Anderson (2008, p. 33), “[...] qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada [...]”. As comunidades distinguem-se pela forma como são imaginadas. Weiduschadt (2007) explica que a identidade se dá a partir da demarcação de diferenças. A autora exemplifica tal questão abordando o tema a partir de sua pesquisa com o grupo dos pomeranos³. Neste grupo, há necessidade de demarcação da identidade étnica por saberem que não são lusos. Para Woodward (2014), “[...] a identidade depende da diferença [...]”. Poutignat e Streiff-Fenart (2011) também pontuam que a identidade étnica é formada através da diferença e que é em relação aos outros que a demarcação é posta. Seguem os autores, abordando que:

[...] A etnicidade não é vazia de conteúdo cultural (os grupos encontram ‘cabides’ nos quais pendurá-la), mas ela nunca é também a simples expressão de uma cultura já pronta. Ela implica sempre um processo de seleção de traços culturais dos quais os atores se apoderam para transformá-los em critérios de

³Os pomeranos chegaram à região em meados do século XIX, vindos de uma região da Europa chamada Pomerânia. Após a Segunda Guerra Mundial, a Pomerânia foi extinta, seus territórios ficavam na região norte da Alemanha e da Polónia. Cabe ressaltar que junto com os pomeranos, outros grupos germânicos também ocuparam a região, como renanos, mas não foram a maioria (WEIDUSCHADT; CASTRO, 2016).

consignação ou de identificação com um grupo étnico. [...].
(POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 2011, p. 129).

Logo, utiliza-se, neste texto, a noção de identidade não como algo imutável, mas, sim, que se modifica e se adapta a depender do contexto. Os imigrantes ao chegarem ao Brasil preservam alguns de seus costumes, mas se integram à vida no país que os recebe. Há uma negociação de identidade envolvida neste processo.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve fontes orais, é necessário refletir sobre a ligação entre memória e identidade. Para isso apoia-se nos estudos de Candau (2014). Para o autor:

[...] Por isso, é um tecido memorial coletivo que vai alimentar o sentimento de identidade. Quando esse ato de memória, que é a totalização existencial, dispõe de balizas sólidas, aparecem as memórias organizadoras, poderosas, fortes, por vezes, monolíticas, que vão reforçar a crença de uma origem ou uma história comum ao grupo. Quando há uma diluição desses marcos, confusão de objetivos e opacidade de projetos, as memórias organizadoras não chegam a emergir, ou permanecem fracas, esparsas: nesse caso a ilusão do compartilhamento se evanece, o que contribuiu para um desencantamento geral. [...] Não se deve procurar nenhuma cronologia nesse modelo. Pois como já destaquei várias vezes, é no mesmo movimento dialético que a memória vem confortar ou enfraquecer as representações identitárias, e estas vêm reforçar ou enfraquecer a memória. [...].
(CANDAU, 2014, p. 77-78).

Há uma relação entre a memória e os processos identitários. A identidade do grupo social é expressa, também, pela rememoração e evocação das memórias coletivas. Assim, explicitada a teoria que embasa a pesquisa será abordada a trajetória do professor José Rodeghiero na Escola Garibaldi e na Colônia Maciel.

Professor José Rodeghiero: atuação na instituição escolar e na comunidade local

O professor José Rodeghiero era descendente das famílias de imigrantes italianos que se instalaram na Maciel. Conforme as entrevistas com os filhos do professor, Natal e Ariano Rodeghiero, seus avós (pais de José Rodeghiero) ter-se-iam instalado no Estado de Minas Gerais, onde nasceu José Rodeghiero, no ano de 1894.

Conforme a referida entrevista com os filhos do professor, os pais deste ao chegar ao Brasil, foram trabalhar no Estado de Minas Gerais. Após alguns anos, foram para o Rio Grande do Sul para trabalharem nas pedreiras na localidade de Monte Bonito⁴ no município de Pelotas e, quando finalizou o trabalho das pedreiras, instalaram-se na Colônia Maciel. Conforme a narrativa, a ida à Colônia Maciel foi em razão de que “já tinha muitos italianos lá” (MECOM 5). Aqui, percebem-se elementos da etnicidade presentes nas narrativas, uma das categorias de análise principais para a compreensão deste texto.

O professor, antes de atuar na Escola Garibaldi, ministrou aulas na região, em um colégio particular, no qual os alunos subsidiavam o seu salário. Posteriormente, foi professor subvencionado pelo Estado do Rio Grande do Sul e pelo Município de Pelotas. As subvenções eram uma prática comum nesse período. Os professores eram subvencionados pelo Estado ou Município. As subvenções eram dadas com a condição de as aulas serem ministradas na língua vernácula (LUCHESE, 2007). É importante observar que a zona rural do município de Pelotas recebeu muitos imigrantes e o regime de subvenções foi, também, utilizado como um meio de nacionalização.

No relatório da Intendência do ano de 1927 encontra-se referência à subvenção concedida ao professor Rodeghiero, conforme o documento: “Aulas subvencionadas pelo município –

⁴Esta é uma localidade do município de Pelotas distante 26 km da Colônia Maciel, aproximadamente.

com o fim de manter as respectivas escolas, concedi auxílio anual de 600 \$000 aos professores Joaquim Thomaz Affonso dos Reis e José Rodrigheiro, já subvencionados pelo Estado” (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1927, p. 227). No relatório do ano anterior, 1926, há a listagem das aulas subvencionadas pelo Estado, onde está listado o professor José Rodeghiero na região do Rincão da Caneleira, também na área rural do município de Pelotas. Também o relatório da Intendência de 1915 cita o professor José Rodeghiero como professor subvencionado pelo Estado na mesma localidade. Assim, pode-se compreender que este professor ministrou aulas na região pelo menos desde o ano de 1915. Em uma das entrevistas realizadas menciona-se que José Rodeghiero ministrou aulas durante 40 anos na zona rural do município. No ano de 1929, o docente começa a lecionar na Escola Garibaldi⁵.

É importante observar que, no manuscrito do professor José Rodeghiero, não há nenhuma menção a essas atividades dele antes da Escola Garibaldi.

Sobre a formação de José Rodeghiero, nas narrativas, ressalta-se que esse estudou por conta própria:

E: Eu acho que ele estudou foi sozinho, eu sei que ele foi nomeado, naquele tempo não dizia prefeito era interventor, foi nomeado pelo interventor, não me lembro, não sei quem era. Não sei como é que ele aprendeu, lendo em livros talvez, o papai sabia um monte de coisa, ele entendia, 5 matérias assim e era puxado viu, entrava noite a dentro (N. R, 2016).

Após o ingresso na Escola Garibaldi, o professor Rodeghiero passa a escrever um documento sobre o histórico da escola. O manuscrito produzido pelo primeiro professor da escola traz, na visão deste, uma série de dados que podem ser problematizados no desenvolvimento dessa comunicação. O primeiro deles seria o próprio documento, a produção deste por parte do professor. O

⁵Entrevista com um ex-aluno da Escola Garibaldi e filho do professor José Rodeghiero.

fato de o docente escrever um documento e deixá-lo na instituição é algo interessante de se problematizar, uma vez que, oficialmente, esse tipo de produção não era uma das atribuições do professor. Ao escrever o documento sobre a história da escola, demonstra a vontade de que seus sucessores na regência da escola continuem a fazer o registro. Através do manuscrito, além de ser possível pensar sobre a produção do documento, igualmente, a preservação desse material, considerado como uma escrita ordinária denota um interesse na sua salvaguarda, pois como indica Costa (2015), escrever e guardar estão atrelados a uma memória que se preserva junto a esses documentos. Outrossim, com o documento do professor encontram-se alguns dados importantes para a análise da pesquisa. Através deste foi compreensível perceber a rotatividade dos outros professores na Escola Garibaldi. Quando, a partir de 1945, é introduzido na escola um segundo turno, as professoras permanecem por um curto período de tempo na instituição, às vezes, alguns dias somente, o que reforça a hipótese desta pesquisa: a permanência do professor foi tangenciada pelo vínculo desse com a comunidade local.

O documento manuscrito pelo professor José Rodeghiero é composto por 21 páginas. O escrevente inicia abordando o início da colonização na localidade da Colônia Maciel e as primeiras escolas existentes no local, algumas considerações sobre seu salário. É nesse momento que o professor coloca-se de forma mais subjetiva no texto. Ressalta-se que, nesse manuscrito, o professor não escreve sobre sua vida pessoal, o que elenca são elementos de sua vida profissional. Num segundo momento o manuscrito faz alusão à história de Giuseppe Garibaldi e Anita Garibaldi, nas palavras do professor, “herói e heroína dos dois mundos”, onde também se percebem aspectos do pertencimento étnico. Em um terceiro momento, então, começa-se a escrever sobre a história da Escola Garibaldi em cada ano. São descritas informações sobre a matrícula escolar, os exames escolares, as festividades na instituição, os rendimentos da caixa escolar, as premiações aos

alunos. Sobre a linguagem desse documento escrito pelo professor, este o faz sempre escrevendo em 3ª pessoa. Segue um exemplo:

Em 5 de março de 1948 foram reabertos os trabalhos escolares, **nesta escola pelo professor José Rodeghiero**, funcionando em dois turnos pelo mesmo professor até 5-8-1948, época em que foi empossada como professora contratada a jovem Maria de Lurdes Rodrigues que assumiu a direção do 1º ano (MANUSCRITO, p. 06, grifo nosso).

Numa passagem, o professor Rodeghiero elucida sua vontade de que seus sucessores na docência da Escola Garibaldi sigam fazendo o registro dos acontecimentos da instituição e, dessa maneira, contribuam para a História da Educação de Pelotas. Conforme o documento:

E nas marchas progressivas das boas construções espera-se a continuidade de altas eminências na frente administrativa dos poderes públicos para assim poder o nosso caro município estar a par dos mais adiantados da rica Terra de Santa Cruz. **E espero que de futuro, os meus sucessores na regência desta Escola imortalizem na História da Educação de Pelotas os seus nomes e sejam continuadores do Histórico da Escola “Garibaldi”**, que por achar-se localizada numa Colônia, em parte italiana, foi escolhido o patrocínio de José Garibaldi, o herói dos dois mundos, jamais esquecido na história da humanidade (MANUSCRITO, p. 04, grifo nosso).

Assim sendo, percebe-se que o professor teve preocupação em escrever, no documento, alguns acontecimentos da instituição escolar e, como ele próprio coloca, deixar registrado seu nome e a vontade de que os seus sucessores prosseguissem registrando. Para Artières (1998), “[...] a escrita está em toda parte: para existir, é preciso inscrever-se [...]”. Algo que, de certa forma ocorreu, pois se encontra, na Garibaldi, outro documento escrito sobre a História da Escola. As direções subsequentes escreveram um histórico da instituição até a data de 1995.

Ainda, se buscou dados sobre o professor nos jornais que circulavam no município de Pelotas durante os anos de 1928 e 1950. Assim, nos jornais consultados, durante o recorte temporal da pesquisa, não se encontraram muitas notícias referentes à atuação de José Rodeghiero como professor. Há outras matérias que extrapolam as funções da docência. Aparecem notícias sobre o seu envolvimento com as plantações de uva e com a produção de vinho na localidade, as quais se configuram como importantes elementos para pensar a atuação do professor no contexto local, conforme a reportagem:

Os vinhedos na Colônia Maciel

O professor José Rodeghiero, residente na “Colônia Maciel”, 5º distrito deste município e secretário da Comissão Distrital Prolevantamento da Viti-Vinicultura na Colônia Maciel, é um grande entusiasta pela cultura da videira. Não medindo esforços, percorreu aquele distrito, e fez o levantamento da existência de pés de parreiras enviando ao escritório a seguinte relação [...] (DIÁRIO POPULAR, 06/02/1935 p. 5).

Com esta notícia, percebe-se que o professor atuava em outras atividades na Colônia, era uma pessoa envolvida no grupo local. Além disso, por ser também professor, a ele foi creditada a função de secretário da cooperativa. Com base nas entrevistas realizadas, pode-se notar que o professor era participativo nas famílias e nas questões da região. Em algumas notícias veiculadas no jornal “Diário Popular”, é possível perceber que o professor era membro influente na “Sociedade Cooperativa Vitivinícola”, uma associação organizada para tratar questões referentes à plantação de uvas na Colônia Maciel. De acordo com os periódicos locais, o professor exercia a função de secretário e de orador nos momentos necessários. Com isso, pode-se observar que a permanência do professor na escola e, mais do que isso, a própria manutenção da escola foi influenciada pela figura pessoal do professor e o vínculo com a comunidade. Na notícia do Diário Popular reproduz-se o

discurso do orador da sociedade, o professor José Rodeghiero (DIÁRIO POPULAR, 11/10/1938 p. 12).

Neste contexto, pode ser pensada a relevância deste profissional na comunidade, não atuando somente como docente, mas, também, como a pessoa que iria concentrar suas funções em uma sociedade cooperativa. A mesma reportagem do Diário Popular diz que a diretoria foi escolhida por votação. Logo, o professor José Rodeghiero foi escolhido para ser o secretário. Nesta perspectiva, pode-se inferir que ele era a pessoa com o maior nível de instrução do local e, por atuar como professor era também escolhido para a tarefa de secretariar a cooperativa.

No jornal A Opinião Pública, no ano de 1940, é publicada a notícia com o seguinte título: “A Sociedade Cooperativa Vitivinícola Pelotense Ltda. homenageou, ontem, na Colônia Maciel, ao dr prefeito municipal”. Nessa matéria, foi relatado que a comitiva do poder público municipal foi recepcionada pela comunidade local, juntamente com o cônego Jacob Lorenzet, conforme a notícia, antigo vigário da localidade e produtor de vinhos. Dentro das comemorações, houve missa na Igreja Católica, sendo que estava presente o coral da igreja, o qual, conforme o periódico, era formado “pelas alunas do professor José Rodeghiero”. Após a missa, foram para o almoço oferecido, sendo que, nesse momento, discursou em nome da cooperativa o professor José Rodeghiero e, depois, o Cônego Jacob. Assim, é possível notar o entrelaçamento entre a escola e a instituição religiosa do local.

Disso, percebe-se, nas notícias veiculadas, a menção à comunidade, a figura do professor e do Padre, denotando a importância atribuída a essas pessoas pelo grupo local. A instituição religiosa (de orientação católica) estava presente na vida comunitária. Igualmente, o professor José Rodeghiero era legitimado pelos moradores da região, exercendo funções para além das atividades de sala de aula.

Nas escolas rurais, onde uma pessoa da própria comunidade assume a docência da instituição, era comum, também, esse

professor representar papel importante na comunidade. Nas narrativas orais, alguns entrevistados ressaltam que o professor também se ocupava da plantação de uvas e fabricação de vinhos na localidade e, por isso, era membro desta associação. Ainda, nos jornais encontra-se uma notícia referente à solenidade ocorrida. Nessa ocasião, a Escola Garibaldi é mencionada como o lugar onde se realizou a assembleia. Pode-se pensar na escola como um importante espaço para a comunidade. As suas dependências foram utilizadas em práticas além das atividades de sala de aula. Nesta conjuntura, a escola representava uma conquista relevante para a população local, assim como seu espaço era compartilhado por diferentes entidades cooperativas e religiosas.

Nos periódicos *A Federação* e *O Momento*,⁶ há notícias sobre a atuação da “Sociedade Cooperativa Vitivinícola”. No periódico *A Federação*, em data de 25 de abril de 1935, noticia-se a chegada da caravana de vitivinicultores pelotenses à capital do Estado para uma reunião com o governador. Na reportagem, mencionam-se os nomes das pessoas envolvidas, sendo que o professor é citado, e, também, o padre da igreja local, Jacob Lorenzet. A matéria do jornal *O Momento*, em data de 02 de maio de 1935, refere-se à visita de uma caravana à cidade de Caxias do Sul, com o objetivo de conhecer vinícolas e cantinas na Serra Gaúcha. Assim, é notável, através da reportagem na imprensa jornalística, o envolvimento tanto do professor quanto do padre local nesta sociedade.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo central abordar a trajetória do professor José Rodeghiero na Escola Garibaldi, no interior do município de Pelotas (RS), na localidade da Colônia Maciel. A instituição escolar e a permanência do professor não estão dissociadas de um contexto maior em que a pesquisa está inserida.

⁶ Edições disponíveis neste link: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>.

Justino Magalhães (2011), ao escrever sobre o município pedagógico, esclarece que é importante estar atento ao local pesquisado, a fim de entender as generalidades ou especificidades do estudo. A partir da leitura dos jornais, percebe-se que a Escola Garibaldi e o professor José Rodeghiero não são noticiados com frequência. Acerca da escola, há uma notícia do ano de 1938, a qual trata-se de uma reunião da comunidade realizada no prédio da escola. Aqui se pode pensar na escola como um importante espaço para a comunidade. Esta se apropriava daquela para além das atividades de sala de aula. Nesta conjuntura, a escola representava uma conquista relevante para a população local.

Além disso, o que se encontrou foram notícias relacionadas à atuação do professor na Vitivinícola da comunidade. Com isso, percebe-se a atuação do profissional não só no espaço escolar, mas, também, na comunidade, a partir do que se chega à principal argumentação deste trabalho, que é: a permanência do professor na escola é tangenciada pelo vínculo estabelecido com a comunidade local. Neste momento, são importantes as reflexões sobre a identidade e a identidade étnica. Sabe-se que, por ser um grupo de descendentes de imigrantes, as discussões étnicas não podem estar distanciadas. Com isso, ao perceber o envolvimento do professor com a comunidade local, foi sendo possível pensar a escola a partir desse profissional.

Em comunidades rurais, o professor, por vezes, cumpria um papel a mais do que o exercício da docência e, nesse contexto, por ser talvez a pessoa da comunidade com um nível de instrução maior, exercia as funções de secretariar a cooperativa.

Assim, esse texto reuniu alguns elementos indicadores da trajetória do professor José Rodeghiero enquanto docente na Escola Garibaldi, assim como sua atuação na comunidade da escola, a Colônia Maciel. A partir das fontes mobilizadas foi possível notar que a permanência do professor esteve relacionada a sua ligação com o entorno da escola: ele era participativo da vida na localidade. A pesquisa ainda elenca que este grupo atribui

importância à religiosidade, sendo que nas solenidades e festividades locais, o padre local e o professor eram figuras importantes, sempre citados nas matérias jornalísticas.

Referências:

- A FEDERAÇÃO. *Edição de janeiro de 1918 e 1925*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.
- A OPINIÃO PÚBLICA. *Edições de 1928 a 1950*. Bibliotheca Pública Pelotense, Pelotas/RS.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. 4. reimpressão. São Paulo: companhia das letras, 2008.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/20613741>>. Acesso em 09 jul. 2016.
- CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. 1.ed. 1.reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.
- COSTA, Bruna Frio. *Fios de memória: rastros do manuscrito da família Rojas no Quadro Antigo do Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula*. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.
- DIÁRIO POPULAR. *Edições de 1928 a 1950*. Bibliotheca Pública Pelotense, Pelotas/RS.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 103-133.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita*. 2007. 495f. Tese (Doutorado em EDUCAÇÃO) – Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Os Arquivos e os Museus Autárquicos na Construção do Município Pedagógico. 10º ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 10., 2011. *Anais eletrônicos*...Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5178>>. Acesso em 15 de mar. 2016.

MANUSCRITO. Histórico da Escola Garibaldi escrito por José Rodeghiero.

MECOM. Banco de imagens e sons do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, 2006.

N. R. depoimento [set. 2016]. Entrevistadora: Renata Brião de Castro, 2016, Pelotas. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

O MOMENTO. *Edição de 1935*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>>. Acesso em 10 de maio de 2016.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA. Apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1927 pelo intendente Drº Pedro Luis Osório, Livraria globo Pelotas, 1927.

WEIDUSCHADT, Patrícia. CASTRO, Renata Brião de. Instituições escolares e imigração na região colonial de Pelotas/RS (1928 - 1953). *Revista História Unicap*, Recife, v. 2 , n. 4, p. 170 – 185, 2016.

WEIDUSCHADT, Patrícia. *O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: identidade e cultura escolar*. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomás T. da (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 7-73.

Ariano Suassuna: uma obra para além dos livros

Roberta Fernandes Fajer¹

Considerações iniciais

Ariano Suassuna foi considerado um dos maiores dramaturgos brasileiros quando era ainda muito jovem. Poeta, dramaturgo, romancista, artista plástico e professor, assumiu a missão de defender a cultura nacional – nosso maior patrimônio –, fazendo dela o cerne de sua vida. Homem muito culto e estudioso das culturas dos mais diversos lugares, teve nesse conhecimento a base para a compreensão de nossa cultura. Apesar de seus textos serem ambientados na região Nordeste do Brasil e de tratarem, em sua maioria, de questões relativas ao Sertão nordestino, o que lhe motivava eram a defesa e a propagação da cultura de todo o Brasil. Ele queria manter viva a memória de nossa cultura.

Sabe-se que os textos impressos – principalmente os livros – não são a melhor forma de atingir um número expressivo de pessoas em nosso país; nem econômica e nem intelectualmente falando. Apesar do trabalho intenso de toda a vida, algumas das histórias escritas por Ariano, por exemplo, não encantariam boa parte do público que a elas teve acesso se não fossem o cinema e a

¹ Mestra em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle; servidora do Museu da UFRGS. E-mail: roberta.fernandesfajer@gmail.com.

televisão. E isso demorou muito a acontecer. A aproximação do escritor com os meios da indústria cultural foi difícil e lenta.

Este estudo, constituído a partir das categorias memória e cultura, busca, por meio das narrativas de memória de um grupo relacionado a Ariano Suassuna, responder ao seu problema de pesquisa, que consiste no seguinte questionamento: como se deu a relação do artista e de sua obra com a cultura e a indústria cultural?

Valendo-se de sua proximidade com o escritor por ter sido sua aluna e ter laço de família com o mesmo, a pesquisadora buscou nas entrevistas com pessoas relacionadas a ele elementos que permitissem responder ao problema de pesquisa. Sendo Ariano uma personalidade contemporânea, era preciso desvelar o que ainda não havia sido escrito. Para isto, além da teoria de base, fez uso da metodologia de história oral e da hermenêutica de profundidade, que destaca o objeto de análise como uma “construção simbólica significativa”, a qual necessita ser interpretada. Esta metodologia adequa-se à análise das formas simbólicas e, assim, pode ser moldada e utilizada na análise da ideologia e da comunicação de massa. Partindo-se das memórias e dos textos existentes sobre o escritor, neste trabalho busca-se apresentar como se deu sua relação com a indústria cultural. Para tanto, como base teórica trabalhou-se na categoria memória com os estudos sobre memória cultural, de Jan e Aleida Assmann, que foram de grande pertinência. Já na categoria cultura os autores mais pesquisados foram John Brookshire Thompson, Dominic Strinati e Renato Ortiz, cujas teorias são fundamentais para a compreensão deste estudo.

Sendo pernambucana e tendo grande apreço pela cultura de sua região, além da admiração que tem por Ariano e sua obra, a pesquisadora entende que seria necessário mais do que seu interesse pessoal para levar adiante este trabalho. Assim, destaca-se aqui o interesse que o tema há muito provocam nos estudiosos das áreas de literatura, teatro e cultura de modo geral, no Brasil e

no exterior: sua obra foi traduzida, pesquisada e comentada em muitos idiomas. Espera-se, então, poder contribuir, trazendo algo novo sobre esse artista de tantas facetas.

Um pouco de Ariano

Ariano nasceu na Cidade da Parahyba – hoje João Pessoa – quando seu pai era governador daquele estado. Mas se considerava um sertanejo. Não apenas porque as famílias de seu pai e de sua mãe eram sertanejas, mas principalmente pelo seu grande amor pelo sertão. Oitavo dos nove filhos da família, ele conviveu pouco com seu pai, que foi assassinado quando ele tinha três anos. As circunstâncias dessa morte e a falta do pai marcaram profundamente sua vida e obra. De forma diferente, mas não menos importante, outro marco em seu trabalho foi a entrada de Zélia – sua esposa – em sua vida. Foi o sopro de suavidade que parecia faltar ao escritor ao trabalhar com sua temática preferida: o Sertão e tudo o que ele representava. Essa nova forma de enxergar a vida, trouxe outra perspectiva à obra de Suassuna. Como disseram alguns dos entrevistados: trouxe leveza, trouxe o verde para a aridez do Sertão de Ariano. E essa leveza se fez visivelmente presente na obra do escritor. Principalmente em suas peças.

O interesse do autor pela arte começou ainda na época de colégio. Seus primeiros versos foram feitos aos oito anos de idade, e aos onze escreveu o conto que daria origem ao romance *A história de amor de Fernando e Isaura* (Fernandes, 2016). Ele dizia já ter feito de tudo na vida, até ter sido advogado, mas que tinha entrado para o curso de direito por não ter jeito para nada. E foi durante o curso que, segundo ele, conheceu um bando de loucos que também não davam para nada; que se interessavam não só pelo direito, mas por humanidades. Eram poetas, pintores, escritores e atores, com os quais mais tarde veio a fundar um grupo de teatro e um movimento de arte.

Como estudioso da cultura, Suassuna também foi o principal idealizador do Movimento Armorial – sua maior contribuição no campo da teoria da cultura brasileira – no início da década de 1970. Os objetivos desse Movimento eram “... buscar uma arte brasileira erudita fundamentada nas raízes populares da nossa cultura. E para, através dessa arte, lutar contra o processo de descaracterização e de vulgarização da cultura brasileira” (SUASSUNA, 2009, s. p.). Sobre essa arte buscada pelo Movimento – a Arte Armorial –, ele dizia:

A Arte Armorial Brasileira é aquela que tem como traço comum principal a ligação com o espírito mágico dos ‘folhetos’ do Romancero Popular do Nordeste (Literatura de Cordel), com a Música de viola, rabeca ou pífano que acompanha seus ‘cantares’, e com a Xilogravura que ilustra suas capas, assim como com o espírito e a forma das Artes e espetáculos populares com esse mesmo Romancero relacionados (SUASSUNA, 1975, s. p.).

O que ele queria com o Movimento Armorial era que cada artista brasileiro, em qualquer lugar do Brasil, fizesse em relação à cultura popular do seu estado aquilo que os armoriais estavam fazendo em relação à cultura popular no Nordeste. Outros artistas de destaque na cultura nordestina juntaram-se a ele nesse Movimento, como Antonio Madureira², Francisco Brennand³, Raimundo Carrero⁴, Gilvan Samico⁵ e Géber Accioly⁶, entre outros. A partir do Movimento Armorial surgiram alguns grupos, como o Quinteto Armorial, a Orquestra Romançal e o Balé Popular do

² Antônio José Madureira – ou Zoca Madureira – é um músico vinculado ao Movimento Armorial, que integrou o Quinteto Armorial. Ele nasceu em Macau, RN, em 1949.

³ Francisco de Paula Coimbra de Almeida Brennand é um artista plástico pernambucano nascido em 1927. Apesar de já ter trabalhado com outras artes, é mais conhecido pelo trabalho que faz com cerâmica.

⁴ Escritor e jornalista pernambucano

⁵ Gilvan José de Meira Lins Samico é um dos mais conhecidos e importantes gravuristas do Brasil. Nasceu no Recife em 1928 e faleceu na mesma cidade em 2013. Ele também desenhava e pintava.

⁶ Pintor e desenhista armorial,

Recife. Como bem disse Mariana, filha de Suassuna, quando ele ainda estava entre nós:

[...] Fez um verdadeiro maracatu, conseguindo reunir, desde a década de 70, por meio do Movimento Armorial, artistas das mais diversas áreas, no intuito de defender e divulgar a cultura brasileira, principalmente a do Nordeste. Esse movimento continua muito vivo, porque tem nele, na sua liderança, um apaixonado pelo nosso País e pelo nosso Povo (FERNANDES, 2015, p. 133).

Ariano viveu assim, espalhando cultura por onde passava. Trabalhou até cinco dias antes de a Onça Caetana – como ele chamava a morte – o levar, aos oitenta e sete anos. Fez sua última aula-espetáculo no dia 18 de julho de 2014, no 24º Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), cidade do Agreste de Pernambuco.

Cumpriu sua sentença. Encontrou-se com o único mal irremediável, aquilo que é a marca do nosso estranho destino sobre a terra, aquele fato sem explicação que iguala tudo o que é vivo num só rebanho de condenados, porque tudo o que é vivo morre” (SUASSUNA, 1975, p. 45).

Mas sua voz não se calou, ainda assim. Seu trabalho, de raízes profundas, e os produtos de sua obra continuarão semeando cultura pelos quatro cantos do mundo. E ele continuará a missão que tomou para si.

Os entrevistados

No intuito de atingir os objetivos deste estudo, buscou-se diversificar os entrevistados no que diz respeito ao tipo de relação que cada um deles tinha com o escritor e sua obra. Era importante buscar visões advindas de referenciais diferentes.

Faz-se aqui uma breve apresentação das pessoas entrevistadas:

Entrevistada 1 – Adriana Victor (Adriana Pimentel Victor): jornalista, trabalhou como assessora de imprensa de Ariano quando ele era secretário de cultura de Pernambuco no governo de Miguel Arraes, foi sua secretária-adjunta quando ele assumiu novamente a Secretaria de Cultura de Pernambuco no governo de Eduardo Campos, em 2007, fez junto com ele um programa de televisão na Rede Globo Nordeste – afiliada da Rede Globo em Pernambuco – e tornou-se sua amiga. Também escreveu um perfil biográfico do escritor.

Entrevistada 2 – Beta Suassuna Fernandes (Betacoeli Suassuna Fernandes): irmã de Ariano, tia-avó da pesquisadora.

Entrevistado 3 – Carlos Newton Júnior (Carlos Newton de Souza Lima Júnior): poeta, ensaísta, professor da Universidade Federal de Pernambuco, maior especialista na obra de Suassuna, também foi seu aluno e amigo e participou de alguns projetos com o escritor.

Entrevistada 4 – Flávia Suassuna: escritora, professora, sobrinha de Ariano.

Entrevistado 5 – Manuel Dantas Suassuna (Manuel Dantas Vilar Suassuna), ou apenas Dantas – como é chamado na família: artista plástico, também faz trabalhos de cenografia e figurino para teatro, filho de Ariano.

Entrevistado 6 – Romero de Andrade Lima: artista plástico, diretor teatral, sobrinho de Ariano.

A visão de Suassuna sobre a indústria cultural e a cultura de massa

A relação do autor com a cultura e seus desdobramentos não era exatamente fácil. E isto, em parte, ocorria porque ele era muito fiel às suas convicções. O que não desmerece o valor de seu trabalho na propagação da cultura. Seu pensamento seguia a linha de Adorno e Horkheimer, que em seu manifesto *Dialética do Esclarecimento*, publicado em 1947, criticavam o entretenimento

de massa: a forma massificada da produção cultural e a “[...] padronização de sua distribuição através da mídia promotora da apatia social, que entretém sem informar” (REIS, 2007, p. 274). No referido manifesto, no capítulo *A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*, eles afirmam:

Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear. [...] O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem. Eles se definem a si mesmos como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quanto à necessidade social de seus produtos (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 57).

A indústria cultural, ainda hoje, mantém variadas perspectivas. Porém, tendendo a que se estabeleça o conceito de indústrias que produzem produtos e serviços culturais. Ou, conforme a definição da UNESCO: indústrias que “[...] combinam a criação, produção e comercialização de conteúdos intangíveis e culturais por natureza. Esses conteúdos são tipicamente protegidos por direitos autorais e podem assumir a forma de produtos e serviços” (UNCTAD, 2010, p. 5). Sendo importante destacar a sua relevância na promoção e preservação do acesso à cultura e da diversidade cultural, juntamente com a questão econômica: é a união do valor econômico com o valor simbólico. Nessa indústria estão incluídos: audiovisuais, fotografia, *design*, edição, publicações, música e outros, com alguma variação entre os países; ou, como aponta Reis: “[...] setores que reproduzem uma matriz original, detentora de valores culturais” (REIS, 2007, p. 276).

Apesar de seu destaque na economia de vários países, o temor com o “empobrecimento cultural” verificado em relação à cultura de massa persiste quando se trata dessa indústria. Ana Reis

(2007) cita que o ministro da Cultura da França, em um discurso de 2005, apresentou preocupação semelhante à Inglaterra – o *levelling-down*, ou nivelamento por baixo – em relação à supremacia dos filmes de Hollywood no mercado de cinema.

Flávia Suassuna (2016) aponta que seu tio tinha um conceito muito restrito do que era belo. Mas, principalmente, o que ele não gostava era da cultura de massa e de seus produtos, muitos vindos do exterior. E pelas críticas que fazia, foi muitas vezes taxado de xenófobo. Ela diz:

Ele gostava de algumas coisas estrangeiras. Por exemplo, ele disse assim: “Eu gosto de Melville⁷ – que era um escritor americano –, eu gosto de Shakespeare...”. Ele gostava de muitas coisas estrangeiras, até americanas. O que ele não gostava era de cultura de massa. Ele falava: “É possível haver um bom escritor com mau gosto ocasional, e é possível haver um grande escritor com bom gosto”. [...] “Mas eu nunca vi um bom escritor e um bom artista trabalhar com o gosto médio”. [...] Ele dizia: “Esse gosto médio global, na verdade, significa o apagamento das questões locais”. [...] “Isso não é possível!” (SUASSUNA, F., 2016).

Em relação ao mesmo tema, Adriana Victor conta que Ariano não aceitava ser acusado de xenófobo; justamente ele que lia e que admirava tantos autores estrangeiros. Ela diz: “Ele só defendia que a nossa cultura precisava estar fortalecida” (VICTOR, 2016a).

Dantas, filho do escritor, fala a respeito de uma entrevista dada por seu pai na qual lhe foi perguntado se assistia a televisão e a quê assistia. Diante da resposta positiva de Suassuna, que disse assistir a novelas, o jornalista teria retrucado: “Certo, o senhor gosta de novela”. E recebeu a seguinte resposta:

Não, eu não disse que gostava não. Eu disse que assistia. Agora, prefiro as novelas brasileiras aos enlatados americanos. [...]

⁷ Herman Melville – escritor americano, autor de *Moby Dick*.

Estou dizendo que eu assisto. Assisto porque, inclusive, é material de pesquisa. Olhar o que se está fazendo, que é para não fazer igual! (SUASSUNA, M. D., 2016).

A chegada ao cinema e à televisão

Por enfrentar riscos elevados, devido à imprevisibilidade dos mercados, a indústria cultural tenta se proteger diversificando seus produtos e gerindo a distribuição dos mesmos. Nessa diversificação, surgem produtos vinculados entre si, como cita Benhamou (2007, p. 110): “[...] o livro de sucesso pode dar ensejo a um roteiro, cujo filme será acompanhado de uma música gravada em milhões de cópias”. E foi por esse caminho que a indústria cultural buscou algumas das obras de Ariano para fazê-las saírem dos livros e alcançar novos voos.

Passou-se muito tempo até que ele aceitasse que sua obra fosse levada para o cinema e a televisão. E não foi por falta de interesse desses meios de comunicação e de seus diretores, que seguida e insistentemente o procuravam. Foi por ele não aceitar que seus textos fossem transpostos para esses meios de uma forma diferente da que ele havia pensado ou que por meio deles fossem passadas mensagens subliminares com as quais ele não concordava. Um exemplo disso foi sua recusa quando procurado pelo Actor’s Studio – companhia de teatro norte-americana e uma das mais importantes do mundo –, interessado em encenar o *Auto da Compadecida*, obra do escritor traduzida nos Estados Unidos em 1963. Como o contrato proposto incluía, além da encenação da peça, a venda dos direitos da obra para que fosse feita naquele país uma versão da mesma para o cinema, Ariano não aceitou. Ele queria que a obra fosse filmada no Brasil, e não por um estúdio estrangeiro.

Romero, seu sobrinho, descreve a primeira vez que o autor autorizou a filmagem de um texto seu – *O auto da compadecida* –, em 1968:

[...] foi muito curioso porque quando a peça fez sucesso – o *Auto da Compadecida* –, e foi um sucesso nacional e internacional, muitos diretores quiseram fazer. E ele era muito rigoroso e queria uma coisa muito “amarrada”. Não era por preconceito, era por ele conseguir ver o cinema que ele sonhava. Então, ainda que ele não praticasse a ação da direção, o diretor intrínseco daquilo que ele criava era ele. [...] Mas n’A *Compadecida* – o filme de George Jonas⁸ (o diretor) – foi feito como ele queria. E aí ele chamou Brennand⁹ para fazer os figurinos. Lina Bo Bardi¹⁰ – a mulher de Pietro Maria Bardi¹¹ – foi quem fez os cenários. E são Antônio Fagundes – bem novo – e Armando Bogus que fazem Chicó e João Grilo. O Cristo Negro é Zózimo Bulbul e a Nossa Senhora é Regina Duarte. E é lindo o filme. (LIMA, R. A., 2016).

Esse primeiro filme, dirigido por George Jonas e lançado em 1969, representou o Brasil no Festival Internacional do Rio naquele ano, e ganhou um prêmio especial pelos figurinos de Lina Bo Bardi e pela direção de Arte de Francisco Brennand. Foi também o filme mais caro produzido na sua época no Brasil. Nele, pela primeira vez os princípios estéticos do Movimento Armorial foram levados para o cinema (NEWTON JÚNIOR, 2015). *O auto da compadecida* foi levado ao cinema ainda mais duas vezes: em 1987, pelo diretor Roberto Farias, sob o título *Os Trapalhões no Auto da Compadecida*; e em 2000, por Guel Arraes.

Segundo Carlos Newton, as adaptações para o cinema foram mais facilmente aceitas pelo escritor em comparação com a

⁸ Realizador de cinema publicitário, fez um único longa-metragem: *A Compadecida*.

⁹ Francisco de Paula Coimbra de Almeida Brennand é um artista plástico pernambucano nascido em 1927. Apesar de já ter trabalhado com outras artes, é mais conhecido pelo trabalho que faz com cerâmica.

¹⁰ Achillina Bo Bardi – arquiteta, designer, cenógrafa editora, ilustradora. Passou a ser uma referência internacional. Nasceu em Roma, Itália, em 1914, e faleceu em São Paulo, em 1992.

¹¹ Sua principal atividade profissional era escrever. Dessa forma ele manifestava seu estilo polêmico e fazia críticas baseadas no grande conhecimento que tinha e na vivência cotidiana da arte, da política e, principalmente, da arquitetura. Nasceu em La Spezia, Itália, em 1900, e faleceu em São Paulo, em 1999.

televisão. Ele conta que:

[...] Ele foi um pouco mais cuidadoso em relação à televisão. Temia, inicialmente, pelas adaptações para a televisão. Porque, quando a televisão começou a se firmar no Brasil, muitos dos grandes dramaturgos foram convidados a escrever para televisão [...] E naturalmente Ariano também recebeu convites para fazer adaptações... E num primeiro momento ele recusou, porque dizia que a televisão não respeitaria os postulados da poética armorial. Ele não queria, por exemplo, na sua obra, música internacional ou merchandising [...] Uma adaptação que não respeitasse esses postulados iria ferir a obra, segundo ele, que considerava importante a unidade poética da obra, o próprio universo dele. [...] Porque ele pensava a obra dele – sobretudo a teatral – como um todo. Ele pensava não só o texto, o teatro, mas a indumentária, a música; tudo aquilo ali ele imaginava dentro de uma unidade poética. A música ligada ao Movimento Armorial, as máscaras, coisas assim. (NEWTON JÚNIOR, 2016).

O sentimento de Suassuna em relação aos elementos que a televisão impunha aos telespectadores por meio de sua programação era semelhante ao de Roland Corbisier, primeiro diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (apud ORTIZ, 2001): “[...] Ao importar o Cadillac, o chicletes, a Coca-Cola e o cinema, não importamos apenas objetos e mercadorias, mas também todo um complexo de valores e de condutas que se acham implicados nesses produtos”.

Porém, essa disseminação de atividades culturais e informações transmitidas pela televisão, em que pese os valores que a acompanham, também tem um lado que não se pode desconsiderar. Como escreveu José Marques de Melo:

Trata-se do mosaico cultural que a mídia globalizada exhibe diariamente, rompendo o isolamento social em que os grupos periféricos viveram até recentemente. Costumes, tradições, gestos e comportamentos de outros povos, próximos ou distantes, circulam amplamente na *aldeia global*. Da mesma

forma, padrões culturais que pareciam sepultados na memória nacional, regional ou local ressuscitam profusamente. Facilitando a interação entre gerações diferentes, eles permitem o resgate de celebrações, ritos ou festas aparentemente condenados ao esquecimento (MELO, 2008, p. 41, grifo do autor).

Recorre-se então à fala de Dantas, novamente, para entender como se deu essa aproximação com a televisão. Ele comenta que, bem antes disso acontecer, houve várias visitas dos diretores da Rede Globo à casa de seu pai. Suassuna foi muito procurado desde a década de 1960, quando a televisão assumiu seu papel de veículo de massa no Brasil e o mercado de bens culturais se estabeleceu no país. Era uma aproximação da Rede Globo com Ariano, mas não de Ariano com a Rede Globo. Ele relata que a aproximação só veio de fato a ocorrer por meio de Luiz Fernando Carvalho – um dos diretores de programas da Rede Globo. Porque Ariano viu um capítulo de uma novela dirigida por esse diretor em que aparecia um Auto de Folia de Reis¹². Então ele teria dito: “Com esse sujeito eu faria alguma coisa para a televisão...”, mesmo não sabendo sequer quem ele era. Algum tempo depois, o diretor foi a Recife filmar um especial com Antônio Nóbrega – velho amigo do escritor e que participou do Quinteto Armorial –, e procurou o escritor. Ele estava interessado em filmar *Uma mulher vestida de Sol*, que era um texto inédito, e veio com “carta branca” da Rede Globo para respeitar todos aqueles postulados exigidos por Suassuna desde a década de 1960. Depois de Luiz Fernando foi a vez de Guel Arraes, que desde 1978 – ao retornar com seu pai do exílio – já havia pedido o direito de filmar o *Auto da Compadecida*, embora só o tenha feito em 1999.

Carlos Newton Júnior aponta que foram adaptadas para a televisão, além de *Uma mulher vestida de sol* e do *Auto da*

¹² A Folia de Reis, também chamada de Reisado, é uma encenação popular que reproduz a jornada dos reis Magos, desde quando eles são avisados do nascimento de Jesus, até o encontro com ele na lapinha. É uma encenação natalina na qual os participantes desfilam cantando nas ruas ou no campo.

Compadecida, a *Farsa da boa preguiça*, *O santo e a porca* e *A Pedra do Reino*. Mas a adaptação do *Auto da Compadecida* foi, certamente, a que teve maior sucesso; tanto na minissérie para a televisão quanto na versão reduzida desta, em que ela foi adaptada para o cinema. Ele segue dizendo que nessa adaptação o diretor traz elementos de outras peças do autor, fazendo uma espécie de uma incursão no universo dramaturgico de Ariano, como se quisesse mostrar o quanto o teatro do autor traz da tradição de teatro mediterrâneo.

Mas, diferente das outras, a adaptação d'*A Pedra do Reino* passou longe do sucesso. Apesar de ter sido a que promoveu maior mobilização em sua realização, a adaptação da obra tida até então pelo próprio Ariano como a mais importante dentre as escritas por ele não agradou ao público. A obra, de difícil compreensão em suas mais de setecentas páginas, foi dividida de modo a ser exibida em apenas cinco capítulos, por questões de patrocínio. Foi necessário fazer muitos cortes, e a dificuldade em compreendê-la só aumentou. Para Romero, os patrocinadores são como fantasmas, e estão acima do diretor, praticamente tomando o lugar do produtor, que já vive tenso sob o comando do diretor comercial. E no caso d'*A Pedra do Reino*, ele diz que a direção não é só de Luiz Fernando Carvalho; é dele e de todos os outros acima dele. Ou, conforme Thompson (2011) – na sua concepção estrutural de cultura, onde ele destaca o aspecto contextual das formas simbólicas –, tratando-se de formas simbólicas mais complexas como textos, discursos, programas de televisão e obras de arte, sua produção, transmissão e recepção ocorrem normalmente em meio a um grande número de instituições específicas.

Quando aceitou que suas obras fossem adaptadas, principalmente para a televisão, Ariano foi muito criticado, sobretudo em Pernambuco. Mesmo as pessoas que sequer liam suas obras ou não sabiam como se tinha dado o processo, diziam que apesar de Ariano falar muito mal da televisão, permitiu que sua obra fosse adaptada. Como diz Carlos Newton (2016): “Ele

deixou trinta anos depois! Quer dizer, ele recusou e, trinta anos depois, mediante garantias que aquilo seria respeitado, ele aceitou”.

Acompanha-se, então, a opinião de Adriana Victor (2016), quando ela afirma que o escritor chegou ao cinema e à televisão muito tranquilamente, alcançando um excelente resultado. E que isto ocorreu de acordo com o que ele acreditava. Tudo o que fez foi pela cultura e pelo povo brasileiro. Sem nunca se ter curvado a quem ou ao que quer que seja!

Considerações finais

O estudo que aqui se conclui e que teve como base a vida e obra do escritor paraibano Ariano Suassuna, tomou como linha condutora a compreensão, através de narrativas de memória social, de como se deu a relação de Suassuna e de sua obra com a cultura e a indústria cultural. Os objetivos específicos estabelecidos foram: compreender, por meio das narrativas de memória social, como se deu a relação de Ariano Suassuna e de sua obra com a cultura e a indústria cultural; e analisar a transposição das obras de Ariano Suassuna em produtos para a indústria cultural. Ambos foram atingidos, fazendo com que o estudo tivesse êxito.

As categorias estudadas na pesquisa foram memória e cultura, que lhe deram sustentação teórica. E a metodologia adotada uniu a história oral à hermenêutica de profundidade, confirmando a primeira como história viva.

Como resultado, viu-se que, apesar do tempo que levou para acontecer, os textos do escritor chegaram ao cinema e à televisão da forma que ele queria. Ele só aceitou que as transposições de suas obras fossem feitas quando esses meios “renderam-se” a ele, aceitando suas condições. E ele apreciou cada uma delas.

Em resumo: Ariano nunca se rendeu aos meios da indústria cultural. Ao contrário, eles é que se renderam ao escritor!

Como diria Chicó, um de seus personagens mais conhecidos:

– Não sei, só sei que foi assim!

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. 1947. Disponível em: <https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/fil_dialectica_esclarec.pdf> . Acesso em 28 jan. 2016.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ASSMANN, Aleida. Lembrar para não repetir: entrevista. [09 junho, 2013]. Campinas: *Jornal da Unicamp*. Entrevista concedida a Alessandro Silva.

ASSMANN, Jan. Acervos de memória tornam-se alvos militares. *Jornal da Unicamp*, Campinas, p. 7, 10 jun. 2013.

_____. Collective Memory and Cultural Identity. *New German Critique*, Durham, n. 65, Durham: Duke University Press, p. 125-133, 1995.

BENHAMOU, Françoise. *A economia da cultura*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

CARVALHO, Luiz Fernando. Diário de elenco e equipe. In: CARVALHO, Luiz Fernando (Org.). *A pedra do reino/ da obra de Ariano Suassuna*. São Paulo: Globo, 2007.

DOURADO, Flávia. *Memória cultural: o vínculo entre passado presente e futuro*. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/memoria-cultural>>. Acesso em: 30 out. 2016.

EWALD FILHO, Rubens. *A compadecida (1969)*. Disponível em: <<https://cinema.uol.com.br/resenha/a-compadecida-1969.jhtm>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

FERNANDES, Beta Suassuna. *Outras histórias*. Recife: Ed. do Autor, 2015.

_____. Entrevista concedida a Roberta Fernandes Fajer. Recife, 27 maio 2016.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LIMA, Romero de Andrade. Entrevista concedida a Roberta Fernandes Fajer. Recife, 28 maio 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MELO, José Marques de. *Mídia e cultura popular: história, taxionomia e metodologia da Folkcomunicação*. São Paulo: Paulus, 2008.

MINDÊLO, Olívia. Imaginário em forma de arte. *Jornal do Commercio*, Recife, p. 5, 16 jun. 2007.

_____. *Movimento Armorial*. Entrevista concedida a Thiago Corrêa. 2010. Disponível em: <<http://www.vacatussa.com/movimento-armorial-entrevista-carlos-newton-junior-2010/>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

_____. Trajetória e permanência do Auto da Compadecida. In: SUASSUNA, A. *Auto da Compadecida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

_____. Entrevista concedida a Roberta Fernandes Fajer. Recife, 23 maio 2016.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PAOLINELLI, Luísa M. S. M. A. A construção da memória cultural por meio da literatura: alguns aspectos. In: LAMAS, Nadja de Carvalho; MORAES, Taiza Mara Rauen (Orgs.). *(Pro)Posições Culturais*, Joinville: Univille. 2010.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*. Barueri: Manole, 2007.

STRINATI, Dominic. *Cultura popular: uma introdução*. São Paulo: Hedra, 1999.

SUASSUNA, Ariano. 1975; 2009. *Ariano Suassuna – Movimento Armorial*. Disponível em: <<https://setecinerecife.wordpress.com>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

_____. Ariano Suassuna comenta as adaptações de suas obras na TV; relembre. *Diário de Pernambuco*. 2014. Disponível em: <http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/arte-e-livros/2014/07/23/noticia_arte_e_livros,157585/ariano-suassuna-comenta-as-adaptacoes-de-suas-obras-na-tv-relembre.shtml>. Acesso em: 22 maio 2016.

_____. *Auto da Compadecida* – Ed. Especial / Ariano Suassuna: ilustrações de Manuel Dantas Suassuna; ensaio de Ariano Suassuna e textos de Bráulio Tavares, Carlos Newton Júnior, Raimundo Carrero e Bárbara Heliodora – 2. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

_____. Carlos Fuentes e o Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 jul. 1999b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz20079907.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

SUASSUNA, Flávia. Entrevista concedida a Roberta Fernandes Fajer. Recife, 28 maio 2016.

SUASSUNA, Manuel Dantas. Entrevista concedida a Roberta Fernandes Fajer. Recife, 24 maio 2016.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

UNCTAD. *Relatório de economia criativa 2010: economia criativa, uma opção de desenvolvimento*. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

VICTOR, Adriana; LINS, Juliana. *Ariano Suassuna: um perfil biográfico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

VICTOR, Adriana. Entrevista concedida a Roberta Fernandes Fajer. Recife, 26 maio 2016.

Patrimônio, memória e museus

Museus de consciência: o traumatismo posto em valor

*Daniele Borges Bezerra¹
Juliane Conceição Primon Serres²*

Em se tratando de lugares que testemunham o sofrimento humano, independente da natureza das experiências traumáticas, há uma tendência contemporânea em fazer frente ao esquecimento. Nesse processo, o reconhecimento patrimonial dos lugares, com o tombamento e/ou a criação de museus e memoriais, tem por objetivo evitar a ocultação do passado doloroso e promover uma reflexão, juridicamente embasada nos direitos humanos e moralmente pautada na empatia, quando o patrimônio doloroso que os bens testemunham torna-se ícone dos crimes cometidos e reconhecimento pelo sofrimento das vítimas.

Nesse trabalho discutiremos alguns lugares de memória, também conhecidos como “museus de memória” ou “museus de consciência”, suas escolhas narrativas, contribuições e conflitos no que tange à transmissão de memórias fraturadas. Acredita-se que salvar do esquecimento, tornar público e educar para o futuro são intenções que exprimem o imperativo moral do reconhecimento e o desejo de responder a um dever de memória. No entanto, a

¹Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural. PPGMP/ UFPel; Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural; Pesquisa financiada pela Capes; borgesfotografia@gmail.com

² Doutora em História. PPGMP/ UFPel. Professora do PPGMP/UFPel; julianeserres@gmail.com

conflituosa relação entre tornar público e “esquecer” indica uma necessária problematização sobre os modos de atuação do patrimônio frente às memórias traumáticas. Sobretudo, diante da difusão vertiginosa dessa tipologia de museus observada no tempo presente, o que se apresenta como um sintoma contemporâneo: a exposição dos traumas.

Com o objetivo de qualificar os lugares de sofrimento sob o ponto de vista patrimonial, agrupou-se sob esse mesmo tema museus que trabalham na perspectiva dos direitos humanos, dispositivos memoriais a partir dos quais a memória da dor tem sido acionada como dispositivo pedagógico, político, ideológico e museus que evidenciam diversas formas de traumatismo social como valor a ser conservado e transmitido:

Os museus de memória podem ser classificados como lugares onde a memória ficou cristalizada e materializada no espaço. Como exemplo, há aqueles localizados em cidades que abrigaram atividades associadas à repressão e a atos de violência e transgressão de Direitos Humanos. (FERREIRA; MICHELON, 2015, p. 84).

Os autores Carlos Beltrão do Valle e Maria Xavier Cury tratam da mesma categoria de museus optando pela nomenclatura “museus de consciência” para designar os lugares de memória criados como um meio de “[...] tornar o lugar histórico um objeto de construção de consciência [...]” (VALLE; CURY In ASENSIO; POL; ASENJO et al, 2012, p.46).

Já o autor Paul William entende a categoria “museu memorial” como uma associação das atribuições do museu como uma “[...] instituição dedicada à aquisição, conservação, estudo, exposição e interpretação educacional de objetos com valor científico, histórico ou artístico”³ (WILLIAM, 2007, p.8) e a função

³ “[...]institution devoted to the acquisition, conservation, study, exhibition, and educational interpretation of objects with scientific, historical, or artistic value.”

memorial, próxima a de um monumento, feito para lembrar, entretanto desvinculado dos significados comumente associados ao monumento, tais como “grandeza ou valor”⁴ (idem). Do seu ponto de vista o memorial “muitas vezes significa luto e perda”⁵, logo o autor entende o “museu memorial” como “[...] um tipo específico de museu dedicado a um evento histórico comemorando o sofrimento em massa de algum tipo.”⁶ (ibidem).

Essa tipologia de museus adquire, a partir de uma semântica da memória, a qualidade de evocar, representar ou expor o sofrimento humano como forma de comunicar um dever de memória. Consideramos que tais lugares sejam benéficos quando, ao colocar em evidência memórias indesejadas, silenciadas, servem como um instrumento de reparação simbólica das vítimas, promovendo um debate social sobre eventos passados e atuais, servindo também, em alguns casos, para a elaboração do luto no tempo presente. Por outro lado, há que se dimensionar a tendência à espetacularização da dor e à banalização do sofrimento do outro que o crescimento do *dark tourism*, sem crítica⁷, tem revelado.

Nesse processo, a criação de lugares de memória e a atribuição patrimonial a lugares que testemunham o sofrimento humano tem se tornado uma prática nas últimas décadas do séc. XXI, principalmente nos países latino-americanos que passam por uma transição do autoritarismo à democracia. Essa importante valorização da memória com a finalidade de “defender os valores da democracia, da liberdade e dos direitos humanos”⁸ (UNESCO,

⁴ “greatness or valor”.

⁵ “often signifies mourning and loss”.

⁶ “[...]a specific kind of museum dedicated to a historic event commemorating mass suffering of some kind”.

⁷ Trata-se de uma tendência contemporânea à visitação de lugares marcados por memórias difíceis. Percebe-se que a inclusão de tais lugares em roteiros culturais assume um valor mercadológico no tempo presente, associado à fetichização dos lugares que testemunham catástrofes, onde a experiência dos visitantes está mais em registrar sua passagem pelo lugar, quase como um sobrevivente, comprovando que esteve ali, do que em conectar-se à experiência da vítima.

⁸ “[...]to defend the values of democracy, liberty and human rights [...]”.

2009, p.1) tem sido observada a partir de iniciativas locais, promovidas por equipamentos culturais de diversos países da América Latina, com a finalidade de tornar públicos os crimes cometidos durante os regimes ditatoriais. Com isso, a memória, tanto individual como coletiva, é projetada no campo dos direitos humanos como recurso que instrumentaliza os processos de justiça e reparação.

Apresentaremos alguns museus membros da *Red de Sitios de Memoria Latinoamericana y Caribeños* (RESLAC), que reúne 40 instituições de 12 países (Colômbia, Uruguai, México, Haiti, Guatemala, Chile, Brasil, Argentina, Paraguai, Peru, El Salvador e República Dominicana) que fazem parte da *International Coalition of Sites of Conscience* (ICSC). A ICSC atua no sentido de ativar a potência dos “lugares de memória” (CANDAU, 2006; RICOUER, 2007; CASTRIOTA, 2009), enquanto lugares onde a memória se ancora, e com isso “engajar o público na conexão do passado e do presente, a fim de prever e moldar um futuro mais justo e humano” (ICSC, s/d). Na plataforma digital da RESLAC⁹ estão concentradas informações sobre lugares marcados por violações de direitos ocorridas no passado recente, com o objetivo de recuperar e reconstruir as memórias coletivas, promover a justiça, a democracia e a garantia de não repetição dos crimes cometidos. Optou-se por apresentar espaços de memória que foram criados na Argentina, Paraguai, Chile e Brasil, destacando as escolhas expositivas feitas nesses locais de memória como forma de acomodar os passados dolorosos e dar visibilidade aos crimes cometidos durante as ditaduras – crimes trazidos a público pelas comissões da verdade em cada país.

Na Argentina, o *Museo de la Memoria*¹⁰ (MMA) é um caso pioneiro. Criado em 1998, por iniciativa do Conselho Municipal de Rosário, está localizado desde 2010 no antigo edifício onde

⁹ <<http://sitiosdememoria.org.es>>

¹⁰ <<http://museodelamemoria.gob.ar/page/elmuseo>>

funcionou o *Comando Del II Cuerpo de Ejército*. Assim como o Museu da Resistência no Brasil, o MMA de Rosário integra a ICSC, tendo participado, inclusive, da fundação desta, por caracterizar-se como um museu de consciência que tem por objetivo promover acesso ao conhecimento sobre as violações de direitos humanos, principalmente em referência ao “terrorismo de Estado durante a última ditadura cívico militar na Argentina¹¹” (MMA, s/d). Com o objetivo de reinterpretar o espaço ocupado pelo museu, foi convocado um grupo de artistas de Rosário para propor intervenções artísticas a partir de eixos temáticos centrados na relação entre memória coletiva, direitos humanos e violação de direitos. O MMA contou com a equipe do projeto Memória Aberta (MMA, s/d), criado a partir de 1999 e que atua de modo coordenado com organizações argentinas de direitos humanos, com o objetivo de “promover a memória sobre violações de direitos, ações de resistência e lutas pela verdade e pela justiça, para refletir sobre o presente e fortalecer a democracia” (MMA, s/d). O MMA também conta com um extenso arquivo de testemunhos orais.

A partir de uma abordagem sensível e, ao mesmo tempo, crítica, a ativação da memória do lugar, que antes servira como base militar, foi pensada a partir das intervenções propostas por oito artistas, em conjunto com a equipe da aliança Memória Aberta¹² e dois arquitetos. Os espaços criados (“Memora, Faltamos palabras, Lectores, Reconstrucciones, Ronda-A ardiente paciencia, Evidencias, Pilares da memória, Justicia perseguirás, Para as vitimas da espera e Entre nós”)¹³ ativam não apenas a memória do lugar e a memória das vítimas, mas, sobretudo os desejos de resistência e de não violência projetados em direção ao futuro, uma

¹¹ “[...] terrorismo de Estado durante la última dictadura cívico militar en la Argentina.”

¹² <<http://www.memoriaabierta.org.ar/>>

¹³ Memora, Nos Queda la Palabra, Lectores, Reconstrucciones, Ronda-La Ardiente Paciencia, Evidencias, Pilares de la Memoria, Justicia Perseguirás, A las Víctimas de la Espera y Entre Nosotros.

“memória de espera”, conforme elaborado por Joël Candau, “aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro” (2011, p.60). As salas expositivas estabelecem uma relação semântica, dinâmica, com o público, a partir da linguagem verbal e não verbal, “propondo um lugar de interpretações em que o público participa através de seus sentidos e reflexão”¹⁴ (MMA, s/d). Com isso, ao evidenciar um patrimônio político e social doloroso, apela à consciência e expressa esperança num futuro sem zonas sombrias. Além das intervenções artísticas, de caráter permanente, o MMA conta com exposições temporárias e o Centro Documental Rubén Naranjo, que recupera, preserva e difunde documentos impressos, fotografias, audiovisuais e testemunhos orais. O acervo, que está em constante construção, recebe “doações de sobreviventes do terrorismo do Estado, seus familiares, organizações de direitos humanos e investigadores”¹⁵

No Paraguai, o *Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos* (MMDDH), localizado em Assunção, é mantido pela *Fundación Celestina Pérez de Almada*. O local que chamava-se “Dirección Nacional de Asuntos Técnicos”, tinha servido como centro de detenção e tortura durante mais de trinta anos (1956-1922), e ali foram assassinadas milhares de pessoas que se opunham à ditadura militar de Stroessner. Em 2007, foi considerado sítio histórico pelo município de Assunção e como “*Sítio histórico y bien cultural de la República*” pela *Dirección Nacional de Patrimonio Histórico* em 2008. O museu foi criado em 2002, dez anos após a descoberta do “Arquivo do terror”¹⁶, como ficou conhecido o conjunto de documentos policiais contendo a documentação das rotinas estabelecidas no local,

¹⁴ “[...]proponiendo un lugar de interpretaciones en el que el público participa através de sus sentidos y su reflexión.

¹⁵ “[...] donaciones de sobrevivientes del terrorismo de Estado, sus familiares, organizaciones de derechos humanos e investigadores [...]”.

¹⁶ Os Archivos del terror foram inscritos como Memória do Mundo pela UNESCO em 2009.

surpreendentemente preservada. No local, além de informações sobre a história de sua criação e sobre o regime ditatorial no país, existem réplicas das antigas celas de prisioneiros, nas quais o ambiente de tortura é representado. Além dos objetos utilizados como instrumentos de tortura, há uma sala dedicada aos objetos que estavam com as vítimas no momento em que foram presas ou exiladas. A escolha museográfica de tais objetos expõe a situação de vulnerabilidade em que se encontravam os perseguidos políticos e enfatiza a fragilidade da liberdade humana usurpada em seu espaço íntimo. A cenografia de uma sala, em particular, é bastante perturbadora. Nela aparece um corpo envolto em tecido e amarrado com correntes ao lado de uma banheira e ao fundo se vê um aparelho de rádio. A cena, bastante claustrofóbica, reúne os signos necessários para expor uma metodologia de tortura: ensacamento e amarração com fios e correntes, afogamento e intermitência sonora, o que produz no visitante a impressão de ter acesso a experiência brutal de alguém que esteve abandonado às vontades do torturador, por tempo indeterminado. O MMDDH não possui plataforma digital, mas algumas informações estão disponíveis na plataforma digital do *Sistema Nacional de Información Cultural del Paraguay*¹⁷.

No Chile, o *Museo de la memoria y los Derechos Humanos*¹⁸ (MMDH), localizado em Santiago, inaugurado em janeiro de 2010, tardiamente se comparado com outros museus do gênero, resulta de um processo de reconhecimento que requeria a materialização de quase vinte anos de crimes cometidos no passado recente chileno, seguindo as recomendações da *Comisión de Verdad y Reconciliación*¹⁹. Atendendo à demanda de familiares e de associações de defesa dos direitos humanos, a presidenta Michelle Bachelet, que, junto com sua família também fora vítima da

¹⁷ <www.sicpy.gov.py/generales/?6870>

¹⁸ <<https://ww3.museodelamemoria.cl/>>

¹⁹ Criada pelo “Decreto supremo 355 de 1990” (CORREA In REÁTEGUI, 2011 p.446).

ditadura, decidiu pela criação do museu, que foi contratada pela Comissão Presidencial de Direitos Humanos do Chile em 2008 e finalizada já em 2009.

Com uma arquitetura contemporânea, elaborada pelo escritório brasileiro de arquitetura Estúdio América, em formato de arca flutuante, o museu se apresenta como um bloco retangular compacto, apoiado sobre duas piscinas artificiais e indica uma simetria entre a elevação do bloco, chamado de arca, e a emergência da memória. O museu possui um espaço de exposição permanente com cinco mil metros quadrados, além de salas para exposições temporárias com mais de oito mil metros quadrados. No hall de entrada, um grande mapa do mundo composto por imagens está numa das paredes, indicando que as violações de direitos no Chile encontram correlatos no mundo todo, enquanto em outra parede é possível ler um trecho do discurso da presidenta Michelle Bachelet durante a inauguração: “Não podemos mudar o passado; apenas nos resta aprender com o vivido. Essa é nossa responsabilidade e nosso desafio”. (*Exposición permanente* In MMDH, s/d). A água também parece estabelecer relação com o mítico rio *Lethé*, e a sua capacidade de provocar o esquecimento, com isso o projeto arquitetônico propõe uma estrutura de salvaguarda que se impõe contra o esquecimento, numa postura de resistência perante os riscos de apagamento da memória. Na “Esplanada” é possível circular sob a estrutura de três pisos e ler os 30 artigos da Declaração dos Direitos Humanos gravados nas paredes. Desse ponto do trajeto também é possível acessar o subsolo do museu onde está localizado o Centro de Documentação (CEDOC), aberto à pesquisa. No primeiro piso, dedicado ao processo que levou à constituição de memoriais e comissões da verdade, o visitante pode conhecer as medidas de reparação e seus mecanismos jurídicos através de telas interativas. Ainda nesse piso, um espaço bastante comovente, chamado: “*El dolor de los Niños*”, aborda a violência contra as crianças, torturadas, assassinadas, desaparecidas, exiladas. No segundo piso é possível ter acesso a

uma série de recortes de jornais, vídeos, e cartazes que circularam pelo espaço público, com mensagens de protesto por verdade e justiça, criados por familiares das pessoas desaparecidas.

Nesse mesmo pavimento, a sala de vidro de grande apelo emocional, chamada: “*Ausencia y Memoria*”, contendo apenas velas holográficas e um totem digital coloca o visitante numa posição frontal diante de um grande mural fotográfico, composto por centenas de retratos de vítimas desaparecidas, que se estende do segundo ao terceiro piso, conforme é possível ver plataforma digital do site. Nesse “observatório” vazio, iluminado pelas velas, o visitante é convocado a uma imersão silenciosa para que as memórias da vítimas sejam veladas, constantemente. No mesmo ambiente, o totem para consulta digital disponibiliza informações sobre as pessoas dos retratos, e a partir de seus nomes é possível saber o que aconteceu com cada um. Entre os retratos e os visitantes não há apenas o vidro da parede, mas um hiato espacial que ao mesmo tempo em que convoca o olhar, mantém inacessível, materialmente impossível, o que salienta a ausência partilhada na sala, em comunicação direta com os espectros fotográficos. No terceiro piso, de onde também é possível ver os retratos dos desaparecidos, estão expostos bordados, feitos sobre estopa, que dão testemunho da busca de grupos de mulheres reunidas por seus familiares desaparecidos.

A dimensão ética da memória, atinente à natureza tipológica dos Museus de Memória é explicitada na definição do MMDH em sua plataforma digital: “Um espaço que contribua para que a cultura dos direitos humanos e dos valores democráticos se convertam em fundamento ético compartilhado”²⁰. Ao propor uma conexão empática dos visitantes com o sofrimento das vítimas, representado pelos vestígios da presença ausente, o MMDH chileno atua no sentido de promover a incorporação da empatia a partir da

²⁰ “Un espacio que contribuya a que la cultura de los derechos humanos y de los valores democráticos se conviertan en el fundamento ético compartido”.

experiência museal. Esse tipo de incorporação das experiências que ocorre a partir de um fenômeno de identificação com a experiência do outro foi descrito por Michael Pollak como uma espécie de “memória herdada”, o que o autor chamou de “acontecimentos vividos por tabela” (POLLAK, 1992 p. 2). Essa memória retida, que passa a ser memória do visitante, também foi chamada de “memória prótese” por Alison Landsberg (2004), uma memória de experiências que não foram vividas pela pessoa, mas que foram incorporadas a partir da narrativa de outros. Para o autor, “a empatia reconhece a alteridade da identidade e a necessidade de negociar distâncias e, portanto, é essencial para qualquer relação ética com o outro.”²¹ (LANDSBERG, *idem*, p. 24). A partir disso é possível “encontrar maneiras de habitar as memórias de outras pessoas como memórias de outra pessoa, respeitando e reconhecendo a diferença”²² (*idem*). O caso chileno, e também os outros casos mencionados, permitem identificar esforços comuns a essa categoria de museus de memória voltados para consolidar uma cultura dos direitos humanos a partir da qual a ética (pela verdade, a vida, a dignidade e a não violência), seja um valor compartilhado. Contudo, as experiências de sofrimento do outro só podem ser acessadas e assimiladas a partir de um exercício de imaginação no qual todos os retratos –refiro-me à museografia escolhida para representar os desaparecidos chilenos – corresponderiam virtualmente a todas as pessoas. Logo, ao incorporar uma ética da memória, todos os retratos se enquadram na categoria “humano”, independente da proximidade que se estabelece com as pessoas retratadas.

²¹ “[...]Empathy recognizes the alterity of identification and the necessity of negotiating distances and is therefore essential to any ethical relation to the other.”

²² “[...] finding to inhabit other people’s memories as other people’s memories and thereby respecting and recognizing difference”.

No Brasil, o Memorial da Resistência (MR) em São Paulo, consolidado desde 2009 no prédio²³ que sediou a truculenta polícia política do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) entre os anos 1940 e 1983, tem entre seus objetivos promover “ações que contribuam para o exercício da cidadania, o aprimoramento da democracia e a valorização de uma cultura em direitos humanos” (MR, s/d).

Foram preservadas quatro celas e o corredor onde os prisioneiros tomavam sol, e esses espaços sediam a exposição de caráter permanente. Na primeira cela temos acesso ao processo de criação do memorial e na segunda há uma homenagem aos presos desaparecidos. A terceira cela reproduz o espaço íntimo das vítimas em cativo e a condição desumana deste. Nela encontramos colchões no chão, uma pia bastante suja e inscrições refeitas nas paredes com base nos depoimentos de sobreviventes. Na quarta, e última cela, imergimos num ambiente em penumbra, com uma única luz direcionada iluminando uma caixa de madeira sobre a qual jaz uma garrafa plástica e um cravo vermelho. Nessa sala os visitantes podem sentar em bancos de madeira, apoiados nas paredes da antiga cela, e se conectar ainda mais à experiência das vítimas, a partir de testemunhos orais que podem ser ouvidos com fones de ouvido. Diferente do que ocorre no caso chileno, onde o lugar de memória foi inteiramente projetado e construído para esse fim, a ativação da memória do lugar proposta pelo MR recupera, de modo simples, a sua característica de “lugar quente” (informação verbal²⁴), que ainda preserva a aura do passado. Embora a expografia interfira, em alguma medida, na capacidade que o próprio lugar tem em comunicar, trata-se de uma

²³ Tombado pelo Condephaat em 1999. Sediou o Memorial da Liberdade de 2002 a 2008 quando, com base em um novo plano museológico que previa a ampliar seu escopo educativo e cultural em relação à memória da resistência e da repressão política, teve seu nome alterado para Memorial da Resistência (MR, s/d).

²⁴ Termo empregado pela prof.^a Dr.^a Maria Leticia Mazucchi Ferreira, na palestra: “Do dizível ao indizível”, proferida no Museu do Doce de Pelotas, em 17 de maio de 2017.

reconstrução da memória do lugar com o objetivo de reverter o apagamento dos vestígios da violência e promover uma imersão dos visitantes pela via da emoção.

Enquanto lugar de memória, o MR se constitui ao mesmo tempo como narrativa e documento, e é um importante dispositivo pedagógico para a compreensão dos mecanismos de perseguição durante a ditadura no Brasil. Entre os destaques na página virtual do MR está o *slogan* “Lembrar é resistir”, que completa seu sentido com a definição da palavra resistir: “Conservar-se firme, não sucumbir, não ceder. Opor-se, fazer face (a um poder superior), recusar-se, negar-se” (MR, s/d), deixa claro a que veio e serve de exemplo ao fazer uso do caráter político da memória, acionada em nome dos direitos civis e humanos. Nesse sentido, lembrar é o contrário de silenciar, pois a ativação da memória dos conflitos promove um chamado público à consciência, e com isso faz da memória coletiva um mecanismo de resistência frente aos abusos do poder, como os exercidos pelas ditaduras.

A partir desses exemplos, é possível afirmar que, ao adentrarmos o universo dos dispositivos memoriais, os objetos são articulados como índices do passado, condutores de memórias, evocadores, e como documentos históricos, quase sempre organizados na forma de uma narrativa que tem por objetivo pedagógico promover a ativação e a transmissão de determinadas memórias. Entretanto, involuntariamente, os meios de transmissão de memórias traumáticas podem acarretar na banalização da memória, tal como observou Régine Robin (2016), fenômeno relacionado a uma pedagogia da memória consumível que atrai o espectador, mas é incapaz de disparar nele a dimensão ético-política da memória.

A semântica do trauma nas narrativas memoriais

As escolhas memoriais feitas acerca dos eventos passados estão condicionadas aos períodos históricos em que se constituem,

aos atores envolvidos, à relativa distância temporal do evento, à progressiva apropriação feita dessas memórias e aos significados a elas associados em cada período, de modo que as diversas escolhas narrativas que sinalizam e expõem a memória das vítimas também se alteram de acordo com os contextos humanos e políticos em que os processos de “qualificação, desqualificação e requalificação” (WALTER; FLEURY, 2011, p.24) patrimonial se desenvolvem.

Enquanto instrumentos ideológicos da e para a memória, essa tipologia de museus que surge no final do século XX para denunciar a violência perpetrada por políticas de massa violentas – denominados “museus de memória”, “museus de consciência” ou “museus memoriais” (WILLIAMS, 2007) ocupam a função ambivalente de representar um “passado incômodo” (PRATS, 2005) que não nos causa orgulho, mas em muitos casos “vergonha” (Cf. LOGAM; REEVES, 2008), e que, apesar disso, como parte da nossa herança cultural, política e social, nos identifica.

Nessa perspectiva, a potência discursiva dos lugares marcados pelo sofrimento está, justamente, na possibilidade de ativação das “memórias difíceis” (MENEGUELLO, 2014), seja por meio da valorização dos “restos” que permanecem nos lugares e nos convidam a imaginar, seja ao por em evidência ausências e apagamentos desse passado indesejado. Como diz Octave Debary: “Mostrar o que não é mais a partir do que resta [...]”²⁵(DEBARY, 2015, p.7) é de certo modo uma possibilidade de evocar as ausências a partir do que permanece. Logo, a marcação desses lugares de memória evidencia um trabalho de ressemantização do passado, com objetivo de torna-lo transmissível, por meio de uma narrativa elaborada no presente. A categoria de museu a qual nos reportamos faz da materialidade dos lugares um “*reminder*”²⁶,

²⁵ “Montrer ce qui n’ est plus à partir de ce qui reste”

²⁶ Pode ser traduzido como “advertência” o que o equipara ao conceito de monumento, cuja origem etimológica, provém do verbo *monere*, do latim, que significa advertir.

acionando a noção de marca e impressão utilizada por Paul Ricoeur para a evocação das memórias (RICOUER, 2007, p.59). Já, as narrativas expográficas construídas nesses espaços servem como “intermediários” para a dimensão invisível do passado que se pretende conservar e transmitir (POMIAN, 1984, p.66).

Esse desejo de “tirar de baixo do tapete” abusos e violências, que identificamos no nosso passado recente, nos faz pensar no que haveria para além desse sentido de justiça que subjaz ao que Paul William chamou de “a “aceleração global para comemorar atrocidades”²⁷”. Seria o ideal de promover uma história completa apoiada na memória das vítimas? Ou, como afirma Michel Chaumont (2000), o estatuto da vítima passou a representar uma posição privilegiada? Haveríamos nos tornado mais éticos em relação ao nosso passado? Ou, o crescimento da produção e do consumo de memórias dolorosas evidencia exatamente o contrário, e isso nos coloca no compromisso, urgente, de desenvolver uma consciência social pautada na empatia? Certamente, não haveria uma única resposta para estas questões, assim como é provável que ambas sejam genuínas.

Esse processo também nos impele a pensar nos limites para a banalização das memórias dolorosas que, não apenas nos torna incapazes de dar sentido ao que vemos, mas que silenciamos para poder seguir adiante. Talvez a tendência à rememoração compulsiva da tragédia, mais do que uma efetiva reparação simbólica das vítimas, seja mais um sintoma contemporâneo atrelado à necessidade de tudo preservar, da qual fala Joël Candau (2011). Cabe aqui uma reflexão sobre a tênue linha entre a reparação simbólica e a perpetuação do trauma pela sua exposição, pretensamente benéfica. Werner Bohleber (2007) ao tratar dos processos de rememoração de memórias traumáticas, lança luz sobre a incapacidade de sentir empatia quando se experimenta um

²⁷ “the global rush to commemorate atrocities” Traduzimos “rush” como “aceleração”, mas entendemos que o autor refira-se ao crescimento vertiginoso dessa tipologia de museus centrada na comemoração das tragédias.

evento traumático profundo, ou prolongado. De modo semelhante, Susan Sontag (2003) fala da impossibilidade de sentir a dor do outro quando estamos saturados de narrativas visuais construídas para narrar as tragédias.

As múltiplas possibilidades de exposição da dor, que nos são oferecidas “à la carte” na comodidade das nossas casas, provoca a falsa sensação de que o que está sendo narrado à distância não faz parte da nossa realidade imediata. Também podemos considerar que o hiper-realismo narrativo da dor, como uma interpretação minuciosa do invisível, e sua teatralização, pode ocasionar uma experiência desumanizada, onde a interpretação do aparato simbólico vinculado à experiência traumática é esvaziada de sentido, ou seja, a narrativa expográfica pode promover no expectador a mesma espécie de bloqueio afetivo que se manifesta, num sentido protetivo, sobre a vítima do trauma. Ademais, é praticamente impossível escapar à banalização do sofrimento, quando a experiência traumática, individual e coletiva, permanece sempre incomunicável em algum nível.

Talvez a exposição excessiva, justificada por um desejo de reparação simbólica, seja uma forma de elaboração contemporânea do trauma, um trabalho de luto que leva à repetição, não dos eventos violentos, mas da sua representação, que ganha forma na exposição da dor: um traumatismo aberto colocado em evidência, “[...] a serviço da elaboração da culpa” (BOHLEBER, 2007, p.171). Finalmente, o *rush* memorialístico em torno de eventos traumáticos no tempo presente faz eco ao que Paul Ricoeur chamou de “memória obrigada” (RICOUER, 2007, p.99), pois, quando a justiça extrai “[...] das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto” (idem, p.101). E, esse dever de memória imperativo pode engendrar outra forma de violência: a obrigatoriedade de lembrar (mesmo que velada no excesso da oferta memorialística) que tem como efeito colateral o próprio esquecimento. Portanto, ao que parece, a semântica do trauma nas narrativas contemporâneas nos localiza numa linha

tênue entre a necessária elaboração da culpa e uma reparação que se transforma rapidamente em display^{28} .

Referências

BOHLEBER, Werner. Recordação, trauma e memória coletiva: a luta pela recordação em psicanálise. In: *Revista brasileira de psicanálise*. Vol. 41, n.1, 154-175 pp, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So486-641X2007000100015>. Acesso em jan de 2017.

CANDAU, Joël. *Antropología de la memoria*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

_____. *Memória e identidade*. Traduzido por: Maria Leticia M. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHAUMONT, Jean- Michel. De culte des héros à La concurrence des victimes. In: *Criminologie*. v. 33, nº1, 2000. 167-183 p. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/004712ar>>. Acesso em 23 de jun. de 2017.

CORREA, Cristián. Programas de reparação para violências massivas de direitos humanos: lições das experiências da Argentina, do Chile e do Peru. In: REÁTEGUI, Félix (org.). *Justiça de transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de transição, 2011.

_____. A pedra e o sofrimento: Representações e historicizações do holocausto. In: *Revista Memória em rede*. Pelotas, v.7, n.13, Jul./Dez.2015. Disponível em:<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/6264>>. Acesso em 10 de out. De 2016.

²⁸ Utiliza-se o termo tendo em mente um expositor feito para chamar atenção do consumidor.

- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira. Cicatrizes da memória: fotografias de desaparecidos políticos em acervos de museus. In: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 79-97, jan.-jun. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/artic le/viewFile/20716/13379>>. Acesso em jan. de 2017.
- LANDSBERG, Alison. *Prosthetic memory: the transformation of American remembrance in the age of mass culture*. New York: Columbia University Press, 2004.
- LOGAM, William; REEVES, Keir. *Places of pain and shame: dealing with “difficult heritage”*, British library, 2008.
- MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios sombrios, memórias difíceis. In: FLORES, Maria Bernadete Ramos; PETERLE, Patricia (org). *História e arte: herança, memória e patrimônio*. 1.ed. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014.
- PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. In: *Cuadernos de Antropología Social*. Nº 21, pp. 17-35, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1: Memória-história. Imprensa Nacional casa da moeda, 1984.
- RICOUER, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François (et al.). Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Tradução: Cristiane Dias. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

VALLE, Carlos Beltrão; CURY, Marília Xavier. Museu de consciência x memória traumática - O Memorial da Resistência In ASENSIO; POL; ASENJO et al (ed). *Nuevos Museos, Nuevas Sensibilidades. Series de Investigación Iberoamericana em Museología*. Ano 3, Vol. 4. 2012. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/mikelasensibrouard/iii-siam> >.

UNESCO. *Archives of Terror*. 2009. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/mow/nomination_forms/Paraguay+Terror.pdf>. Acesso em 12 de jun. de 2017.

WALTER, Jaques; FLEURY Béatrice (org.). *Memorias de la piedra. Ensayos em torno a lugares de detención y masacre*. Buenos Aires: Ejercitar La memória Editores, 2011.

WILLIAMS, Paul. *Memorial Museums: The global rush to commemorate atrocities*. New York: Berg publishers, 2007.

Memorial HCI: o imaterial na materialidade

Helena Thomassim Medeiros¹
Juliane Conceição Primon Serres²

Considerações iniciais

O Hospital Colônia Itapuã (HCI) foi inaugurado em 1940 na cidade de Viamão, próximo da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Esta instituição surgiu através de uma medida do governo federal que previa a construção de diversos hospitais-colônia no Brasil, com o intuito de evitar a proliferação da hanseníase. Enfermidade antigamente conhecida como lepra, em nosso país o nome foi aletrado com a finalidade de diminuir o estigma e o medo vinculado a ela, fato que foi oficializado pela Lei nº 9.010/95.

Estes hospitais seguiam características de pequenas cidades. No caso do HCI, existiam igrejas, escolas, padaria, espaços de lazer, fábricas de calçado e sabão, entre outras estruturas que reproduziam em um ambiente limitado a sociedade da qual estas pessoas haviam sido excluídas. Quanto ao tratamento, em princípio, ele era ministrado por Irmãs Franciscanas de Penitência e Caridade Cristã em conjunto com o Diretor Chefe que era o diretor e médico da instituição. Contudo, não havia um tratamento

¹ Mestranda do PPGMP, UFPel, helena_tm@outlook.com

² Doutora em História. PPGMP/ UFPel. Professora do PPGMP/UFPel; julianeserres@gmail.com

eficaz para a hanseníase – cujo primeiro foi descoberto em 1941 e disseminado nas décadas seguintes –, sendo assim, estes hospitais eram a morada de seus pacientes, em alguns casos, a morada final, muitos eram enterrados no local. Alguns doentes, chegaram na infância, no Hospital se relacionavam, casavam e tinham filhos; esses, por sua vez, eram levados ao nascer para o Amparo Santa Cruz.

Com a descoberta de um tratamento eficaz para a hanseníase, o número de pacientes, que no HCI chegou a 2.474 (dois mil, quatrocentos e setenta e quatro), começou a diminuir. Contudo, é importante ressaltar que houve casos de pacientes que deixaram a instituição e tiveram que retornar por não encontrar aceitação da sociedade e por problemas econômico-sociais. Com a diminuição no número de moradores, o Hospital começa a receber, no ano de 1972, pacientes crônicos, de origem rural, provenientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro, dentro de um projeto da criação de um Centro Agrícola de Reabilitação. Hoje, ainda moram neste local pacientes remanescentes destes dois momentos da história da instituição.

A preocupação com a memória da Instituição e seus moradores iniciou há mais de duas décadas. Durante o período de 1999 a 2001 funcionou no Hospital o Centro de Pesquisa e Documentação (CEDOPE) que buscou recolher e organizar através do acervo bidimensional e tridimensional a história desta instituição. Desde este período foram organizadas cerca de cinco exposições que falavam sobre o HCI. Mais recentemente, no ano de 2014, foi inaugurada, na casa onde originalmente moravam as freiras, o Memorial HCI, tema dessa reflexão.

Este local foi organizado com o trabalho de funcionários preocupados em preservar a trajetória do Hospital. O Memorial conta com um rico acervo, com itens que vão desde objetos testemunho a itens cenográficos, em geral, estes bens foram trazidos pelos moradores e funcionários, segundo as narrativas. O

objetivo inicial era a criação de um arquivo, contudo devido a vastidão de elementos transformou-se em uma exposição.

Considerando que uma exposição se baseia na cultura material devemos levar em consideração que a sua significância só existe em relação a imaterialidade que representam. Sendo assim, este aspecto imaterial da materialidade é refletido nas memórias e histórias de vida que ganham voz através delas. O papel da expografia seria, desta forma, a condução de uma história através de perspectivas visuais.

Patrimônio e imaterialidade

Com a criação de uma exposição referente à história do HCI seu potencial como patrimônio também é elevado. Posto que seu caráter peculiar enquanto patrimônio material pode ser observado, por exemplo, pelo tombamento feito através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) da Antiga Igreja Evangélica do local em 2010. Todavia, o Memorial pode ser uma ferramenta para a consolidação de um patrimônio imaterial ligado a esta trajetória.

Mas afinal, o que é patrimônio? Segundo André Desvallées e Françoise Mairesse (2013) em um primeiro momento a palavra patrimônio é utilizada no direito romano para definir bens herdados dos pais. A partir da Revolução Francesa passa a ser utilizado para definir conjunto de bens imóveis, sendo confundido com o conceito de monumentos históricos. Posteriormente “[...] a noção de patrimônio foi consideravelmente ampliada, de modo a integrar, progressivamente, o conjunto de testemunhos materiais do homem e do seu meio. (DESVALLÉES; MAIRRESSE. 2013. p. 74). Os autores apontam para a noção de patrimônio, que no Quebec francófono seria a de objeto ou conjunto, material ou imaterial, que possuísse um valor testemunhal vinculado à história e a memória de um povo. Os autores acrescentam que:

Essa noção remete ao conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo Homem, materiais ou imateriais, sem limite de tempo nem de lugar, que sejam simplesmente herdados dos ascendentes e ancestrais de gerações anteriores ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes das gerações futuras. (DESVALLÉES; MAIRRESSE. 2013. p. 74)

A ideia de patrimônio material e imaterial teria por intuito a formulação de uma identidade, legitimando a noção de uma memória social comum a um grupo. Garcia-Canclini aponta para esta reformulação do conceito de patrimônio, que poderíamos dizer, ainda se encontra em processo de inserção nas noções socialmente construídas de valores identitários, por exemplo. O autor comenta que:

[...] os capitais simbólicos dos grupos subalternos têm um lugar subordinado, secundário, dentro das instituições e dos dispositivos hegemônicos. Por isso, a reformulação do patrimônio em termos de capital cultural tem a vantagem de não representá-lo como um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixos, mas sim como um processo social que, como o outro capital, se acumula, se renova, produz rendimentos de que os diversos setores se apropriam de forma desigual (GARCÍA-CANCLINI, 1994, p. 97).

Neste momento, podemos pensar o HCI enquanto um representante patrimonial sobre duas diferentes instâncias. A medida em que representa o patrimônio material, por seus aspectos arquitetônicos peculiares, tendo em vista a Igreja Evangélica tombada pelo IPHAN, que aponta para um patrimônio “tradicional”, vinculado a conceitos estéticos e ao poder simbólico. Por outro lado, os pacientes desta instituição representam uma parcela da população “subalterna”, excluídos do convívio social e estigmatizados por suas doenças, levando em consideração os pacientes ex-hansenianos e os portadores de sofrimento psíquico. O Memorial HCI entra enquanto o resultado de uma tentativa de

patrimonialização deste espaço, buscando, por meio da exposição, vincular este local e sua história à valores sociais, a fim de propiciar sua preservação.

Considerando o patrimônio enquanto um conjunto de práticas e bens materiais, observamos que um objeto por si só não fala nada ao visitante, é necessário que exista uma teia de significados por trás dele para que seja relevante. Estes significados, por sua vez, são construídos através da interação social e da construção de memórias, o que nos possibilita detectar símbolos e perceber o que podemos chamar de mensagem, realizando assim a comunicação necessária para a existência de espaços de memória, por exemplo.

Sendo assim, o ponto de partida deste processo de identificação da população com o HCI – considerando a possibilidade de ampliar o público do Memorial –, pode vir deste patrimônio imaterial representado através da materialidade exposta. Segundo a Lei 13.678, atualizada pela lei 14.155, que dispõe sobre o patrimônio imaterial no estado do Rio Grande do Sul diz que:

Art. 1º - Constituem o patrimônio cultural imaterial do Estado do Rio Grande do Sul os bens culturais de natureza imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade gaúcha.

§ 1º - Entende-se como patrimônio imaterial o conjunto das manifestações, práticas e conhecimentos técnicos que têm como fontes a sabedoria, a prática, a memória e o imaginário das pessoas, transmitidos a gerações presentes e futuras pela tradição e pela identidade cultural vivenciadas no cotidiano das comunidades.

§ 2º - Serão considerados integrantes do patrimônio imaterial do Estado do Rio Grande do Sul:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar;
- III - os modos de fazer;
- IV - os modos de viver;

- V - as criações artísticas, científicas e tecnológicas;
- VI - o folclore, os saberes e os conhecimentos tradicionais; e
- VII - o esporte e suas manifestações lúdicas incorporadas às tradições rio-grandenses.
- VIII - os ritos celebrativos; (Incluído pela Lei n.º 14.155/12)
- IX - os espaços aos quais são, coletivamente, atribuídos sentidos especiais. (Incluído pela Lei n.º 14.155/12) (RIO GRANDE DO SUL, 2011)

Deste modo, podemos observar que o HCI se constitui em uma referência identitária para aqueles que tiveram suas vidas afetadas por este local, representando práticas – tendo em vista o modo de vida do local e as práticas sanitárias do Brasil no começo do século XX – e memórias que ali foram criadas.

O patrimônio imaterial, no caso desta instituição, estaria vinculado às memórias e histórias de vida, levando em conta a peculiaridade destas trajetórias confinadas nos limites de um hospital que imitava a vida exterior, vemos modos de viver, criar e fazer únicos, além da atribuição de sentidos especiais a este local. Joël Candau (2016) em seu livro “Memória e Identidade” comenta a existência de sociotransmissores que, assim como os neurotransmissores em nossos cérebros, realizariam o papel de transmitir e realizar ligações, neste caso, entre as memórias e a identidade de uma sociedade. Os sociotransmissores seriam pessoas, entidades e mecanismos sociais que constroem e reforçam um sentido de compartilhamento, deste modo poderíamos aproximar esta categoria aos espaços de memória, por exemplo, que se propõe a transmitir uma história.

Memorial HCI

Considerando o Memorial como um sociotransmissor, a medida em que apresenta e reforça uma memória, ele cumpre uma função dentro do processo de patrimonialização do HCI. Sendo assim, sua existência é muito importante, considerando que o

discurso apresentado em sua exposição estará legitimando uma ideia sobre este local e a vida destas pessoas.

O Memorial HCI está localizado onde era originalmente a casa das Irmãs Franciscanas de Penitência e Caridade Cristã que cuidavam do Hospital. Inicialmente a ideia era que fosse organizado um arquivo no espaço, porém Marco Antônio Lucaora, um dos organizadores do espaço, comenta que:

[...] eu fiquei sabendo que tinham acervos soltos [...] que a documentação estava jogava, e realmente a documentação estava no chão, não estava tendo cuidado porque não tinha quem fizesse. [...] Minha preocupação era só com a documentação [...] aí a coisa foi tomando forma, forma, forma, as coisas foram acontecendo, não foi um caminho. (LUCAORA, 2015, inf. verb.).

Desta forma, foi organizado o Memorial, hoje, o prédio possui dois andares de exposição, porém, ela só pode ser visitada mediante agendamento prévio, já que não há funcionários contratados para dedicar-se ao trabalho exclusivo neste espaço de memória, sendo assim, as visitas e mediações que ocorrem são realizadas de forma voluntária por uma de suas organizadoras.

A importância da criação de um local como este é percebida a medida em que levamos em consideração que: “As antigas colônias precisam ser desestigmatizadas, mas não pela destruição e pelo conseqüente esquecimento, e sim pela compreensão dos processos dos quais são resultado” (BORGES; SERRES, 2014, p.129). Sendo assim, o Memorial possibilita uma nova forma para a sociedade conhecer o HCI e as histórias das pessoas que por ele passaram.

No trabalho final do curso de Museologia, realizado em 2015 (MEDEIROS, 2015) foram identificados 20 (vinte) espaços expositivos no Memorial HCI – alguns apontados pela própria organização do espaço, outros nominados nesta pesquisa de acordo com o conteúdo exposto – sendo estes: 01. Sala de Memórias do Mundo; 02. Sala da Era Científica; 03. Corredor com Jornais; 04.

Corredor com Máquina de Sabão; 05. Corredor com Fábrica de Calçados; 06. Sala dos Amores; 07. Sala com Instrumentos e Objetos Médicos; 08. Sala de Jogos; 09. Sala com Utensílios Agrícolas; 10. Escadas com Trabalhos dos Pacientes Psiquiátricos; 11. Sala dos Portadores de Sofrimento Psíquico; 12. Sala dos Portadores de Sofrimento Psíquico; 13. Sala das Comunidades do Entorno; 14. Corredor sobre a Creche para filhos de funcionários; 15. Laboratório do Hospital; 16. Sala de “Informática”; 17. Corredor sobre a questão dos filhos; 18. Sala de Artefatos Religiosos; 19. Corredor sobre a Igreja Luterana; 20. Sala com fotos de tratamentos de pacientes. A partir destes ambientes foram percebidos pela autora cinco eixos temáticos: Ambientações Históricas e Cotidiano; Ambientações Hospitalares; Setor Psiquiátrico; Contexto Local. Ao observarmos estes espaços expositivos notamos que 12 (doze) estão dentro do eixo temático “Ambientações Históricas e Cotidiano”, e 03 (três) no eixo “Setor Psiquiátrico”, sendo assim, em tese, as memórias e vivências destes pacientes seriam o tema central desta exposição.

Uma exposição pode ser vista enquanto meio de comunicação, que media e dá um sentido ao trabalho de salvaguarda de bens e o público que a frequenta. Além disso, devemos levar em consideração que esta interação resulta em uma construção de significados, nunca neutra e que representa a visão de seus organizadores. Desta forma, percebemos que: “Cada exposição representa, ainda, aspectos da visão de um mundo dos grupos sociais aos quais se refere, expressando, em linguagem direta ou metafórica, os valores e traços culturais desses grupos” (SCHEINER, 2002, p. 97). Ou seja, suas formulações fazem parte de um contexto, no qual toda a exposição, desde organizadores, o local, as escolhas expográficas, objetos, textos, entre outros, estão inseridos.

Outro ponto importante é que: “[...] se uma exposição tem um sentido, esse sentido pressupõe uma relação não só entre quem a realiza e quem a “consume”, mas entre o objeto mesmo e quem o

lê” (GUARNIERI, [1986], 2010, p.139). Sendo assim, estes significados imateriais evocados pela materialidade também possuem um papel importante, devendo ser levados em consideração na organização de ambientes expositivos.

Considerando que: “[...] os objetos museológicos têm de um lado, uma dimensão contingente e perecível, como objetos materiais; e de outro, uma dimensão abstrata e transcendente, como representações de ideias e valores sociais.” (GONÇALVES, 2009, p. 183), talvez uma das melhores formas de evocar o patrimônio imaterial deste Hospital fosse através dos objetos-testemunho, que se relacionam diretamente com esta história.

O material e imaterial no objeto

Os objetos expostos no Memorial, segundo entrevista realizada em 2015 com dois de seus organizadores, Rita S. Camello e Marco Antônio Lucaora, foram doados para por pacientes moradores no HCI, outros não eram mais utilizados pela instituição e ganharam uma nova vida neste espaço. Desta forma, percebemos que: “El patrimonio está formado por objetos que permanecem a pesar del tiempo, sea en uso, sea en un museo; y ya que el paso del tiempo es la esencia de la historia, es interesante en certo sentido contemplar el patrimonio como los objetos de la historia.” (HERNÁNDEZ; TRESSERAS, 2007. p.14). É importante perceber que, mesmo fazendo parte da história do HCI, da vida de seus moradores, e das práticas médicas e sociais de um período, estes objetos só ganharão voz a medida em que a expografia lhes possibilite narrar esta trajetória. Camello comenta que: “[...] se vocês forem olhar o que tem ali dentro, é todo uma história cheia de sentimentos, para nós o Memorial, ele não é meramente feito de objetos não. No Memorial cada objeto é uma história de vida.” (CAMELLO. 2015. inf. verb.). Isto nos leva a grande questão: como são expostos estes objetos? E, como, a partir desta expografia eles transmitem uma mensagem? Dohmann (2010) comenta que:

O fluxo de sentidos e imagens que os objetos veiculam através dos canais de comunicação é capaz de despertar aspectos singulares das reminiscências dos indivíduos, recordações de vivências passadas que alternam tensões entre esquecimentos e lembranças, a partir do contato da materialidade do objeto com os sentidos e sensações possíveis que ele encerra. (DOHMAN. 2010. p.72)

Considerando que estes objetos são capazes de contar histórias e se comunicar com o público através de lembranças que eles despertem, a compreensão de sua importância para a exposição no qual se encontra será percebida através da informação atribuída a ele. Posto que a materialidade do objeto, vinculada às informações – seja por meio de um guia realizando mediação ou pelo material expográfico como textos e legendas – nos possibilita compreender a imaterialidade da qual ele faz parte. No Memorial HCI notamos a existência de muitos objetos-testemunho, incluindo fotografias, roupas, bibelôs, máquinas vinculadas às peculiaridades da vida neste local – como, por exemplo, à fabricação de sapatos especiais. Além destes, há ainda ambientações cenográficas que compõem a exposição, quanto à estas, deve-se levar em consideração que:

Um objeto ou espaço representado pode ser entendido como evocação, portanto deles escaparia algumas qualidades daquilo que substituem. Uma pedra cenográfica, por exemplo, não tem peso e não tem as marcas do tempo. Sua textura, cor e temperatura são meras imitações de um original distante. (ROSSINI. 2012. p.158)

Em alguns momentos da exposição, em ambientações específicas, a cenografia, mesmo não tendo a mesma importância enquanto testemunho, se aproxima mais de ser um elemento narrativo e evocativo sobre a hanseníase do que os objetos-testemunho em si. Fato que pode ser positivo, na medida em que

se aproxima mais de um possível imaginário do público sobre o HCI e seus pacientes proporcionando identificação ou gerando curiosidade. E, ao mesmo tempo, negativo, considerando que por mais que este local tenha abrigado pessoas com hanseníase, um leproso da Idade Média, por exemplo, não representa estes doentes, nem conta suas histórias.

Percebemos que as histórias de vida dos moradores encontram-se fragmentadas em diversos momentos da exposição, porém a falta de legenda em objetos nos leva à perda da possibilidade de uma compreensão mais pessoal desta materialidade. Afinal, devemos levar em conta que para uma pessoa doar um bem para uma exposição ele, teoricamente, possui um caráter afetivo para ela, é um fragmento precioso de sua vida, que não está representado na exposição. Deste modo, faz-se presente a necessidade de legendas que deem voz a estes objetos. A cenografia tenta em alguns momentos possibilitar esta imagem de um objeto “vivo”, como se as pessoas tivessem acabado de deixar o local, porém o uso de nomes ou histórias “reais” faz falta para dar um sentido de identidade, possibilitando ao visitante ver o imaterial na materialidade.

Considerações finais

Ao considerarmos que os eixos temáticos “Ambientações Históricas e Cotidiano do HCI” e “Setor Psiquiátrico” apresentam, entre outros aspectos, a vida daqueles que foram ou são pacientes do HCI, e que estes, por sua vez, representam 15 (quinze) dos 20 (vinte) ambientes expositivos, percebe-se que quase toda a exposição trata sobre estas vivências dentro de um mundo restrito que é o Hospital, abordando seu patrimônio imaterial que são as histórias, modos de vida e memórias de seus pacientes moradores.

Entretanto, devemos refletir sobre o que as coisas falam sobre as pessoas e suas histórias. Levando em conta que o patrimônio imaterial é uma categoria ampla que, no caso da

museologia, por exemplo, pode estar associada a materialidade, podendo esta ser um porta-voz, torna-se indispensável a preocupação com uma contextualização adequada, que possibilite a conservação das informações e histórias de vida por trás deste bem.

As histórias de vida dos pacientes estão presentes no Memorial, contudo, a cenografia parece nortear o percurso de uma forma que os pequenos detalhes, que poderiam trazer à tona estas memórias passam despercebidos. Perceber que este patrimônio imaterial é o ponto central para um espaço de memória que se dedica a salvaguardar e expor a história de um local, cuja finalidade era segregar pessoas. Este trabalho de redescoberta destas memórias, por meio da busca de um significado associado a materialidade, pode transformar a percepção de uma sociedade sobre a importância de lembrarmos destas pessoas e deste local. Sendo assim, o cuidado com as escolhas expográficas, sendo elas itens e informações expostas, é essencial para trazer cada vez mais aspectos humanos e sensíveis a um local, que talvez, em pouco tempo torne-se um dos poucos meios para a sociedade conhecer estas trajetórias.

Referências

BORGES, Viviane Trindade. SERRES, Juliane Conceição Primon. Narrativas sobre o velho leprosário: as entrevistas realizadas com pacientes/moradores do Hospital Colônia Itapuã (Viamão/RS). História Oral. v. 17. n.1. 2014. P.119-134.

BRASIL, Lei nº 9.010, de 29 de março de 1995. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 de março de 1995. Seção 1. p. 4509. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9010.htm>. Acesso em: 15.09.2017

CAMELLO, Rita Sosnoski. Entrevista 01: 27 de ago. de 2015. Entrevistador: Helena Thomassim Medeiros. Porto Alegre, 2015.

CANDAU, Joël. Memória e Identidade. Tradução de: Maria Letícia Ferreira. 1ed., 3º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016, 224 p.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, Fraçois. (ed.) Conceitos-chave da museologia. SOARES, Bruno Brulon; CURY, Marília Xavier (trad.). São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria do Estado da Cultura, 2013, 100 p.

DOHMANN, Marcus. O Objeto e a Experiência Material. In: Arte&Ensaio. n.20. 2010. p.70-77. Disponível em: <http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae20_Marcus_Dohmann.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2017.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1994, p. 95-115.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os Museus e a Cidade. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 171 -186.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Exposição: texto museológico e o contexto cultural [1986]. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. Vol. 1, 1.ed., São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, p. 137-143.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. Capítulo 1: El Patrimonio Definido. In: HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. Gestión del patrimônio cultural. 3ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007. p.11-25.

IPHAE. Bem Tombado. Antiga Igreja Evangélica do Hospital Colônia de Itapuã. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=36901>>. Acesso em: 12 de out. de 2017.

LUCAORA, Marco Antônio. Entrevista 01: 27 de ago. de 2015. Entrevistador: Helena Thomassim Medeiros. Porto Alegre, 2015.

MEDEIROS, Helena Thomassim. Da Exclusão à Exposição: Narrativas Expográficas do Memorial do Hospital Colônia Itapuã – RS. Trabalho de Conclusão (Graduação) apresentado ao Departamento de Ciências da Informação, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. 127 p.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 13.678 de 17 de janeiro de 2011. Dispõe sobre o patrimônio cultural imaterial do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 18 de janeiro de 2011. Seção 1. p. 02. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%02on%02%BA%02013.678.pdf>>. Acesso em: 07 de out. de 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.155 de 21 de dezembro de 2012. Altera e inclui dispositivos na Lei nº 13,678, de 17 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o patrimônio cultural imaterial do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 21 de dezembro de 2012. Seção 1. p. 03. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/Mo10/Mo100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT O&Hid_TodasNormas=58842&hTexto=&Hid_IDNorma=58842>. Acesso em: 07 de out. de 2017.

ROSSINI, Elcio. Cenografia no teatro e nos espaços expositivos: uma abordagem além da representação. TransInformação. PUC-Campinas, 2012, p. 157 – 164.

SCHEINER, Tereza. Museologia e apresentação da realidade. In: XI Encuentro Regional del ICOFOM LAM, Equador, 2002, p. 96-105.

A alma dos objetos por intermédio da memória, da identidade e da biografia do acervo do Museu Cláudio Oscar Becker (Ivoti-RS)

Helen Kaufmann Lambrecht¹

Daniel Maurício Viana de Souza²

Considerações iniciais

No presente artigo abordaremos a pesquisa de mestrado que está em andamento no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e almeja compreender a alma nos objetos a partir de revelações de memórias, identidades e através de uma construção biográfica do acervo. Os objetos de museus possuem uma trajetória de vida, desde a sua criação, pertencimento a uma pessoa, aquisição e percurso dentro de um museu (MENESES, 1998) e essa biografia pode ser um meio de interpretar a sua alma, considerando que os objetos carregam informações extrínsecas a eles mesmos, sustentam memórias, relações e histórias, que não são possíveis deduzir a partir de sua materialidade, é preciso

¹Museóloga pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista Capes. hklmuseologa@gmail.com.

²Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Curso de Graduação em Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. danielmvsouza@gmail.com.

evocar as suas almas através do saudosismo e das sensações que eles possam instigar nas pessoas.

O projeto busca analisar como se dá a construção de lembranças durante uma estimulação de recordações, por meio de entrevistas e rodas de conversas entre a comunidade que possui relação afetiva com o acervo do Museu Cláudio Oscar Becker, de Ivoti-RS, e, como essa relação entre objeto e memória pode estimular a manifestação de identidades dos participantes, produzindo uma biografia dos itens do acervo, que poderá colaborar acerca da concepção da alma dos objetos. Nossa pesquisa parte do questionamento de que os objetos museológicos sem estudos, sem investigação a respeito de suas trajetórias, interferem na construção memorial e identitária nos museus, inclusive no entendimento do que seria a alma dos objetos.

Fundamentando-se nesses apontamentos introdutórios, acreditamos que os objetos possuem uma alma que é constituída e revelada a partir da relação de ambos com a sociedade. Busca-se refletir por meio deste breve artigo, como pretendemos agir nos contextos de nossa análise para um maior entendimento do conceito de alma. Portanto, traremos algumas considerações teóricas e metodológicas que acreditamos serem fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, uma contextualização acerca do museu que será analisado e a entrevista que realizamos até o momento.

Memória e identidade

Para desenvolvermos um estudo sobre a relação do acervo com a comunidade e a construção de uma biografia dos objetos do Museu Cláudio Oscar Becker, que poderá colaborar para o entendimento da alma, almejamos através de entrevistas e rodas de conversas, estimular memórias e identidades dos moradores da cidade. Os objetos museológicos possuem a função de indicadores de memória através da sua materialidade que está relacionada a

imaterialidade. Os objetos carregados de significados, podem evocar uma memória e instigar para que sejam criadas e fortalecidas as identidades.

Joël Candau (2014) alega que a memória influencia na construção de nossa identidade, permitindo que o indivíduo construa sua própria identidade. A memória e a identidade “se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAU, 2014, p. 16). Para o antropólogo, a memória coletiva é um compartilhamento de lembranças, que tem estreita relação com a valorização do patrimônio através da valorização de uma identidade local, nesse sentido, os objetos patrimoniais, que necessitam de conservação, restauração e valorização, serão um marco de identidade de um grupo (CANDAU, 2014).

A memória é de essencial importância nos museus e os objetos são importantes elementos da memória. Os museus, através da busca de recordações individuais e coletivas, têm a função de repensar e recriar memórias através da ressignificação da materialidade.

Assim, como afirma Ecléa Bosi (1994): “A lembrança é a imagem construída pelos materiais que estão agora a nossa disposição” (BOSI, 1994, p. 56). Halbwachs complementa que nós conservamos as nossas recordações através da referência ao meio material que nos cerca (HALBWACHS, 1925 apud CONNERTON, 1999), ou seja, por meio dos objetos que estão à nossa disposição e ativam as nossas lembranças.

Sendo assim, as memórias e identidades podem ser narradas e percebidas através da oralidade. De acordo com Errante (2000), todas as narrativas, orais ou escritas, pessoais ou coletivas, oficiais ou não-oficiais, são narrativas de identidades, “são representações da realidade nas quais os narradores também comunicam como eles vêem a si mesmos e como eles são vistos pelos outros (STEIN, 1987, VOLKAN, 1988)” (ERRANTE, 2000, p. 142). A autora também menciona que a voz e a identidade emergem como um

resultado da interação entre o entrevistador e o narrador (o informante).

Portelli (2009) menciona que o mais importante no trabalho com fontes orais é o trabalhar com seres humanos, com cidadãos, com nossos iguais. De acordo com o autor, ao recolher as vozes, estamos amplificando-as e as levando ao espaço público do discurso e da palavra, damos direito à palavra, direito ao falar e ser ouvido. Estas conceituações estão diretamente relacionadas com a nossa pesquisa, ou seja, buscamos desvendar memórias e identidades, por meio do dizer, da oralidade e principalmente, do saber escutar, não apenas ouvir.

Biografia e alma dos objetos

A abordagem biográfica auxilia no estudo das coleções e a entender os objetos em dinâmica social. De acordo com Igor Kopytoff (2008), a biografia de uma coisa é a história de suas singularizações, classificações e reclassificações. O autor sugere a pesquisa da biografia cultural dos objetos, estabelecendo que ao fazer a “biografia de uma coisa”, devemos nos questionar da mesma forma que faríamos com a construção de uma biografia das pessoas:

Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse "status", e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual foi a sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as "idades" ou as fases da "vida" reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim? (KOPYTOFF, 2008, p. 3)

Além disso, o autor propõe que ao realizarmos a biografia de um objeto, devemos nos preocupar em saber como este item foi

construído culturalmente e dotado de específicos significados. Samuel Alberti (2005), acrescenta que a vida de um objeto de museu, possui três fases: inicia com a fabricação ou coleta (no caso arqueológico) e aquisição pelo museu, juntamente com as transições de significado; perpassa pelo uso do objeto dentro de uma coleção, passando pela musealização, pesquisa, exposição, dentre outras atividades museológicas; e, é complementada com o papel que adquire na experiência dos visitantes do museu, na relação entre o objeto e seu espectador.

Através da biografia, conseguimos um suporte para interpretarmos que na materialidade há potencial de avivar as imaterialidades. Sendo assim, é necessário que as coleções, além dos estudos voltados pro material (corpo), sejam descobertas simbolicamente (alma), por meio das propriedades invisíveis, conforme estabelece Krzysztof Pomian (1984), através do conceito de semióforo, que são os objetos dotados de um significado e tem o potencial de conectar o visível ao invisível.

Consideramos que os objetos possuem uma alma. A alma está relacionada ao invisível, ao imaterial, o que não percebemos a partir da materialidade, a alma dá sentido às coisas. Os objetos são impregnados de sentimentos, simbolismos e memórias, que estão relacionados ao contexto social ao qual foram criados. Eles sempre se remeterão a alguém ou a um lugar, que serão percebidos ou restituídos através de evocações de lembranças e emoções pessoais e coletivas. Alguns autores trabalham com o conceito, como Gonçalves, Guimarães e Bitar (2013), que expõem:

É preciso também não esquecer que, enquanto portadora de uma alma, de um espírito, as coisas não existem isoladamente, como se fossem entidades autônomas; elas existem efetivamente como parte de uma vasta e complexa rede de relações sociais e cósmicas, nas quais desempenham funções mediadoras fundamentais entre a natureza e cultura, deuses e seres humanos, mortos e vivos, passado e presente, cosmos e

sociedade, corpo e alma, etc. (GONÇALVES; GUIMARÃES; BITAR, 2013, p. 08, destaques nossos).

Já Marcus Dohmann (2013), introduz o conceito de “aura”, afirmando que:

O objeto reflete vivências e simbolismos que envolvem universos mentais, em atribuições de sentidos caracterizadas por fluxos imagéticos de diferentes graus de subjetividade, desde simples experiências de “estar-no-mundo” até a **aura** criada pelo próprio artefato, na sua condição de ícone, na tarefa de comunicar experiências culturais. (DOHMANN, 2013, p. 33, destaque nosso)

Jean Baudrillard (2002) complementa com a noção de “alma”, mencionando que “[...] os objetos desempenham um papel regulador na vida cotidiana, neles são abolidas muitas neuroses, anuladas muitas tensões e aflições, é isto que lhes dá “alma”, é isto que os torna “nossos” [...]” (BAUDRILLARD, 2002, p. 97). É, portanto, através da biografia social e cultural, da relação entre sujeito e objeto, e do elo entre as pessoas, que se manifesta a alma, que é produto de evocação e do trabalho de memória.

O Museu Cláudio Oscar Becker

A ideia da pesquisa surgiu devido a um trabalho de identificação de acervo, no Museu Cláudio Oscar Becker de Ivoti-RS, espaço cultural da cidade destinado a salvaguardar o legado da cultura de imigração alemã e preservar por meio de seu acervo, as memórias e histórias de Ivoti do século XIX até a metade do século XX (IVOTI, 2016).

A cidade foi colonizada por imigrantes alemães, por volta de 1826. As famílias que chegaram ao local construíram casas em estilo enxaimel³, e o museu, hoje, está instalado em uma dessas

³Enxaimel é um processo de edificação trazido da Alemanha, na qual se utiliza uma estrutura de madeira encaixada e as paredes preenchidas com barro, pedras e vegetação (KREUTZ, 2013).

casas, datada de 1830 (KREUTZ, 2013). O local possui um significativo conjunto dessa arquitetura da imigração alemã, conhecido por “Núcleo de Casas Enxaimel”, considerado o maior aglomerado de casas na técnica enxaimel no Brasil, segundo a Fundação Nacional Pró-Memória⁴.

Uma análise preliminar no local mostrou-nos que o acervo não possui documentação ou informações suficientes sobre suas vidas e trajetórias, somente alguns itens, de aproximadamente 1600 peças, possui como informação apenas o nome do doador. Esse acervo, composto por roupas, utensílios domésticos e mobiliários, foi sendo construído a partir de doações da comunidade, antes mesmo de sua criação por lei em 1995. Um objeto ao adentrar o espaço museológico, precisa passar pela musealização, que são todos os procedimentos de salvaguarda e comunicação, como a pesquisa, documentação e conservação, sendo criados significados e valores, para assim ser um suporte de informação e memórias, gerar conhecimento e possibilitar a comunicação com o público. Quando esses processamentos não são realizados, os objetos tornam-se mudos dentro dos museus, desprovidos de acepções. Tornando-se então necessária, uma tentativa de revelação de sua alma através da significação, sendo este um processo contínuo, na qual esta alma será reconstruída a cada nova trajetória e interação do objeto.

Diante disso, surgiu nossa indagação, de que os objetos museológicos sem estudos, sem investigação a respeito de suas trajetórias, podem interferir na construção memorial e identitária nos museus, inclusive no entendimento do que seria a alma dos objetos. Ponderamos que essa compreensão do que se trata a alma, pode se dar através de três etapas: uma densa pesquisa teórica sobre o assunto; por meio das trajetórias biográficas do acervo; e,

⁴ A Fundação Nacional Pró-Memória foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), formando com ela uma organização dual, que visou dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural. (REZENDE et al., [2010?])

por intermédio das narrativas orais. Nossa hipótese sugere que revelações de memórias e criações de vínculos identitários da comunidade com o Museu Cláudio Oscar Becker e a constituição de uma biografia do acervo deste museu, além de uma compilação teórica aprofundada sobre o assunto em diversas áreas do conhecimento, contribuirão para uma compreensão sobre a conceituação de alma dos objetos.

Procedimentos metodológicos

Para alcançarmos os objetivos do trabalho, a metodologia se utilizará, sobretudo, das seguintes fontes: fontes documentais, orais, teóricas e os objetos museológicos. Através do levantamento documental, estabelecemos uma visão estatística sobre o acervo que possui informações e identificamos os nomes dos doadores de objetos do museu.

Com o intuito de localizar os doadores de acervo através de fontes orais, almejando, ao mesmo tempo, perceber sobre a relação dos moradores da cidade com os objetos doados e o museu, procederemos com encontros individuais com os doadores. Realizaremos entrevistas gravadas com estas pessoas, sendo importante que essas reuniões sejam preferencialmente dentro do museu, pois facilita a evocação de memórias por meio dos objetos.

Utilizaremos como orientação dos encontros o auxílio de um roteiro semiestruturado, com questões abertas, específicas sobre o doador e sobre os objetos doados, para pensarmos sobre a biografia cultural desses itens. Esses roteiros nos orientarão a compreender se os objetos representam a memória e a identidade coletivas dos participantes. Nossa busca por essas pessoas está em andamento, juntamente com as entrevistas individuais. Para esses primeiros encontros (individuais), utilizaremos o seguinte roteiro, que poderá ser aperfeiçoado se acharmos necessário:

- 2 - Onde mora? (Se mora em Ivoti, sempre morou na cidade?)
- 3 - Você se identifica com o acervo do Museu Cláudio Oscar Becker?
- 4 - Fale sobre sua relação com o objeto doado. Desperta algum sentimento?
- 5 - Onde este objeto foi fabricado ou adquirido?
- 6 - A quem este objeto pertenceu? Por quem ele era usado?
- 7 - Porque foi doado?
- 8 - O objeto ainda era usado quando foi doado? (Se não, porque não o usavam mais?)
- 9 - Em que momento você percebeu que ele deveria estar no acervo do museu?
- 10 - Fale sobre a relevância do objeto para a comunidade.
- 11 - O que representa para você, este objeto estar exposto no museu, sendo visto por diversos visitantes?

Realizaremos, posteriormente, rodas de conversas com a comunidade, que evidenciarão a característica coletiva da rememoração e da atribuição de significados aos objetos a partir de suas trajetórias. As rodas de conversas, também chamadas de rodas de memórias, são recursos fundamentais para recuperação das memórias e ressignificação de identidades. Por meio delas, as pessoas são incentivadas a contarem as suas memórias, compartilhando algo em comum, que é cooperar para a história e cultura local.

Buscaremos construir uma formulação do conceito de alma dos objetos, através de referências teóricas de diversas áreas, como a Antropologia, Arqueologia, Geografia, História, Museologia, dentre outras. Existem muitas possibilidades de abordagens para desvendar nosso questionamento sobre a alma dos objetos, porém, nossa escolha teórico-metodológica neste momento, parte da investigação bibliográfica, da biografia dos objetos e das rodas de conversas e entrevistas.

Entrevista com a Senhora Krug⁵

Através das entrevistas, rodas de conversas e biografia das pessoas e dos objetos doados ao Museu Cláudio Oscar Becker, almejamos compreender o que seria a alma dos objetos. Portanto, a primeira entrevista realizada para nossa pesquisa, com a Senhora Krug, foi no dia 28 de julho de 2017 e teve gravação, com 26:32 minutos de duração. Utilizamos o roteiro semiestruturado, antes mencionado, composto por 11 questões e um caderno de campo, para anotações de percepções e dados que não foram gravados.

A entrevistada, Senhora Krug, possui uma loja de aluguel de roupas e quando chegamos no horário marcado, ela solicitou que aguardássemos ela finalizar a costura de um vestido, que deveria ser entregue em poucos minutos. Enquanto ela trabalhava, conversamos sobre diversos assuntos. Quando perguntamos para ela se lembrava de algum objeto que doou ao museu, ela ficou pensativa e disse que não lembrava e que talvez não pudesse ajudar muito.

Seria importante que esse e os demais encontros fossem preferencialmente dentro do museu, pois facilita a evocação de memórias por meio dos objetos. Já que a Senhora Krug possui um estabelecimento comercial, dificultando sua ida ao museu, optamos por levar uma foto do objeto doado e mostrar durante a entrevista, para ver a sua reação e facilitar a evocação das memórias.

Dando início à entrevista, Krug informou que tem 70 anos, é formada em magistério, foi professora, diretora e supervisora do município e, quando se aposentou, abriu a loja de aluguel de roupas, há 12 anos. Nasceu na cidade de Lindolfo Collor, Picada 48 Baixa⁶, interior de Ivoti. E mora na cidade há 37 anos. Após dadas

⁵Preferimos não divulgar o nome completo da pessoa entrevistada, iremos mencioná-la por Senhora Krug ou Krug.

⁶O município é constituído de um distrito único, tendo como sede a cidade de Ivoti e mais as localidades de Picada 48 Alta, Picada 48 Baixa, Picada Feijão, Nova Vila e Vale das Palmeiras. (KREUTZ, 2013).

estas informações, percebemos que a entrevistada não se sentiu à vontade para falar mais a respeito de sua vida pessoal. Optamos por puxar outro assunto, falando que o objeto registrado como doado por ela era um colchão de palha e quando mostramos a foto, a reação foi instantânea: “Ah, isso sim! Sim, isso eu dei, é verdade!” (KRUG, 2017).

Figura 1: Foto mostrada do objeto doado.



Fonte: PatriciaHecker.

Quando viu a foto do objeto, parece que a memória dela “expandiu”, afirmando a suposição de que os objetos – mesmo não presentes fisicamente – são suportes da memória. Ao fazermos a terceira pergunta do roteiro, “Você se identifica com o acervo do Museu Cláudio Oscar Becker?”, parece que a Senhora Krug se atrapalhou e não sabia o que responder. Fomos complementando com outras perguntas, para instigar ela a falar. Quando respondeu, disse que acha o acervo do museu muito legal e que geralmente as pessoas doam algo quando querem se desfazer daquilo, complementando que:

As pessoas se preocupam e vão doar pro museu, porque eles sabem que lá é guardado, lá alguém vai olhar, alguém vai ver. E

assim em casa, as vezes tu guarda as coisas e ninguém vai ver né. E acaba sendo quebrado, guardado e nunca mais ninguém vê. Então acho que é muito interessante essas coisas do museu expor para as pessoas, que nem vocês, mais novos, veem o que nós tínhamos e nossos avós tinham antigamente. Por isso que eu acho muito interessante o museu, para as pessoas relembrem a história. (KRUG, 2017)

A respeito das perguntas relacionadas ao objeto doado, o colchão de palha, ela discorreu espontaneamente. Krug falou que dormiu em um colchão desses, falou sobre como era a rotina de dormir no colchão, como era confeccionado, que a palha devia ser ajeitada todos os dias para ficar mais confortável, que em época de Kerb⁷ a palha era trocada, etc. Também afirmou que o colchão foi utilizado por sua família – sua mãe, avó e avô – até meados de 1970, “a vó dormiu em colchão de palha até que ela morreu” (KRUG, 2017), e que quando doou, não estava mais sendo utilizado, estava guardado na casa da sua mãe.

Estávamos interessados em coletar o máximo de informações possíveis da entrevistada e, por isso, permitimos que ela falasse o quanto quisesse sobre algo que gostaria de lembrar, mesmo quando alguns dados não fossem relevantes para a nossa pesquisa. Ela lembrava de outras questões que não tinha relação com as perguntas realizadas, ocorria, conforme proposto por Errante (2000), uma espécie de ampliação das memórias que eram importantes para ela. Cada uma das memórias que não possuem relação com nossos objetivos, enriquecem nossa compreensão do contexto social.

Referente a nossa próxima questão “Em que momento você percebeu que o objeto deveria estar no acervo do museu?”, ela afirmou que doou o objeto quando a mãe faleceu, por volta de 2004, após realizar uma “limpa” nos objetos dela. Quando perguntamos sobre a relevância daquele objeto para a comunidade,

⁷Festa popular de origem alemã.

querendo obter mais opiniões dela, ela repetiu o que já havia mencionado antes, que o objeto é importante porque tem uma história e que é interessante para mostrar para os mais jovens como o mundo evoluiu. Nossa última questão “O que representa para você, este objeto estar exposto no museu, sendo visto por diversos visitantes?” partia do mesmo princípio da anterior e Krug respondeu que: “Representa que... que... ele é uma lição de vida!” (KRUG, 2017), parecendo novamente não saber ao certo o que dizer ou ter receio de falar algo que pudesse estar errado. E ao indagarmos se ela gostaria de acrescentar mais alguma coisa, sobre as lembranças, sobre os sentimentos que aquele objeto remetia:

Lembranças da minha infância né, eu tenho lembranças boas da minha infância, apesar que eu apanhei bastante né, mas meus pais sempre me... minh avó, meu avô, sempre me incentivaram muito, pra vida assim né, pra trabalhar pra frente, ver as coisas positivamente né. Quando eu olho pra uma coisa dessas eu lembro da minha infância, como que ela foi, me passa várias coisas pelacabeça. Como foi né e a gente morando no interior [...]

Para finalizar, quando ressaltai que o colchão que ela doou trazia uma memória boa, pois ela se recordava da infância e do que ela viveu, mas também uma lembrança ruim, pois era desconfortável, ela riu e concordou, complementando que:

Muitas coisas foram jogadas fora. E eu ainda tenho uma eletrola guardada. Tá que nem nova ainda. Aí a minha neta queria pra colocar no restaurante dela, mas aí eu tinha medo, aí eu pensei, ah deixa ela ali. **Mas ela também um dia vai pro museu.** (KRUG, 2017)

Percebemos que a entrevistada sente orgulho de ter um objeto que pertenceu a sua família, exposto em um museu. Tanto que pretende doar outro objeto futuramente, pois acredita que o museu cuidará bem e contribuirá para que os visitantes conheçam

aquele item, que fez parte da sua história, mas de modo geral, remete a história e trajetória de vida de muitas outras pessoas.

Considerações finais

Apesar da facilidade que a narradora teve para lembrar dos eventos através de uma fotografia, acreditamos ainda ser complexo conseguir fazer as pessoas rememorem as memórias específicas que estamos buscando e compreendê-las para atingir nosso objetivo, assim como afirma Costa: “A lembrança, o ato de rememorar, implicacriação/recriação, parceiros incondicionais da subjetividade na construção social da realidade.” (COSTA, 2014, p. 56). É um trabalho de construção que precisaremos realizar, por intermédio das memórias dos nossos narradores.

Diante do exposto, nosso levantamento documental apresentou que, de aproximadamente 1600 objetos que compõem o acervo, 61 nomes de doadores foram localizados na documentação existente no museu, e ao todo, essas pessoas doaram 134 objetos. Como mencionamos anteriormente, estas pessoas estão sendo procuradas, para nos auxiliarem na construção biográfica do acervo e no entendimento da alma dos objetos.

Até o momento, através de informações orais, localizamos e conseguimos o contato de 16 pessoas, tivemos o conhecimento de que 5 pessoas são falecidas e três afirmaram não terem doado nada ao museu. Referente a entrevista realizada, intuímos que nosso roteiro é pertinente em certa medida. Conseguimos que a entrevistada respondesse todas questões a respeito da biografia do objeto. Porém, em relação às questões pessoais, encontramos dificuldades. Pode ser que a pessoa tenha ficado constrangida em relatar sobre si mesma.

Após realizarmos as entrevistas individuais com as pessoas que localizarmos, analisaremos os dados coletados e elaboraremos um roteiro semiestruturado para as rodas de conversas coletivas,

que darão outro olhar e levantarão outros elementos para nossa pesquisa.

Concluindo, presumimos que as memórias evocadas através da relação da comunidade com os objetos museológicos, podem nos dizer muito sobre esses objetos, mas principalmente, sobre a pessoa que está narrando-o. E é esse testemunho, que nos fará perceber qual a alma do objeto e enfatizar que os objetos carregam uma alma, uma alma que não é apenas dele, mas é construída conjuntamente com as pessoas que o narram e o dão significado.

Referências

- ALBERTI, Samuel J. J. M. Objects and the museum. In: *ISIS*, v. 96, p. 559-571, 2005.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. 4ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994.
- CANDAU, Joël. *Memória e Identidade / Joël Candau* ; tradução de Maria Leticia Ferreira. – 1. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2014.
- CONNERTON, Paul. *Como as Sociedades Recordam*. 2.ª Edição. Oeiras: Celta, 1999.
- COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. In: *História Oral*, v. 17, n. 2, p. 47-67, jul./dez. 2014.
- DOHMANN, Marcus. *A experiência material: acultura do objeto*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.
- ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: *História da educação*, Asphe, n. 8, setembro de 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo; GUIMARÃES, Roberta; BITAR, Nina. *A Alma das Coisas: patrimônios, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2013.

IVOTI. *Município de Ivoti*. Disponível em: <<http://www.ivoti.rs.gov.br>>. Acesso em 17.10.2017.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, ARJUN. *A vida social das coisas*. Niterói: EDUFF, 2008.

KREUTZ, Roque Amadeu. *Bom Jardim - Ivoti: no palco da história / Roque Amadeu Kreutz (Organizador)*. - Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

KRUG, P. *Entrevista concedida a Helen Kaufmann Lambrecht*. Ivoti, 28 de julho de 2017.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 89-103, 1998.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi - Memória-História*: Lisboa, Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. In: *Mnemosine* Vol.6, nº2, p. 2-13 (2010).

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. *Fundação Nacional Pró-Memória 1979-1990*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990>>. Acesso em 17.10.2017.

Memória e literatura: sobre um livro de arte usado

José Paulo Siefert Brahm¹

Diego Lemos Ribeiro²

Davi Kiermes Tavares³

Considerações iniciais

Vivemos rodeados de materialidades por toda parte (celulares, mesas, armários, roupas, relógios, xícaras, colheres, cobertores, geladeiras, livros, entre centenas de outros). A relação que temos com os objetos é de suma importância para a nossa própria sobrevivência. Em sintonia com os estudiosos contemporâneos da cultura material, importa perceber também que, mais do que fabricar e manusear objetos, nós somos construídos socialmente em interação com trechos, troços e coisas (MILLER, 2013). Ao fazê-lo, usá-lo, manuseá-lo, deixamos no objeto as marcas de nossas vidas; em um movimento pendular e

¹ Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Colaborador do Museu Gruppelli, Pelotas/RS. E-mail: josepaulobrahm@gmail.com

² Doutor em Arqueologia, Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto do Instituto de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: dlrmuseologo@yahoo.com.br

³ Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). E-mail: dakita@uol.com.br

retroalimentado, o objeto “imprime suas insofismáveis marcas nos indivíduos, criando interna e externamente um processo dinâmico, comunicativo e intercultural” (DOHMAN, 2013, p.34). Interrogar um objeto aparentemente inanimado, a partir das marcas e dos rastros⁴ encerrados nele, implica mais do que analisar o objeto em si; pela análise aqui proposta, buscamos (re)situá-lo em uma rede heterogênea, em cuja tessitura estão conectados objetos, pessoas, passado, presente, corpo e alma.

Em meio a todos os objetos de contato diário, ou quase, os livros podem ser considerados uma das fontes mais ricas de que o pesquisador dispõe. Eles, em justaposição a sua própria realidade física, comportam um palimpsesto de memórias entrelaçadas. Observados como objetos da cultura material, podemos considerá-los produto e processo do conhecimento humano ao mesmo tempo. Por esse prisma, afirmamos que são objetos de memória por excelência (FERNANDES, 2013). Neles, encontram-se as ideias do seu autor, as marcas do lugar social de onde escreveu, os indícios de produção e de venda, a materialidade e o simbolismo que lhes são atribuídos. Além disso, principalmente os livros usados, expostos em sebos (físicos ou virtuais) como suporte de memória, trazem consigo mesmos lembranças sobrepostas (de seus donos anteriores e atuais), marcas humanas (rabiscos, assinaturas, rasgos), marcas do tempo (poeira, desbotamento, enrugação), afetos (em forma de dedicatória); acenam trajetórias e possibilidades de associações entre humanos (sujeitos) e não-humanos (os livros), e também as mediações das sociabilidades

⁴O termo pode ser traduzido aqui em dois sentidos complementares: o primeiro seria a própria ideia de rastro tratado por Paul Ricoeur (2007), que é compreendido como inscrições que deixamos ao longo de nossa vivência para que seja possível, mesmo na ausência, recuperar o sentido inicial do traço. De acordo com o autor, deixa-se rastros para que alguém consiga rastrear-lo, mantendo-o presente mesmo na ausência. O segundo sentido seria o de semióforo, conceito inicialmente cunhado por Pomian (1984), e atualizado por Chauí. A autora compreende semióforo como “[...] um sinal distintivo que diferencia uma coisa de outra, mas também um rastro ou vestígio deixado por algum animal ou por alguém, permitindo segui-lo ou rastreá-lo” (CHAUÍ, 2000, p.12). Em ambos, a ideia de rastro incita a pensar as dinâmicas simbólicas dos objetos em interação com os sujeitos, em que são tensionados presença e ausência, memória e esquecimento, corpo e alma, visível e invisível.

entre atores humanos estabelecidas por um ator não-humano através do tempo e do espaço.

Então, pretendemos, neste artigo, analisar o envolvimento de livros (objetos) com sujeitos (ambos entendidos como atores sociais⁵), o qual reflete uma relação entre memória e literatura, a partir da tentativa de reconstrução da biografia da obra “Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros”, de Clarival do Prado Valladares (1918-1982), e do itinerário de um exemplar da mesma até o sebo, onde nós o adquirimos.

Obra rara⁶ e, por isto mesmo, valiosa em termos aquisitivos, elaborada no período de um decênio (1960-1970), veio a público em 1972 sob os auspícios do Conselho Federal de Cultura/MEC/Rio de Janeiro, constituindo-se em referência fundamental dos estudos cemiteriais e da arte cemiterial do Brasil.

Com base no lastro teórico de Latour (2012), Appadurai (2006) Pinheiro (2009), Stallybrass (2008), Gell (1998), Bonnot (2002), Fernandes (2013), e outros autores, empreenderemos uma tentativa de reconstrução da biografia desse objeto, seu percurso social, sua rede sociocultural. Reconstrução essa que é proposta para estimular o debate, e de forma alguma constitui uma avaliação completa do mesmo.

O texto se desenvolverá, inicialmente, expondo de maneira concisa e circunstanciada a biografia do autor e o nascimento do livro. Em seguida, a trajetória do exemplar que possuímos será traçada como um exercício de investigação e de ideação. Finalmente, sinalizaremos o nosso envolvimento com o livro e também as mediações de sociabilidade que o mesmo estabeleceu

⁵Os objetos podem ser vistos como atores sociais: "Gell feels that objects can be seen as social actors, in that they construct and influence the field of social action in ways which would not occur if they did not exist" (GELL, 1988 apud GOSDEN & MARSHALL, 1999, p. 6).

⁶O entendimento de “obra rara” neste artigo diz respeito não só ao sentido de ser um livro importante que é escasso no mercado livreiro, mas também no sentido de conter alguma característica particular apreciada pelo mercado, o que acontece com o exemplar que obtivemos, que possui dedicatória e assinatura de próprio punho do autor. Uma definição mais rigorosa do termo, no âmbito da ciência da informação, é estruturada por Pinheiro (2009).

entre nós e outros atores humanos (seus antigos donos, por exemplo), através do tempo e do espaço.

Da ciência à arte: notas biográficas sobre Clarival do Prado Valladares⁷

O autor do livro que centraliza este artigo foi um médico sanitarista, escritor, professor, historiador e crítico de arte, que nasceu em Salvador, em 26 de setembro de 1918, filho do médico e professor Antônio do Prado Valladares e da ex-professora e futura “dona de casa” Clarice dos Santos Silva Valladares. Segundo dentre cinco irmãos, durante a juventude, após separação dos pais, vive no Recife, onde inicia o Curso de Medicina. Nesse período, desenvolve amizades com intelectuais do porte de Ulysses Pernambucano, Joaquim Cardozo, Roberto Burle Marx e Gilberto Freyre, dos quais vai receber significativas influências (verdadeiras “universidades”, conforme falava), e torna-se, do último citado, auxiliar de pesquisa de campo.

Regressa a Salvador, em 1939, devido ao falecimento de seu pai, e sua família (mãe e irmãos) estarem a passar necessidades. Em fins desse ano, inicia os trabalhos de pesquisa e documentação dos ex-votos do Senhor do Bonfim, sobre o que escreveu tese. Consegue um cargo de auxiliar-acadêmico da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e, até a sua formatura, em 1940, fica como interno da Clínica Propedêutica da Faculdade de Medicina da Bahia.

Após conclusão do Curso de Medicina, viaja para o Rio de Janeiro, faz concurso para o Hospital Getúlio Vargas, e chega a ser nomeado, mas não toma posse por razões de doença (havia contraído tuberculose). Casa-se com Érica Odebrecht, mesmo

⁷As informações biográficas e da obra (nesta e na seção seguinte) foram retiradas da dissertação “O Acendedor de Lampiões. Roteiro Para Uma Leitura da Vida e da Obra de Clarival do Prado Valladares – Um Educador”, defendida por sua filha e discípula, Kátia do Prado Valladares, junto ao Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, em 1985.

doente, e, após sua recuperação, residindo no Rio de Janeiro, tem dois filhos (Kátia, em 1942, e Antônio, em 1947), trabalha no laboratório da Bayer (empresa alemã), na editoração de duas revistas – “Revista Terapêutica” e “O Farmacêutico Brasileiro” - o que lhe vai proporcionar grande habilidade de redação.

Em 1948, Clarival retoma a vida médica, longe dos laboratórios. Faz concurso para o Hospital dos Servidores do Estado. De 1949 a 1951, faz parte do quadro permanente de médicos do HSE e é membro do Conselho de Redação da Revista Brasileira de Gastroenterologia.

A convite do reitor da Faculdade da Bahia, Edgar Santos, volta a Salvador, em 1951, para ser auxiliar do patologista Franz Lichtenberg, no novo Hospital das Clínicas da Bahia. Após dois anos, por iniciativa de Lichtenberg, homem de muito prestígio no meio acadêmico internacional, que lhe havia indicado, recebe uma bolsa de estudos da Fundação Kellog, para Harvard. Entre 1953 e 1956, realiza pós-graduação em Patologia, na Universidade de Harvard, e em Biologia, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Boston, Estados Unidos.

Ao retornar ao Brasil, assume seu lugar no Hospital das Clínicas da Bahia, torna-se docente de anatomia patológica na UFBA. Começa a fazer trabalhos com fotografias. A partir de 1959, leciona também história da arte na Escola de Belas Artes e na Escola de Teatro da mesma universidade. A partir de então, paulatinamente, vai acontecer a passagem da Medicina para a Crítica de Arte (do médico para o crítico e pesquisador de arte, historiador, iconógrafo de arte, fotógrafo-documentador, educador), e o início de uma caminhada pelo mundo artístico - seja pesquisando, seja escrevendo livros, seja, ainda, escrevendo crônicas de críticas de arte (pintura, escultura, arquitetura).⁸

⁸ Um inventário incompleto, porém detalhado, da profícua produção intelectual de Clarival, encontra-se no trabalho já mencionado de sua filha.

Posteriormente, Clarival é designado professor da Cadeira de História da Arte dos Cursos da Biblioteca Nacional (RJ), onde lecionou de 1964 até 1967. Nesse último ano, é nomeado Membro do Conselho Federal de Cultura, e, logo em seguida, Presidente da Câmara de Arte do mesmo Conselho. Também foi designado Membro da Comissão de Seleção de vários salões nacionais, colaborou na Enciclopédia Delta Larousse, com verbetes sobre artes plásticas, fez inúmeras conferências sobre história e crítica de arte, em várias cidades brasileiras. E publica quatro livros, entre os quais “Riscadores de Milagres” - uma de suas mais reconhecidas obras e contribuições à bibliografia sobre arte no Brasil. Esse livro terá, de certo modo, continuidade em outra publicação, que será apreciada na sequência.

Falece, na cidade do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1983, aos 65 anos incompletos.

O livro (a obra)

“Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros - um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas das igrejas e as catacumbas de Ordens e Confrarias até as necrópoles secularizadas” é livro composto de dois volumes com 1.487 páginas no total e 502 ilustrações (fotografias) em preto e branco. De dimensões grandiosas (aproximadamente 30x 23 x 4,3 cm), compatíveis ao seu conteúdo iconográfico, ambos foram impressos nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional do Rio de Janeiro e a clicheria nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional de Brasília, DF.

O primeiro volume estampa fotografias de detalhes de arte tumular na primeira e última capas. Nesta, o brasão do Barão de Cahyba, Mal. Alexandre Gomes Ferrão d’Argolo, que encima o jazigo monumental que mandou construir para o seu primogênito, em 1856, no Cemitério Campo Santo de Salvador, BA. Naquela, um Corujão - detalhe do jazigo monumental prototípico dos

estatuários Salles, de Lisboa, século XIX. O segundo volume, de igual modo, em sua primeira capa, apresenta fotografia da figura representativa do Espírito Santo (sincretizada a alegoria da pomba de Noé, com o detalhe do ramo de oliveira), que integrava como ornato um túmulo do Cemitério de São Miguel e Almas de Vila Boa de Goiás, datado de 1873. Na última, aparece a lápide sepulcral de Frei Fabiano de Christo conservada na parede do claustro do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, datada de 1747.⁹

Ele vem a público em junho de 1972. É considerado um livro pioneiro no mundo; "um exemplo maior da sociologia da arte", por Marshall MacLuhan (VALLADARES, 1985, p. 104). Da mesma forma é enaltecido pelo então Presidente do Conselho Federal de Cultura, do país, Prof. Arthur Cezar Ferreira Reis, que o avalia desta forma:

Este livro de Clarival do Prado Valladares sobre (sic) a arte nos cemitérios brasileiros não constitui apenas uma novidade no campo da análise dos motivos artísticos que marcam a nossa paisagem espiritual. Trata-se de obra ímpar, sem símile em outras partes do mundo. No gênero não sabemos de quem tenha, não apenas exercido, mas realizado empresa pioneira desse tipo. Quem, antes dele tenha descido a vista, o pensamento e a compreensão sobre o que representa o museu admirável que encontramos nos cemitérios, acredito que não exista (REIS, 1972, p. XXXIII, vol. I).

Resultado de anos de investigação (iniciada em 1960 e finda em 1970, quando Clarival ainda fazia suas pesquisas para o livro "Riscadores de Milagres"), empreendida sem financiamento algum, senão a expensas de recursos pessoais, a obra, reconhece o autor, em agradecimento, contou com colaboração (direta ou indiretamente) de várias pessoas, sendo a de sua esposa, Érica, a maior.

⁹ Essas informações estão nas chamadas "orelhas" das capas dos dois volumes.

Quatro anos antes da sua publicação, Clarival fez uma exposição na Galeria Goeldi (propriedade sua, no Rio de Janeiro), apresentando uma seleção de fotos do acervo de sua pesquisa e anunciando a intenção de brevemente publicar o resultado de seus estudos. Essa exposição foi muito comentada, à época, por críticos de vários jornais,¹⁰ todos unânimes no apelo por sua publicação. O que efetivamente veio a ocorrer.

Um dos comentários representativos dessa apreciação expõe:

ARTE CEMITERIAL - [...] O material recolhido por Clarival é de primeiríssima qualidade e resultou de uma longa e trabalhosa peregrinação pelos cemitérios de todo o País (sic). As fotos mostram cemitérios em estilo “art nouveau”, outros construídos com latas vazias à maneira dos “ready-made” ou com desenhos “op”. Algumas têm o rigor das obras “concretistas”, outras poderiam ser chamadas de “sepulturas-protesto”. As fotografias (por sinal muito boas) apresentadas fazem parte de um aprofundado estudo sobre a “Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros”, que foi iniciado como um desdobramento de seus anteriores estudos sobre “o comportamento arcaico brasileiro”. Em seu livro publicado em 67, RISCADORES DE MILAGRES, Clarival do Prado Valladares faz as primeiras alusões à arte cemiterial. Pela importância do material coletado e pela análise histórica, social e cultural que êle(sic) propiciou ao crítico e historiador, deve ser imediatamente publicado (FREDERICO MORAIS – Diário de Notícias, 18-12-68 apud VALLADARES, 1972, p. 1.466, vol. II – destaques do autor da crítica).

No ano de lançamento, a Associação Brasileira de Críticos de Arte outorgou a Clarival o prêmio máximo da mesma, pelo livro. O impacto inicial que a obra causou foi apenas o prenúncio da importância que lhe reservaria o futuro. Desde então, ela é recorrente, quase obrigatória, em referências de qualquer trabalho

¹⁰ Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Diário de Notícias são alguns dos jornais, todos do Rio de Janeiro.

acadêmico, notadamente no Brasil, que aborde a temática dos cemitérios e os artefatos que lhes povoam - artísticos ou não.

O nosso exemplar

O exemplar que temos (Figura 1) foi adquirido por R\$ 1.000,00, em 1º de agosto de 2016, junto ao “Sebo Brandão”, localizado na cidade de Salvador, Bahia. Naquele momento de aquisição, era o único exemplar que as lojas do sebo¹¹ possuíam e ofereciam à venda; de igual modo, em sites de venda de livros que pesquisamos: Mercado Livre, Livronauta, Estante Virtual. Entre as razões para o seu elevado preço, segundo a vendedora da loja que respondeu nosso contato por e-mail, estariam, além de sua condição de raro, na dedicatória (“Ao prezado amigo Carlos Meirelles...”) e assinatura do autor, feitas de próprio punho, no volume I, datado de 11 de maio de 1973 (Figura 2).

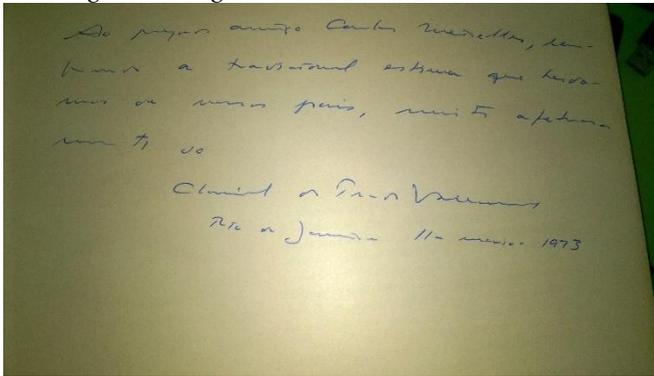
Figura 1: Fotografia do livro.



Fonte: Autores, 2017.

¹¹ Além de Salvador, existe uma loja em São Paulo, capital, e outra no Recife. No momento da elaboração deste artigo (16-28.09.17), não há disponibilidade do livro para venda nos locais mencionados acima.

Figura 2: Fotografia da dedicatória do autor do livro.



Fonte: Autores, 2017.

Os dois volumes integravam uma biblioteca privada, que o sebo adquirira anos antes.¹² Embora não contenham rabiscos, anotações ou marcações no texto, apresentam (sobretudo o volume dois) desgastes e riscos nas capas, rasuras no dorso, páginas amarelada e coladas por umidade, manchas de umedecimento (em algumas) e enrugamentos (em outras), porém “nada que comprometa a leitura” (observação que aparecia no anúncio de venda e repetida pela vendedora que nos atendeu na livraria física, em Salvador).

Afora essa apreciação, podemos assinalar que o único sinal visível de pertencimento anterior a nós são a dedicatória a Carlos Meirelles e as iniciais colocadas nas últimas páginas dos dois volumes - **B. & F.** (em negrito mesmo) - sob forma de marca de carimbo; além, por óbvio, dos diversos sinais físicos que se fazem presente nos mesmos.

Ao recebê-lo pelos Correios, um sentimento nos possuiu - misto de curiosidade e contentamento. Após o “ritual” do desempacotamento, percorremos, página a página, num exame

¹²Em comunicação telefônica com d. Rute (filha do sr. Eurico Brandão, proprietário e fundador da livraria), que nos havia atendido quando da compra do livro, indagamos-lhe por informações sobre o proprietário ou proprietários de quem haviam adquirido o exemplar; não dispunha de nenhum registro consistente.

parcimonioso, os dois copiosos volumes. Nesse procedimento, inexcusável foi afora constatar as marcas que trazia, cogitar sobre a história e a “vida” do exemplar: quem seria Carlos Meirelles, alvo de distinção da dedicatória de Clarival? Com que intenção o adquiriu ou o terá ganhado? Por que se desfez do livro? E o seu proprietário posterior ou proprietários posteriores, quem foi/foram? Que caminhos percorreu até chegar as nossas mãos? Essas são questões que ativaram e ativam nossa imaginação e que nos levam a tentar respondê-las agora.

Percurso e rede sociocultural¹³

O percurso que, com segurança, podemos afirmar, para o nosso exemplar, é o que segue: Rio de Janeiro⇒ Salvador⇒ Eunápolis, tendo em vista: o local de impressão e aquele que a dedicatória menciona; onde foi adquirido; o lugar em que está agora. Porém, esses são os indícios sobre os quais temos certeza. Não podemos afirmar, com segurança, que essas foram as únicas cidades que ele percorreu. Muito menos dizer como ele transitou (avião, navio, automóvel), nem quando nem em que malas, bolsas ou valises ele viajou. No entanto, mesmo com estas lacunas, é possível falar de uma vida do nosso exemplar, no sentido atribuído por Appadurai (2006, p. 15 – tradução nossa):

Eu tenho me engajado continuamente com a ideia de que pessoas e coisas não são categorias radicalmente distintas, e que as trajetórias que cercam as coisas são investidas com as propriedades das relações sociais. Assim, o presente de hoje é a mercadoria de amanhã. A mercadoria de ontem é um objeto de arte descoberto amanhã. O objeto de arte de hoje é a velharia de amanhã. E a velharia de ontem é a relíquia de família de amanhã.

¹³Pretendemos investigar o percurso do “nosso” livro amparados na proposta do sociólogo Howard Becker, o qual, evocando Max Weber, elabora um exercício metodológico especulativo (uma espécie de tipo ideal) para solucionar impasse em uma de suas pesquisas. Cf. Becker (2009, p. 164-166).

E no sentido abaixo esposado por Miranda (2012, p. 76), com base em Bonnot (2002):

As coisas, como as pessoas, possuem vidas sociais, que, no caso daquelas, começam como simples mercadoria, destinada a circulação, passando depois por sucessivas singularizações, que, esvaziando-as de sua funcionalidade, as transformam, primeiramente, em objetos de conservação, posteriormente em objetos de colecionamento e, em certos casos até, de patrimonialização.

Por esses pontos de vista, podemos considerar que os objetos não estão isolados da vida dos sujeitos, pelo contrário, fazem parte deles. Ambos, sujeitos e objetos, estão em reciprocidade. “Os objetos só podem ser entendidos através da visão dos contextos culturais que os produziram originalmente e das novas circunstâncias que mais tarde os mudaram. As histórias de muitos objetos são compostas por mudanças de contexto e perspectiva” (GODDEN; MARSHALL, 1999, p. 174 – tradução nossa).¹⁴

Qualquer que tenha sido o caminho percorrido realmente pelo exemplar, nossa especulação aponta para a ideia de vida de um objeto, como exposto acima. Ao modo que observa Stallybrass (2016) em relação ao casaco de Marx (que este muitas vezes utilizou como objeto de troca por dinheiro, em loja de penhor, para comprar comida), o nosso exemplar, embora tenha nascido como uma mercadoria, e assim tenha circulado, também assume outras feições ao ser manuseado, lido, estudado. Mais ainda, ele se vincula e é vinculado em uma série de práticas humanas (venda, compra, exposição, troca, revenda, etc.), as quais estão conexas ao processo de sua circulação por lugares e pessoas, ao mesmo tempo em que adquiriu marcas, “memórias” (FERNANDES, 2013), que nenhum outro exemplar de “Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros”

¹⁴Originalmente: Objects can be understood only through look in gat the cultural contexts which originally produced the mand the new circumstances into which they later moved. The histories of many objects are composed of shifts of contextand perspective.

carrega. Isso lhe confere uma identidade única. Ou seja, embora os livros sejam fisicamente iguais, nenhum deles possui histórias idênticas. Cada objeto possui uma biografia própria, única, e, portanto, insubstituível. Nesse sentido, seus percursos, que só podemos intuir, e suas marcas apontam para uma vida mais intensa; mostram seu papel ativo na mediação de sociabilidade entre atores humanos através do tempo e do espaço (LATOIR, 2012).

Os objetos são fragmentos da vida social. Eles não existem isoladamente e complementam-se na relação com os sujeitos. São construídos pelas pessoas, ao mesmo tempo em que as pessoas são construídas por eles (GONÇALVES; GUIMARÃES; BITAR, 2013). São como molduras em que as memórias e identidades são forjadas e fixadas. Ou seja, sujeito e objeto estão sempre em um constante ato relacional. Tal argumentação está em sintonia ao que Stallybrass aduz, ao rememorar sua relação com um objeto particular, herdado de um amigo que falecera (que, por sua vez, havia adquirido-o em uma loja de roupas usadas):

[...]. Vesti a jaqueta de Allon. Por mais gasta que estivesse, ela sobreviveu àqueles que a vestiram e, espero, sobreviverá a mim. Ao pensarmos nas roupas como modas passageiras, repetimos menos que uma meia-verdade. Os corpos vão e vêm: as roupas que receberam esses corpos sobrevivem. Elas circulam pelos brechós, pelas feiras de rua e pelos bazares de caridade; ou são passadas de pai ou mãe para filho, de irmã para irmã, de irmão para irmão, de amante para amante, de amigo para amigo (STALLYBRASS, 2016, p. 14).

É possível replicar essa mesma condição para os livros: eles circulam das gráficas para as livrarias ou para as bibliotecas, de onde são emprestados e reemprestados até que um dia possam ser tirados de acervo e vão circular nos sebos. Ou circulam da livraria para um comprador que o empresta, que o revende, que o guarda,

que o troca, que o dá de presente. Tais características – das roupas, dos livros, enfim, dos objetos – são, portanto, resultado de seus engajamentos com os atores humanos, em uma rede de associações.

É esse conjunto de aspectos nos prende a atenção e, de certa forma, nos influencia no sentido de prezá-lo para além de mero objeto, mero livro. E nos liga não somente aos operários gráficos que o produziram no Rio de Janeiro e em Brasília, DF, em 1972, mas também aos proprietários (leitores ou não) que nos precederam e que, com as marcas que imprimiram (ou deixaram ser impressas) no exemplar que agora nos pertence, nos legaram um olhar e um cuidado (ou não-cuidado) particularizados. Nosso exemplar nos guia a atenção para as marcas impressas (ou que deixaram ser impressas) por outros que nos precederam. Como leitores e pesquisadores, estamos em uma rede sociocultural com esses sujeitos anteriores, mediados pelo livro de Clarival.

Nos termos da nossa exposição, para fechar esta seção, ressaltamos o nosso vínculo aos proprietários anteriores pela associação articulada através de um exemplar de um livro impresso em 1972. Os humanos nos legaram uma visão particular de como guardaram o livro, relacionaram-se com ele, valorizaram-no. O não-humano carrega suas marcas como parte integrante de seu ser. E são essas marcas que, finalmente, levam-nos, conduzem-nos, direcionam-nos para uma nova relação a partir de 2016.

Considerações finais

Os objetos, assim como os sujeitos, possuem uma história e uma biografia únicas. São responsáveis por nos ajudar a preservar histórias, memórias e identidades suas. Ajudam a narrar quem foram, são e serão. Funcionam como espelhos perfeitos que refletem seus usuários (BAUDRILLARD, 2002). Não imagens reais de seu reflexo, mas aquelas desejáveis; aquelas que gostariam de passar aos outros. Por esse ângulo, podemos dizer que os objetos

moldam os sujeitos (dizem quem são, ajudam a narrar suas biografias), assim como pelos sujeitos são moldados (que contam suas histórias de vida, dizem quem são, atribui-lhes significados, funções, valores, memórias). São fiéis companheiros, que os acompanham por toda, ou por quase toda, vida.

Os sujeitos podem, no mundo, viver sem muitas coisas; mas, sem os objetos, não conseguem existir. Os objetos são fiéis amigos, são senhores do tempo, da história e da memória. Unem grupos, famílias, amigos, nações e gerações. No entanto, é de suma importância destacar aqui, que “apesar dos sujeitos fixarem memórias nos objetos, elas não estão neles. As memórias estão nos sujeitos. Em outros termos, as memórias são evocadas e afirmadas na relação travada entre sujeito-objeto” (BRAHM, 2017).

Nas páginas precedentes tentamos esboçar algumas possibilidades reais para a biografia do nosso livro e seu percurso. Agora, presumiremos sucintamente o seu futuro ligado a nós. Ele, nos meses – passados e futuros - tem sido e vai ser utilizado de várias formas, com recorrência variáveis. Muito utilizado e manuseado para a escrita deste artigo; um pouco menos com relação a um projeto de pesquisa que desenvolveremos até 2019. À medida que diminuir seu uso, aumentará seu recolhimento a um espaço em uma estante especial, de um dos autores, ao lado das edições de *La société de conservation: étude sémiologique des cimetières d'Occident*, de Jean-Didier Urbain, de *L'espace de lamort: essaisurl'architecture, la décoration et l'urbanisme funéraires*, de Michel Ragon, de *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos*, de Fernando Catroga, entre outras. De certo modo, consideramos (inspirados em Émile Durkheim em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*), que gradualmente ele abandonará o domínio do profano – o circuito do mercado – para se tornar uma espécie de objeto sagrado ao modo de um item encantado de uma coleção.

Após o falecimento daquele que o detém nesta ocasião, o exemplar passará como herança a seus familiares. Se será

guardado e zelado por eles (como é desejo do detentor), ou vendido a um sebo qualquer, ou doado a uma biblioteca, estes são destinos abertos às trajetórias da biografia desse objeto até que ele se acabe fisicamente igual a todo ser humano.

Referências

- APPADURAI, Arjun. The thing itself. In: *Public Culture*. v. 18, n. 1, p. 15-21, 2006.
- BAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos Objetos*. 4ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BECKER, Howard. *Falando da Sociedade: ensaios sobre diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BONNOT, Thierry. *La Vie des Objets: D'ustensiles banals à objets de collection*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2002.
- BRAHM, José Paulo Siefert. *A Musealidade no Museu Gruppelli: entre o visível e o invisível*. 2017, 208f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- DOHMAN, Marcus. *A Experiência Material: a cultura do objeto*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.
- FERNANDES, Amaury. Livro, objeto de memória. In: DOHMANN, Marcus. (Org.) *A Experiência Material: a cultura do objeto*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013. p. 249-260.
- GELL, Alfred. *Art and Agency: An Anthropological Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- GONÇALVES, José Reginaldo; GUIMARÃES, Roberta; BITAR, Nina. *A Alma das Coisas: patrimônios, materialidades e ressonâncias*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2013.

- GOSDEN, Chris; MARSHALL, Yvonne. The Cultural Biography of Objects. In: *World Archaeology*, v. 31, n. 2, p. 169-178, 1999.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria Ator-Rede*. Salvador: EdUFBA, 2012.
- MILLER, Daniel. *Trecos, Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- MIRANDA, Victorino Chermont de. O problema da nostalgia nas coleções de porcelanas históricas. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). *Coleção e Colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu histórico Nacional, 2012, p. 74-85.
- PINHEIRO, Ana Virgínia. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, Helen de Castro; BARRROS, Maria Helena T. C. (Orgs.). *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*. Marília: Oficina Universitária, 2009. p. 31-44.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. Sobre Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros. In: VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/MEC, 1972. p. XXXIII-XXXIV, v. 1.
- RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- STALLYBRASS, Peter. A vida social das coisas: roupa, memória, dor. In: _____. *O Casaco de Marx: roupas, memória, dor*. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 11-38.
- VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/MEC, 1972. 2 v.
- VALLADARES, Kátia do Prado. *O Acendedor de Lâmpioes. Roteiro Para Uma Leitura da Vida e da Obra de Clarival do Prado Valladares – Um Educador*. 1985. 277 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.

"Além mar": a casa como intensificador cultural do museu

Tania Rajczuk Dombi¹

Há certas peculiaridades que envolvem a combinação entre os termos “casa” e “museu”; algumas de suas características são até mesmo opostas. A casa, por exemplo, é um espaço particular, íntimo, ligado aos afazeres cotidianos. Já o museu, um espaço público, muitas vezes grandioso e, para muitos, um lugar desconhecido durante toda a vida.

Porém, a junção destes termos, a “casa-museu”, pode estabelecer uma troca, uma dinâmica entre esses dois espaços, tornando tanto a casa quanto o museu lugares únicos. A casa, “um ser privilegiado” pela sua “unidade e complexidade” segundo Bachelard (1978, p.199) se mostra mais receptiva, quando passa a receber não mais visitas, mas visitantes. Pode não ser mais tão intimista, mas torna-se mais democrática. Não vive só do presente, mas perpetua ações e características de seu antigo morador a gerações futuras. O desafio dos grandes museus contemporâneos é o de também interagir com seu público, sendo que na casa isso já ocorre de forma espontânea.

Esta troca também é bastante significativa em benefícios para a casa. Além de crescer consideravelmente com sua abertura, sob a forma de democratização, como já citado, sua

¹ Mestre em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo (USP), e-mail: tanrd@uol.com.br

institucionalização enquanto “casa-museu” proporciona uma certa magia para o ambiente. A capacidade imaginativa do visitante pode transformar o local ao seu modo, relacionando suas experiências, visões de passado e relações com o antigo morador e sua rotina, invariavelmente uma personalidade de destaque. Segundo o DEMHIST, Comitê Internacional para os Museus de Casas Históricas, existem onze categorias de “casas-museus”, sendo a primeira delas o foco deste artigo. As casas aqui analisadas se enquadrariam então quanto a *Casas de Personalidade* “(PersH): Artistas, escritores, músicos, políticos, entre outros personagens que de alguma forma tiveram destaque social” (MARTINS AFONSO, PRIMON SERRES, 2014).

Para Michel de Certeau e Luce Giard (2013, p. 204, grifo nosso), a casa representa um

“relato de vida”, mesmo antes que o dono da casa pronuncie a mínima palavra. O olhar atento reconhece imediatamente a confusão dos fragmentos do “romance familiar”, o traço de *uma encenação destinada a dar uma certa imagem de si*, mas também a confissão involuntária de uma maneira mais íntima de viver e sonhar.

Se a casa representa um “relato de vida”, a união com o museu seria a combinação essencial para sua permanência. Concretiza, de certa forma, a oportunidade de se vivenciar e experienciar a rotina de outrem, ainda que de forma bastante imaginativa. Tanto a casa como o museu revelam, assim, o sonho de seus habitantes e provocam a de seus espectadores, criando, muitas vezes, elos interativos. Vale lembrar que muitos autores, como Néstor García Canclini (2008, p.185) apontam os museus como lugares de *teatralização*, quando tiram o objeto cotidiano de sua função e lugar originais. As casas-museus, por um lado, também não escapam totalmente disso, já que não são mais locais que funcionam como outrora, como uma casa em uso propriamente, mas, por outro lado, a contextualização dos objetos,

de situações e de fatos em relação ao local é bem mais coerente. E se até mesmo a casa poderia ser considerada igualmente uma *encenação* na visão de Certeau e Giard, conforme citação anterior, então *casa-museu* ultrapassaria a ideia de palavra composta, tornando-se, possivelmente, uma “intersecção de palavras”.

A Casa de Anne Frank em Amsterdam, na Holanda, é um exemplo disso. Casa-esconderijo de duas famílias judaicas na época do nazismo, e hoje reconhecida como casa-museu, ela representa um ponto de interesse histórico e afetivo mundial – trazido à tona com a publicação do *Diário de Anne Frank* – e que posteriormente foi traduzido para mais de setenta idiomas. Entrar na casa é praticamente reviver a publicação e, especialmente, no quarto de Anne, imaginar seu dia-a-dia, onde uma certa tensão no aposento é inevitável. Optou-se por mantê-lo sem mobília por muito tempo, assim como os demais cômodos da casa, já que os móveis foram apreendidos quando este anexo secreto foi descoberto pelos nazistas. O vazio do ambiente, somado a algumas figuras coladas, descoladas e rasgadas sobre o papel de parede parecem aumentar a atmosfera aflitiva, já inerente ao lugar. Ainda que se considere as experiências do visitante como subjetivas, nesta casa, a memória e o imaginário coletivo tendem a se aproximar. O pai de Anne, Otto Frank, único sobrevivente do esconderijo, acompanhou a transformação do lugar em casa-museu em 1957. Anos antes, desacreditado, retirou as imagens coladas pela filha na parede – e que posteriormente foram novamente afixadas – imagens estas que nada mais eram que os próprios sonhos adolescentes de Anne Frank. Atrizes de cinema e a família real britânica estavam entre os recortes colados sobre o papel de parede de seu quarto. Este comunicar através de um só ambiente, se relaciona à visão de Bachelard (1978, p. 206) quanto a este cômodo: “Os valores de intimidade são tão absorventes que o leitor não lê mais seu quarto: revê o quarto dele”. E aqui poder-se-ia entender o leitor tanto aquele de *O Diário de Anne Frank* como aquele *in loco*, o espectador do museu.

Embora Anne tenha vivido por apenas dois anos na casa, o período histórico é definitivamente um diferencial nesta casa-museu. Atualmente, optou-se também por reconstituir a época, inserindo objetos e mobília na casa. Outra consideração é o feito de se conseguir elevar um simples anexo à condição de museu, a ponto de se competir em número de visitantes com a grandiosidade do Rijksmuseum, um dos maiores museus de mundo e localizado nas proximidades.

Um outro exemplo mais próximo, mas ainda conectado à ideia literária, localiza-se na cidade de São Paulo: a recém-restaurada Casa de Mário de Andrade, que foi a residência deste escritor modernista. Hoje, a casa funciona como oficina cultural pública, tendo se tornado museu em 2015. Poeticamente, Mário de Andrade definiu a residência, constantemente presente em seus escritos, como “A Morada do Coração Perdido”. Este também é o título da exposição de caráter permanente que conta a vida de Mário e sua relação descrita como “umbilical” com a casa. A decoração original incluía móveis desenhados por ele mesmo e produzidos pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, sendo que alguns desses itens ainda estão presentes na casa, como nos espaços da chapelaria e da sala de música. Os armários são para Bachelard (1978, p. 248) “objetos-sujeitos”, “verdadeiros órgãos da vida psicológica secreta”. Concebidos por um poeta, é de se imaginar que esses “seres” atinjam valores imensuráveis, já que seriam mais íntimos que a própria compreensão de casa.

Havia ainda obras de arte sacras e populares, assim como de seus contemporâneos Portinari, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti e Guinard. Diante do colecionismo de seu dono, a casa poderia, então, ser considerada um museu por si só, porém grande parte destes objetos não está mais presente no local. Casa como espaço de trabalho e como espaço de convívio social também poderiam ser outras interpretações da Casa Mário de Andrade, como nas observações a seguir.

Ali, percebe-se o Mário músico, e o seu piano de armário com candelabros na sala onde lecionava, e o Mário fotógrafo, sob a influência de László Moholy-Nagy da época da Bauhaus, escola alemã ícone do design, da arquitetura e das artes visuais, fechada pelos nazistas no início da década de 1930. Portanto, esta é uma outra característica que consolida a imagem de Mário de Andrade como um homem de seu tempo, vanguardista, além da tão conhecida e ativa participação na Semana de Arte Moderna de 1922 no Theatro Municipal de São Paulo. O evento que transformou a produção cultural brasileira (Mário havia se mudado no ano anterior), quase como um divisor de águas, era evidente na casa de Mário. Lá, “abrigava os amigos nas noites de terças-feiras. Às vezes doze, até quinze artistas, se reuniam no estúdio acanhado onde se comia doces tradicionais brasileiros e se bebia um alcolzinho econômico. A arte moderna era assunto obrigatório... [“O movimento modernista”, 1942]” (OFICINA CULTURAL CASA MÁRIO DE ANDRADE, 2017). O gosto pela culinária, mais uma atividade manual – e cultural – de Mário de Andrade, fica clara nas receitas de doces que ele mesmo recolhia e datilografava.

A confirmação da importância deste lugar para o autor e suas tantas atividades culturais é visível na entrada (ou na saída) da casa de Mário na rua Lopes Chaves: “Saí desta morada que se chama ‘o coração perdido’ e de repente não existi mais”.

É preciso lembrar que no Brasil a vertente *casa-museu* surge em 1930, com a casa do também escritor e líder político Rui Barbosa, na cidade do Rio de Janeiro. Porém, em termos de América Latina, há um grande destaque que é a Casa Azul, casa da pintora Frida Kahlo que se tornou museu em 1958. Aqui, casa e personalidade se combinam e se completam, já que foi onde a artista nasceu, viveu a maior parte de sua vida, inclusive com o marido e também pintor Diego Rivera, e morreu. Destaca-se a galeria com suas obras, mas também seus objetos pessoais, a decoração da casa como um todo, seu interesse por arte pré-colombiana e pela cultura popular mexicana. Talvez estes sejam os

maiores indícios para se conhecer a personalidade total da pintora, além dos dramas que permearam a sua vida.

Alguns cômodos específicos são “a cara” de Frida: os ateliers com sua cadeira de rodas, seu quarto repleto de pequenos objetos, a colorida e um tanto lúdica cozinha e o jardim com obras pré-hispânicas. Todos parecem ter um quê de oníricos, parecendo terem saído de suas telas surrealistas. Este envolvimento, que já é nítido e profundo, torna-se mais significativo quando se analisa através da ótica de Bachelard:

todos os abrigos, todos os refúgios, todos os aposentos têm valores de onirismo consoante. Não é mais em sua positividade que a casa é verdadeiramente “vívida”, não é só na hora presente que se reconhecem os seus benefícios. O verdadeiro bem-estar tem um passado. Todo um passado vem viver, pelo sonho, numa casa nova. A velha locução: “Carregamos na casa nossos deuses domésticos” tem mil variantes. E o devaneio se aprofunda a tal ponto que um domínio imemorial, para além da mais antiga memória, se abre para o sonhador do lar (BACHELARD, 1978).

Mais que conhecer a artista, sua vida e obra, visitar a Casa Azul talvez represente algo como conhecer a riqueza cultural do México em suas várias vertentes. Se cabe uma comparação, talvez perderia para a grandiosidade do Museu de Antropologia, ainda dentro da mesma cidade, mas ganharia num quê de intimidade e poesia, típicos das casas-museus. Segundo o próprio Museu Frida Kahlo, este espaço, “hoje, é um dos museus mais concorridos na capital mexicana: mensalmente recebe cerca de vinte e cinco mil visitantes, sendo quarenta e cinco por cento deles, estrangeiros” (MUSEU FRIDA KAHLO, 2017, tradução nossa). A casa aqui representa não só a identidade desta personalidade, como também da cidade do México, ou ainda mais: a identidade de todo um país.

Há também casos de residências, cujos antigos habitantes a tornam (mais) atraentes, mas que o acesso a seus interiores não é permitido, nem de forma restrita, na maioria dos casos. Não são

nem consideradas casas-museus formalmente, apesar do potencial de algumas delas para este fim. Os exemplos são inúmeros, mas especialmente a cidade de Londres, na Inglaterra, as consagrou, fixando uma placa esmaltada de cor azul na fachada destes lugares. Nestas placas, são gravados o nome da personalidade, sua profissão e os anos que ali viveu, em sua maioria. Há casos de rápida, mas intensa passagem, como é o caso do compositor Wolfgang Amadeus Mozart, que entre 1764 e 1765 “viveu, tocou e compôs”, segundo a placa. Van Gogh, Charles Dickens, Charles Chaplin, Alfred Hitchcock, Virginia Woolf, Oscar Wilde, os artistas pré-rafaelitas da virada do século XIX para o século XX, John Lennon e Jimi Hendrix, entre tantos outros nomes de destaque, também habitaram as construções da cidade. Mas há algumas exceções em Londres, como a casa de William Morris, transformada em galeria homônima, onde é possível observar as criações e entender as preocupações deste artista, designer, ativista político e poeta. No espaço, também foram recriados parcialmente seus ambientes de trabalho, inclusive a loja onde expunha suas criações.

Esta galeria, no entanto, apesar de ser de fato uma casa-museu, se distancia do aspecto de lar, pois está configurada não mais da forma original, mas como espaço expositivo sobre a vida e a obra de Morris. A recriação de um ambiente de trabalho, a loja – que não estava aqui situada originalmente –, é positiva no entendimento de suas visões, mas não contribui no *vivenciar da casa* pelo visitante, como nos exemplos anteriormente citados. Um outro aspecto é o de que foi residência de William Morris na transição da adolescência para a vida adulta, durante oito anos. Não viveu ali, portanto, algum tipo de auge de sua vida em termos de criação. Entretanto, destina-se ao que se propõe: expor a vida e a obra de William Morris em uma casa onde este viveu parcialmente. Só para ilustrar, próxima à casa de Frida Kahlo, há a casa de Leon Trotsky, onde o líder revolucionário viveu por cerca de um ano, após ter sido hóspede na casa de Frida. O curto período

não parece ter sido um impedimento ao interesse em torná-la pública, devido à hoje casa-museu ter sido o local do assassinato de Trotsky. Quase um caso análogo ao de Anne Frank.

Para Lina Bo Bardi (FERRAZ, 2008, p.166), “a arquitetura é o espelho da personalidade de quem a escolhe, a habita ou de quem a projeta”. A casa de Lina, projetada por ela mesma e que hoje abriga o Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, apresenta esta singularidade do “escolher, habitar e projetar”. A residência, de 1951, assemelha-se muito ao Museu de Arte de São Paulo (MASP), cujo projeto ela iniciaria seis anos mais tarde, e que é um dos símbolos e um dos pontos de encontro mais populares da cidade, além de ser considerado o museu de arte mais importante do hemisfério sul (MASP, 2017). Visivelmente menor por ser uma habitação, a Casa de Vidro, como ficou popularmente conhecida a residência, apresenta, basicamente, a forma de caixa com vão livre na parte inferior, assim como o museu que consagrou a arquiteta. Seria uma *aproximação do museu com a casa*, ou talvez melhor, vice-versa.

Além da comparação entre a casa e o museu, aqui realmente separados, mas unidos pela arquiteta e pela arquitetura, à sua obra em si, há em Lina uma certa disposição às questões sociais e políticas, assim como a valorização das culturas populares. Praticamente contemporânea à Frida Kahlo e, um pouco posterior a Mário de Andrade, também tinha o interesse tipicamente modernista pelo artesanato local.

Aliás, a palavra *cultura* é bastante abrangente. É possível percebê-la em seu sentido de *cultivar* e unir definitivamente as atividades manuais, especialmente aquelas ligadas à terra, à flora e à fauna, às formas artísticas. Esta abrangência consolidaria então o amálgama cultural que uma casa pode conceber. Exemplificando, o casal Bardi, não só apoiou as diversas expressões artísticas (P.M. Bardi foi diretor do MASP durante décadas), como foi responsável pelo plantio de inúmeras espécies de plantas ao redor da Casa de Vidro, garantindo-lhes uma espécie de floresta junto à mata

existentes, atraindo assim diversos animais silvestres. Ainda quanto à Casa de Vidro, pode ser interessante mencionar que, quanto aos habitantes originais da casa, embora os Bardis já tenham falecido, há tartarugas ainda vivendo por ali. Bachelard que ao analisar a questão da casa, também faz analogias relacionadas à fauna, como quanto ao ninho e à concha, menciona também a tartaruga pelo fato de ter “casa ambulante” (BACHELARD,1978, p.283). Além da casa, poder-se-ia compreender a tartaruga como símbolo de longevidade e permanência, assim como a concepção de museu, ao mesmo tempo em que a dureza de sua casa, a carapaça, parece contrastar com a fragilidade de uma casa de vidro.

As maquetes da própria Casa de Vidro e do MASP, além de outras construções de Lina, estão expostas no atelier, exterior à casa, mas ainda dentro da área de 7000 m2 ocupada pelo jardim. Mais uma vez, a ideia contemporânea de *home office*, da casa como um lugar de trabalho é aqui representado. Mas também pensando na casa como local de recepção, de convívio social, é que a cozinha industrial foi planejada. Nomes ilustres da arte de um modo geral, entre eles, Max Bill, Saul Steinberg (que definia a casa como poética), Gio Ponti, Alexander Calder, John Cage, Aldo van Eyck e Glauber Rocha estiveram entre os convidados. A Casa de Vidro, que funciona desde 1990 como o Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, não é formalmente um museu, mas conta com guias, por exemplo, que conduzem os visitantes a cada cômodo mobiliado da casa, explicando detalhes da vida e dos objetos deste casal italiano.

E, finalmente, mais uma casa-museu que dialoga com os exemplos anteriormente citados, mas especialmente com a Casa de Vidro e com a Casa Azul pela presença da cozinha, copa ou sala de jantar, e dos jardins. Verdadeiro marco entre as casas-museus, a casa do pintor impressionista Claude Monet, hoje Fundação Claude Monet em Giverny, na França, reúne vários elementos a se destacar, analisar e comparar. A ideia da gastronomia e do cultivo, citados anteriormente, encaixam-se, talvez até de forma mais

intensa, ao modo de vida deste artista. Claire Joyes, autora de *À Mesa com Monet*, publicado originalmente em 1989 comenta:

Sabe-se imediatamente se uma casa tem alma. Em Giverny, nesse fim de século, ela está presente até nos menores detalhes da cozinha da casa de Monet. O artista, bem ancorado em sua época, vive e pinta com seu tempo, indiferente às referências ao passado. Está sem dúvida muito ocupado, sem o saber de fato, em fazer história (JOYES, 2010, p. 15).

Adiante continua:

No seu espírito, esse jardim de hortaliças é inseparável do seu jardim de flores, dos galinheiros, de um vinho bem encorpado engarrafado por Sylvain, das ninfeias que florescem no lago, de um terno bem cortado, da excelência da cozinha de Marguerite e de uma boa leitura no salão-ateliê (JOYES, 2010, p. 44).

Uma visão similar sobre Monet tem Karin Sagner, acrescentando outras percepções pontuais, inclusive com a escolha do pintor quando busca dialoga robjetos e ambiente através das cores:

Monet era um *bom garfo*, de modo que um dos seus temas preferidos de conversa era, além da jardinagem, a comida. Monet tinha mobilado a casa num estilo simples e rústico, ao contrário do que era costume nos salões exagerados do fim do século. Tudo era claro e as cores harmonizavam-se entre elas. Este esteticismo chegou ao ponto de o serviço de jantar em azul e amarelo ter sido desenvolvido por ele para condizer com o amarelo das paredes da sala de jantar, decoradas com as xilografias japonesas. (SAGNER, 2006, p. 184).

É imprescindível lembrar que o jardim representa o tema e o espaço de trabalho de Monet. É este local, onde o artista estabelece residência definitiva, de 1883 até a sua morte, em 1926 (apesar das constantes viagens), que observa e reproduz ao seu modo. Sua casa

é sua inspiração. Ou pode ser interpretada até de modo contrário: é a materialização de suas pinturas.

Embora a casa já tivesse um grande jardim, são frutos da engenhosidade humana o lago repleto de ninfeias - as plantas aquáticas imortalizadas nas telas de Monet -assim como a célebre Ponte Japonesa, não existindo anteriormente no local. Como na Casa de Vidro, recriou-se a Natureza. Para Monet, parecia uma “Natureza humanizada” como atesta a Folha de S. Paulo (2007):

Um jardim envolve, isola, consola. Ao final de sua vida, Monet não costumava sair. Depois de ter concebido seu jardim aquático, esse mágico espelho do verão se transformou progressivamente em “o único motivo” – segundo suas palavras – “representado em todas suas incidências”.

Ao longo dos anos, a casa de Giverny sempre esteve repleta de pessoas, apesar da perda dos amigos e parentes com o início do século XX. Pissarro em 1903, Cézanne em 1906, sua esposa Alice em 1911, seu filho Jean, em 1914 e o grande amigo Renoir em 1919. Monet, porém, continuava a receber convidados; artistas como Rodin e Sargent, o poeta Paul Valérye com mais frequência o estadista Georges Clemenceau estavam sempre por lá. Comparativamente, os casais Frida Kahlo e Diego Rivera também recebiam amigos, assim como o casal Bardi e Mário de Andrade eram também conhecidos por suas recepções.

A gastronomia e suas conexões, citadas por Joyes e Sagner em relação a Monet, também já se mostraram como predileções de Mário de Andrade (igualmente quanto experiências com máquinas fotográficas e a preocupação com o presente), assim como a de “um terno bem cortado”. Na casa de Mário, é possível notar em uma carta endereçada à mãe, explicando-lhe como deveria cuidar de suas roupas e sapatos. Há também um croqui de um robe, desenhado por ele mesmo e confeccionado por um alfaiate, para ser usado em casa, assim que tirasse o paletó. Para o estudioso de literatura Antonio Candido,

Mário de Andrade exibia uma elegância afetada. Usava gravatas amarelas numa época em que eram consideradas extravagantes. Vestia-se bem, usava uns chapéus de aba meio larga enterrados na cabeça e calçava sapatos sob medida da Sapataria Guarani, a mais cara de São Paulo, sempre no modelo escocês furadinho de bico afinado (OFICINA CULTURAL CASA MÁRIO DE ANDRADE, 2017).

Mas a preocupação com a imagem, não se limitava só a Monet e Mário de Andrade. Para Frida Kahlo, a vestimenta parecia ser uma questão de expressão e originalidade para também dialogar com seus inúmeros autorretratos surrealistas, onde não faltavam cores vibrantes, flores e estampas. Seus vestidos e trajés assinados por renomados estilistas com inspiração em seu modo de vestir, já estiveram expostos na casa-museu da artista. Lina Bo Bardi, por sua vez, desenhou uma série de indumentárias e se sentia orgulhosa pelo pioneirismo do MASP, enquanto museu, em receber um desfile de moda, e adquirir, em seguida, uma série de peças como acervo (Coleção MASP Rhodia).

Aliás, para o estudioso e crítico Edward Lucie-Smith (2004, p. 96, tradução nossa), “a mulher desempenhou um papel mais proeminente na história da arte latino-americana do século XX do que no modernismo europeu ou norte-americano”. O autor comenta a participação de Frida Kahlo no México, destaca Anita Malfatti e Tarsila do Amaral como os principais nomes do período e menciona que esta “proeminência das mulheres pode ter surgido, paradoxalmente, ao machismo de longa data, inerente da cultura latino-americana”. Não cita Lina Bo Bardi, talvez porque o foco da publicação esteja nas artes visuais e Lina é mais conhecida como arquiteta. De qualquer forma, outra associação sempre foi praticamente universal ao longo dos anos: *mulher e casa*.

Adicionando-se a isso, há mais um ponto. No período anterior ao Modernismo, Adrian Forty comenta sobre a tendência e

preocupação em se construir um lar que não guardasse nenhuma associação com o ambiente de trabalho:

Essa representação do lar compreendia uma dissociação completa de todas as coisas boas do mundo público e de todas as coisas ruins do mundo doméstico. Era transformar o lar em um lugar de ficção, um lugar onde florescia a ilusão. Essas condições de exclusão artificial de todos os sentimentos “ruins” do lar, combinadas a um ócio intelectual forçado, proporcionaram, como Sigmund Freud e Joseph Breuer observariam na década de 1890, o clima para a histeria, um dos males mais comuns das mulheres burguesas do século XIX (FORTY, 2007, p. 140).

Inconscientemente ou não, o que se percebe na Casa de Vidro de Lina Bo Bardi e na Casa Azul de Frida Kahlo é que o trabalho é indissociável da casa, como já foi comentado, ainda mais pela presença de seus ateliers. No entanto, não deixaram de “transformar o lar em um lugar de ficção”, do modo mais poético possível, é claro.

As casas-museus se destacam pela história, pela preservação e pela unicidade, mas é quase impossível não se deixar levar pelas personalidades que habitavam esses locais. Então, é isso que as casas-museus têm de tão singular: ultrapassam as fronteiras de museu, mas não limitam-se em ser só uma casa. Têm personalidade, alma, tanto quanto seus antigos proprietários. Ao visitar esses espaços tem-se a impressão de visitar seu dono, sem nunca tê-lo conhecido de fato e novas visões são formadas e as anteriores, transformadas. O alimento e seu cultivo, a cozinha e a culinária, tão presentes nas casas-museus analisadas, são modelos tanto de vida, quanto de modos de vida que uma casa possibilita em complexidade e à grandiosidade a um museu. Há de se considerar as experiências do visitante dentro desses espaços – *o fazer parte da casa, ser de casa* –, quase como uma hospedagem, buscando uma maior aproximação e proximidade com uma personalidade e seu tempo histórico, ainda que momentânea. E,

novamente, a definição de Michel de Certeau e Luce Giard, presente no *Entremeio de Morar* (primeira parte) e *Cozinhar* (segunda parte) da publicação *A Invenção do Cotidiano* parece fundamental na representação dos exemplos de casas-museus e aplicável também às fruições desses locais. Para tanto, é necessário interpretar esta visão sem se deixar restringir por uma tendência unilateral:

Nossos habitats sucessivos jamais desaparecem totalmente, nós os deixamos sem deixá-los, pois eles habitam, por sua vez, invisíveis e presentes, nas nossas memórias e nos nossos sonhos. Eles viajam conosco. No centro desses sonhos aparece muitas vezes a cozinha, aquele “compartimento quente” onde a família se reúne, teatro de operação das “artes de fazer” e da mais necessária entre elas, “a arte de nutrir” (CERTEAU, GIARD, 2013, p. 207).

Querendo acrescentar a questão histórica à casa, ainda assim os museus evocam também os citados *memórias* e *sonho*. São construídos de modo a atingir a sensibilidade e o imaginário, a ponto de transformar a visão de uma casa, que poderia parecer, a princípio, simples, em algo grandioso, sem perder sua complexidade ou, mais que isso, acentuando-a. Mesmo ao se analisar as casas-museus, é quase impossível não considerara expressiva ótica de Bachelard (1978, p. 201): “Evocando as lembranças da casa, acrescentamos valores de sonho; nunca somos verdadeiros historiadores, somos sempre um pouco poetas e nossa emoção traduz apenas, quem sabe, a poesia perdida”.

Referências

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2008.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. *A Invenção do cotidiano 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FERRAZ, Marcelo Carvalho (Coord. ed.). *Lina Bo Bardi*. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 2008.

FOLHA DE S. PAULO (coord. e org.). *Claude Monet*. Barueri, SP: Editorial Solgo, 2007. Coleção Folha Grandes Mestres da Pintura; 4.

FORTY, Adrian. *Objetos do desejo: design e sociedade desde 1750*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

JOYES, Claire. *À mesa com Monet*. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.

LUCIE-SMITH, Edward. *Latin American art of the 20th century*. Londres: Thames& Hudson, 2004.

MARTINS AFONSO, M. y PRIMON SERRES, J. *Casa-museu, museu-casa ou casa histórica?* Uma controversa tipologia museal, enContribuciones a lasCienciasSociales, Noviembre 2014, www.eumed.net/rev/cccs/30/casa-museu.html.

SAGNER, Karin. *Monet. Claude Monet: uma festa para os olhos*. Colônia, Alemanha: Taschen, 2006.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Sites (todos os acessos em 11/10/2017)

Casa de Anne Frank: <http://www.annefrank.org>

Fundação Claude Monet: <http://fondation-monet.com/en/giverny-2/monets-house/>

Fundação Casa de Rui Barbosa: <http://www.casaruibarbosa.gov.br>

Galeria William Morris: <http://www.wmgallery.org.uk/visit/gallery-displays>

Instituto Lina Bo e P. M. Bardi: <http://institutobardi.com.br/>

Museu de Arte de São Paulo:
http://masp.art.br/masp2010/acervo_sobre_o_acervo_do_masp.php

Museu Frida Kahlo: <http://museofridakahlo.org.mx>

Oficina Cultural Casa Mário de Andrade:
<http://oficinasculturais.org.br/mariodeandrade>

Construindo um patrimônio afetivo

Milena Behling¹

Diego Lemos Ribeiro²

Considerações iniciais

Morro Redondo-RS está localizado na serra dos tapes a 296 km da Capital Porto Alegre. O município possui um museu chamado “Museu Histórico de Morro Redondo”, criado no ano de 2009 pelos moradores locais com o intuito de preservar e relembrar as tradições do município. Nele são desenvolvidos vários projetos de extensão através da Universidade Federal de Pelotas, que se localiza em uma cidade próxima. Os projetos visam a interação do museu com a comunidade local, todas as exposições realizadas no museu possuem a participação da população, principalmente os idosos que ajudam na recepção dos visitantes. Este diálogo com os moradores é de fundamental importância, pois acreditamos em um museu em constante construção e que interaja com todos. Sendo assim, uma das atividades realizadas é intitulada “Café com Memórias”, que são encontros que se utilizam de objetos museológicos para a evocação de memórias dos idosos.

¹ Turismóloga, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Email Milena.brs@gmail.com

² Doutor em Arqueologia, Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto do Instituto de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: dlrmuseologo@yahoo.com.br

Por meio dessa atividade, além de narrarem sobre os objetos museológicos, observou-se que os idosos relatavam a respeito de lugares da cidade com um afeto muito grande, porém, nas memórias evocadas estes locais não eram como nos dias atuais e sim como eram em outras épocas. Sendo assim, foi proposto para os mesmos uma ação denominada “Caminhada da Percepção”, na qual estes idosos acompanhados por um grupo de estudantes de uma escola do município, visitaram os locais mencionados. Partindo deste contexto percebemos a necessidade de um conceito que de conta de representar esses patrimônios que não são institucionalizados, mas que possuem um reconhecimento da população local através da afetividade que os moradores possuem em relação a esses lugares.

A afetividade e o ato de ser afetado

Ainda perduram complexidades quando se pensa a respeito das relações entre as representações sociais e as dimensões que a afetividade possui. E o que influência para esta ocorrência é a ausência de uma teoria da afetividade ou do comportamento emocional que possa ser trabalhada em conjunto com os processos sócio-cognitivos. Conseqüentemente, para o desenvolvimento do trabalho em questão, será necessário compreendermos um pouco sobre o afeto para a construção do conceito de patrimônio afetivo. Sendo assim, caminharemos por outras áreas do conhecimento, fora das adjacências do patrimônio, para após sintetizar e sustentar este conceito de patrimônio afetivo.

Portanto, partiremos este estudo da área da filosofia e por meio do que Spinoza (1632-1677) nos define por afeto: um estado da alma, um sentimento. De acordo com a *Ética* III, 3, Definição 3, de Spinoza, um afeto é uma mudança ou modificação que ocorre simultaneamente no corpo e na mente. A maneira como somos afetados pode diminuir ou aumentar a nossa vontade de agir. Afeto do *lattim affectus* ou *adfectus*, no dicionário português afeto:

substantivo masculino; sentimento, paixão. Amizade, amor, simpatia. Dedicado, afeiçoado. Incumbido, entregue (GLEIZER, 2005).

Spinoza define em *Ética III* dois tipos de afeto, sendo a primeira definida como as afecções do corpo, podendo aumentar ou diminuir a potencia deste corpo de agir. Nesta definição Espinoza considera claramente os afetos tanto ao corpo quanto à alma, as afecções que modificam a potencia de agir do corpo, as ideias destas afecções na potencia da alma, sendo assim a potencia de pensar são os afetos. Porém, a segunda definição de afeto tem como nome “definição geral dos afetos” e nos diz que:

um afeto chamado paixão da alma *animi pathema*, é uma ideia confusa pela qual a alma afirma a força de existir, maior ou menor do que antes, do seu corpo e pela presença da qual a alma é determinada a pensar tal coisa de preferência a tal outra (ESPINOSA, 1677).

Na filosofia spinosiana a alma refere-se à consciência, ela nasce a partir de vivências e experiências do sujeito, de uma afecção (*affectio*) que corresponde a ação de um objeto sobre seu corpo. Uma afecção retrata as ações de outros corpos e ideias sobre os sujeitos, já a consciência é um conjunto de conhecimentos e ela necessitava das afecções ou de como o sujeito é afetado e percebe os objetos, assim como também as pessoas que se relacionam com ele.

Afeto diz respeito àquilo que afeta, ao que mobiliza, por isso reporta à sensibilidade, às sensações. Podemos, ainda, referir afeto como ser tomado por, atravessado, perpassado, quer dizer: afetado. Esse atravessar, perpassar é o que propriamente dá o caráter de afecção (GOMES; MELLO, 2010, p.684).

No momento em que o sujeito passa por uma alteração (do corpo, da mente), essa vivência desencadeia uma alteração da sua

potência de pensar e agir e se reflete diante dos objetos encontrados. A partir deste encontro o corpo do sujeito emerge um sentimento que influenciará na potência de agir e de pensar do mesmo. Para a teoria de Spinoza, o afeto pode ser definido como um regime de variação que acontece à medida que vamos experienciando objetos, acontecimentos, ideias (DELEUZE, 1978). Sendo assim, essas potências de agir e pensar podem se manifestar de forma elevada, levando o sujeito a um estágio de alegria ou diminuindo sua potência causando a tristeza. E essas reações dependem da forma como o sujeito se relaciona com o objeto.

O tratamento dispensado por Espinosa à relação entre afecção (affectio) e afeto (affectus) nos remete à relação sujeito-objeto, uma vez que a afecção indica a ação do objeto sobre o sujeito enquanto o afeto, como indutor da potência de agir, nos remete à ação do sujeito sobre o objeto (GOMES, 2008, p. 74).

Na escola soviética de psicologia Lev Semiónovich Vigotski (1896-1934) se baseou em teóricos da filosofia e métodos do materialismo histórico-dialético para esclarecer os fenômenos e processos psicológicos. Para aclarar a concepção dos processos afetivos na ação e pensamento do sujeito Vigotski (2004) também se baseou na teoria filosófica de Spinoza (1632-1677). “Ao associar, inextricavelmente, pensamento e afeto, ao definir a mente como ideia do corpo e insistir que o humano jamais se desvincula da natureza, Spinoza rompe com dualismos persistentes em nossa história ocidental” (MERÇON, 2009, p.19).

Os debates sobre o lugar que a afetividade ocupa na subjetividade humana ocorrem desde a antiguidade, mas como parte dissociável da cognição. Nos últimos vinte anos estudiosos em neurociência, psicologia e ciências cognitivas veem evidenciando a ligação da afetividade com a cognição, mas de forma complexa. E criando parte essencial em ações como memorização, criatividade e decisões. Na psicologia Pinto (2005) discute esta ligação entre afetividade e cognição e acaba

evidenciando que estas proporções psicológicas operam “de maneira dinâmica e construtiva, sendo então de pouca importância dividi-las em fragmentos dissociados. Entende-se que, em cada experiência diária, o ser humano é cognitivo-afetivo ao mesmo tempo; estando em proporções variáveis, mais afetivo ou mais cognitivo, ou ambas somadas” (PINTO, 2005, p.7-12). A afetividade humana é um “conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre de impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou de tristeza” (CODD & GAZZOTTI, 1999, p. 48-59).

Já para Freud, o conceito de *afeto* (*affekt*) está ligado ao de pulsão (*trieb*). Sendo ela uma produção teórica de Freud:

conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida de exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo (FREUD, 1915a, Ed. SI. Br., 1974, p. 142).

Freud ainda caracteriza o afeto como sendo transposição da quantidade de energia pulsional. Chamando de “*quantum de afeto*” o componente que representa o psíquico da pulsão “na medida que esta se afasta da ideia e encontra expressão proporcional à sua quantidade em processos que são sentidos como afetos” (FREUD, 1915b, Ed.St. Br., 1974, p. 176).

Trago ainda para a construção do conceito de patrimônio afetivo a psicóloga Sara Pain (1991, p.39) que situa dois níveis sobre afeto:

"a) o da categoria dos afetos, reconhecíveis como estados ou sinais específicos de um estado emocional e b) o da categoria dos valores afetivos, onde se produz a transformação da emoção em um valor dentro de um sistema simbólico. As operações que atingem tal transformação não pertencem ao domínio das

sensações emotivas, mas a uma estrutura independente, tributaria da função semiótica geral".

Na teoria psicogenética do Frances Henri Wallon (1879-1962) a afetividade preexiste à formação sensório-motora e mental. As primeiras formas de pensamento são chamadas de pensamento sincrético e todas estão saturadas de afetividade. Wallon também nos traz duas formas de pensamento: o pensamento categorial e o temporal que também são fortemente instigados pelas experiências afetivas do sujeito.

Segundo Wallon (1942-1979) existem três maneiras de a afetividade ser manifestada, sendo elas: pela emoção, sentimento e paixão. Elas são expressas durante toda a vida do sujeito, porém, apresentam um crescimento que evolui do sincrético para o diferencial. O autor resalta que a emoção é a primeira expressão de afetividade do ser humano e este estímulo não pode ser controlado pela razão. Com uma característica mais cognitiva o sentimento é a representação da sensação e se desperta após o individuo já conseguir falar sobre o que lhe afeta. Já a paixão tem como particularidade o autocontrole em relação a um objeto e se demonstra quando o individuo controla o medo. Wallon (1942-1979) destaca a emoção como a maneira mais significativa de afetividade, pois ela pode ser mais visível que as outras manifestações.

O espaço não é primitivamente uma ordem entre as coisas, é antes uma qualidade das coisas em relação a nós próprios, e nessa relação é grande o papel da afetividade, da pertença, do aproximar ou do evitar, da proximidade ou do afastamento. **(HENRI WALLON 1942/1979).**

No texto citado acima Wallon (1942/1979) nos demonstra o quanto a afetividade está presente nas nossas vidas por meio de movimentos e ações que realizamos e também o ato motor e de cognição. Sendo assim, o que o autor nos diz é que a afetividade é um dos conjuntos funcionais da pessoa e atua juntamente com a

cognição e o ato motor, no processo de desenvolvimento e construção do conhecimento. O termo se refere à capacidade do ser humano de ser afetado positiva ou negativamente tanto por sensações internas como externas. Ainda sobre Wallon, segundo Galvão (1999, p.61):

As emoções, assim como os sentimentos e os desejos, são manifestações da vida afetiva. Na linguagem comum costuma-se substituir emoção por afetividade, tratando os termos como sinônimos. Todavia não o são. A afetividade é um conceito mais abrangente no qual se inserem várias manifestações.

Portanto, por compreendemos toda esta complexibilidade do termo afetividade que buscamos outras áreas do conhecimento para fortalecer o nosso conceito de patrimônio afetivo e compreender este gama de manifestações do ser humano.

Patrimônio pulsante

Na atualidade, a economia de países desenvolvidos industrialmente e tecnologicamente tem gerado mudanças e influências nas culturas. Diante disto este trabalho salienta a importância da cultura e destaca o valor do patrimônio, pois esse elemento propicia a identificação do sujeito no tempo e no espaço onde vive. Tornando possível ressaltar vidas anteriores e memórias, consagrando-as como significativas. O termo “patrimônio” é utilizado frequentemente no dia-a-dia, quando discutimos sobre os patrimônios de um indivíduo ou de uma empresa, sendo eles econômicos, imobiliários, financeiros, também podemos falar de um patrimônio herdado ou de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, patrimônios intangíveis entre outros. O dicionário português define patrimônio sendo:

Patrimônios. m. [...] 1. herança familiar 2. conjunto dos bens familiares 3. fig. Grande abundância; riqueza; profusão (p. artístico) 4. bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país, ou mesmo para a humanidade, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s) [...] 5. JUR. Conjunto dos bens, direitos e obrigações economicamente apreciáveis, pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa [...].
Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

Quando pensamos em patrimônio, na maioria das vezes associamos a definição imediatamente ao patrimônio material. Porém, para fins deste projeto, patrimônio não se limita a materialidade, antes, pode referir-se aos bens produzidos pelos nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais; não só em bens materiais. Afinal, a herança cultural adquirida pode colaborar com informações significativas sobre a história de um local e do passado de uma sociedade, contribuindo tanto na formação da identidade desse local, quanto na formação de grupos sociais, gerando uma ligação entre o sujeito e suas raízes. Portanto, sua preservação é indispensável no que diz respeito ao desenvolvimento cultural de um povo, pois reflete em sua formação sociocultural (OLIVEIRA; LOURES OLIVEIRA, 2008).

Tognon (2003, p. 163) conceitua “os bens culturais como sendo os mais importantes resultados históricos da cultura humana na constituição do seu território”. O tema, para o autor, está ganhando espaço nas políticas públicas e se associa a programas que estimulam o turismo. Percebe-se a amplitude que as atividades turísticas possuem e que remetem a tipologias de turismo. Portanto, a tipologia de turismo que dialoga com o patrimônio cultural é o turismo cultural, que teria relação a todo turismo cujo atrativo principal não fosse a natureza, mas sim aspectos da cultura humana (BARRETTO, 2001, p. 57).

Conforme Pelegrini (2006), há um vínculo entre as noções de patrimônio cultural e lembrança de memória, que são de grande importância no que diz respeito às ações patrimonialistas, pois os bens culturais são preservados por desempenho da relação que mantém com as identidades culturais. Le Goff (1990) ressalta que o passado não é totalmente esquecido, pois a memória conserva certas informações e acaba por capacitar o sujeito a atualizar informações e impressões passadas, assim a história se eterniza na consciência humana.

O patrimônio se tornou de extrema relevância para a sociedade, portanto, trata-se de um patrimônio flexível, que possa contribuir socialmente e culturalmente. Que possibilite tomar a forma necessária para que tenha relevância para o indivíduo. Pois, não podemos comparar um patrimônio com outro, não podemos definir pesos diferenciados, dando mais valor a um do que outro. Muitos confundem patrimônio com propriedade, sendo assim, se você possui um objeto ele é de sua propriedade, entretanto um objeto é muito mais do que algo que possui para o uso. Ele retém significados e seu espírito pode revelar todo o seu valor social, funcionando como extensões de seus proprietários. Como é destacado na declaração de Québec (2008, p. 2) “O espírito do lugar é construído por vários atores sociais, seus arquitetos e gestores, bem como seus usuários que contribuem ativamente e em conjunto para dar-lhe um sentido”.

O IPHAN (1995) nos diz que não é só pela estrutura física que se dá o caráter e a identidade de uma cidade, mas também por características sociológicas, ressaltando a importância de preservar o patrimônio cultural, conservando os valores para afirmar a personalidade comunal ou nacional e/ou aqueles que têm um autêntico significado para a cultura em geral. Porém, Gonçalves (2005) ressalta que nas enunciações sobre patrimônio cultural na atualidade, o destaque tem sido de um patrimônio “construído” ou “inventado”. Cada nação construiria o seu patrimônio, com o objetivo de manifestar a sua identidade e sua memória. E essa

discussão é efetiva para um entendimento sociológico dessa categoria. Porém, algo que deve ser discutido e que normalmente não encontra respaldo, é quando bens culturais são considerados patrimônios por algum órgão do município ou do estado, mas não são reconhecidos pela a população local, ocorrendo uma rejeição e um sentimento de não pertencimento para a comunidade, pois normalmente não são consultados, convocados, ouvidos para expressar a sua opinião do que realmente é relevante e que retrate a identidade dos indivíduos.

Um patrimônio não pode ser exclusivamente decidido por agências de poder do Estado. Ele deve ser definido em conjunto com a população, precisando encontrar pertencimento, identidade, ou o que Gonçalves (2005) chama de “ressonância” por parte dos indivíduos em questão. Ressonância que evoca no observador todas as culturas presentes no patrimônio. Portanto, há uma cadeia muito mais complexa para se chegar à definição de um patrimônio, envolvendo vários fatores como o passado, presente, sociedade, memória, identidade. Todos estes elementos trabalhando de forma conjunta para que mantenha pulsante o espírito do patrimônio, gerando uma comunicação com o sujeito que o observa.

O foco deste estudo não será para um patrimônio convencional, que se limita a materialidade, e sim tudo aquilo que seja relatado pelos idosos e faça parte da cultura, de suas relações sociais e simbólicas. Muitos dos objetos, lugares, festas, brincadeiras entre outros podem ser identificados como patrimônios afetivos, por meio de sua ressonância. Pois como Gonçalves (2005, p.22) nos diz eles efetuam mediações “entre o passado e o presente, entre o imaterial e o material, entre a alma e o corpo, entre outras”.

O patrimônio possui um papel essencial na continuidade da elaboração de subjetividade individual e coletiva, funcionando como um mediador mais sensível o patrimônio consegue transmitir a cultura e a identidade de um povo. O estudo em

questão pretende investigar quais são os patrimônios afetivos da cidade de Morro Redondo na visão dos integrantes do grupo “Café com Memórias” por meio da memória desses integrantes. Partindo da hipótese que a maioria dos patrimônios afetivos não existem mais materialmente, porém ainda vivem no espírito dos lugares de memória.

A diversidade de bens culturais na cidade de Morro Redondo representa um grande potencial para as atividades de pesquisa, porém apresenta desafios no estabelecimento de procedimentos metodológicos que permitam a descoberta, identificação, análise e discrição desses bens. Marins (2013) aperfeiçoa a ideia da importância de estudos no meio rural, afirmando:

Se hoje compreendemos as manifestações da arquitetura rural antes como suportes de memórias sociais e como documentos históricos sobre a vida social e material das populações brasileiras e não apenas como monumentos que celebram uma visão cristalizada e excludente da sociedade brasileira baseada no cânone nacional, a proteção de edificações e agenciamentos espaciais constitui imenso desafio às políticas de preservação do patrimônio cultural, especialmente no caso paulista (MARINS, 2013, p. 164).

No caso da cidade de Morro Redondo, não há interesse nas referências arquitetônicas, mas sim nas memórias, histórias, crenças subjacentes à elas. A cidade possui um labirinto que envolve toda a vida social dos que a habitam e pretendemos compreender todo este processo, pois não há preocupação com os monumentos representativos neste caso, muito menos com patrimônios institucionalizados, mas com as memórias que são narradas pelos idosos e se fixam nos lugares de memória. Muitos dos patrimônios não existem mais na paisagem materialmente, mas continuam vivos através das narrativas dos idosos e assim disseminando sua ressonância.

O patrimônio cultural rural possui um perfil múltiplo, em várias escalas e tipologias, que contemplam não apenas as grandes fazendas históricas e os complexos de produção antigos, mas também pontes, diques, ferrovias, arquivos, equipamentos e máquinas, festas e arte popular, hábitos, costumes, crenças e modos de fazer (TOGNON, 2007). Todos estes elementos são despertados por mediação do trabalho desenvolvido com idosos, estimulando-os para que as suas memórias sejam afloradas e tragam à tona os sentimentos guardados. Compondo essas memórias no espaço e no tempo, será possível divulgá-las e compartilhá-las através de uma rota turística.

Este estudo propõe uma interpretação diferenciada do que hoje é considerado patrimônio. Ele não é apenas das instituições e sim das pessoas que se apropriam dele, que atribuem valor, simbolismo, emoção para que seja preservado e transmitido. Tornatore (2007) é um dos autores que defende uma sociologia do patrimônio que organiza os processos de patrimonialização as emoções coletivas. Portanto, neste trabalho a identificação se baseará na emoção e partilha de afetos. Tornando possível um novo valor social para o local, não presidindo os critérios institucionais de declaração do patrimônio.

Considerações finais

Esses patrimônios afetivos tomam forma a partir de lembranças das emoções coletivas como: a época da ditadura militar, os costumes da cultura pomerana, os bailes realizados nos salões do município, a igreja luterana, o trabalho nas fábricas de pêssego. Essas emoções memoriais correspondem a identidade desta coletividade. Percebe-se pelos relatos dos idosos que não são prédios históricos, edifícios, monumentos que os representam, e sim estes patrimônios afetivos. Gerando assim esta necessidade de compreender e criar um conceito de patrimônio que possa dar

conta destes patrimônios, que são movidos pelas emoções e simbolismos.

O que podemos dizer, diante das considerações apresentadas a partir das nossas análises exploratórias, é que para este trabalho patrimônio afetivo é qualquer objeto, coisa, lugar que transborde emoção. Que mexa com o corpo e com a alma, quando esta “coisa” desperta uma potencia de agir, o ser humano esta sendo afetado e assim transformando esta “coisa” um patrimônio afetivo. Este estudo ainda se encontra em desenvolvimento e possui muitos pontos a serem observados, portanto, almejamos delimitar e aperfeiçoar esse conceito ao longo da pesquisa.

Referencias

BARRETTO, M. *Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica*. Campinas, (SP): Papirus; 2001.

CODO, W. & GAZZOTTI, A.A. Trabalho e Afetividade. In: CODO, W. (coord.) *Educação, Carinho e Trabalho*. Petrópolis-RJ:Vozes, 1999.

DECLARAÇÃO DE QUÉBEC: Sobre a preservação do "*Spiritu loci*". Assumido em Québec, Canadá, em 4 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf>

DELEUZE, G.(1978). *Aula sobre Espinosa*. Recuperado em 22 mar. 2012: <http://www.webdeleuze.com>

FREUD, S. (1915a). *As Pulsões e suas Vicissitudes*. Ed. Standard Brasileira, vol. XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1974.

GALVÃO, I. Henri Wallon. *Uma concepção Dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

GLEIZER , Marcos A. *Espinosa e a afetividade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

GOMES, C. A. V. (2008). *O afetivo para a psicologia Histórico-Cultural: considerações sobre o papel da educação escolar*. (Tese de doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília.

GOMES, C. A. V. & Mello, S. A. Educação escolar e constituição do afetivo: algumas considerações a partir da Psicologia Histórico Cultural. In: *Perspectiva*, 28(2), 2010, pp. 677-694.

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Caderno de Documentos nº 3, Cartas Patrimoniais, Brasília, 1995.

TORNATORE, Jean-Louis. *Les formes d'engagement dans l'activité patrimoniale: De quelques manières de s'accommoder au passé*. 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

MARINS, P. Preservação do patrimônio rural no Estado de São Paulo: entre ação governamental e práticas sociais. In: CORREIA, T; BORTOLUCCI, M A. (org.). *Lugares de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio*. São Paulo: Annablume, 2013.

MERÇON, J. *Aprendizado ético-afetivo: uma leitura spinozana da educação*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Luciane Monteiro; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. *Problemáticas da Gestão do Patrimônio e Políticas Públicas: A educação na perspectiva de mudança paradigmática*. Juiz de Fora, 2008.

PAIN, S. *A Função da Ignorância - Estruturas Inconscientes do Pensamento*. Vol. 1, Porto Alegre: Artes Médicas, 1991a.

PAIN, S. *A Função da Ignorância - a Gênese do Inconsciente*. Vol. 2, Porto Alegre: Artes Médicas, 1991b

- PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo 2006, v. 26, n° 51, p. 115-140.
- PINTO, F.E.M. *Os (des) afetos da inteligência...* O possível diálogo entre cognição e afetividade. Publicação UEPG Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguagem, Letras e Artes, Ponta Grossa, 13 (1) 7-12, jun. 2005.
- TOGNON, M. *Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço para pesquisa, educação e turismo* (oitava chamada para o Programa de Pesquisas em Políticas Públicas da FAPESP - PPPP/2007). Cidade Universitária Zeferino Vaz, Campinas, SP: Centro de Memória - UNICAMP; Relatório Final FAPESP, 2007.
- VIGOTSKY, L. S. *Obras escogidas III*. Madri: Visor, 1995.
- VIGOTSKY, L. S. *Obras escogidas IV*. Madri: Visor, 1996.
- VIGOTSKY, L. S. *Teoria de las emociones*. Estúdio histórico-psicológico. Madrid: Akal, 2004.
- WALLON, H. *As origens do pensamento na criança*. São Paulo: Manole, 1986.
- WALLON, H.. *As origens do caráter na criança*. São Paulo: Difel, 1972.

Esculturas em faiança do Museu Municipal Parque da Baronesa, Pelotas, RS

Keli Cristina Scolari¹

Margarete R. F. Gonçalves²

Considerações iniciais

O presente trabalho é um recorte da pesquisa de Doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel. A pesquisa visa fazer um levantamento histórico e do estado de conservação das esculturas em faiança existentes no Museu Municipal Parque da Baronesa, Pelotas, RS, de origem portuguesa.

O Museu Municipal Parque da Baronesa, local onde se encontram as esculturas em faiança de interesse dessa pesquisa, teve origem em 1978, na chácara da Baronesa de propriedade da família Antunes Maciel. Em 1980 uma reforma modificou estruturalmente o prédio, sendo as obras removidas da platibanda, restauradas, sendo realocadas novamente na platibanda, mas não no seu lugar de origem. A troca de lugar das obras foi possível identificar através de fotografias do solar antes da reforma, em um

¹Mestrado no programa de Pós-graduação em Memória Social e patrimônio Cultural – UFPel; Conservadora e Restauradora de Bens Culturais Móveis da UFPel; Email: keliscolari@gmail.com.

²Doutorado em Engenharia de Minas, Metalurgia e Materiais pela UFRGS/Brasil, Professora da Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural e da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel/ Brasil. Email: margareterfg@gmail.com

desenho do artista Nesmaro (1976) e de imagens do filme *Ângela* (1951).

A partir do estudo foi possível identificar quinze esculturas com diversas representações, todas em péssimo estado de conservação. As obras apresentam diversas manifestações patológicas, tais como: fissuras, rachaduras, perdas significativas do suporte, microrganismos, lacunas e intervenções restaurativas inadequadas.

Esta pesquisa possibilitou o aprofundamento no estudo das esculturas em faiança, sendo estas uma pequena parte do acervo a céu aberto de Pelotas. O desenvolvimento desta visou contribuir para a valorização e a conservação do patrimônio cultural pelotense com um conhecimento técnico-científico de um tema tão pouco desenvolvido.

Localização e identificação das esculturas em faiança

A chácara da Baronesa foi doada em 1978 ao município de Pelotas pelos descendentes da família Antunes Maciel, tendo como contrapartida o loteamento do restante da chácara. No termo de doação constava que o município deveria restaurar e transformar a chácara em um parque público.

Segundo Annelise Montone (MONTONE, 2011, p.20) em uma das cláusulas na escritura diz que “a área [...] destina-se a ser utilizada exclusivamente como PARQUE PÚBLICO, a ser urbanizado pelo Município de Pelotas”. Também ficou determinada a denominação do local: “Parque da Baroneza de Três Serros”³.

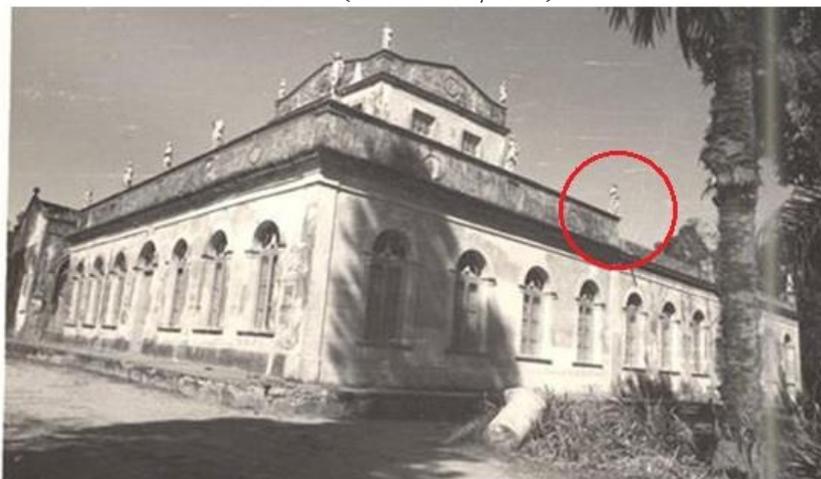
Em 1979 foi elaborado um projeto para reforma da edificação, com seu início em 1980 sofreu modificações em sua estrutura e na fachada, no salão nobre (fachada leste) as janelas ogivais foram trocadas por janelas de arco pleno e o frontão que era triangular passa a ser uma platibanda reta, como a platibanda

³Grafia original da escritura.

da edificação ao lado. A platibanda da fachada norte tinha um recorte após a quarta janela, depois da reforma fica com uma platibanda reta.

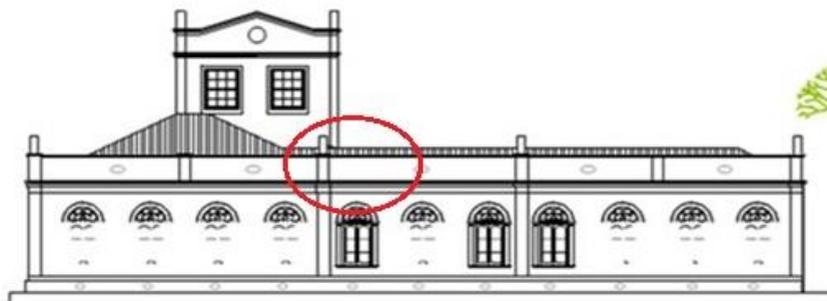
Estas mudanças foram comprovadas através de fotos antigas (Figura 1), um desenho do artista Nesmaro (1982) e de cenas do filme “Angela” de 1951, que teve como cenário a chácara da Baronesa. Na figura 2 planta da fachada norte, atualmente.

Figura 1 - Foto antiga do casarão da Chácara da Baronesa, antes da reforma (fachada leste/norte).



Fonte: Acervo Museu da Baronesa, s/d.

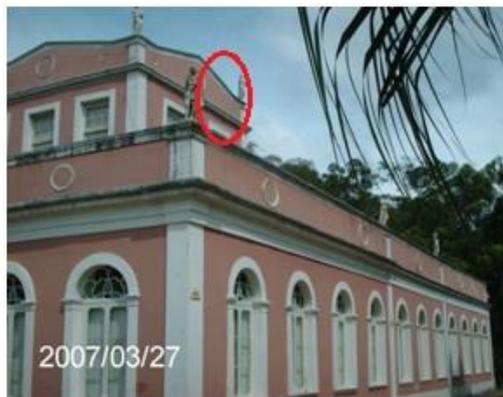
Figura 2 - Planta fachada norte, atualmente.



Fonte: Montone, 2005.

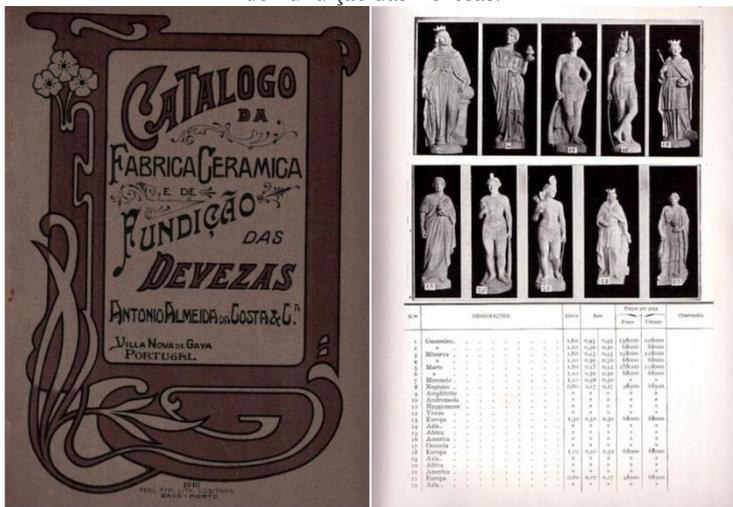
Com a reforma as esculturas em faiança que se encontravam na platibanda foram removidas e passaram por processo restaurativo, salvo as esculturas que se encontravam na camarinha, estas não foram removidas. Quando foram recolocadas não foram postas nos seu lugar de origem, por exemplo, a escultura representando Portugal que se localizava no canto direito da fachada norte (Figura 3), passou para o canto direito da fachada leste (Figura 4).

Figura 3 - Foto fachada oeste com a escultura Portugal; Figura 4 - Foto fachada leste/norte com a escultura Portugal.



Fonte: Acervo Museu da Baronesa, s/d; Galli, 2007.

Figura 6 – Capa e página interna do catálogo da Fábrica de Cerâmica e de Fundição das Devesas.



Fonte: Scolari, 2015.

Segundo Queirós (1987) as marcas e inscrições são importantes para o reconhecimento e comprovação da autenticidade das peças em estudo. O autor ainda relata que a fábrica das Devesas utilizou diferentes marcas em baixo relevo e inscrições em azul cobalto no decorrer de sua existência.

A Fábrica de Cerâmica e de Fundição das Devesas, localizada em Vila Nova de Gaia, Portugal, foi fundada por Antônio Almeida da Costa, José Joaquim Teixeira Lopes e Bernardo José Soares Breda, em 1864. Os artefatos produzidos por estas fábricas eram divulgados na Europa e no Brasil em Feiras e através de catálogos, como o exemplificado na figura 6, que apresenta o catálogo da Fábrica das Devesas, datado de 1910. A fábrica em questão exportou para o Brasil um grande número de peças de azulejaria e ornatos para decoração de fachadas.

A produção cerâmica desta fábrica portuguesa abasteceu o mercado interno português, e as exportações para o Brasil e para a Espanha. No Brasil, a empresa possuía um depósito na cidade do Rio de Janeiro, localizado na Rua 7 de setembro, n° 45.

A Fábrica de Cerâmica e de Fundição das Devezas era muito atuante e divulgava seus produtos em feiras e exposições por meio de catálogos para uma sociedade que estava em ascensão. Os catálogos foram utilizados como forma de divulgação dos produtos fabricados pelas indústrias de cerâmicas e de fundição.

Foram identificadas no processo de comparação descrito anteriormente (figura 7), quinze esculturas com as seguintes representações: um Brasil, três Artes (Figura 8a), dois Outonos; um Portugal, duas Indústrias (Figura 8b), uma Minerva (Figura 8c), dois Comércios (Figura 8d), uma Agricultura (Figura 8e), um Inverno (Figura 8f) e uma com Meninos com pato.

Figura 7 – Página catálogo com a imagem Minerva; Comparação Minerva do catálogo com a foto da escultura Minerva do Museu.



Fonte: Scolari, 2015.

Figuras 8 (a, b, c, d, e, f) – Esculturas Artes, indústria, Minerva, Comércio, Agricultura e Inverno.



Fonte: Scolari, 2016.

Estado de conservação

O estado de conservação das obras pesquisadas é considerado péssimo, pois apresentam diversas manifestações patológicas, que estão prejudicando esteticamente e estruturalmente as esculturas.

Foram encontradas as seguintes manifestações patológicas nas obras em estudo: fissuras; rachaduras; perdas significativas do suporte; microrganismos; lacunas; intervenções restaurativas

inadequadas (MANUAL DO USUÁRIO DE IMÓVEIS INVENTARIADOS, 2008).

As manifestações patológicas podem ocorrer por defeito de manufatura, ou seja, defeitos durante sua confecção nas pastas e ou nos vidrados, segundo a classificação de Salvetat (Apud: LOPEZ, 1943, Tomo 1, p. 339), na tabela 1.

Tabela 1- Produzida a partir da classificação de Salvetat sobre manifestações patológicas, descrita por Lopez.

Deformações nas pastas (biscoito)	Deformações nos vidrados
1º. Rachaduras	1º. Ebulição
2º. Rachaduras causadas pelo fogo	2º. Casca de ovo
3º. Deformações	3º. Escorridos
4º. Torneado com defeito	4º. Escamados
5º. Manchas	5º. Grãos
6º. Furos ou cavidades irregulares	6º. Ondulações
7º. Grãos	7º. Pontos negros
8º. Amarelamento	8º. Ressecamento
	9º. Contração
	10º. Embebido
	11º. Craquelamento
	12º. Furos ou cavidades irregulares.

Fonte: MOLINER, 2012.

As faianças sofreram deteriorações ocasionadas pelo meio em que elas se encontravam, segundo Moliner (2012) estas degradações ocorreram pela incidência de luz, por mudanças de

temperatura, pela umidade relativa, a permeabilidade do solo, as vibrações, a poluição atmosférica, os sais solúveis e etc.

Outro fator de degradações é ação do homem, como vandalismo, abandono, colapso por falta de manutenção, desgaste de uso e intervenções anteriores inadequadas (Figura 9).

Figura 9 – Intervenção inadequada, escultura Portugal do Museu da baronesa.



Fonte: Scolari, 2015.

Um fator importante encontrado nas obras em estudo é que elas não apresentam camada vítrea (vidrado), possivelmente foram confeccionadas sem o vidrado, conforme consta está possibilidade no catálogo da fábrica das Devesas (1910, p. 16):

“Para qualquer d’estas figuras, grupos, bustos, ect., etc., o preço que é indicado em fosco entende-se em branco ou vermelho. Sendo pintados a óleo, a fingir mármore ou granito, costumam mais

30%, sobre o preço fosco; bronzeados 40%; a caracter 60% e matizados a cores diversas 25%.”⁴

Este fator é muito importante para a preservação das mesmas, pois a camada vítrea além da aparência estética tem a função de proteger a massa cerâmica em faiança dos agentes de degradação citados anteriormente.

O levantamento das degradações é muito importante, pois determinam as causas e o nível de degradação em que se encontram as obras. Assim possibilitando desenvolver um projeto de intervenção restaurativa adequada para cada e sempre se baseando nos conceitos e princípios internacionais de preservação de bens culturais.

Considerações finais

Esta pesquisa possibilitou o aprofundar o conhecimento sobre a história e a trajetória das esculturas em faiança, bem como suas características de degradação que é de desconhecimento da grande maioria dos conservadores e restauradores de bens culturais.

A descrição do processo de manufatura das peças cerâmicas em faiança portuguesas é muito importante para conservação destes objetos, aos quais marcaram uma produção industrial em escala internacional. A relação comercial entre o Brasil e sua origem colonial levou o contato com a fábrica das Devesas, da cidade de Vila Nova de Gaia. Local de grande desenvolvimento na manufatura de material cerâmico. A Fábrica foi marcada por uma produção industrial que se destacou pela execução de artefatos decorativos metálicos e cerâmicos os quais eram destinados para venda nacional e para exportação a partir de catálogos.

⁴ Grafia original.

O estado de conservação das esculturas em faiança do Museu da Baronesa é considerado péssimo, as manifestações patológicas graves e a falta de camada vítrea estão afetando esteticamente e texturalmente as obras, estando algumas em perigo eminente de perda total.

A análise comparativa entre as imagens do catálogo da Fábrica de Cerâmica e de Fundição das Devezas, de 1910, e as imagens fotográficas das peças cerâmicas em faiança do Museu da Baronesa possibilitou a identificação de algumas diferenças entre as imagens do catálogo e as fotografias, sobretudo na falta de alguns atributos das esculturas. Estes atributos, possivelmente, eram executados em madeira e, com o passar do tempo e com a falta de conservação se degradaram, trazendo a lacuna aos objetos em análise.

O levantamento acima descrito possibilitou registrar e, sobretudo, conhecer de forma ampla as características das peças cerâmicas em faiança estudadas. A metodologia aplicada permitiu identificar os objetos estudados quanto à sua origem, sua tipologia, suas dimensões, técnicas de fabrico e estado de conservação.

Acredita-se, portanto, que a maioria dos bens identificados nesta pesquisa possui a mesma origem, em função das semelhanças das suas características físicas, tais como modelagem, cor, brilho e dimensão.

Esta pesquisa procurou sensibilizar e esclarecer a importância deste tipo de acervo para a comunidade e o poder público pelotense. O acervo estudado é uma parte importante da história da relação comercial e cultural entre o Brasil e Portugal, em um período de apogeu comercial de Pelotas. Trata-se, acima de tudo, de um Patrimônio Cultural dos cidadãos pelotenses.

O desenvolvimento desta visou contribuir para a valorização e a conservação do patrimônio cultural pelotense com um conhecimento técnico-científico de um tema tão pouco desenvolvido.

Referências

CATÁLOGO DA FÁBRICA CERÂMICA E DE FUNDIÇÃO DAS DEVESAS. Vila Nova de Gaia, Portugal, 1910. 71 p.

MANUAL DO USUÁRIO DE IMÓVEIS INVENTARIADOS. Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretária de Cultura. Pelotas: Nova Prova, 2008, 104 p.

MONTONE, Annelise Costa. *Representações da vida feminina em um acervo de imagens fotográficas do Museu da Baronesa, Pelotas/RS: 1880 A 1950*, (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

MOLINER, Begoña; PEREZ, Montserrat. *La conservación y restauración de la azulejería*. Valencia: Editorial Universidad Politécnica de Valencia, 2006/2012.

LOPEZ, Garcia. *Manual Completo de Cerámica*. tomo I, Biblioteca das Artes, Buenos Aires, Editorial Albatros, 1943.

QUEIRÓS, José. *Cerâmica Portuguesa*. Aveiro, Portugal: Livraria Estante Editora, 2ª edição, vol. I e II, 1987.